

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Allana Meirelles Vieira

AUTONOMIA RELATIVA E DISPUTA POR HEGEMONIA NA TELEVISÃO
PÚBLICA:

a participação dos movimentos sociais na TV Brasil

Juiz de Fora
Fevereiro de 2016

Allana Meirelles Vieira

**AUTONOMIA RELATIVA E DISPUTA POR HEGEMONIA NA TELEVISÃO
PÚBLICA:**

a participação dos movimentos sociais na TV Brasil

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iluska Maria da Silva Coutinho.

Juiz de Fora

Fevereiro de 2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Meirelles Vieira, Allana .

Autonomia relativa e disputa por hegemonia na televisão pública : a participação dos movimentos sociais na TV Brasil / Allana Meirelles Vieira. -- 2016.

210 p. : il.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

1. Participação. 2. Hegemonia. 3. Autonomia. 4. Movimentos Sociais. 5. TV Pública. I. Coutinho, Iluska Maria da Silva, orient. II. Título.

Allana Meirelles Vieira

Autonomia relativa e disputa por hegemonia na televisão pública:
a participação dos movimentos sociais na TV Brasil

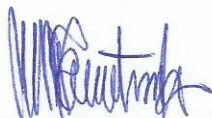
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Cultura, Narrativas e Produção de Sentido.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF).

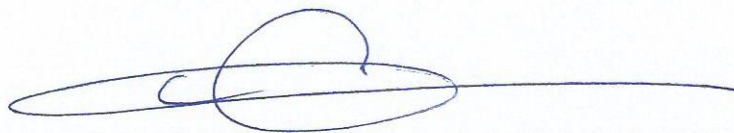
Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:



Prof^ª. Dr^ª. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF) – Orientadora



Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) – Convidado



Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño (UFS) – Convidado

Juiz de Fora, 25 de fevereiro de 2016.

*Às duas grandes mulheres que me
ensinaram a importância dos estudos:
minha mãe, Rachel, e minha segunda mãe, Nina.*

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória acadêmica me proporcionou diversos aprendizados, mas, talvez, o maior deles seja o de que o conhecimento só se constrói coletivamente. Esta dissertação é um exemplo disso. Suas bases estão no amor de minha mãe, Rachel, e meu pai, Geraldo. Suas exigências nos estudos, acompanhadas da confiança e das possibilidades de autonomia, fizeram-me desenvolver um senso crítico, mas também construir sonhos. As oportunidades ofertadas e o apoio incondicional permitiram que o caminho fosse mais leve e seguro. Não há palavras para agradecer aos dois por tudo que fizeram e fazem por mim. Agradeço também ao meu irmão, Paulinho, por seu profundo afeto e preocupação. Obrigada pela contribuição na transcrição das entrevistas. Com nossas diferenças, vou aprendendo, a cada dia, a olhar para o outro com mais compreensão e com o coração mais aberto. Entre minhas bases, também está minha amada Nina, minha segunda mãe, que com sua dedicação e seu carinho me mostrou o prazer de estudar e de aprender. Obrigada por sua presença em minha vida e pela influência decisiva em meu modo de pensar. Amo vocês!

Dessa construção coletiva, fazem parte os professores que, desde o colégio até o mestrado, iluminaram meu caminho, com ideias, reflexões e referências fundamentais. Agradeço à Teresa, pela participação em minha banca de qualificação, pelas inúmeras sugestões, pela atenção e pelo carinho de sempre. Ao Dmitri, por me aproximar da Sociologia e me acolher na Faculdade de Ciências Sociais, pelas importantíssimas referências bibliográficas, por provocar em mim novas reflexões e novos questionamentos, pela confiança e pela motivação. Ao Paulo e ao César, por aceitarem integrar minha banca examinadora, pela leitura atenta e generosa de meu trabalho e pelos profundos ensinamentos. Ao Paulo, também por ter contribuído, ao longo do desenvolvimento do trabalho, com ideias e incentivo. E, especialmente, à minha orientadora, Iluska, pelo afeto, pelas oportunidades e pelo apoio de sempre, desde a faculdade, sendo fundamental em minha inserção na pesquisa e no tema deste trabalho.

Agradeço à Capes, pelo financiamento e, portanto, pela viabilização desta pesquisa. À EBC, por possibilitar a realização do trabalho de campo. Às entrevistadas e a todos os jornalistas que responderam ao questionário elaborado, pela profunda contribuição. Aos funcionários da EBC, que colaboraram com dados, informações e contatos.

Sem a contribuição dos amigos e companheiros de caminhada, certamente, essa dissertação não seria possível. Agradeço à minha grande amiga, Roberta, com quem iniciei a trajetória da pesquisa científica, dividindo autorias de artigos, referências bibliográficas,

inspirações acadêmicas, presenças em Congressos, angústias, dúvidas e alegrias. Ao Jhon, por, desde a faculdade, compartilhar comigo o seu extenso conhecimento. Ao Tarcísio, pelos artigos escritos, pelas entrevistas realizadas, pelo Estágio Docência e pelos congressos que participamos em conjunto. À querida Inés, por sua infinita generosidade, demonstrada pela dedicação de seu tempo à leitura de meus textos, pelas conversas profundas e essenciais, pelas ideias fomentadas, por iluminar meu caminho e contribuir para que eu voltasse a acreditar neste trabalho nos momentos de desânimo e angústia. Ao meu amigo-irmão, Allan, por ler minuciosamente toda essa dissertação e corrigir cada pequeno detalhe, por me ouvir incansavelmente, por ser meu Google, meu dicionário, minha enciclopédia, mas, principalmente, por ser indispensável em minha vida e torná-la mais feliz. Aos amigos do mestrado, Ana e Gustavo, pela construção de conhecimentos e ideias em conjunto. Ao José Wellington, pelas dicas e conversas acadêmicas, pelas sugestões sobre o questionário e pelas palavras de incentivo. Ao Fábio, pelas inúmeras dúvidas respondidas, pela disposição de sempre e por sua leitura profunda e detalhada deste trabalho, contribuindo de forma essencial para a lapidação da dissertação. Ao Thiago, pela prontidão em me ajudar com o manejo e o cruzamento dos dados. Agradeço também à Olívia e à Tatá, por me ajudarem na transcrição das entrevistas e por todos os desabafos ouvidos. À grande amiga, Rhayssa, e à amada prima e madrinha, Thuila, pela presença e torcida na banca de defesa. Estendo os agradecimentos a todas as pessoas que fazem parte da minha vida, enchendo-a de emoção, afeto e boas reflexões.

Para o fim, deixo aquele que posso considerar como coautor deste trabalho, dos meus feitos acadêmicos e de meus caminhos, desde 2009. Meu maior companheiro e admirador, meu melhor amigo e meu grande amor, Felipe. Obrigada pelas caronas; pela ajuda nas transcrições e no levantamento dos vídeos; pelos fins de semana, ao meu lado, mesmo quando eu passava a maior parte do tempo estudando; por ser meu colo e meu porto-seguro; por me ouvir falar de tudo e me fazer repensar várias certezas; por me incentivar e me apoiar incondicionalmente; mas, principalmente, pelo brilho nos seus olhos, de orgulho, que me fazem acreditar em mim.

RESUMO

Este trabalho analisa a participação dos movimentos sociais no telejornalismo da televisão pública brasileira, a TV Brasil, a fim de pensar a autonomia relativa dessa emissora e as possibilidades de disputa por hegemonia por meio dela e em seu interior. Para tanto, parte-se de um arcabouço teórico de base marxista sobre as determinações e reproduções da Indústria Cultural no contexto capitalista democrático bem como sobre as possibilidades de resistência e contestação nessa esfera. A fim de compreender as particularidades dos processos de dominação e disputa no Brasil, empreende-se também uma breve reconstituição histórica sobre o desenvolvimento do sistema de comunicação no país, apontando as influências mercadológicas e políticas assim como situando o modelo público nesse contexto. A partir das reflexões teóricas e da contextualização histórica, busca-se entender a configuração da TV Brasil e sua empresa gestora, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Nesse sentido, aborda-se o desenho institucional da empresa e as forças que conformam e transformam o campo interno da TV Brasil, especialmente no que se refere à produção telejornalística, a fim de analisar empiricamente a forma como se estabelece a autonomia relativa e como se exercem as disputas por hegemonia. Parte-se, portanto, de uma perspectiva macro até uma observação micro, ao incluir a análise da principal instância de participação da sociedade civil na EBC – o Conselho Curador – e do campo, *a priori*, menos autônomo – o jornalístico –, tensionando assim, as determinações e as resistências. Desse modo, apresenta-se os resultados de pesquisas documentais, entrevistas e análises de conteúdo das reuniões do Conselho Curador, com o objetivo de explicitar sua configuração, suas dinâmicas e suas influências sobre o jornalismo. Já no campo jornalístico, adota-se a pesquisa de campo – com entrevistas, aplicação de questionários e observações – associada às teorias clássicas do jornalismo e à análise do material audiovisual das matérias sobre movimentos sociais do Repórter Brasil – principal telejornal da TV Brasil. Com o intuito de enriquecer a observação e acrescentar uma perspectiva relacional à análise de conteúdo, assim como considerando as influências do modelo comercial na concepção do jornalismo brasileiro, optou-se por comparar os resultados sobre o Repórter Brasil com a cobertura feita pelo Jornal Nacional, no mesmo período. Foi possível, diante dessas reflexões teóricas e observações empíricas, perceber uma correlação entre participação da sociedade civil organizada, autonomia relativa da emissora e possibilidades de disputa por hegemonia. Da mesma maneira, notou-se uma correspondência entre a configuração institucional, os conflitos na produção jornalística e o conteúdo exibido.

Palavras-chave: Participação. Autonomia. Hegemonia. Movimentos Sociais. TV Pública.

ABSTRACT

This dissertation analyses the participation of social movements in the television news programme of the Brazilian public television, *TV Brasil*, in order to think about the relative autonomy of this broadcasting station and the possibilities of dispute for hegemony through and inside it. It starts based on Marxist authors regarding the determinations and reproductions of the Cultural Industry in the democratic capitalist context as well as regarding the possibilities for resistance and contestation in this sphere. With the purpose of comprehending the particularities of the domination and dispute processes in Brazil, a brief historical reconstitution of the development of the communication system in the country is also presented, pointing the marketing and political influences as well as situating the public model in this context. From the theoretical reflections and the historical contextualization, there is an attempt to understand the configuration of *TV Brasil* and its managing company, *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC). In this sense, the institutional design of the company and the forces that conform and transform the inside of *TV Brasil* are addressed, especially regarding the telejournalism production, in order to empirically analyze the way in which the relative autonomy is established and how the disputes for hegemony are exercised. Thus, the study moves from a macro perspective to a micro observation, by including the analysis of the main instance of participation from the civil society in the EBC – the Board of Trustees – and the, *a priori*, less autonomous field – the journalistic one –, causing tension, thereby, between the determinations and the resistances. In this way, the results of the documentary research, interviews, content analysis of the Board of Trustees meetings are presented, with the objective of explaining its configuration, its dynamics and its influences on journalism. While in the journalistic field, field research is adopted – with interviews, the application of questionnaires, and observations – associated with the classic theories about journalism and the audiovisual material analysis of the reports about social movements in *Repórter Brasil* – the main news programme from *TV Brasil*. With the aim of enriching the observation and adding a relational perspective to the content analysis, as well as considering the influences of the commercial model in the conception of the Brazilian journalism, the results of *Repórter Brasil* was compared with the coverage done by *Jornal Nacional*, in the same period. It was possible, with these theoretical reflections and empirical observations, to notice a correlation between organized civil society participation, relative autonomy of the channel and possibilities of dispute for hegemony. In the same way, a correlation between institutional configuration and conflicts in the journalistic production and displayed content were noticed.

Keywords: Participation. Autonomy. Hegemony. Social Movements. Public TV.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Classificação das pautas abordadas nas reuniões do Conselho Curador.....	97
Gráfico 2: As pautas abordadas pelo Conselho Curador em cada fase histórica de sua trajetória.....	98
Gráfico 3: O jornalismo como pauta do Conselho Curador.	100
Gráfico 4: O plano de trabalho como pauta do Conselho Curador.	100
Gráfico 5: Percentual da participação dos conselheiros nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC.	104
Gráfico 6: Participação dos conselheiros nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC, em números absolutos.	104
Gráfico 7: Percentual de participação dos conselheiros nos debates sobre jornalismo.....	105
Gráfico 8: Participação dos conselheiros nos debates sobre jornalismo, em números absolutos.	105
Gráfico 9: Percentual de participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC.	106
Gráfico 10: Participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre os Planos de Trabalho, em números absolutos.	106
Gráfico 11: Percentual de participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre o jornalismo.	107
Gráfico 12: Participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre o jornalismo, em números absolutos.....	107
Gráfico 13: Temas mais frequentes nas falas dos atores.	108
Gráfico 14: Abordagem dos temas por cada grupo de atores.....	109
Gráfico 15: Temas citados nos debates sobre jornalismo e sobre o plano de trabalho.	114
Gráfico 16: Intervenções dos conselheiros sobre o jornalismo.	115
Gráfico 17: Expressão das intervenções sobre o jornalismo	116
Gráfico 18: Comparação com a mídia privada nas intervenções sobre o jornalismo.	117
Gráfico 19: Menção aos movimentos sociais nas intervenções sobre o jornalismo.....	117
Gráfico 20: Menções às reivindicações dos movimentos sociais nas intervenções sobre o jornalismo.	118
Gráfico 21: Enfoque temático das matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.....	177

Gráfico 22: Menção temática nas matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.	178
Gráfico 23: Correlação entre o enfoque temático e o formato das matérias analisadas no Repórter Brasil.....	179
Gráfico 24: Correlação entre o enfoque temático e o formato das matérias analisadas no Jornal Nacional.....	179
Gráfico 25: Correlação entre enfoque temático e tempo das matérias do Repórter Brasil.....	180
Gráfico 26: Correlação entre enfoque temático e tempo das matérias no Jornal Nacional.	180
Gráfico 27: Contexto das matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.	181
Gráfico 28: Classificação dos movimentos sociais citados ou entrevistados nas matérias analisadas do Repórter Brasil.	182
Gráfico 29: Classificação das reivindicações citadas nas matérias analisadas do Repórter Brasil.....	182
Gráfico 30: Correlação entre a classificação dos movimentos sociais citados e o tempo das matérias analisadas no Repórter Brasil.....	183
Gráfico 31: Correlação entre o enfoque temático e a classificação dos movimentos sociais citados no Repórter Brasil.	184
Gráfico 32: Classificação das fontes entrevistadas nas matérias analisadas do Repórter Brasil e do Jornal Nacional.	185
Gráfico 33: Correlação entre a classificação das fontes e seu papel na narrativa das matérias analisadas do Repórter Brasil.	186
Gráfico 34: Correlação entre a classificação das fontes e seu papel na narrativa das matérias analisadas do Jornal Nacional.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representantes da Sociedade Civil do Conselho Curador, indicados via consulta pública.	94
Tabela 2: Conselheiros que compõem o Conselho Curador, atualmente (Dezembro de 2015)	95
Tabela 3: Atores que tiveram ao menos uma fala nas reuniões do Conselho Curador analisadas.....	102
Tabela 4: Sugestões de pautas jornalísticas pelos conselheiros.	121

Tabela 5: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na definição de pautas.....	150
Tabela 6: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na indicação de fontes.	150
Tabela 7: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na edição das matérias.....	150
Tabela 8: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas em outras instâncias de participação da TV Brasil.	150
Tabela 9: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais nos processos de produção do Repórter Brasil.	164
Tabela 10: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil.....	164
Tabela 11: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais em outras decisões da TV Brasil.	164
Tabela 12: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil.....	166
Tabela 13: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil.....	166
Tabela 14: Avaliação dos entrevistados sobre a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil.	166
Tabela 15: Avaliação dos entrevistados sobre a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil.....	167
Tabela 16: Avaliação dos entrevistados sobre a participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia do Repórter Brasil.....	168
Tabela 17: Avaliação dos entrevistados sobre a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil.	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCCOM** - Associação Brasileira de Canais Comunitários
- ABEPEC** - Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
- ABERT** - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV
- ABTA** - Associação Brasileira de Televisão por Assinatura
- ABTU** - Associação Brasileira da Televisão Universitária
- ACERP** - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
- AFUBESP** - Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp
- ALAIC** - Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação
- AMSK** - Associação Internacional Maylé Sara Kalí
- ANATEL** - Agência Nacional de Telecomunicações
- Ancine** - Agência Nacional do Cinema
- ANDI** - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
- APAVV** – Associação de Parente e Amigos de Vítimas de Violência
- ASTRAL** - Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas
- BBC** - British Broadcasting Corporation
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CADE** - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Cefemea** - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CENDHEC** - Centro Dom Hélder Câmara
- CFRP** – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública
- Cimi** - Conselho Indigenista Missionário
- CMS** - Coordenação dos Movimentos Sociais
- Consad** - Conselho de Administração
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CUFA** - Central Única das Favelas
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DCE** - Diretório Central dos Estudantes
- EBC** - Empresa Brasil de Comunicação
- EBN** - Empresa Brasileira de Notícias
- FC** - Futebol Clube
- FCBTVE** - Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA - Federação Internacional de Futebol
FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FOPECOM - Fórum Pernambucano de Comunicação
GVT - Global Village Telecom
JN - Jornal Nacional
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTV - Music Television
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
PBS - Public Broadcasting Service
PIT-CNT - Plenário Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RB - Repórter Brasil
RBDF – Repórter Brasil Distrito Federal
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão
Secom - Secretária de Comunicação Social
SINTED - Sistema Nacional de Televisão Educativa
TVE - Televisão Educativa
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
Unicap - Universidade Católica de Pernambuco
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Transcrição da entrevista com a Diretora de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão.

Apêndice B – Transcrição da entrevista com a Presidenta do Conselho Curador da EBC, Ana Luiza Fleck.

Apêndice C – Transcrição da entrevista com a conselheira, Rita Freire.

Apêndice D – Transcrição da entrevista com a conselheira, Ana Maria Veloso.

Apêndice E – Transcrição da entrevista com a conselheira, Rosane Bertotti.

Apêndice F – Transcrição da entrevista com a conselheira, Eliane Gonçalves.

Apêndice G – Questionário aplicado com os jornalistas do Repórter Brasil.

Apêndice H – Entidades que indicaram os conselheiros representantes da sociedade civil via consulta pública.

Apêndice I – Levantamento das pautas abordadas pelo Conselho Curador, da 1ª a 56ª reunião do pleno.

Apêndice J – Tabela de análise das reuniões do Conselho Curador.

Apêndice K – Tabela de análise das matérias dos telejornais.

Apêndice L – Lista de matérias analisadas no Repórter Brasil.

Apêndice M – Lista de matérias analisadas no Jornal Nacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	TELEVISÃO: ENTRE DOMINAÇÕES E RESISTÊNCIAS	24
2.1	DA ESFERA PÚBLICA À INDÚSTRIA CULTURAL	25
2.1.1	O ideal de esfera pública: diálogo e racionalidade	27
2.1.2	A Indústria Cultural: publicidade e propaganda	32
2.2	CONTRA-HEGEMONIA E AUTONOMIA RELATIVA NA BATALHA DE IDEIAS	36
2.2.1	Estado, sociedade civil e disputa por hegemonia	38
2.2.2	A autonomia relativa: a perspectiva antideterminista	42
2.3	O “PÚBLICO”: ENTRE OS CONCEITOS DE HABERMAS E DE GRAMSCI... 45	
2.4	DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS	47
3	TV PÚBLICA: ENTRE O ESTADO E O MERCADO	57
3.1	O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRO	61
3.1.1	O histórico de políticas públicas para a comunicação	61
3.1.2	O mercado de televisão no Brasil: a dominação econômica	65
3.1.3	A prática do “Coronelismo Eletrônico”: a dominação política	70
3.1.4	O campo público da comunicação: entre crises e instrumentalizações	72
3.2	TV BRASIL: ORIGEM E DESENHO INSTITUCIONAL	76
3.2.1	A criação da TV Brasil: contextos e atores	76
3.2.2	Modelo institucional da EBC: financiamento, vinculação e gestão	78
3.2.3	Televisão pública: possibilidades de contra-hegemonia?	83
4	AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO CURADOR DA EBC	85
4.1	A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA EBC	87
4.1.1	A composição do Conselho Curador	89
4.2	EM PAUTA NO CONSELHO: A ANÁLISE DAS REUNIÕES	96
4.2.1	A participação dos atores nas reuniões do Conselho	101
4.2.2	Os temas tratados pelos atores	107
4.2.3	As propostas para o jornalismo	114
4.2.4	A efetividade da participação do Conselho Curador	124
4.2.5	A participação no Conselho Curador: ampliação da pluralidade e das disputas	131
5	AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO NO TELEJORNALISMO DA EBC	135

5.1	O CAMPO JORNALÍSTICO: CONFORMAÇÕES E DISPUTAS NA PRODUÇÃO DO REPÓRTER BRASIL	135
5.1.1	A Diretoria de jornalismo da EBC.....	136
5.1.2	Os jornalistas do Repórter Brasil: hierarquias, perfis e valores.....	140
5.1.3	A autonomia relativa dos jornalistas do Repórter Brasil	146
5.1.4	O campo jornalístico do Repórter Brasil: disputas e consensos	151
5.2	A PRODUÇÃO DO REPÓRTER BRASIL: DAS DIRETRIZES EDITORIAIS ÀS DECISÕES COTIDIANAS	152
5.2.1	Diretrizes editoriais do Repórter Brasil: os princípios do jornalismo da EBC.....	154
5.2.2	O cotidiano da redação: dinâmicas de produção e participação dos movimentos sociais	161
5.3	NARRATIVA E ENQUADRAMENTO: A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS	169
5.3.1	Repórter Brasil: o espaço do telejornal na grade de programação da TV Brasil.....	173
5.3.2	A cobertura dos movimentos sociais pelo Repórter Brasil e pelo Jornal Nacional.....	176
5.3.3	Os enquadramentos privilegiados e as disputas por hegemonia	190
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
	REFERÊNCIAS	201

1 INTRODUÇÃO

O lugar da televisão enquanto instrumento de “opressão simbólica”, tal como Bourdieu (1997) afirmou, ou, ainda mais profundo e definitivo, como meio de “alienação” dos indivíduos, argumento dos intelectuais da Escola de Frankfurt, ora é reforçado, ora contestado, inclusive, pelo senso comum. Com o desenvolvimento da Internet, por exemplo, dissemina-se a ideia de liberdade desse meio em contraposição à manipulação promovida pelos canais de TV. Nesse sentido, o fetichismo tecnológico, a partir do qual se transfere para o meio todo o poder de transformação social, se evidencia, assim como no surgimento dos meios de comunicação de massa, quando diversos autores – em geral, denominados “Integrados”, por Umberto Eco, em oposição aos “Apocalípticos” – acreditavam no potencial de democratização da cultura por esses veículos.

Não há dúvidas de que a tecnologia – especialmente, nesse caso, de comunicação – exerce fundamental influência na vida social. Mas os clichês da revolução da Internet – cujo desenvolvimento levaria ao fim dos outros meios, cujo potencial permitiria a libertação dos indivíduos e a total derrocada da hierarquização da informação – ou da televisão como ferramenta de “lavagem cerebral” – ideia que exclui qualquer possibilidade de reapropriação, reinterpretação ou contestação, simplificando os modos de dominação – não são úteis para o desenvolvimento dessa pesquisa. Não se pretende, com isso, negar as determinações que se exercem sobre a produção televisiva, desconsiderar as complexas formulações dos intelectuais da Escola de Frankfurt ou promover uma defesa da televisão. Pelo contrário, o que se propõe é analisá-la, a partir, justamente, de suas determinações e limitações, considerando, porém, as possíveis brechas para a contestação e, principalmente, buscando evitar as formulações simplistas, apropriadas pelo senso comum.

Assim, adotamos uma perspectiva gramsciana – embora relacionada com outros autores, inclusive, da Escola de Frankfurt –, no sentido de compreender a Indústria Cultural e, em particular, a televisão e o jornalismo produzido nesse meio, como reprodutores da ordem vigente, mas, também, como espaços de contradições, nos quais emergem disputas de sentido. Ao abordar o jornalismo, Gramsci afirma que “descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, eis o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 1982, p.174). Portanto, é na busca por marcar as diferenças em meio a tantas semelhanças ou as possibilidades de contestação dentre todas as determinações, que esse trabalho se desenvolve. Certamente, esse é um objetivo

audacioso para um trabalho de mestrado, portanto, não se pretende nem se espera ser possível resolver todas essas ambiguidades e todos esses questionamentos teóricos. Ainda assim, tem-se essa perspectiva como, inclusive, motivadora da questão que se estabelece nesse trabalho.

Habermas (2003) observou que, no contexto histórico de sua análise, a privatização dos meios de comunicação contribuiu para a configuração de uma esfera pública, na prática, simulada; Bourdieu (1997 e 2005) abordou o grau de autonomia do jornalismo a partir de seu afastamento ou de sua aproximação do “polo comercial”; Williams (1999) defendeu os usos alternativos da televisão, com a possibilidade de transformá-la em uma ferramenta de promoção de democracia educada e participativa. Assim, a partir da hipótese de que o caráter comercial da televisão – principalmente no Brasil, dado o histórico de hegemonia desse modelo – é um dos principais determinantes de seu conteúdo, adota-se como objeto de estudo a TV Brasil – emissora pública brasileira com proposta de alcance nacional –, a fim de se investigar as possibilidades de usos alternativos desse meio.

O termo “público” é conceituado de formas divergentes tanto no campo acadêmico e teórico quanto no político e legislativo. Há múltiplas interpretações que vão desde a concepção do “público” como sinônimo de governamental até a ideia de algo isento de interesses privados e sem interferências estatais ou do mercado. Essa percepção do que é “público” e do que é “privado” também se modifica, em certa medida, em diferentes períodos históricos e em contextos variados.

Na realidade latino-americana, por exemplo, mesmo com proximidades socioculturais, há divergências entre os países do ponto de vista da definição legislativa sobre o setor público de comunicação. Enquanto na Constituição Brasileira está prevista uma complementaridade entre os sistemas “privado, público e estatal” – pressupondo assim uma separação entre essas instâncias –, na Lei de Meios da Argentina, a divisão se faz entre meios públicos e privados, sendo os primeiros subdivididos entre estatais e não estatais, e os segundos, entre privados com fins lucrativos e privados sem fins lucrativos.

Além disso, embora haja essa separação na Constituição Brasileira, o “Campo Público” de comunicação é considerado como aquele que se opõe às emissoras comerciais, fazendo parte dele uma série de associações como: Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas (ASTRAL), Associação Brasileira de TV Universitária (ABTU) e Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). Como Jonas Valente afirmou, esse agrupamento evidencia a falta de clareza sobre o conceito de emissora pública: “Ao invés de

uma identidade em torno deste conceito, o traço unificador das televisões vinculadas ao Campo Público é a ausência de finalidade comercial” (VALENTE, 2009, p.7).

O embate sobre a definição do termo “público” em relação à comunicação também se estabelece nas disputas de poder no campo midiático. A chamada “grande mídia” brasileira – que se coloca, em geral, contra o desenvolvimento da comunicação pública devido à defesa de interesses próprios – considera as emissoras públicas como instrumentos a serviço do governo¹. De fato, há emissoras denominadas públicas – na América Latina como em outros continentes – que exercem esse papel. Por outro lado, mesmo estes meios de comunicação comerciais não estão isentos de possíveis intervenções políticas. Além disso, esses veículos, em geral, também evocam a defesa do “interesse público”, muitas vezes, a partir de um discurso institucional de afirmação de sua credibilidade, assim como fazem com os termos como “imparcialidade”, “objetividade”, “independência” etc. Dito de outra maneira, essas empresas criticam as limitações de autonomia dos canais intitulados públicos, mas mistificam o seu próprio desenvolvimento, colocando-se como os “verdadeiros” defensores do “público”.

Essa observação foi feita também por Raymond Williams (2005, p.29) ao explicar que a retórica dos empresários de televisão comercial é baseada na utilização de termos das relações públicas, que buscam mascarar os verdadeiros interesses dos meios. Eles não chamam suas emissoras de “comerciais” e muito menos de “capitalistas”. Ao contrário, empregam termos como “livre”, “independente”, em um esforço de colocá-las em oposição ao “monopólio” e “controle estatal”. Além disso, no campo teórico, também se verifica diferentes percepções sobre o conceito de “público”, como será abordado no primeiro capítulo desta dissertação.

Diante dessas considerações, fica estabelecida a seguinte questão-problema: como se realiza a participação dos movimentos sociais no telejornalismo da TV Brasil e em que medida ela reverbera na autonomia relativa da emissora e na disputa, interna e externa, por hegemonia? Nesse caso, entende-se o conceito de autonomia relativa como o nível de distanciamento em relação a interesses privados, sejam eles econômicos ou políticos – ideia que será aprofundada no primeiro capítulo desta dissertação. A proposta que se coloca neste trabalho, portanto, é pensar um meio de comunicação – a televisão – e uma prática profissional – o jornalismo –, profundamente determinados por diferentes fatores, a partir de

¹ Esse posicionamento da grande mídia brasileira foi analisado no artigo: “A imagem construída sobre a TV Brasil: uma análise do discurso feito pela grande mídia brasileira sobre a televisão pública do país” – com autoria de Allana Meirelles, Roberta Braga e Iluska Coutinho, e publicado na Revista Rumores, em 2014.

um modelo de TV que não é hegemônico no país e que, portanto, pode oferecer maiores possibilidades de contestação. Para isso, utiliza-se a participação dos movimentos sociais, entendendo o conceito de “participação” de forma ampliada e não apenas pela presença no vídeo ou pela interação com o conteúdo. Parte-se também do pressuposto de que esses movimentos têm uma autonomia relativa e, assim, sua participação pode reverberar em práticas, na produção telejornalística, mais autônomas em relação ao mercado e ao governo, bem como na possível priorização de conteúdos contra-hegemônicos.

As hipóteses que guiam, portanto, essa pesquisa são as de que: 1) em meio às determinações, há espaços, ainda que reduzidos, de contestação e disputa; 2) a televisão pública oferece espaços de participação, ainda que minimamente e cumprindo os requisitos legais; 3) a participação dos movimentos sociais influencia na autonomia relativa do meio de comunicação; 4) e, por fim, a autonomia relativa reverbera nas disputas por hegemonia, seja na produção do conteúdo ou em seu próprio desenho final.

A fim de responder a questão-problema e considerando as hipóteses estabelecidas, partimos de uma análise macro até uma observação micro. Ou seja, abordamos as determinações e contestações desde uma discussão conceitual e teórica sobre a televisão no contexto capitalista democrático até a análise das matérias sobre movimentos sociais veiculadas pelo principal telejornal da TV Brasil, o Repórter Brasil. Para chegar até a análise do material audiovisual, passamos pela discussão dos meios de comunicação no contexto brasileiro, pelo modelo institucional da EBC e pelas práticas cotidianas, articulando estrutura e conjuntura.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, empreende-se uma argumentação teórica – a partir de leituras bibliográficas, em especial, de autores marxistas – sobre conceitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa e sobre o lugar, as limitações e as possibilidades da televisão, especialmente a de caráter público, na estrutura capitalista democrática. Aborda-se, então, as diferentes perspectivas de entendimento do termo “público”, a partir das vertentes gramscianas e habermasianas, conceituando Estado, Sociedade Civil e Esfera Pública. Busca-se, nesse capítulo, aprofundar os conceitos de hegemonia, autonomia relativa e participação – centrais para o nosso estudo –, relacionando-os com a configuração da Indústria Cultural e com as dinâmicas dos movimentos sociais. Cabe ressaltar nesse ponto, porém, que o estudo não se dedica a compreensão mais ampla e sistemática desses movimentos, mas apenas utiliza-os para responder as questões elaboradas.

Considerando as particularidades de cada contexto social assim como a importância do desenvolvimento histórico na compreensão dos fenômenos sociais, no

segundo capítulo, busca-se apresentar um panorama histórico da televisão no Brasil – a partir, principalmente, de autores da Economia Política da Comunicação e dos estudos de Políticas Públicas da Comunicação do país, bem como da consulta a documentos, leis, decretos e estatutos. Nesse sentido, aborda-se as políticas públicas para o setor da comunicação, a configuração do mercado de televisão, as práticas de coronelismo eletrônico e a trajetória do campo público de radiodifusão no país. Essas questões foram tratadas a partir de uma constante reflexão sobre as relações entre mercado, governos e mídia. Feito esse panorama, empreende-se ainda uma breve análise do desenho institucional da EBC, com suas aproximações e seus distanciamentos dos canais governamentais e comerciais, refletindo assim sobre suas possibilidades de autonomia e contra-hegemonia.

Diante do ponto de vista maximalista da participação, entendendo-a além da mera interação, dentre os nossos objetivos específicos, tem-se a proposta de avaliá-la no âmbito do Conselho Curador – o qual se constitui como o órgão interno da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, responsável pelo cumprimento do compromisso público da emissora, diferenciando-a dos veículos comerciais e governamentais a partir da representação da sociedade civil. Assim, com base em consultas a documentos, realização de entrevistas e análises de conteúdo das transcrições de reuniões do organismo, pretende-se apresentar a configuração do Conselho – considerando suas formas de funcionamento e atores envolvidos – assim como analisar as dinâmicas de participação e sua efetividade, especialmente, no que diz respeito à influência na prática jornalística, no interior da emissora.

Já no último capítulo, destaca-se a compreensão da produção (tele)jornalística e do campo profissional, tanto em termos teóricos quanto empíricos. Nesse sentido, aborda-se as teorias clássicas do jornalismo e as reflexões de Bourdieu sobre esse campo bem como empreende-se uma pesquisa empírica – por meio de pesquisa de campo, com realização de entrevistas e aplicação de questionários assim como de análises do material audiovisual – sobre as particularidades da prática jornalística na TV Brasil, indo das decisões editoriais até o conteúdo veiculado pelo Repórter Brasil, passando pela produção diária. Considerando os recorrentes paralelos estabelecidos entre a emissora pública e o modelo comercial hegemônico ao longo do trabalho – seja pelo contexto histórico, pelas comparações feitas no âmbito do Conselho Curador, pela presença de profissionais com experiências nesses veículos na produção do Repórter Brasil ou pela compreensão de que o “padrão Globo de qualidade” ainda influencia o *modus operandi* telejornalístico –, adota-se uma análise de conteúdo comparativa, entre as matérias do Repórter Brasil (RB) e do Jornal Nacional (JN), a fim de avaliar os enquadramentos dados aos movimentos sociais em cada um dos noticiários. Nesse

sentido, cabe ressaltar que a proposta é iluminar os dados obtidos pela análise do RB, a partir de um olhar relacional, e não empreender um estudo comparativo. Diante das limitações de tempo para o desenvolvimento desse trabalho, seria inviável realizar todas as análises – como a pesquisa de campo – em ambos os veículos.

Sobre a metodologia aplicada, como exposto brevemente nos parágrafos acima, optamos por adotar diferentes procedimentos a fim de alcançar os diversos objetivos específicos. Com base nas etapas de análise da participação na esfera midiática, sugeridas pelo professor Nico Carpentier, na Segunda Edição do Curso de Verão da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), fizemos algumas adaptações conforme nossas propostas, a fim de guiar a pesquisa empírica. Segundo a proposta de Carpentier, as etapas seriam: 1) seleção do processo midiático; 2) seleção do campo; 3) análise do processo midiático dentro do campo; 4) identificação dos atores ativos no processo midiático e mapeamento de suas relações; 5) análise das identidades e identificações dos atores; 6) análise do privilégio ou não dos atores envolvidos no processo no campo; 7) identificação dos momentos de decisão e sua relevância dentro do processo midiático; 8) análise das ações discursivas e materiais nos momentos de decisão e suas relações com as identidades dos atores; 9) análise da posição de poder de cada ator em cada momento de decisão; 10) comparação das posições de poder dos atores em cada momento de decisão; 11) comparação das posições de poder de cada ator no processo midiático como um todo; 12) avaliação do (des)equilíbrio das posições de poder entre os atores privilegiados e os não privilegiados.

Dados os nossos objetivos, estabelecemos as seguintes etapas: 1) seleção do segmento da sociedade civil a ser observado; 2) seleção do programa a ser analisado; 3) identificação dos organismos internos de decisão e participação na produção do programa e seus atores; 4) identificação dos processos de decisão envolvidos na produção do programa; 5) análise da participação de cada organismo em cada processo de decisão; 6) análise das ações discursivas nos e sobre os momentos de decisão e suas relações com as identidades dos atores; 7) análise da representação do grupo escolhido no programa selecionado; 8) análise da efetividade da participação. Cabe ressaltar, porém, que essa ordem não foi seguida absolutamente, já que algumas etapas se cruzam.

Adota-se, assim, como segmento da sociedade civil a ser observado, os movimentos sociais, por representarem organizações que disputam hegemonia e buscam mudanças sociais, ainda que em tese. Seleciona-se o principal telejornal da TV Brasil como programa a ser analisado, devido a sua relevância na grade de programação e o potencial de

demonstração mais clara da linha editorial da emissora. Identifica-se como organismos de decisão e participação na produção do RB, o Conselho Curador e o campo jornalístico interno; e, como processos de decisão, a definição das diretrizes editoriais – a partir do Manual de Jornalismo e dos Planos de Trabalho anuais – e as deliberações cotidianas – desde aquelas hierarquizadas, embora coletivas, a partir das reuniões de pauta, até as decisões individuais na produção da matéria. Enquanto o Conselho Curador atua em maior medida no estabelecimento das diretrizes, o campo jornalístico se relaciona com as decisões cotidianas, sendo a figura do Diretor de Jornalismo influente nos dois ambientes, embora em diferentes graus. Essas questões e justificativas serão detalhadas em cada capítulo.

Para responder às questões do esquema metodológico, foram realizados diversos procedimentos, incluindo a pesquisa documental (com consultas a leis, estatutos, manuais etc.) e a pesquisa de campo (com realização de entrevistas, aplicação de questionários e observação das reuniões de pauta). Essa última foi feita em duas ocasiões: nos dias 18 e 19 de março de 2015 e entre os dias 10 e 13 de agosto de 2015, na sede da EBC, em Brasília. Em março, foram realizadas entrevistas com as, então, ocupantes dos seguintes cargos: Diretoria de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão; e Presidência do Conselho Curador, Ana Luiza Fleck. Já em agosto, foi possível entrevistar quatro integrantes do Conselho: três representantes da sociedade civil, Rosane Bertotti, Ana Maria da Conceição Veloso e Rita Freire²; e a representante dos funcionários da EBC, Eliane Gonçalves³.

Além disso, nessa semana de pesquisa, foi feita a aplicação de questionários com 25 jornalistas envolvidos na produção do telejornal, desde ocupantes de cargos de chefia até editores, repórteres e produtores. Em ambas as oportunidades, a autora participou das reuniões de pauta como observadora. Durante a última visita, foi possível também acompanhar o “Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva”, promovido pelo Conselho Curador da empresa.

Já no que diz respeito à análise tanto das reuniões do Conselho Curador quanto do material audiovisual, adotamos a análise de conteúdo. Esse método é definido por Laurence Bardin como um conjunto de técnicas que permitem a descrição do conteúdo das mensagens e, a partir disso, a demonstração de indicadores, quantitativos ou qualitativos, que

² No dia 09 de dezembro de 2015, a conselheira Rita Freire foi eleita presidenta do Conselho Curador. Na data da entrevista, Rita ocupava o cargo de vice-presidência, enquanto a presidenta era a representante do Senado Federal, Ana Luiza Fleck – também entrevistada para a pesquisa.

³ Na época da entrevista, o mandato da representante dos funcionários já tinha sido finalizado, porém, a escolha da nova representante, Akemi Nitahara, ainda não tinha sido publicada no Diário Oficial da União. Além disso, optou-se por entrevistar a representante anterior, pois o interesse maior estava nas experiências vividas e não nas projeções.

possibilitem inferências sobre a produção e a recepção das mensagens (BARDIN, 2011, p.48). A partir dele, segundo a autora, é possível relacionar estruturas semânticas ou linguísticas a condições psicológicas ou sociológicas (2011, p.47). Como Bardin afirma, a análise de conteúdo possui uma função “heurística” e outra de “administração da prova”. Enquanto a primeira tem um caráter exploratório, a segunda se relaciona com a verificação de hipóteses preestabelecidas, sendo realizada “para servir de prova” (BARDIN, 2011, p.35). Nas análises empreendidas neste trabalho, ambas as funções foram utilizadas, já que algumas categorias e hipóteses foram previamente definidas, enquanto outras surgiram ao longo da pesquisa empírica. Dentro das possibilidades oferecidas pela análise de conteúdo, adotamos, nos dois casos, a categorial quali-quantitativa, considerando, assim, tanto a frequência de determinados elementos bem como a presença ou ausência de outros e seu enquadramento em determinadas categorias.

Em cada etapa da pesquisa e em todos os capítulos, buscou-se refletir sobre os conceitos de “participação”, “autonomia relativa” e “hegemonia”, bem como observar as determinações e as resistências em cada âmbito e processo.

2 TELEVISÃO: ENTRE DOMINAÇÕES E RESISTÊNCIAS

A relevância das ideias e da cultura para a reprodução do capitalismo foi apontada por diversos autores de inspiração marxista. Mesmo compreendendo a esfera econômica como determinante da vida social em última instância, esses autores ampliaram a teoria marxista para a superestrutura – ou seja, para o campo da política, da cultura, das ideias, da produção de sentidos –, abordando as formas de reprodução e dominação desse sistema bem como a possibilidade de, dialeticamente, essa esfera influenciar a infraestrutura – ou seja, a ordem econômica.

Com base nesses autores, a proposta deste capítulo é refletir sobre o lugar da comunicação na estrutura capitalista democrática e suas relações com o mercado e o Estado, abordando conceitos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e para o entendimento da televisão pública. Assim, ainda que a partir de pontos de vista diferentes, os autores adotados como referenciais teóricos tratam, em certa medida, os meios de comunicação como instrumentos centrais na formação de ideias e na legitimação do poder, exercendo, conseqüentemente, um poder simbólico.

Partimos das reflexões sobre a Esfera Pública e a Indústria Cultural, elaboradas por autores da Escola de Frankfurt, indo até as formulações de Antonio Gramsci e Raymond Williams. Embora se tenha a compreensão de que há diferenças substanciais entre as ideias frankfurtianas e as perspectivas dos Estudos Culturais – escola da qual Williams faz parte e a qual Gramsci influenciou –, nossa proposta é apresentar o papel de dominação ideológica da mídia, os constrangimentos e as limitações envolvidas nessa produção cultural, mas também as possibilidades de resistência e disputa, a partir da articulação desses autores.

Certamente, não se propõe aqui apresentar todos os autores e todas as teorias dessas duas escolas dos estudos de Comunicação, mas sim oferecer conceituações e vertentes teóricas para se pensar a televisão, em especial, a de caráter público. Assim como Stevanim (2011) afirmou, há, no campo acadêmico, duas principais correntes de entendimento da comunicação pública. Em uma delas, denominada “concepção estatista”, recusa-se a interpretação da esfera pública como uma instituição separada do mercado e do Estado, tendo como um dos principais referenciais teóricos o filósofo italiano Antonio Gramsci. De outro lado, encontra-se a “concepção associativista”, baseada principalmente nas ideias do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas e na qual adota-se a ideia de que o público é oposto àquilo que é estatal e comercial. A primeira admite o “quadro tal como ele é” e a segunda

pensa “o campo pelo que ele ainda não é, mas poderia ser” (STEVANIM, 2011, p.83). Essa definição das linhas de pensamento sobre o campo público de comunicação, porém, não pode ser entendida de forma fixa e definitiva, já que os conceitos se relacionam e vários estudos flutuam ora sobre uma concepção, ora sobre outra. Dessa maneira, essa diferenciação é adotada com fins analíticos, no sentido de organizar o texto, e não como relações de oposição em si mesmas, compreendendo assim a complexidade das formulações – complexidade essa que acaba sendo reduzida na tentativa de enquadrar os autores em escolas ou correntes de pensamento.

Assim, pretende-se situar a televisão pública, conceitualmente, no contexto capitalista e democrático, abordando o papel da comunicação como um todo na reprodução e manutenção da ordem dominante e, ao mesmo tempo, como espaço potencial de emergência de forças alternativas, divergentes, contra-hegemônicas. A partir dos conceitos estudados – como, por exemplo, hegemonia, sociedade civil, esfera pública –, será possível pensar a participação dos movimentos sociais, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, nesse caso, na emissora pública brasileira. Assim, ao final desse capítulo, empreende-se também uma reflexão teórica sobre a participação e os movimentos sociais.

2.1 DA ESFERA PÚBLICA À INDÚSTRIA CULTURAL

A Escola de Frankfurt se estabelece a partir da associação entre as teorias de Freud e Marx, como demonstrado no livro “Teoria Crítica e Psicanálise”. Segundo Rouanet (2001), o desenvolvimento do freudo-marxismo teve como pano de fundo a revolução bolchevista, em 1917, e a ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933. Isso porque, ao contrário do determinismo materialista-histórico – que previa a necessidade bem como a suficiência das condições objetivas para a superação do capitalismo e concretização do socialismo –, os fatos históricos demonstraram a prevalência dos fatores subjetivos sobre o desenvolvimento econômico.

Na União Soviética, mesmo com o atraso econômico e, como afirma Rouanet (2001), com a reduzida relevância do proletariado, a revolução socialista foi realizada. Já, na Alemanha, a despeito das condições objetivas aparentemente ideais – como Rouanet explica, pela ampla industrialização, pelo numeroso proletariado e pela experiência de luta, acompanhados de uma conjuntura econômica desfavorável que levava à pauperização dos proletários –, as tendências contrarrevolucionárias ganharam destaque, levando Hitler ao poder.

Nos dois países, houve um descompasso entre os fatores objetivos e os subjetivos, e nos dois revelou-se a significação estratégica do polo subjetivo – num caso, *impondo-se*, voluntaristicamente, a uma realidade historicamente imatura, e no outro *recuando* diante de uma conjuntura socioeconômica favorável. (ROUANET, 2001, p.14).

É nesse contexto, portanto, que os autores do freudo-marxismo dos anos 20 e 30 (sobretudo Wilhelm Reich e Erich Fromm) começam a se preocupar com os mecanismos psicológicos que levam os proletários a aderirem à ideologia burguesa, indo de encontro aos seus próprios interesses. Nessa primeira fase, a pergunta que guia os autores, segundo Rouanet, é: “Como é possível que a classe operária pense e aja contra os seus próprios interesses?” (ROUANET, 2001, 70). Entre os intelectuais da chamada Escola de Frankfurt – como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas –, essa pergunta se transforma para: “Como é possível que a maioria da população nos países industrializados do Leste e do Oeste, pense e aja num sentido favorável ao sistema que a oprime?” (ROUANET, 2001, p.70). A diferença entre as duas perspectivas, como Rouanet explica, deve-se, principalmente, às diferenças no contexto histórico.

A primeira foi formulada numa época em que a assimilação da classe operária ao sistema capitalista ainda era incompleta, e em que o pensamento marxista ainda era, em geral, suficientemente ortodoxo para considerar o proletariado a força-motriz da revolução. A segunda correspondia a uma fase em que essa assimilação já era vista como irreversível, e em que a esperança revolucionária fora transferida a outros agentes históricos. Mais fundamentalmente, a diferença entre as duas épocas vinha do fato de que a primeira coincidiu com a grande depressão, e a segunda, com o pleno emprego relativo dos Estados Unidos durante a guerra e com a sociedade da abundância do pós-guerra imediato. (ROUANET, 2001, p.70).

Assim, a Escola de Frankfurt reconhece os mecanismos psicanalíticos, como os estudados por Freud, na forma de dominação capitalista bem como a importância da história no desenvolvimento da ciência, a partir de Marx, entendendo que a história humana é a história da dominação do homem sobre o homem. Diferentemente dos marxistas ortodoxos, porém, ela passa a considerar a “ideologia” na reprodução da propriedade privada, compreendendo a mediação entre infraestrutura e superestrutura. Além disso, em oposição ao positivismo, elabora uma teoria crítica.

A relação de Freud e Marx é dialógica e não sistemática. No máximo, são duas falas, que se confirmam, se refutam, se cancelam. (...) Mas uma das formas de descrever a teoria crítica sem fazer injustiça à complexidade de sua história interna seria dizer que sua essência está, justamente, nessa relação dialógica entre Marx e Freud, em que as duas doutrinas funcionam como limites negativos uma da outra, relativizando-se, e relativizando qualquer pretensão totalizante, inclusive a totalização absoluta do freudo-marxismo. Podemos dizer que o uso de categorias freudianas e marxistas é determinado pelas exigências do seu objeto, que é a crítica da cultura. Se a Escola de Frankfurt é crítica da ideologia e crítica da cultura, o é, em

grande parte, *através* de Marx e de Freud; mas o é, também, *contra* Marx e Freud (ROUANET, 2001, p.76).

Considerando, portanto, essa breve contextualização da Escola de Frankfurt, empreende-se, nas próximas páginas, uma reflexão teórica sobre a esfera pública – a partir de Habermas – e a Indústria Cultural – com as críticas de Adorno e Horkheimer bem como com as interpretações de César Bolaño –, e suas funções de reprodução ideológica e dominação capitalista.

2.1.1 O ideal de esfera pública: diálogo e racionalidade

Na clássica obra “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, Habermas promove uma análise profunda sobre a constituição e a transformação históricas do que ele denomina “esfera pública”. Fundamentada a partir da separação entre Estado e sociedade, na modernidade, ela marca a configuração de uma distinção mais clara entre a ideia de “público” e “privado”. A decadência da aristocracia europeia levou também ao declínio de suas formas de reprodução social, poder político e dominação, como o autor demonstra. Nesse sentido, enquanto na Idade Média, o espaço de discussão se concentrava na Corte e, portanto, estava diretamente ligado ao poder, na fase inicial do capitalismo, tem-se a constituição de uma esfera pública literária, representada principalmente pelos *salons*, *coffee-houses* e comunidades de comensais – e, dessa forma, as discussões se estabeleciam em um espaço em certa medida independente, avançando para a “esfera pública política”.

Assim, o conceito de “esfera pública”, proposto por Habermas, centra-se na racionalidade e no diálogo, constituindo-se, inicialmente, como um espaço público de discussão formado por pessoas privadas que buscam consensos mínimos, a fim de deliberar sobre o intercâmbio de mercadorias e o trabalho social. Esse espaço se constituiria no sentido de se opor à autoridade, ao mesmo tempo, em que se reivindicaria a regulamentação dessa esfera por esta mesma autoridade (HABERMAS, 2003, p.42). Desse modo, a esfera pública seria um espaço de mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade civil, segundo o autor (2003, p.208).

O Estado, nessa perspectiva, é caracterizado como o poder político, responsável pela manutenção da ordem, a partir da justiça, da polícia, de uma política de impostos e da proteção internacional pelas Forças Armadas (HABERMAS, 2003, p.176). Já a sociedade civil é entendida como o espaço no qual se estabelecem as trocas de mercadorias e de trabalho

social, compondo a esfera privada em conjunto com a família. A esfera pública, então, estaria separada do Estado assim como da esfera privada.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, Habermas compreende uma mudança nas estruturas da “esfera pública”, assim como o título de seu livro propõe. Essa transformação se deve à estatização da vida privada de um lado e, do outro, à privatização do direito público e à transferência de responsabilidades do poder público para entidades privadas – ou seja, a mistura entre o “público” e o “privado”. Segundo o filósofo e sociólogo alemão, além das funções tradicionais, o Estado passa a ter, então, outros papéis, na manutenção da estrutura social e essa transformação limita a autonomia da esfera pública (Habermas, 2003, p.169).

Já aventamos a tarefa de proteger, indenizar e compensar os grupos sociais mais fracos: trabalhadores e funcionários, inquilinos, usuários, etc. (neste âmbito recaem, por exemplo, as medidas com o objetivo de redistribuir a renda). – Outra é a situação da tarefa de prevenir, em longo prazo, modificações da estrutura social ou, então, ao menos de atenuá-las, ou, no entanto, apoiá-las planejadamente, até mesmo dirigi-las (aqui pertence um complexo como a política da classe média). – O poder, repleto de consequências, de influenciar os investimentos privados e de regulamentar os investimentos públicos já caem no círculo mais amplo de tarefas de um controle e de um equilíbrio de todo o ciclo econômico. (...) Enfim, o Estado assume além das atividades administrativas habituais, inclusive prestações de serviço que até então eram deixadas à iniciativa privada: seja confiando tarefas públicas a pessoas privadas, seja coordenando atividades econômicas privadas através de planos de metas ou tornando, ele mesmo, ativo enquanto produtor e distribuidor (HABERMAS, 2003, p.175-176).

De acordo com essa visão, ao mesmo tempo em que as intervenções estatais vão “ao encontro dos interesses dos economicamente mais fracos, em parte também servem para repeli-los” (HABERMAS, 2003, p.174). Nesse sentido, mesmo quando as intervenções do Estado parecem ser contra “interesses dominantes”, elas atuam, segundo o autor, em prol “da manutenção de um equilíbrio do sistema que não possa mais ser assegurado através do mercado-livre” (HABERMAS, 2003, p.174). Assim, “exatamente a luta das forças democráticas contra o capitalismo é que possibilitou ao sistema continuar existindo (...)” (STRANCHEY apud HABERMAS, 2003, p.174).

Nesse processo, Habermas explica que as instituições privadas passaram a assumir responsabilidades sociais – como a construção de moradias, escolas, bibliotecas, parques públicos –, as quais, até então, eram funções de instituições públicas, tanto do ponto de vista jurídico como sociológico. Segundo ele, “o *oikos* de uma grande empresa determina assim a vida de uma cidade e acarreta um fenômeno que, corretamente, é designado como feudalismo industrial” (HABERMAS, 2003, p.183).

Quando o setor público e o privado passam a se confundir, o modelo de esfera pública burguesa se torna inútil e surge uma “esfera social repolitizada” – na qual, “se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente” (HABERMAS, 2003, p.208). Nesse sentido, Habermas explica que o público cede a tarefa de discussão política a outras instituições, como associações e partidos: “O processo, politicamente relevante, do exercício e do reequilíbrio dos poderes transcorre diretamente entre as administrações privadas, as associações, os partidos e a administração pública” (2003, p. 208).

Embora o autor considere que na fase inicial do capitalismo havia em certa medida uma separação entre o “público” e o “privado”, ele também afirma que esta concepção de “público” não fora efetivamente concretizada. Habermas argumenta que ela se institucionalizou como ideia e passou a ser uma reivindicação objetiva, não se tornando realidade, mas ainda assim eficaz (HABERMAS, 2003, p.52). Percebe-se, portanto, a compreensão do filósofo sobre o caráter utópico do conceito de “esfera pública”, a qual não é efetivada, pois não há o cumprimento de critérios necessários para a sua existência. Desse modo, o “interesse público”, por exemplo, seria muito mais um objetivo a ser buscado do que um valor concretizado.

No que diz respeito aos requisitos necessários para a realização da esfera pública, tem-se: a igualdade de *status* dos participantes, a problematização de setores que não eram antes questionados e a abertura da esfera de modo que todos possam participar. Portanto, como Habermas defende, “a esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos. Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos, não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública.” (HABERMAS, 2003, p.105). Dessa maneira, ele argumenta que apenas com a igualdade de condições econômicas e sociais, de modo que todos tenham a mesma chance de conquistar a autonomia privada necessária ao homem culto e proprietário – já que os critérios para admissão na esfera pública é a formação cultural e a propriedade –, é que se pode ter uma dimensão pública.

Mesmo assim, o modelo liberal da realidade era suficientemente verossímil para que o interesse da classe burguesa pudesse ser estabelecido como nação: a dimensão pública como princípio da organização de Direito burguês ainda era crível naquela fase do capitalismo. Se cada um, como podia parecer, tinha a possibilidade de se tornar um “cidadão burguês”, então só burgueses deveriam também poder ter acesso à esfera pública politicamente atuante, sem que, por isso, estes perdessem seu princípio. Pelo contrário, só proprietários estavam em condições de constituir um público que pudesse, legislativamente, defender os fundamentos da ordem da propriedade existente; só eles tinham, toda vez, interesses privados que automaticamente convergissem nos interesses comuns da defesa de uma sociedade civil como esfera privada. (HABERMAS, 2003, p.107-108).

Com base nas ideias marxistas, Habermas expõe as contradições do sistema capitalista, com a formação da sociedade de classes e a dificuldade de ascensão social conjugada com os processos de acumulação do capital e oligopolização – desmantelando os pré-requisitos do liberalismo. Assim, ele defende que “a emancipação da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação governamental administrativa não leva a algo como a uma neutralização do poder na interação das pessoas entre si”. Mas, ao contrário, têm-se novas relações de poder. (HABERMAS, 2003, p.149-150).

Enquanto, na reprodução da vida social, relações de poder não tiverem sido efetivamente neutralizadas e a própria sociedade civil ainda basear-se em poder, nenhum estado de direito poderá ser constituído sobre a sua base, substituindo autoridade política por autoridade racional. Assim, então, também a dissolução de relações feudais de dominação no seio do público pensante não é a pretensa dissolução de dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação em outra forma – e o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como o princípio central de sua organização, é mera ideologia. Exatamente a separação entre setor privado e setor público impede, nesse estágio do capitalismo, aquilo que a ideia de esfera pública promete. (HABERMAS, 2003, p.151).

Segundo Habermas, a dialética da “esfera pública” permitiria que, com um tempo, ela fosse ocupada por grupos não proprietários e, caso esse público avançasse em vez do burguês, “no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base.” (2003 p.153). E com a passagem do poder “político” para o poder “público”, seria possível ver a transformação da perspectiva liberal da esfera pública em uma perspectiva socialista (HABERMAS, 2003, p.154).

Embora Habermas, em comparação com outros autores da Escola de Frankfurt, considere uma possibilidade de superação da ordem dominante, por meio do diálogo e da racionalidade, ele também reconhece a improbabilidade de concretização de uma esfera pública efetiva, na sociedade de classes.

A expansão dos direitos de igualdade política para todas as classes sociais ocorreu no âmbito desta mesma sociedade de classes. A esfera pública “ampliada” não levou fundamentalmente à superação daquela base, sobre a qual o público das pessoas privadas tinha inicialmente intencionado algo como uma soberania da opinião pública. (HABERMAS, 2003, p.156).

Além disso, o autor afirma que “a esfera pública parece perder a força de seu *princípio*, publicidade crítica, à medida que ela se amplia enquanto *esfera*, esvaziando, além disso, o setor privado.” (2003, p.168). Nesse caso, Habermas trata da transformação da “esfera pública literária” em um “setor pseudopúblico ou aparentemente privado do consumismo cultural.” (2003, p.189). Com isso, o autor afirma que o raciocínio é substituído pelo consumo e que a “comunicação pública” se transforma nos “atos estereotipados da

recepção isolada” (2003, p. 191), principalmente devido ao surgimento dos meios de comunicação de massa. Assim, o ideal de “opinião pública” – como o resultado de uma luta argumentativa em discussões racionais entre indivíduos informados e formados de forma crítica – passa a ser uma opinião “ingênua ou plebiscitariamente manipulada” (HABERMAS, 2003, p.85). Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, ela se transforma apenas em um produto destes (HABERMAS, 2003, p.279), já que a Indústria Cultural produz concepções efêmeras e artificiais, formadas pelo “intercâmbio de gostos e preferências”. (HABERMAS, 2003, p.285).

Entre sua origem ligada à transmissão de informações necessárias ao comércio e sua fase industrial, o jornalismo passou pela fase política, mediando e potencializando as discussões racionais e, portanto, se configurando em certa medida como uma “esfera pública”, ainda que ficcional, no sentido de simulada. Com seu desenvolvimento e sua inserção mais profunda na lógica mercantil, transformando-se em “grande imprensa”, essa configuração se modifica. Embora, com sua industrialização, o acesso amplie, ele é acompanhado de uma despoltização e, deste modo, passa a privilegiar o lucro. Assim, quanto mais a esfera pública se amplia, mais ela deixa de assumir seu papel, defende Habermas. Isso também vale para os meios de comunicação de massa que, segundo ele, “só na aparência ainda é esfera pública” (HABERMAS, 2003, p.202). Essa “esfera pública” simulada assume funções de propaganda e “quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada.” (HABERMAS, 2003, p.208).

Na medida em que elas [instituições jornalístico-publicitárias] passam a se comercializar e a se concentrar no aspecto econômico, técnico e organizatório, elas se cristalizam nos últimos cem anos, em complexos com grande poder social, de tal modo que exatamente a sua permanência em mãos privadas é que ameaçou por várias vezes as funções críticas do jornalismo. Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, também foram cada vez mais desalojados dessa esfera e reinseridos na esfera, outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou a sua eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulneráveis se tornaram à pressão de determinados interesses privados, seja individuais, seja coletivos. (HABERMAS, 2003, p.221).

Portanto, Habermas entende que a privatização dos meios de comunicação de massa também prejudicou a constituição de uma esfera pública ampliada. Segundo ele, em países da Europa, como Inglaterra, França e Alemanha, esses meios foram configurados como públicos ou semipúblicos, a fim de proteger a função “pública-jornalística” da “função capitalista privada” (2003, p.220). Para o filósofo alemão, em uma esfera pública ampliada, o

público mediatizado, é citado com grande frequência embora esteja distante dos “processos de exercício de poder” (2003, p.212). Até porque a “publicidade” das informações, no sentido de tornar público aquilo que era deixado oculto na Idade Média, foi substituída pela publicidade descritiva e manipulativa.

Rasgou-se o contexto comunicativo de um público pensante constituído por pessoas privadas: a opinião, que uma vez já provinha dele, está em parte decomposta em opiniões informais de pessoas privadas e sem público e, em parte, concentrada em opiniões formais de instituições jornalísticas ativas. Não através da comunicação pública, mas através da comunicação de opiniões publicamente manifestas é que é atingido o público das pessoas privadas não-organizadas no alegre trenzinho da *publicidade desenvolvida de modo demonstrativo ou manipulativo*. (HABERMAS, 2003, p.287).

Assim, além do fato de que nem todos conseguem efetivamente acessar a esfera pública e de que a igualdade de *status* é fictícia, a substituição da publicidade crítica pela manipulativa também prejudicou a efetivação da esfera pública. Habermas destaca, portanto, a responsabilidade dos meios de comunicação de massa, principalmente, devido a sua privatização e conseqüente priorização de outros interesses.

2.1.2 A Indústria Cultural: publicidade e propaganda

Se a esfera pública burguesa, como afirmado por Bolaño, é a “forma de manifestação das contradições da informação no capitalismo clássico”, no capitalismo monopolista, a forma de manifestação dessas contradições é a Indústria Cultural (BOLAÑO, 2000, p.119). Termo cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, a Indústria Cultural foi compreendida como meio ideológico de dominação. No clássico texto “A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas” (1985), os autores empreendem uma profunda crítica sobre a comunicação de massa, tanto no sentido de promoção da padronização cultural quanto de alienação social. A partir dessa perspectiva, eles afirmam que:

Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria

dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.100).

Nesse sistema, as possibilidades de resistência em relação a essa dominação seriam também apropriadas pela ordem vigente, de modo que “quem resiste só pode sobreviver integrando-se. Uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, ele passa a pertencer a ela assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo”, afirmam (1985, p.108). Ao transformar o indivíduo em “eterno consumidor”, a Indústria Cultural, segundo Adorno e Horkheimer, amplia a dominação capitalista para a esfera privada. Nessa esfera, seria a televisão o meio com maior potencial de “alienação”.

A televisão permite aproximar-se da meta, que é ter de novo a totalidade do mundo sensível em uma imagem que alcança todos os órgãos, o sonho sem sonho; ao mesmo tempo, permite introduzir furtivamente na duplicata do mundo aquilo que se considera adequado ao real. Preenche-se a lacuna que ainda restava para a existência privada antes da indústria cultural, enquanto esta ainda não dominava a dimensão do visível em todos os seus pontos. (ADORNO, 1963, p.346).

Nesse sentido, a televisão, segundo Adorno, teria o potencial de atenuar, para a consciência, a fronteira entre a realidade e a imagem exibida, de modo que a primeira passa a ser vista a partir dos “óculos da TV” (1963, p.349). Além disso, o sociólogo alemão afirma que a constituição da televisão como tal, em sua época, não dependia do “invento, nem mesmo das formas particulares da sua utilização comercial, mas sim do todo no qual está inserida” (ADORNO, 1963, p.354). Portanto, o autor também confere ao sistema capitalista a determinação do meio de comunicação, diferenciando-se do determinismo tecnológico.

A partir da perspectiva da Economia Política da Comunicação⁴, César Bolaño compreende a Indústria Cultural, não apenas como instrumento de dominação ideológica, mas também enquanto empresa capitalista em *stricto sensu*. Citando Habermas, o autor afirma que o papel geral dos meios de comunicação de massa é “promover a integração de um corpo social desagregado, sob a égide da publicidade que funciona, assim, como o elemento que dá coerência à nova configuração da esfera pública, a esfera dos consumidores de cultura.” (BOLAÑO, 2000, p.91). Nesse ponto, ele se refere à publicidade manipulativa e descritiva, e não àquela crítica. Assim, os meios de comunicação ocupariam uma função de reprodução ideológica do sistema capitalista a partir da valorização exacerbada de uma cultura do consumo, além de outras formas.

⁴ Segundo Bolaño (2004), a Economia Política da Comunicação (também de base marxista), juntamente com a abordagem dos estudos culturais latino-americanos, ganha destaque na América Latina a partir da crítica às teorias da dependência cultural – a qual teria surgido com a crise do paradigma desenvolvimentista. Em relação às correntes tradicionais de estudos da Comunicação, como a Escola de Frankfurt, a Economia Política da Comunicação propõe-se a ampliá-la, analisando a Indústria Cultural também enquanto empresa capitalista em *stricto sensu*.

A Indústria Cultural é entendida pelo autor como sendo responsável por realizar a “mediação simbólica” entre o capital e o Estado de um lado e as massas de consumidores e eleitores de outro. Nesse sentido, complementa e se opõe a outras “instituições de ordem simbólica”, como igrejas, escolas, partidos etc., as quais seriam capazes de reduzir em alguma medida o poder de “manipulação” dos meios (BOLAÑO, 2000, p.22). Segundo Bolaño, esse papel de mediação é exercido a partir da oposição entre duas funções gerais da Indústria Cultural: a publicidade e a propaganda, “o que reflete a contradição entre capital e Estado que caracteriza o modo de produção capitalista.” (2000, p.240).

A propaganda, nessa perspectiva, é responsável pela coesão social, “sendo monopolizada pelo Estado e pelos setores capitalistas que controlam os meios de comunicação de massa”; enquanto a publicidade se estabelece tendo em vista a acumulação do capital, estando “a serviço da concorrência capitalista” (BOLAÑO, 2000, p. 53). Segundo Bolaño, a função ideológica da publicidade “aparece diluída e serve à constituição de uma cultura capitalista no sentido geral do termo, uma cultura montada a um tempo na individualização e na massificação, na fragmentação e na rearticulação do corpo social, no consumo individual compulsivo e na produção em massa” (2000, p.92-93).

Empiricamente, porém, os limites entre a propaganda e a publicidade não são tão claros. Aliás, Bolaño afirma que “a forma elementar da publicidade é já também propaganda, na medida em que, ao lado dos inúmeros atos de compra e venda, conforma um universo simbólico de inegável poder ideológico” (BOLAÑO, 2000, p.53). Sobre essas funções dos meios de comunicação, o autor afirma que:

a partir do momento em que passamos a considerar as determinações impostas pela existência do capital e do Estado capitalista, fica patente que a norma de sociabilidade definida ao nível da circulação mercantil não basta para manter a coesão de uma sociedade fundada na desigualdade. É necessário o Estado e é necessário que a informação adquira o seu caráter diretamente ideológico. (BOLAÑO, 2000, p.53-54)

Nesse sentido, o autor defende que o sistema capitalista conseguiu determinar diferentes tipos de informação, com funções e graus de permeabilidade diversos, “de modo que a plena liberdade de informação ao nível da concorrência capitalista pode conviver com a manipulação e a censura na comunicação de massa e, sobretudo, na organização do processo de trabalho.” (2000, p.116-117). Com os modos de comunicação ampliados, as contradições do capitalismo foram aprofundadas, dificultando as possibilidades de manipulação, ao mesmo tempo em que se criou “novos mecanismos de controle”, explica Bolaño (2000, p.117).

O autor afirma ainda que a capacidade da Indústria Cultural de “colonizar o mundo da vida” se relaciona com o fato de ser capaz de instaurar novos “mecanismos internos de reprodução simbólica” (BOLAÑO, 2000, p.227). Desse modo, ele defende que a caracterização do capitalismo é feita justamente pelo fato de que essa função de mediação se articula a partir de duas necessidades do sistema: a publicidade, do ponto de vista econômico, e a propaganda, do ponto de vista político. Assim, o que marcaria o capitalismo monopolista “é que essas duas funções tendem a ser preenchidas por uma instituição única que é fruto ela própria da expansão capitalista: a Indústria Cultural, que disputa a hegemonia da ordem simbólica com outras instituições mais antigas e não especificamente capitalistas.” (BOLAÑO, 2000, p.228).

Para Bolaño, a Indústria Cultural representa, portanto, a realização “magnífica” do capital, já que além da formação de um sistema econômico, constrói-se também uma “cultura universal”, a qual é “caracterizada pela solidariedade entre os modos de vida e os comportamentos individuais de populações inteiras e as imposições do movimento histórico concreto da acumulação do capital (e não apenas da reprodução social em geral)” (BOLAÑO, 2000, p.228). O autor reconhece que a Indústria Cultural é apenas uma parte dessa cultura, sendo, porém, de “importância crucial”, “pois se trata do próprio capital tornado cultura, o intermediário entre a esfera divina da produção e do poder e o mundo da vida dos homens e das mulheres.” (2000, p.228).

Baseado em uma perspectiva marxista, Bolaño argumenta que tanto os meios de comunicação de massa, quanto as “teorias da informação” e as “teorias burguesas da comunicação”, mascaram o caráter de classe da informação capitalista. Assim, “ao garantir uma aparente igualdade presente na liberdade de acesso à informação de domínio público encobrem a desigualdade fundamental que se expressa no caráter de classe da informação no processo de trabalho” (BOLAÑO, 2000, p.50). Segundo ele:

Assim, a informação de massa e a comunicação de massa mascaram o caráter eminentemente classista da informação e da comunicação sob o capitalismo. A esta forma diretamente ideológica da informação chamarei aqui de propaganda, por oposição à publicidade, que tem um caráter também ideológico, mas diferente, indireto, relacionado à constituição de um modo de vida que é a base para a construção de uma cultura de massas especificamente capitalista. (BOLAÑO, 2000, p.50).

Além disso, Bolaño atenta para o fato de que a quantidade de instituições privadas ou públicas que fazem parte do “monopólio da informação”, bem como a quantidade de informações produzidas, não determina a igualdade no sistema, apenas reforça a sua aparência.

Mas, por mais que se amplie a quantidade de informação difundida, a diferença qualitativa que é a base de toda dominação não desaparece, pois o público está permanentemente privado de informação substantiva e permanentemente impedido de difundir suas próprias mensagens (salvo raras exceções que só fazem confirmar a regra) através dos meios de comunicação reservados ao capital e ao Estado. O excesso de informação, o bombardeamento de informações que caracteriza em grande medida a situação atual do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da cultura capitalista não elimina em hipótese alguma esse descompasso entre informação reservada (de interesse do capital e do Estado) e informação de domínio público, mas apenas ajuda a encobri-lo. (BOLAÑO, 2000, p.52).

Considerando o fato de que passa pela Indústria Cultural – mais especificamente, pela televisão – a legitimação social do Estado, as concorrências do jogo político, bem como as disputas “entre os diferentes grupos políticos pela conquista de corações e das mentes dos cidadãos” (BOLAÑO, 2000, p.267), esse meio de comunicação se torna uma esfera central na luta por hegemonia.

2.2 CONTRA-HEGEMONIA E AUTONOMIA RELATIVA NA BATALHA DE IDEIAS

Como um dos maiores especialistas brasileiros em Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, afirma, o filósofo italiano concedia “grande importância à batalha de ideias, à luta cultural, ou seja, ao empenho para criar as condições subjetivas da ação revolucionária, rompendo assim com a passividade dos que confiavam apenas no amadurecimento espontâneo das condições objetivas” (COUTINHO, N., 2011, p.15). Nesse sentido, Gramsci se aproxima dos frankfurtianos ao reconhecer a centralidade das condições subjetivas em relação às objetivas, mas se diferencia ao assumir as possibilidades de disputa e resistência.

Enquanto autores como Adorno e Horkheimer veem na Indústria Cultural um instrumento de dominação ideológica, cuja própria contestação reforça o sistema, Gramsci enxerga na batalha ideológica a possibilidade de disputa por hegemonia. Dentre os frankfurtianos, Habermas se coloca como menos “pessimista”, ao reconhecer, em meio às determinações, o potencial da razão e do diálogo. Como Coutinho também afirma, enquanto Gramsci se caracterizava como um “comunista crítico”, revolucionário, Adorno não exercia militância política. “Para resumir: enquanto Gramsci tenta combinar ‘pessimismo da inteligência e otimismo da vontade’, (...), Adorno abandona qualquer otimismo, qualquer relação entre teoria e práxis (...)”, afirma Coutinho (2006, p.92). Cabe ressaltar, porém, que Gramsci não vivenciou o desenvolvimento da Indústria Cultural como Adorno.

As ideias de Gramsci influenciaram o pensamento de autores dos Estudos Culturais, como o representante da Escola Britânica, Raymond Williams. A partir do

materialismo cultural e de uma perspectiva não determinista, Williams promove, ainda que indiretamente, uma crítica à Escola de Frankfurt, ao admitir as possibilidades de autonomia relativa das produções culturais, bem como de usos alternativos das tecnologias de comunicação, como a televisão.

Na obra “Marxismo e Literatura”, Williams formula a ideia de “contra-hegemonia” ou “hegemonia alternativa”, a partir do conceito de Gramsci. Segundo o autor galês, a ideia de “hegemonia” em Gramsci inclui e vai além dos conceitos de “cultura” – “como ‘processo social total’, em que os homens definem e configuram suas vidas” (WILLIAMS, 2000, p.129, tradução nossa⁵) e de “ideologia” – “em qualquer um de seus sentidos marxistas, na qual um sistema de significados e valores constituem a expressão ou projeção de um particular interesse de classe” (WILLIAMS, 2000, p.129). Assim, Williams defende que a “hegemonia” não é apenas uma forma de controle, habitualmente considerada como “manipulação” ou “doutrinação”.

A hegemonia constitui todo um corpo de práticas e expectativas em relação à totalidade da vida: nossos sentidos e doses de energia, as percepções definidas que temos de nós mesmos e de nosso mundo. É um vívido sistema de significados e valores – fundamentais e constitutivos – na medida em que são experimentados como práticas que parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLIAMS, 2000, p.131).

Considerando a necessidade de a hegemonia “se renovar, recriar, defender e modificar” continuamente, Williams argumenta que ela também sofre resistências, alterações e limitações de forças que não são próprias a ela. Portanto, acrescenta à formulação gramsciana os conceitos de “hegemonia alternativa” e “contra-hegemonia”. Reconhecendo as condições e os limites dessas resistências, Williams defende, porém, presença ativa delas como sendo decisiva: “não só porque devem ser incluídas em toda análise histórica (diferenciando-se da análise transcendental), como são formas que tiveram um efeito significativo no próprio processo hegemônico” (WILLIAMS, 2000, p.135). Assim, as alternativas culturais e políticas, não apenas se constituem como formas de oposição e lutas importantes em si mesmas, como oferecem indicações de como o processo hegemônico atua no exercício de seu controle.

O desafio metodológico, segundo Williams, seria então distinguir entre as contribuições e iniciativas alternativas e de oposição que se produzem dentro ou contra a hegemonia – podendo ser neutralizadas ou incorporadas por elas – e aquelas que não são redutíveis à hegemonia – sendo, portanto, independentes. A partir disso, ele afirma que é

⁵ Traduzido da edição em espanhol.

possível argumentar que toda iniciativa alternativa está de certa forma vinculada ao que é hegemônico, já que a cultura dominante produz e limita suas próprias formas de contracultura. Ao mesmo tempo, ele defende que há variações e que o sistema cultural não pode ser entendido como, simplesmente, “adaptativo, extensivo e incorporativo” (WILLIAMS, 2000, p.136).

Seria um erro descuidar da importância das obras e das ideias que, embora claramente afetadas pelos limites e pelas pressões hegemônicas, constituem – ao menos, em parte – rupturas significativas em relação a elas e, também em parte, podem ser neutralizadas, reduzidas ou incorporadas, e no que se refere aos seus elementos mais ativos, manifestam-se, não obstante, independentes e originais. (WILLIAMS, 2000, p.136).

Assim, esses autores nos oferecem um arcabouço teórico importante para se pensar os espaços de disputa no âmbito da televisão e pela televisão. Desenvolve-se, portanto, nesta parte, os principais conceitos e ideias dessa perspectiva teórica.

2.2.1 Estado, sociedade civil e disputa por hegemonia

O filósofo italiano Antonio Gramsci, sem desconsiderar a centralidade das relações sociais de produção e, portanto, a importância da esfera econômica, se dedica a pensar a superestrutura, na qual se estabelecem as disputas entre as classes sociais. Para o autor marxista, essa superestrutura é responsável pela formação de uma hegemonia, necessária à manutenção e reprodução do sistema. Assim, ela seria composta por duas esferas: a “sociedade civil” e a “sociedade política”. A primeira corresponde aos “conjuntos de organismos chamados comumente de privados” – como Igreja, partidos políticos, sindicatos, imprensa, sistema escolar, instituições de caráter científico e artístico etc. – e tem o papel de construção de consensos na população, tidos muitas vezes como “espontâneos” (GRAMSCI, 1982, p.10-11). Já a sociedade política, refere-se aos organismos responsáveis pela coerção estatal que tem como fim manter o cumprimento das regras por parte daqueles que não “consentem” e agir nos momentos em que o “consenso espontâneo” não se realiza.

Nesse sentido, a sociedade política de Gramsci – ou o Estado em sentido estrito – aproxima-se da compreensão de Estado, presente em Marx, cuja função é conservar a divisão de classe e se baseia na “violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 1996, p.370). Gramsci, porém, considera o Estado como ampliado, indo além da sociedade política e abrangendo também a sociedade civil. Como Coutinho explica, essa diferenciação entre a ideia de Estado de Marx para a de Gramsci se deve ao contexto histórico, já que o filósofo italiano pode vivenciar a “socialização da política”, com a conquista do sufrágio universal, a

criação de partidos políticos de massa e o aprofundamento da atuação dos sindicatos operários (COUTINHO, N., 2011, p.24). Assim, teríamos o “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2007, p.244). Entretanto, essa separação entre base e superestrutura e o posicionamento do Estado na segunda não é algo estanque, já que além de exercer a função de hegemonia e coerção, o Estado tem também outras atuações na reprodução do sistema, que correspondem à instância da infraestrutura. Cabe ressaltar, além disso, que essas distinções são consideradas, por Gramsci, em termos metodológicos e não como orgânicas.

A partir desses conceitos iniciais, a sociedade civil é considerada pelo filósofo italiano como uma arena da luta de classe, na qual emergem as contradições do sistema. Como Coutinho explica, a concepção gramsciana não compreende a sociedade civil para além das relações sociais, mas sim como parte do Estado e inserida no contexto mercadológico, contrapondo-se à visão de um “terceiro setor” independente do Estado e do mercado (COUTINHO, N., 2006, p.41). Nesse sentido, tanto a esfera da sociedade civil quanto a sociedade política atuam na conservação e promoção de determinada base econômica, favorável à classe social dominante, segundo Coutinho (2006, p.26). Ainda assim, ele afirma que essa esfera seria “dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas, tanto em relação ao mundo da economia como em face dos aparelhos repressivos de Estado” (COUTINHO, N., 2006, p.33). Também nesse sentido, Daniel Campione afirma que:

A disputa de classe fica assim explicada como um fenômeno multívoco, cujas diversidade e complexidade aumentam com a diversidade e a complexidade das sociedades. Isso, porém, não justifica o “deslizamento” para uma interpretação do poder em chave liberal ou socialdemocrata, interpretação que – ao eludir as bases materiais, econômicas, da hegemonia – “desmaterializa” e “pacifica” o poder, deixando de lado a problemática da coerção, da violência, até mesmo do terror, que subjaz (e atua, de modo seletivo e mais ou menos orientado juridicamente) nas sociedades hegemônicas, democráticas (CAMPIONE, 2003, p.54).

Enquanto instrumento de reprodução ideológica da hegemonia política e econômica, é possível considerar a mídia como um “aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI, 2007, p.254), ou seja, como parte da sociedade civil, estando, portanto, inserida em um contexto de disputas de sentido pelas classes sociais. Além disso, ela também se relaciona com a sociedade política e se constitui como empresa capitalista que visa à acumulação do capital. Como Gramsci não vivenciou o desenvolvimento da Indústria Cultural, ele não viu a mídia enquanto empresa capitalista.

Para Gramsci, a hegemonia é a direção político-ideológica, exercida a partir da força e do consenso, sendo que o equilíbrio entre um e outro é variado de modo que a força

não seja muito maior que o consenso. Ao contrário, a força necessita de um aparente apoio no “consenso da maioria”, demonstrado pelos “chamados órgãos de opinião pública”, como jornais e associações, “os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (2007, p.95). De acordo com o filósofo italiano:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p.265).

Nessa disputa pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – que pode, inclusive, ser observada empiricamente no Brasil, por exemplo –, o jornalismo e a mídia ocupam, contemporaneamente, um papel central. Além de citar a imprensa, Gramsci menciona o papel do rádio na constituição de uma opinião pública favorável à conquista de objetivos específicos – como em uma eleição, por exemplo (GRAMSCI, 2007, p.270). Nesse momento, entretanto, não se tinha ainda a constituição da Indústria Cultural, tal como Habermas, Adorno e Horkheimer puderam analisar.

Assim, embora a mídia e o jornalismo sejam entendidos também como um espaço de reprodução do sistema, a partir de seu caráter de classe, eles também podem se constituir enquanto instrumentos de luta política e disputa por hegemonia. Nesse sentido, não se estabelece um determinismo simplista dos meios, que exclui as possibilidades de apropriações alternativas ou contra-hegemônicas. Ao abordar o jornalismo, Gramsci afirma que “a repetição paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental”, mas que a forma como o convencimento se dá é, principalmente, pela “adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais” (GRAMSCI, 1982, p.174). O trabalho educativo-formativo, portanto, não se dá de modo abstrato, mas sim concreto, “com base no real e na experiência efetiva”, segundo o autor (1982, p.174).

Nesta mesma ordem de observações insere-se um critério mais geral: as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis. A ilusão “explosiva” nasce da ausência de espírito crítico. (...) Confunde-se a “explosão” de paixões políticas acumuladas num período de transformações técnicas, às quais não correspondem novas formas de organização jurídica adequada, mas sim imediatamente um certo grau de coerções diretas e indiretas, com as transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto porque, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração.” (GRAMSCI, 1982, p.175).

Assim, Gramsci considera, para além das diferentes formas de atuação ideológica e interpretação do conteúdo jornalístico, o possível papel contestador dessa prática, tendo, inclusive, atuado em jornais comunistas e de esquerda. Nesse aspecto, porém, não se tem uma visão idealista do jornalismo como serviço público, no sentido universal, mas sim como arena de disputa de sentidos, na qual, poderiam emergir jornais sindicais e de partidos políticos de trabalhadores, por exemplo.

A partir disso, é possível pensar as disputas que ocorrem no sistema como um todo, mas também as próprias lutas internas de cada veículo. No primeiro caso, tem-se, por exemplo, as pressões pela democratização do sistema, indo além da quantidade de veículos disponíveis e considerando as diferenças qualitativas do conteúdo oferecido por cada um, com a criação de possibilidades de que contestações à ordem dominante ganhem destaque. Já em relação às lutas internas, pode-se considerar a presença ou ausência de espaços de emergência de vozes divergentes dentro da estrutura da empresa pública – como, por exemplo, a partir do espaço dado à participação dos movimentos sociais.

No que concerne à disputa por hegemonia no âmbito da sociedade civil ou da superestrutura, de acordo com Campione, estudioso de Gramsci, há uma confusão nas interpretações feitas sobre os escritos do intelectual italiano.

Os componentes de hegemonia e de coerção coexistem no tempo e no espaço, como componentes da “supremacia” de uma classe que passa a ser dirigente sem deixar de ser “dominante” (isto é, dotada de poder coercitivo) e exerce seu poder sobre um espaço social mais amplo que o dos aparatos estatais formalmente reconhecidos como tais, dando lugar à configuração de uma sociedade em que, como disse o próprio Gramsci, há democracia na relação de alguns setores sociais e ditadura em face de outros. (CAMPIONE, 2003, p.52).

Sobre a hegemonia ideológica, Campione ressalta que ela não é conquistada pelo grupo dominante simplesmente por meio da manipulação. Segundo ele, há grupos sociais em torno daqueles que estão no poder que compartilham uma “visão de mundo” e contribuem para legitimar essas relações de dominância – sendo estes, os intelectuais, tal como Gramsci caracterizou. Além disso, Gramsci afirma que, para conquistar esta “hegemonia”, tem-se a necessidade de se levar em consideração os interesses e as tendências daqueles que são dominados. Para isso, ele explica que o grupo dirigente precisa fazer concessões de “ordem econômico-corporativa”, mas que essas concessões não podem envolver o “essencial” (GRAMSCI, 2007, p.48).

Coutinho explica a teoria de Gramsci sobre as estratégias políticas, segundo a qual, nos países em que se tem uma sociedade civil bem-desenvolvida – chamados de

“Ocidentais” –, a disputa se dá a partir de uma “guerra de posições”, referente à “conquista paulatina de espaços no seio e através da sociedade civil” (COUTINHO, N., 2006, p.28). Nessa, a hegemonia deve ser conquistada antes do poder, sendo que a classe dirigente se constitui antes mesmo de se tornar dominante. Já nas sociedades “orientais”, as quais não têm uma sociedade civil forte e articulada, trava-se a “guerra de movimento”, voltada para a conquista e manutenção do Estado *stricto sensu* (COUTINHO, N., 2006, p.28). Assim, a partir desses conceitos, pode-se propor que os meios de comunicação se constituem-se também como espaços para a “guerra de posições”.

Por fim, a partir da interpretação gramsciana sobre a sociedade civil como parte do Estado e do mercado, não se considera a possibilidade de se ter um sistema de comunicação que paire sobre as relações sociais, políticas e econômicas, como a concepção de um quarto poder imparcial, responsável por fiscalizar e “moralizar” todas as outras instâncias da sociedade. Porém, é possível pensar em condições objetivas favoráveis ou não à emergência de forças contra-hegemônicas. Dito de outra maneira, tem-se a possibilidade de se refletir sobre como o sistema de comunicação se enraíza nas relações de dominância, a ponto de limitar a manifestação de vozes divergentes, embora nesses espaços haja também disputas de sentido em busca de hegemonia e uma autonomia relativa.

2.2.2 A autonomia relativa: a perspectiva antideterminista

A partir das discussões empreendidas até aqui, é possível assumir a impossibilidade de se ter um sistema de comunicação acima das relações de poder e disputas ideológicas que se estabelecem no contexto capitalista. Assim, em contraposição a uma concepção idealista, não é possível pensar em uma emissora de televisão – e, nesse ponto, pode-se ir além daquela conceituada como pública – que não sofra a influência de outras instâncias como o governo e o mercado. Porém, afirmar a impossibilidade de um veículo de comunicação ser absolutamente independente em relação ao mercado ou aos governos não significa desconsiderar a possibilidade de se alcançar diferentes níveis de “autonomia relativa” – concepção abordada por Raymond Williams (1992). Ou seja, embora as relações de determinação e dominância existam, abre-se a possibilidade de diferenciações no que diz respeito ao grau de autonomia em relação às instâncias governamentais ou às pressões mercadológicas.

Em sua obra “Cultura”, Williams defende uma sociologia da cultura, analisando outras formas de produção cultural, além dos meios de comunicação de massa. Considerando

o campo como um todo, admite a possibilidade de diferentes graus de autonomia relativa, contrapondo-se ao determinismo econômico ou mesmo tecnológico. O autor afirma que a “autonomia relativa” deve ser analisada a partir da consideração de fatores sociais e históricos e não como algo abstrato, sendo, portanto, “amplamente determinada pelo tipo de integração característica da ordem social como um todo” (WILLIAMS, 1992, p.219). Além disso, afirma a necessidade de um sistema plural e de disputas de interesses para que haja determinados graus de “autonomia relativa”: “Em condições em que o monopólio explícito ou prático tenha sido substituído por fases de poderes difusos, ou por conflitos explícitos de interesses sociais maiores, as relações são necessariamente mais complexas.” (WILLIAMS, 1992, p.219). Nesse sentido, a democratização da cultura, incluindo a comunicação, se colocaria como fundamental para que se possa ter de fato uma autonomia relativa nas diferentes práticas culturais. Para o autor, “o grau de autonomia relativa de um processo cultural pode, num primeiro nível, ser deduzido a partir da distância prática entre ele e outras relações sociais organizadas” (1992, p.186).

Assim, Williams afirma a possibilidade de se ter certas produções culturais que são determinadas tão indiretamente, que não se pode colocá-las no mesmo nível daquelas determinadas economicamente de forma direta. O autor faz uma comparação, por exemplo, entre a produção de jornais e programas de televisão de um lado e a elaboração de poemas ou esculturas de outro – há entre essas formas de produção cultural “graus radicalmente diferentes de distância em suas condições práticas” (WILLIAMS, 1992, p.189). Nesse exemplo, nota-se o posicionamento da imprensa e da televisão como sendo as produções culturais com menor grau de autonomia relativa dentro do sistema cultural como um todo, o que pode ser explicado por diversos fatores. Segundo o autor:

No caso dos jornais e dos programas de televisão tem havido uma integração efetivamente predominante da produção cultural com as condições gerais de propriedade privilegiada dos meios de produção e o conseqüente emprego (assalariado) dos reais produtores. Assim, com exceção de certos casos marginais, praticar é ingressar nessas condições de prática e, então, sem dúvida alguma, passam a atuar certos tipos fundamentais de determinação, quer (muitas vezes) (i) diretamente econômicos, quer (também muitas vezes) (ii) políticos, na congruência entre as formas de propriedade privilegiada e as formas gerais de ordem político-social, quer, de maneira mais geral, (iii) cultural, numa compatibilidade administrada entre a produção concreta e os interesses dominantes da ordem social, vistos exatamente a partir dessas condições.” (WILLIAMS, 1992, p.189-190).

A imprensa e, principalmente, a radiodifusão são, portanto, vistas em geral como sendo determinada pela ordem política e econômica, ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução e também modificação dessa ordem. Williams considera que há uma

“ordenação interna nítida” na radiodifusão, a qual pode ser dividida em dois extremos: um deles, representado pelas notícias e a opinião política, é marcado pelos processos de significação, mas pode ser entendido como “manifestações diretas de uma ordem política e econômica”; no outro extremo, tem-se o “mero entretenimento”, nos quais em geral as influências são mediadas e as necessidades e ações dissolvidas.

Ao mesmo tempo em que Williams faz essas considerações, em “Television – technology and cultural form”, ele vislumbra a possibilidade de usos alternativos da tecnologia, inclusive, da televisão. Segundo o autor, a tecnologia não define os efeitos, mas ao contrário, é “produto de um sistema social particular” (WILLIAMS, 1990, p.128, tradução nossa⁶) e se desenvolve autonomamente somente na aparência, enquanto não é possível perceber as forças que a impulsionam.

Nesse sentido, Williams critica o determinismo tecnológico, assim como a visão da tecnologia como um sintoma. Segundo ele, ambas as visões, de modos diferentes, abstraem a tecnologia da sociedade. A primeira considera que as novas tecnologias são descobertas a partir de um processo interno de investigação e desenvolvimento, ou seja, de uma esfera independente, estabelecendo as mudanças sociais e o progresso. Já a segunda, entende a tecnologia como sintoma de uma mudança de outro tipo, sendo um “subproduto de um processo social determinado por outras circunstâncias” (WILLIAMS, 1990, p.5). Segundo Williams,

O determinismo tecnológico é uma noção insustentável porque substitui a intenção social, política e econômica real por uma autonomia aleatória da invenção ou por uma essência humana abstrata. Mas também a ideia de uma tecnologia determinada constitui uma versão parcial e de apenas um aspecto do processo humano. A determinação é um processo social real, mas nunca (como sustentam algumas versões teológicas e marxistas) um conjunto de causas completamente previsíveis que controlam tudo. Pelo contrário, a realidade da determinação é a definição de limites e o exercício de pressões, dentro dos quais as práticas sociais variáveis são profundamente afetadas, mas nunca necessariamente controladas. Temos que conceber a determinação, não como uma força única ou uma abstração única de forças, mas como um processo no qual os fatores determinantes reais – a distribuição do poder ou do capital, a herança social e física, as relações de hierarquia e tamanho entre os grupos – fixam limites e exercem pressões, mas não controlam nem predizem por completo o resultado da atividade complexa que se desenvolve dentro desses ou daqueles limites ou contra essas pressões (WILLIAMS, 1990, p.123).

Há, de acordo com Williams, contradições em todo o desenvolvimento social que possibilitam o uso da tecnologia com propósitos que vão de encontro àqueles que reproduzem a ordem dominante. Seguindo, assim, uma percepção marxista, Williams se alinha a Gramsci,

⁶ Traduzido diretamente do original em inglês.

ao ver nas contradições do sistema, a possibilidade de se fazer usos alternativos ou contra-hegemônicos da tecnologia. Por outro lado, ele também reconhece que as práticas culturais que são em certa medida alternativas sobrevivem desde que estejam dentro dos limites de “tolerância” do sistema dominante ou acabam sendo incorporadas por ele ou ainda são obrigadas a marcar uma “oposição declarada” (WILLIAMS, 1992, p.188).

No caso da televisão, a configuração de veículos alternativos é ainda mais complexa devido aos altos custos de produção e distribuição do produto televisivo. Segundo Williams, as televisões comerciais têm como “objetivo primário realizar e distribuir ganhos privados sobre o capital investido, e isto afeta visivelmente suas principais decisões” (WILLIAMS, 1990, p.30, tradução nossa). Por outro lado, as emissoras públicas são “instituições sem fins lucrativos” e, portanto, o capital é aplicado quase totalmente na produção e no desenvolvimento do serviço, segundo o autor.

A partir destas reflexões, é possível aplicar o conceito de “autonomia relativa”, que Williams utilizou para analisar o sistema de produção cultural como um todo, em um sistema específico, como o televisivo. Assim, pode-se pensar em modelos de televisão que tenham graus diferentes de autonomia, além de se refletir sobre que condições internas e externas aumentam ou diminuem as potencialidades de uso alternativo. Para analisar a autonomia relativa da *TV Brasil*, por exemplo, será feita uma avaliação sobre suas estruturas de financiamento, gerenciamento e fiscalização, assim como sobre o sistema midiático em que se insere, as políticas públicas e as regulamentações que a protegem – refletindo desta maneira sobre seu distanciamento em relação às emissoras com caráter governamental e com caráter comercial.

2.3 O “PÚBLICO”: ENTRE OS CONCEITOS DE HABERMAS E DE GRAMSCI

No campo acadêmico, como já dito acima, os estudos sobre televisão pública se baseiam em duas perspectivas principais, sendo elas a “concepção estatista” e a “concepção associativista”. Porém, embora haja diferenças entre os estudos que referenciam Gramsci e aqueles que se baseiam nas teorias de Habermas, é possível traçar diversas aproximações entre os conceitos e as reflexões feitas por cada um, além de relacioná-las com as contribuições dos outros autores.

Em termos conceituais, a visão gramsciana considera o Estado de forma mais ampla e, portanto, os meios de comunicação se configuram como aparelhos estatais, ainda que sejam propriedade privada. Já a segunda linha entende o “público”, ainda que no campo

teórico-normativo, como oposto ao privado e ao estatal, ou como a esfera responsável pela intermediação dessas instâncias.

Ainda que o filósofo italiano tenha uma compreensão de Estado ampliada, ele também emprega o termo em algumas situações de sua obra para se referir apenas à sociedade política. Assim, se aproxima da concepção habermasiana, na qual o Estado é visto como correspondente ao poder político. Além disso, as descrições do poder político em Habermas e de sociedade política em Gramsci são muito próximas, já que ambos são entendidos como a força coercitiva, sendo, portanto, a instituição responsável por manter a ordem.

Em relação à sociedade civil, Gramsci considera que ela é formada pelos aparelhos privados de hegemonia, enquanto Habermas vê nessa instância o espaço de troca de mercadorias e trabalho. Nesse sentido, o primeiro autor considera que as lutas por hegemonia ideológica ocorrem principalmente no âmbito da sociedade civil, que é parte do Estado (vale ressaltar, porém, que essas lutas também ocorrem em outras esferas); já o sociólogo alemão enxerga as disputas por consensos dentro da esfera pública, que seria separada do Estado e da esfera privada (da qual a sociedade civil, para ele, faz parte). Ainda assim, em ambos os casos, as disputas se concentram em uma esfera relativamente autônoma do poder político e econômico. Além disso, a ideia de consenso difere de um para outro, já que, para Gramsci, o consenso seria resultado de um conjunto de forças exercidas no campo social, enquanto o sociólogo alemão o enxerga como decorrência de diálogos racionais.

Mesmo com essas diferenças de compreensões, é possível pensar no conceito de televisão pública a partir das duas bases teóricas. Se por um lado, assume-se a ideia de que não há uma esfera dissociada e totalmente independente das instâncias do poder político e econômico, por outro também se considera a possibilidade de graus de autonomia e distanciamento – nesse sentido, embora Gramsci entenda a sociedade civil enquanto parte do Estado e relacionada às outras esferas, também compreende a necessidade de autonomia em relação à sociedade política. Portanto, por um lado, é possível pensar os meios de comunicação como parte da superestrutura ou do Estado ampliado, no sentido gramsciano, e, portanto, como instrumentos de hegemonia da classe dominante, mas que, como espaço de luta de classes, podem se configurar em determinadas situações como veículos de resistência. Por outro lado, é possível pensar os meios de comunicação como uma simulação da esfera pública, idealizada por Habermas, que pretendem se colocar como defensores do interesse público e como espaços de discussão, embora acabem por reproduzir as relações de dominância. Nesse sentido, a possibilidade de superação dessa ordem seria a partir do diálogo e da razão. Tanto um quanto outro autor considera a possibilidade de que as contradições do

sistema capitalista e da democracia se configurem como brechas para lutas contra-hegemônicas, ainda que de formas diferentes.

Dentre as determinações da Indústria Cultural, com os processos de padronização das produções culturais – apontadas pelos autores da escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer e até mesmo Habermas –, tem-se as possibilidades de autonomia relativa, defendidas por Williams. Nesse sentido, embora se relacione diretamente a produção cultural ao sistema econômico, Williams vai contra os determinismos econômicos e tecnológicos, defendendo que há diferentes graus de determinação. A partir dessa perspectiva, então, é possível pensar nas possibilidades de emergência de disputas por hegemonia na e a partir da televisão pública, sem deixar de considerar suas limitações. Feitas as discussões teóricas sobre a Indústria Cultural no sistema capitalista, pretende-se agora refletir e definir a perspectiva teórica sobre o conceito de “participação” e de “movimentos sociais”.

2.4 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A ideia de “participação” está profundamente relacionada com o conceito de democracia, cujas diversas teorias se debruçam sobre esse direito e dever. Diante da variedade de conceituações e abordagens sobre esses dois termos, torna-se necessário explicitar de quais perspectivas partem esta pesquisa.

No artigo “Democracia: um conceito em disputa”, Carlos Nelson Coutinho demonstra como o termo “democracia” é apropriado de diferentes maneiras por várias correntes ideológicas, indo do liberalismo ao marxismo. Assim, da perspectiva conservadora e liberal, representada, por exemplo, por Alexis de Tocqueville (1987), a democracia seria inevitável, mas correria o risco de transformar as sociedades em uma “tirania da maioria”. Assim, Tocqueville defendia a necessidade de se dirigir e educar essa democracia, de modo que sem o controle e a direção das classes mais poderosas, inteligentes e morais, a democracia ficaria “abandonada aos seus próprios instintos bárbaros” (TOCQUEVILLE, 1987, p.14). Do mesmo modo, John Stuart Mill se preocupa com a educação dos cidadãos para o exercício da democracia bem como com o risco da “tirania da maioria”, defendendo que:

a democracia não será jamais a melhor forma de governo, a não ser que este seu lado fraco possa ser fortalecido; a não ser que possa ser organizada de maneira a não permitir que nenhuma classe, nem mesmo a mais numerosa, possa reduzir todo o resto à insignificância política, e dirigir o curso da legislação e da administração segundo seus interesses exclusivos de classe. O problema está em achar os meios de impedir este abuso, sem sacrificar as vantagens características do governo popular. (MILL, 1981, p.88).

Assim, Mill defendia o sistema representativo, com a participação constante dos cidadãos e com a representação proporcional. Da mesma forma que Tocqueville e outros autores liberais, Mill via a impossibilidade de se atingir a igualdade plena, bem como a incompatibilidade entre liberdade e igualdade. Embora defendesse a extensão do sufrágio às mulheres, por exemplo, Mill defendia a necessidade de uma educação mínima – ou seja, a alfabetização – como pré-requisito para o direito ao voto, bem como se opunha à possibilidade de que pessoas que recebessem ajuda do governo fizessem parte da escolha dos representantes.

Por outro lado, autores marxistas, como Lênin (2011), viam a democracia na estrutura capitalista como um regime político da minoria, do qual os mais pobres permaneciam excluídos, já que faltava a eles, inclusive, o tempo para participar da vida política. Nesse sentido, embora essa forma de organização implicasse uma “igualdade”, na sociedade capitalista, essa igualdade seria apenas formal. Ainda assim, a democracia era considerada importante na luta da classe operária, sendo, porém, vista por Lênin como um limite a ser ultrapassado, uma etapa no desenvolvimento do comunismo. Desse modo, o autor defendia que “quanto mais perfeita for a democracia, tanto mais próximo estará o dia em que se tornará supérflua” (LÊNIN, 2011, p.153). Ou seja, a ampliação da democracia – considerada como uma forma de organização do Estado – contribuiria para acelerar a extinção de qualquer Estado, processo entendido como parte da realização do comunismo.

Também com base marxista, a partir de Georg Lukács, Coutinho defende a democracia como um processo e, portanto, adota o termo “democratização”, utilizado pelo filósofo marxista. Segundo ele, “o que tem valor universal é esse processo de democratização, que se expressa essencialmente numa crescente socialização da participação política” (COUTINHO, N., 2006, p.21). De maneira similar, o conceito de democracia, estabelecido por Gramsci, se relaciona com a ideia de “hegemonia” – sendo esta, segundo o autor, a conceituação mais realista e concreta. Assim, para Gramsci, a democracia existe “na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.” (GRAMSCI, 2007, p.287).

Ainda assim, segundo Coutinho, o processo de progressiva democratização se contradiz com a “apropriação privada dos mecanismos de poder” (COUTINHO, N., 2006, p.21).

o fato de que haja um número cada vez maior de pessoas participando politicamente de modo organizado, constituindo-se como sujeitos coletivos, choca-se com a permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, ou seja, apenas pelos membros da classe economicamente dominante ou por seus representantes. (COUTINHO, N., 2006, p.21-22).

Nesse sentido, a realização da democracia em sua plenitude, segundo Coutinho, implicaria a superação da ordem social capitalista. Assim, ele defende que “não há democracia efetiva onde existe excessiva desigualdade material entre os cidadãos” (2006, p.26). Além disso, argumenta que a democracia não é apenas o estabelecimento de “regras do jogo”, mas que essas regras devem ser efetivamente democráticas, a fim de permitir, inclusive, a democracia direta, afirmando que a “definição minimalista de democracia é uma mera ideologia, cujo objetivo principal é esvaziar a democracia do caráter subversivo e anticapitalista que, tanto teórica como praticamente, caracterizou-se desde sua origem” (COUTINHO, N., 2006, p.27).

A historiadora marxista, Ellen Meiksins Wood (2003), afirma que a compreensão tradicional da vertente socialista sobre a democracia – concepção que destaca o caráter contraditório da igualdade formal combinada com a desigualdade econômica e com a ausência de liberdade, a qual levaria a uma emancipação e a transformação socialista – tem sido renovada pelo entendimento do socialismo como expansão da cidadania e, conseqüentemente, da “democracia radical” como um substituto para o socialismo (WOOD, 2003, p.232). Diante dessas novas concepções, a autora argumenta que:

os efeitos da democracia capitalista foram muito mais ambíguos, e essa concepção de transformação social é um truque que nos convida a imaginar, se não uma transição suave da democracia capitalista para a socialista (ou “radical”), no mínimo a realização das aspirações democráticas nos interstícios do capitalismo” (WOOD, 2003, p.233).

No âmbito deste trabalho, não é possível aprofundar o conceito de democracia, suas concretizações no contexto contemporâneo, suas dinâmicas e limitações, mas essas ideias permitem localizar a pesquisa na perspectiva maximalista de democracia, a qual compreende a ampliação também dos espaços sociais de participação, bem como ressalta o entendimento das contradições inerentes a essa prática na estrutura capitalista.

Abordando a participação midiática, Nico Carpentier, oferece uma sistematização sobre as teorias acerca da participação democrática, dividindo-as entre as concepções minimalistas e maximalistas. Segundo ele (2011), as teorias minimalistas tendem a focar a representação e a delegação de poder, a partir de um ponto de vista que considera a política como privilégio das elites. Por outro lado, as maximalistas, equilibram participação e

representação, partindo de uma perspectiva de maximização da primeira. O segundo aspecto diferencial entre as duas abordagens diz respeito ao enfoque na macro ou na micro participação. Enquanto os minimalistas consideram apenas a perspectiva macro, ou seja, de decisões políticas a nível nacional ou de uma comunidade política imaginada, os maximalistas entendem a participação também na realidade micro – da escola, da família, do bairro, da igreja etc. Desse modo, os primeiros focam a política institucionalizada a partir de uma conceituação estreita de “política”, enquanto os maximalistas entendem a política como uma dimensão do social, perpassando diversas esferas.

Além disso, segundo Carpentier, os minimalistas consideram a participação unidirecional, ou seja, voltada apenas para a política institucionalizada. Mesmo quando exercida em outras esferas, esta seria o seu fim último, como, por exemplo, na perspectiva de formação da opinião pública para influenciar a política. Já os maximalistas partem da ideia de uma participação multidirecional, sem relação necessária com a política institucionalizada, de forma que, mesmo em outros espaços, possa se fortalecer a democracia. Por fim, os minimalistas buscam uma homogeneidade entre os atores envolvidos, a fim de conseguir se chegar a decisões políticas, enquanto os maximalistas defendem uma heterogeneidade dos atores.

Ambas as perspectivas teóricas poderiam ser adotadas para se analisar um veículo de comunicação. Aplicando as dimensões minimalistas ou maximalistas à participação no campo midiático, Carpentier afirma que, do ponto de vista minimalista, essa participação se restringe ao acesso ou à interação. Nesse sentido, ele afirma que: “A participação permanece unidirecional, articulada como uma contribuição à esfera pública, porém, muitas vezes, servindo às necessidades e aos interesses da própria grande mídia, instrumentalizando e incorporando as atividades dos participantes não profissionais” (CARPENTIER, 2011, p.69).

Nessa perspectiva, Carpentier afirma que a participação é considerada de um ponto de vista despolitizado. Principalmente com o desenvolvimento da Internet, a demanda por participação parece cada vez mais frequente. Entretanto, na prática, as empresas de comunicação acabam se apropriando da ideia em busca de fidelização da audiência e, portanto, manutenção dos lucros. Como Carpentier explica, em sua profunda crítica ao capitalismo, Marx afirmou a minimização da participação e a impossibilidade de uma igualdade nesse sistema, ainda que a sociedade capitalista aprofundasse a democracia (CARPENTIER, 2011, p.27).

Assim, como aparelhos de reprodução da hegemonia, os meios de comunicação comerciais se apropriam da busca por “participação” transformando-a em mais um adereço de

seu produto jornalístico. Com vídeos enviados pelo público, programas com a presença de telespectadores, canais na Internet etc., simula-se uma participação na esfera pública.

Ao discutir a mudança estrutural da esfera pública, Habermas aponta algumas inconsistências na consolidação desse espaço no capitalismo. Se o conceito parte da ideia da participação igualitária de cidadãos em uma esfera de deliberação pública, na prática, a própria definição de “cidadão” a partir da detenção de propriedade impede sua configuração idealizada. Assim, como já abordado, o autor defende que uma esfera pública, da qual alguns grupos são excluídos, não é uma esfera pública de fato (HABERMAS, 2003).

Com a criação dos meios de comunicação de massa, poderia haver uma possibilidade de ampliação do acesso à esfera pública, devido ao poder de alcance da tecnologia. Entretanto, como Habermas afirmou, a privatização dos meios levou à priorização de outros interesses e à exclusão de grupos da esfera pública midiaticizada, tal como é possível ocorrer com a Internet. Nesse sentido, teríamos uma esfera pública simulada.

Assim, a participação tão anunciada pelos meios de comunicação comerciais acaba ocultando a permanente exclusão de determinados grupos da esfera pública. Se a Internet ampliou o potencial de diálogo, por outro lado, o “fetichismo tecnológico” que a considera como um veículo sem nenhuma forma de controle e, assim, a chave para a democratização da comunicação, acaba ocultando as relações de poder e dominância que permanecem operando.

Diante destas considerações, opta-se pelo ponto de vista maximalista associado a uma perspectiva de autores marxistas. No sentido da participação na democracia, entende-se que esta última não se resume às questões eleitorais, mas se consolida a partir de seu fortalecimento nas práticas e na cultura. Portanto, o aprofundamento do sistema democrático dependeria também da democratização dos meios de comunicação. Além disso, as perspectivas maximalistas no campo da participação midiática, como afirmou Carpentier, consideram-na do ponto de vista político e tendem a defender sua maximização, indo além da mera interatividade ou do acesso, justificando, portanto, a escolha desse ponto de vista.

Considerando o conceito gramsciano de sociedade civil, a qual se constitui como a arena principal de disputa por hegemonia, bem como o interesse em se pensar a autonomia relativa da televisão, no sentido de distanciamento das determinações da sociedade política e do mercado, opta-se por pensar a participação específica da sociedade civil organizada – sendo, neste caso, selecionados os movimentos sociais enquanto objetos de análise. Assim, coloca-se como útil e coerente à nossa base teórica a definição sugerida por Cicilia Peruzzo sobre movimentos sociais populares, sendo eles:

articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e se organizam para reivindicá-los, quando, estes não são efetivados na prática. Aqueles de base popular se organizam na própria dinâmica de ação e tendem a se institucionalizar como forma de consolidação e legitimação social. Enquanto forças organizadas, conscientes e dispostas a lutar, são artífices de primeira ordem no processo de transformação social, embora um conjunto de fatores (liberdade, consciência, união) e de atores (pessoas, igrejas, representações políticas, organizações) se soma para que mudanças se concretizem. (PERUZZO, 2013, p.162).

Nesse sentido, ressalta-se que nem toda ação coletiva ou mobilização se constitui como movimento social – como, por exemplo, as pastorais sociais, ONGs, associações de classes profissionais, entre outras organizações. Além disso, dentre as duas correntes de pensamento dos estudos dos movimentos sociais evidenciadas por Peruzzo (1998) – a perspectiva de subordinação e a de cooperação –, assume-se a segunda, entendendo, portanto, que os movimentos sociais exercem um papel complementar aos sindicatos e partidos políticos na disputa política. Dessa maneira, esses movimentos atuam na “guerra de posições”, caracterizada por Gramsci, na luta pela constituição de uma nova hegemonia, a partir de suas reivindicações específicas.

Gramsci defende que a multiplicidade de instituições e atividades da vida social da classe trabalhadora “sejam desenvolvidas, organizadas de modo global, vinculadas num sistema amplo e agilmente articulado, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2011, p.71). Isso porque, segundo ele, os sindicatos profissionais se configuram como organizações de proletários, específicas de um período histórico dominado pelo capital, tendo assim uma função integrante e inerente à sociedade baseada na propriedade privada (GRAMSCI, 2004, p.287). O autor afirma ser essa a forma que a “mercadoria-trabalho” assume no sistema capitalista, quando se organiza a fim de dominar o mercado. Nesse sentido, os trabalhadores se tornaram vendedores de sua única propriedade, sendo ela a força de trabalho e a qualificação profissional.

Mais expostos aos riscos da concorrência, os operários acumularam suas propriedades em “empresas” cada vez maiores e mais abrangentes, criaram este enorme aparelho de concentração de carne para a labuta, impuseram preço e horários e disciplinaram o mercado. Recrutaram de fora ou geraram de seu próprio seio um pessoal administrativo de confiança, especialista neste tipo de negociação, capaz de dominar as condições de mercado, de estipular contratos, de avaliar as flutuações comerciais, de iniciar operações economicamente rentáveis. A natureza essencial do sindicato é concorrencial, não é comunista. O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode fornecer ao proletariado experientes burocratas, especialistas em questões industriais de natureza geral, mas não pode ser a base do poder proletário. (GRAMSCI, 2004, p.287-288).

Assim, os sindicatos seriam importantes para elaborar as experiências individuais e locais dos trabalhadores, realizando o nivelamento nacional das condições de trabalho e produção bem como criando “as condições objetivas nas quais as classes não podem mais existir nem renascer” (GRAMSCI, 2004, p.290). Portanto, se constituiriam como instrumentos de alcance de um equilíbrio vantajoso para o proletariado, frente ao poder capitalista. Para isso, porém, eles deveriam se empenhar em consolidar os conselhos de fábrica, responsáveis por unificar organicamente e dar coesão à classe trabalhadora. Gramsci estabelece a necessidade de uma relação intrínseca entre sindicatos e conselhos de fábrica, na qual o primeiro impeça que um “impulso caprichoso do conselho” leve a uma perda para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que o caráter “revolucionário” do conselho se direcione para a dissolução da “burocracia e do burocratismo sindicais” (GRAMSCI, 2011, p.81). O Conselho, segundo o autor, seria o espaço de universalização das reivindicações, enquanto o sindicato tenderia a legalizar e perpetuar a legalidade, já que age dentro de seus limites (GRAMSCI, 2011, p.80).

É possível, assim, traçar um paralelo dos Conselhos com o papel dos movimentos sociais no contexto capitalista, embora ele também esteja associado ao processo histórico em que se insere, exercendo determinada função no sistema. Além disso, a perspectiva universalista dos movimentos sociais se dissipa com a desestruturação da União Soviética e, portanto, com o declínio da crença no projeto socialista bem como com os crescentes questionamentos em relação à possibilidade de um projeto universal.

Embora não se tenha a pretensão de elaborar uma análise mais aprofundada dos movimentos sociais, torna-se necessário estabelecer algumas pontuações acerca de suas dinâmicas e configurações atuais, a fim de problematizar a ideia de sua representação. Assim, cabe ressaltar as mudanças por que passaram os movimentos sociais, tanto no contexto mais global – diante do declínio do projeto socialista, com a desestruturação da União Soviética – quanto no regional – devido à chegada ao poder de partidos de esquerda, cuja base eleitoral liga-se a movimentos tradicionais, nos países latino-americanos. Nesse sentido, como afirma Alfredo Falero (2007), para se analisar a resolução de necessidades na prática cotidiana, é necessário compreender tanto o passado – com experiências, memória, tradições – como o futuro – em termos de alternativas possíveis diante das conjunturas e da utopia. Desse modo, o autor assume a ideia de campo, de Pierre Bourdieu, a fim de entender as forças e os recursos que conformam e modificam as configurações internas do “campo popular”.

Dentro do que chamamos de campo popular, seus agentes participantes são organizações e movimentos sociais. Dito em termos gerais, estes promovem a

construção subjetiva e a implementação real de determinados direitos: o trabalho em melhores condições, o acesso à terra, uma moradia digna, a memória histórica e a reivindicação dos direitos humanos, etc. Nesse sentido, participam de uma batalha de subjetividades, de construção simbólica dentro do campo e com outros campos. (FALERO, 2007, p.130, tradução nossa).

No contexto contemporâneo, com as transformações sociais, segundo Falero, os espaços para além da esfera trabalhista e territorial passam a ser mais decisivos na constituição das subjetividades coletivas do que anteriormente (FALERO, 2007, p.128). Nesse sentido, Luiz Alberto Gómez de Souza apresenta alguns “Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais”, como o título de seu artigo indica. Apontando o caráter heterogêneo desse tipo de organização, Souza (1990) defende que eles não podem ser vistos apenas pela ótica da produção e do trabalho. Embora, segundo o autor, tenha-se tentado estabelecer uma divisão internacional de atuação dos movimentos – tendo os chamados “alternativos” (como o movimento feminista, negro, indígena e ecológico) maior atuação nos países centrais e os “populares” (referentes às desigualdades socioeconômicas) nos países periféricos –, o que se observa é um crescimento dos movimentos populares na Europa e dos alternativos na América Latina.

A partir dos três eixos da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade –, Souza apresenta os elementos que se modificaram e, apesar de conviverem com outros, se sobressaem nas configurações atuais dos movimentos sociais, sendo eles: 1) o caráter libertário da pessoa: indo além da defesa da liberdade, incluindo o pleno desenvolvimento do ser humano, a partir do mundo das aspirações e dos desejos; 2) o direito à diferença: adotando-se a ideia de que a “igualização sem mais” poderia se constituir como uma violência e um impedimento ao desenvolvimento individual, passa-se a defender os direitos a diferentes identidades; 3) a defesa do comunitário: indo além da fraternidade, com práticas solidárias no contexto da convivência e do trabalho (SOUZA, 1990, p.78-80). Além desses, ele defende que os movimentos sociais: passaram da defesa do “direito da pessoa ao direito da natureza e do planeta”; afirmaram “a descoberta simultânea do planetário e do pequeno” – com a sobrevivência de culturas regionais e locais diante de uma experiência transnacional; estão desenvolvendo “uma nova ética do trabalho e da produção” – na qual, embora o autor assuma a hegemonia do produtivismo e da razão instrumental, se formulam novas dimensões como “do tempo livre à liberação do tempo, libertação no trabalho e liberação do trabalho, do trabalhar menos para trabalharem todos etc.” (SOUZA, 1990, p.81); valorizam uma “ética do prazer, da gratuidade, da celebração e da fantasia”; e retornam à

crença no encantamento do mundo e seus valores, a partir da revalorização do “sagrado”, dos ritos e celebrações religiosas e místicas.

Além disso, Wood (2003) afirma as mudanças de concepção da esquerda sobre o âmbito no qual se estabelece a batalha pela emancipação humana – sendo possível traçar um paralelo com as transformações em relação aos movimentos sociais. O campo da luta de classes, então, se transfere da esfera econômica para a disputa por bens, denominados pela autora como “extraeconômicos”, ou seja, “emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática” (WOOD, 2003, p.227).

Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos – na verdade, o projeto socialista de emancipação de classe sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior da emancipação humana. Mas esses compromissos não resolvem as questões cruciais relativas a agentes e modalidades de luta, e certamente não resolvem a questão da política de classe. (WOOD, 2003, p.227).

Nesse sentido, segundo Wood, o capitalismo seria incompatível com algumas dessas questões extraeconômicas – como a paz e a ecologia –, mas não seria antagônico à igualdade racial e de gênero, por exemplo. Isso, porém, como a autora demonstra, não significa que o capitalismo possa garantir a emancipação da opressão racial ou de gênero. Pelo contrário, Wood considera que essas disputas terão pouca probabilidade de vitória, estando dissociadas da luta anticapitalista. Ainda assim, a supressão dessas relações de opressão extraeconômicas não garante a erradicação do capitalismo. Ao mesmo tempo em que o capitalismo permite a “redistribuição sem precedentes de bens extraeconômicos” – já que a desigualdade racial ou de gênero não seria uma condição estrutural de manutenção desse sistema, como o é a divisão de classes sociais –, ele desvaloriza esses bens e, a “indiferença pelas identidades extraeconômicas torna particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo” (WOOD, 2003, p.241). Ou seja, no capitalismo, segundo Wood, essas identidades são utilizadas para obscurecer o principal modo de opressão específico desse sistema.

A partir de outro enfoque, Falero (2007) aborda a influência dos novos cenários dos países latino-americanos – nos quais, os partidos, cujas forças políticas foram referências no histórico de mudanças sociais, chegaram ao governo – no projeto de contestação do sistema e expansão de direitos, a partir da qual se tem limitações na busca por consenso. Desse modo, segundo Falero, uma forma que se estabelece para conservar o consenso é a cooptação.

Por exemplo, em uma organização popular na qual os agentes individuais da mesma atuam indistintamente nesse espaço e no campo político, pode pesar mais o capital

social acumulado do que a capacidade de rebelião. Isto é: não se quer perder ou arriscar carreiras existentes ou potenciais dentro do campo político. Nesses casos, a lógica pragmática do campo político pode seguir predominando como lógica central e desestimular indiretamente posicionamentos mais críticos das organizações. Isso se observa em todos os casos, embora alguns chamem mais atenção pela história imediata, como na relação PIT-CNT – Frente Amplio – governo do Uruguai e a relação CUT-PT – governo do Brasil. (FALERO, 2007, p.133).

Nesse cenário, com reproduções de consenso político a partir da ocultação de desigualdades sociais e distintos interesses de classe e grupos, Falero defende que, nos países analisados, entre eles o Brasil, constrói-se uma postura de passividade e “despolitização”, no sentido de privilegiar o partido político como instrumento de mudança (2007 e 2014). A despolitização, segundo o autor, também se daria a partir de uma valorização do sentido “técnico”, “prático”, “instrumental”, em uma abordagem denominada por ele como “pós-política”. Ao pretender uma forma de integração social desvinculada de um projeto sociopolítico, com valorização de um “terceiro setor” – perspectiva apoiada e até mesmo incentivada, segundo Falero (2014), pelos governos progressistas, como o do Brasil –, constrói-se uma narrativa de “neutralidade”, que na prática oculta os diferentes interesses e contribui para uma postura mais passiva dos agentes sociais.

Assim, o autor defende a luta simbólica, a partir de uma perspectiva de Bourdieu, e o papel renovado dos movimentos sociais – enquanto promotores de novas formas de ser e estar no mundo, alternativas às hegemônicas –, a fim de que essas visões sejam desconstruídas. Nesse sentido, para Falero (2014), a existência de meios de comunicação massivos alternativos exerceria um papel central na constituição de um espaço de disputa simbólica em oposição aos meios hegemônicos, os quais se configuram como espaço de representação de grupos que tentam construir uma imagem de seus interesses particulares como sendo universais – estratégia tipicamente burguesa.

3 TV PÚBLICA: ENTRE O ESTADO E O MERCADO

Nos países da América Latina, em geral, a centralidade do sistema de radiodifusão foi ocupada por emissoras comerciais, seguindo assim o modelo norte-americano – com práticas específicas ao contexto social, econômico e político da região – em contraposição ao europeu (RINCÓN, 2002). Dessa maneira, pode-se dizer, em geral, que a lógica que perpassa o imaginário da população envolvida com o universo televisivo, tanto dos telespectadores como dos próprios produtores, é a comercial.

A exploração privada dos meios é combinada com um histórico de intervenções governamentais (tanto em nível federal quanto estadual e municipal) nos veículos de comunicação destes países. Muitos veículos, criados com o propósito “público”, acabam, assim, configurando-se como instrumentos dos governos do momento. Mas, como será discutido de forma mais profunda ao longo deste capítulo, também as emissoras comerciais, pretensamente desvinculadas dos interesses governamentais, exerceram ao longo de suas trajetórias o papel de propaganda e legitimação destes, bem como sofreram interferências e censuras dos ocupantes do governo.

Apesar das diferenciações entre os modelos comercial, governamental e público de comunicação – para além de todas as nuances e confusões conceituais explicitadas na introdução deste trabalho –, Othon Jambeiro (2002) defende que as características que diferenciam esses sistemas estão cada vez menos divergentes. Segundo o autor, as transformações tecnológicas, científicas, políticas e econômicas acabaram promovendo mais semelhanças do que distanciamentos entre esses modelos. Como ele afirma, há hoje:

forte tendência para um esmagador domínio do sistema comercial, sobretudo no que se refere aos valores básicos que o conceituam: racionalidade capitalista de gestão, obediência às leis do mercado, busca sistemática dos gostos e preferências da audiência, construção e manutenção de audiências específicas para produtos específicos. (JAMBEIRO, 2002, p.25).

Embora a crítica recorrente ao modelo público de televisão – principalmente, no Brasil e na América Latina – esteja relacionada à sua instrumentalização pelos governos, há também uma influência mercadológica em seu funcionamento, como será demonstrado mais a frente. Além disso, embora o ideal do *public service* – baseado no modelo europeu – seja, na literatura acadêmica em geral, exaltado, deve-se levar em conta que esta concepção muitas vezes é baseada em uma visão paternalista e elitista da sociedade e suas instituições, como afirma Jambeiro (2002, p.28).

Uma visão de fundo autoritário, geralmente expressa na afirmação de que o rádio e a televisão devem educar, informar e moldar o povo de acordo com os mais altos padrões culturais e ideológicos da sociedade (leia-se: os padrões das elites sociais dominantes, particularmente a alta classe média). A crença que os tem alimentado é a de que o povo não sabe o que quer, mas a elite sabe o que o povo necessita. (JAMBEIRO, 2002, p.28).

Em qualquer sistema midiático o Estado exerce, de alguma maneira, uma função, podendo inclusive ter o papel de promotor do campo como um todo. Segundo Bolaño (2000), o Estado atua como um “capitalista coletivo ideal”, guiando-se de maneira diferente do mercado, já que seu objetivo é garantir as condições para a produção da mais-valia pelas empresas capitalistas e não produzi-la diretamente. Jonas Valente⁷, baseando-se em Bolaño, afirma que o Estado garante assim “os interesses gerais da propaganda contra os interesses individuais não só dos capitais que operam no nível da concorrência como também dos grupos que disputam política e ideologicamente no âmbito do aparelho do Estado” (VALENTE, 2009, p.42).

A partir desta concepção, Valente enumera as diversas funções que o Estado vem exercendo historicamente no sistema de comunicação, a começar pelo papel de regulador e fiscalizador. Em relação ao primeiro, estão ligadas as atividades de definição das regras, da administração do espectro eletromagnético e do gerenciamento das concessões, permissões e autorizações para a exploração dos serviços. Enquanto a segunda envolve a vigilância em relação ao cumprimento dos compromissos institucionais.

Tendo em vista a necessidade de elaboração de consensos para a manutenção da coesão social, o Estado exerce também uma função promotora, indo além da coerção. A partir desta visão, ele teria cinco principais motivações para exercer seu papel de interventor:

1) a correção das assimetrias de mercado inerentes ao sistema capitalista; 2) fortalecimento de experiências com menos capacidade financeira na concorrência da Indústria Cultural; 3) o simples beneficiamento direto de capitais individuais; 4) o favorecimento com fins de obtenção de apoio político e financeiro à fração hegemônica no aparelho que executa a atividade de promoção em questão, e 5) a necessidade de se comunicar com a população (no caso da publicidade governamental) (VALENTE, 2009, p.44).

Sendo assim, para além das funções de sustentação do apoio político, o Estado teria também o papel de corrigir as assimetrias e diminuir em certa medida as desigualdades

⁷ Jonas Valente, ao mesmo tempo, em que aparece nessa dissertação como referencial teórico, é também jornalista da EBC e coordenador-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Os integrantes do “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” realizaram, em 2013, uma entrevista com Valente, em meio à greve dos funcionários da EBC – abordada no artigo “As narrativas dos jornalistas da TV Brasil: o campo interno de uma emissora pública brasileira” (com autoria de Allana Meirelles e Iluska Coutinho), o qual foi apresentado no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2015.

do sistema. Essa intervenção do Estado na Indústria Cultural, segundo Valente, se daria a partir de:

1) instrumentos de fomento à produção audiovisual, 2) mecanismos de redução de custos como renúncias ou isenções fiscais para elementos de despesa das atividades de comunicação, 3) políticas tarifárias ou influenciando nas condições de arrecadação de receitas de operadores, 4) financiamento direto aos meios de comunicação, 5) contratação dos operadores para prestação de serviços, o que pode ocorrer nas telecomunicações ou na radiodifusão, por meio dos anúncios publicitários dos seus órgãos. (VALENTE, 2009, p.44).

Além disso, Valente defende que o Estado assume o papel de “produtor”, “distribuidor”, “provedor” e “explorador”, sendo que, nos três primeiros casos, ele realiza uma etapa do serviço e o capital privado executa as outras, enquanto na última ele é o responsável pelo serviço final. Assim, os meios de comunicação públicos estariam inseridos na última categoria, já que o Estado se torna responsável pelo produto final. A partir destas reflexões e devido a uma dificuldade de definição teórica sobre o que é uma televisão pública, Valente propõe uma definição a partir da perspectiva gramsciana. Para ele, uma televisão pública é:

Um aparelho do Estado que desempenha uma função de reprodução ideológica por meio do estabelecimento de ‘consensos’ construídos a partir do embate entre as forças que disputam o seu controle e entre estas e as demandas do público a que se dirige, devendo, para isso, atuar na Indústria Cultural em concorrência com outros agentes a partir da tensão entre o seu modelo de financiamento disfuncional ao espaço e a resistência dos capitais à sua presença. (VALENTE, 2009, p.51).

Raymond Williams (1992) também abordou a relação entre Estado e instituições culturais. Segundo ele, há três importantes tipos de instituições pós-mercado: a patronal moderna, a intermediária e a governamental. A primeira corresponde às artes que, não sendo lucrativas e, portanto, inviáveis de participar da concorrência capitalista, são financiadas por instituições, como fundações, organizações de assinantes ou patronato privado. Já a intermediária diz respeito às instituições financiadas com recursos públicos, mas que dirigem sua própria produção, dando como exemplo a BBC. Por último, as governamentais corresponderiam àquelas que têm vinculação direta com o Estado. Nesse caso, Williams faz uma diferenciação entre aquelas que são totalmente subordinadas ao Estado – em uma acepção de Estado como poder político – e as que têm essa relação amenizada. Nas situações em que há um monopólio dos meios de produção cultural, essa condição de subordinação é intensificada. Por outro lado, naquelas em que a relação é mais amena, ele considera que:

embora se exerça a orientação política geral, na prática as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no patronato moderno e nos organismos intermediários, que também, é claro, possuem, de modos variados,

orientações políticas gerais de conformidade com a ordem social nas quais atuam.(WILLIAMS, 1992, p.55).

Em “Television”, Williams afirma que há uma ambiguidade na relação entre “interesse público” e o Estado. Nesse sentido, promove uma crítica aos sistemas de comunicação nos quais os meios são profundamente controlados pelo Estado.

Neste caso, a retórica liberal pode ser igualmente confusa porque não existe nenhuma equação simples entre o Estado em uma sociedade capitalista e o interesse público em sua definição mais ampla. O problema se torna ainda mais difícil de identificar devido à existência de verdadeiros monopólios estatais de teledifusão, como os que existem nas sociedades construídas seguindo o modelo da União Soviética e de alguns países subdesenvolvidos e da Europa ocidental. Nestas situações, o Estado pode ser corretamente identificado como uma versão partidária do interesse público (aqueles que estão sujeitos a ela e os observadores que a aprovam é outra questão) e o controle da teledifusão pelo Estado é uma função de controle estatal geral sobre a informação e a ideologia. (WILLIAMS, 1990, p.30).

Assim, embora se compreenda todas as funções do Estado explicitadas por Valente, assume-se também a necessidade de uma pluralidade e uma determinada autonomia relativa dos meios de comunicação em relação aos governos. Nesse sentido, Williams propõe uma distinção entre o “serviço público” tradicional – ou seja, controlado por “autoridades centrais designadas” – e um novo “serviço público” – “controlado democraticamente pelas comunidades locais e pelos que trabalham nas instituições” (1990, p.141). Ou seja, Williams propõe uma administração democrática dos meios de comunicação. Segundo ele, “pode ser que a única possibilidade de salvar as instituições públicas de sua provável derrota ou absorção por parte das novas instituições comerciais internacionais seja transformá-las em empresas experimentais plenamente democráticas” (WILLIAMS, 1990, p.141).

Para o autor, as tecnologias podem ser utilizadas para “afetar, alterar e, em alguns casos, controlar todo o processo social” (WILLIAMS, 1990, p.144). Williams reconhece, portanto, o potencial da televisão de se comportar como uma ferramenta “da larga revolução para uma democracia educada e participativa e a recuperação da comunicação efetiva nas sociedades complexas urbanas e industriais” (1990, p.144). Ao mesmo tempo, ela pode se constituir como uma ferramenta de “contrarrevolução”, permitindo assim que corporações multinacionais intensifiquem seus efeitos na vida das pessoas, “em todos os níveis, das notícias ao psicodrama, até que uma resposta individual e coletiva a diversos tipos de experiências e problemas chegue a estar limitada quase por completo entre suas possibilidades programadas” (WILLIAMS, 1990, p.144-145).

Dessa forma, entende-se que o Estado exerce o papel de promotor e regulador do sistema de comunicação, porém, não como um ente desinteressado, atuando, muitas vezes, no

sentido coercitivo, também nessa esfera. Dessa maneira, ainda que se assuma a possibilidade de sua interferência no setor, a autonomia relativa e a possibilidade de disputas por hegemonia no interior dos aparelhos ideológicos se constitui como requisito para a existência de um sistema democrático.

Assim, pensar a autonomia das emissoras – privilegiando-se, neste trabalho, os canais públicos de televisão – inclui analisar, entre outros fatores, em que medida a estrutura interna e externa da empresa permite que ela tenha um determinado grau de distanciamento em relação ao governo e ao mercado. A análise do campo externo deve levar em conta, por exemplo, o aparato legislativo que normatiza o sistema de comunicação, a forma como esta legislação é colocada em prática, o contexto histórico das TV's no país, a maneira como o mercado de televisão se configura, as relações de poder estabelecidas neste campo. Já do ponto de vista interno – sobre o qual este trabalho se debruça de forma mais profunda – deve-se observar o modelo institucional da empresa – incluindo as formas de financiamento, vinculação, gerência e fiscalização – e as práticas cotidianas no seu interior bem como os atores que constituem o campo.

3.1 O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRO

Como dito anteriormente, para compreender a TV Brasil, tanto no que diz respeito ao seu papel no campo da comunicação bem como às suas dinâmicas de funcionamento, é necessário contextualizá-la historicamente. Assim, pretende-se nos próximos tópicos deste subcapítulo apresentar a trajetória da televisão no Brasil, a partir da reflexão sobre o arcabouço legal que rege suas operações, sobre as dinâmicas mercadológicas e políticas que conformam o campo e sobre a posição histórica das emissoras públicas neste contexto. Para tanto, parte-se dos estudos da Economia Política da Comunicação e de Políticas de Comunicação no Brasil.

3.1.1 O histórico de políticas públicas para a comunicação

O contexto institucional das Comunicações no Brasil é marcado, segundo o professor Murilo Ramos⁸ (2006), pela “fragmentação política” e “dispersão regulamentar”.

⁸ O professor Murilo César Ramos, além de referência teórica desse trabalho, foi também integrante do Conselho Curador da EBC, de 2009 a 2015, como representante da sociedade civil. Assim, será também um ator analisado nas observações apresentadas no próximo capítulo dessa dissertação.

Fragmentação e dispersão que possibilitam (...) grande concentração de poder político, econômico e cultural em instituições de mercado, em detrimento do poder normativo, político, regulamentar e regulatório, do Estado e em oposição direta aos anseios de educação, informação e cultura que existem na sociedade. Por fragmentação política entenda-se a separação deliberada do poder decisório sobre a comunicação social eletrônica entre diferentes instâncias estatais. Por dispersão regulamentar entende-se a pulverização deliberada dos instrumentos legais que constituem o arcabouço legal da comunicação social eletrônica. (RAMOS, 2006, p.51).

Embora essa reflexão tenha sido feita em 2006 – à época da discussão sobre a criação da TV Brasil –, ela permanece válida, já que o panorama não se modificou substancialmente, como o próprio artigo do professor, “O Feitiço do tempo: o tímido legado de Lula e Dilma na Comunicação”, de 2015, comprova. Da mesma forma, Valente considera este ambiente disperso, sendo a normatização da comunicação pública caracterizada por quatro marcos regulatórios (VALENTE, 2009, p.92). De acordo com o autor, o primeiro se refere à regulamentação da radiodifusão, estabelecida na década de 1930, na qual o serviço é configurado como prioridade do Estado, podendo ser explorado por terceiros por meio de concessão.

Jambeiro por sua vez afirma que os Decretos 20.047, de 1931, e 21.111, de 1932, estabeleceram os princípios que norteiam a regulamentação da comunicação no Brasil, sendo eles:

(1) reserva da atividade para brasileiros; (2) conceituação da radiodifusão como serviço de interesse público, a ser utilizado com finalidades educacionais; (3) centralização do processo decisório e do controle da atividade no poder executivo; (4) exploração predominantemente privada da indústria. (JAMBEIRO, 2002, p.39).

A regulação da concessão e exploração dos canais de TV é, posteriormente, guiada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), aprovado em 1962. Segundo a avaliação de Jambeiro, a regulação do setor no Brasil tem suas raízes “no alto grau de nacionalismo” (2002, p.67), devido à restrição da participação estrangeira – tanto nos primeiros decretos quanto nas regulações posteriores – e a preocupação com o “interesse nacional”. Essa característica é fruto, primeiramente, do regime do Estado Novo com Getúlio Vargas, sendo reforçada, posteriormente, com a Ditadura Militar. Além disso, nos decretos da década de 30, também se estabelece o caráter de “serviço público” da radiodifusão. Porém, como Jambeiro afirma:

O resultado é que a qualificação legal da radiodifusão como um serviço público, de interesse público, e com finalidades educacionais tornou-se meramente retórica, sem consequências objetivas em termos de implementação. Na prática, o modo comercial de exploração da TV tem sido esmagadoramente predominante e o número e qualidade de programas de entretenimento têm superado de longe aqueles com características educacionais. (JAMBEIRO, 2002, p.68).

Voltando aos marcos estabelecidos por Valente, o segundo marco seria o Decreto-lei 236, de 1967, que cria o serviço de televisão educativa. Entretanto, esses canais educativos não eram exclusividade das entidades públicas, já que fundações privadas também podiam operá-los. Ainda assim, havia a proibição de publicidades e patrocínios. Dessa forma, criava-se um novo tipo de outorga, não baseada na comercialização, além da obrigação de transmissão de programas educativos por parte das emissoras comerciais de televisão (BRASIL, 1967).

É, porém, também com este decreto que se abre uma “brecha legal”, como Venício de Lima (2008) aborda, para a continuação da prática do “coronelismo eletrônico” – que será tratada mais à frente – na década de 1990. Isso porque o decreto exclui a necessidade de edital, previsto no Código Brasileiro de Comunicações, para a outorga dos canais educativos (BRASIL, 1967) – norma que permanece mesmo depois da Constituição de 1988.

O terceiro marco, segundo Valente, é estabelecido justamente pela Constituição Brasileira de 1988. Nela, assume-se que “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.” (BRASIL, 1988, p.101). Porém, a ausência de uma definição clara sobre esses conceitos acaba levando a interpretações variadas sobre que emissoras compõem ou não o campo público de radiodifusão.

Além disso, a Constituição criou o Conselho de Comunicação Social e, apesar de manter como competência do Poder Executivo a outorga e a renovação de concessão, acrescentou a necessidade de apreciação do Congresso Nacional (BRASIL, 1988, p.101). Com o Decreto 1720, de 1995, instituiu-se também a necessidade de abertura de um edital para processo seletivo com fins de obter a outorga de exploração dos serviços de radiodifusão – exceto para os canais educativos (BRASIL, 1995a).

Além disso, a criação – pelo Decreto nº 96.291, de 1988, em conjunto com a Portaria Interministerial nº 236, de 1991 – de uma nova categoria de outorga de radiodifusão, as retransmissoras de TV de caráter misto, apesar de ter expandido a rede de emissoras educativas, possibilitou também a entrada de atores privados no campo público (STEVANIM, 2011, p.57). Como Venício de Lima⁹ (2008) defende, configurou-se aí mais uma “brecha

⁹ Tendo substituído o professor Murilo César Ramos, Venício de Lima ocupa, atualmente, uma cadeira no Conselho Curador da EBC, enquanto representante da sociedade civil, tendo sido indicado via consulta pública. Sua atuação, porém, não foi contemplada nas análises empreendidas das reuniões do Conselho

legal” para a prática do “coronelismo eletrônico”, já que, em 1998, o Decreto 2.593 permitiria a transformação das RTV’s Mistas em geradoras educativas. Segundo Stevanim, verificam-se, portanto, entre as TV’s educativas vinculadas a entidades privadas, três tipos de propriedade das outorgas:

a) políticos das instâncias federal, estadual e municipal, por meio de posse direta, apadrinhamento ou registro em nome de familiares; b) igrejas ou autoridades religiosas, como pastores e padres; c) empresários de pequeno e médio porte e instituições filantrópicas locais, ambos sob a forma de fundações privadas. (STEVANIM, 2011, p.68).

Assim, a prática do “coronelismo eletrônico” também se verificou no âmbito da comunicação pública. Segundo Lima (2008, p.33), essa “brecha” da legislação só desapareceu em 2005, com o Decreto 5.371, no qual não consta a possibilidade de transformação das retransmissoras mistas em geradoras educativas.

Já o quarto marco regulatório da comunicação pública, definido por Valente, é a formulação da Lei do Cabo (Lei 8.977 de 1995), que previa a criação de canais públicos, educativos e comunitário: um para o legislativo municipal/estadual, um para a Câmara dos Deputados e um para o Senado Federal – sendo estes destinados à documentação dos trabalhos e à transmissão ao vivo das sessões das casas; um canal universitário – reservado para uso compartilhado entre as universidades dos locais da prestação de serviço; um canal educativo-cultural – destinado a órgãos que se dedicam a essas esferas na administração federal, estadual e municipal; um canal comunitário – reservado para entidades não governamentais e sem fins lucrativos; e, por fim, um canal para o Supremo Tribunal Federal, adicionado pela Lei nº 10.461 de 2002 – com a proposta de divulgação dos atos e serviços do Judiciário (BRASIL, 1995b). Embora grande parte da Lei do Cabo tenha sido modificada pela Lei nº 12.485 de 2011, a existência destes canais continua vigorando, sendo adicionados alguns outros por esta última, como: um canal para prestação de serviço da radiodifusão pública pelo Poder Executivo; um canal oficial do Poder Executivo; e um canal de cidadania (BRASIL, 2011).

Elaborada a partir de um processo de negociação e discussão pública entre diferentes atores – desde entidades da sociedade civil, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), até setores empresariais –, a Lei do Cabo, como Santos (2004) afirma, trazia uma esperança de democratização do campo da comunicação. Entretanto, a parceria entre as redes de TV por assinatura e os *global players* das

telecomunicações, evidenciou não uma ruptura, mas uma permanência do sistema hegemônico, como Santos explica (2004, p.17).

Para além da Comunicação Pública, em 1997 foi sancionada a Lei Geral das Telecomunicações – Lei 9.472, gerando, segundo Murilo Ramos (2006), uma esquizofrenia normativa, já que modificava o Código Brasileiro de Telecomunicações no que se refere à TV por assinatura e à telefonia, enquanto a radiodifusão (TV aberta e rádio) permaneceu regulada pelas normas de 1962 (RAMOS, 2006, p.60). A Lei de 1997 cria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a qual fica responsável, então, pela outorga das concessões deste setor, enquanto as da radiodifusão permanecem no controle do Poder Executivo.

De acordo com Santos, essa separação jurídica gerou dois mercados divergentes: o das telecomunicações, com possibilidade de entrada do capital estrangeiro e, portanto, configurando um oligopólio de empresas globais; e o da radiodifusão, herdando a tradição política brasileira, com as práticas de coronelismo político (SANTOS, 2004, p.121).

Segundo Valente (2006), a partir do histórico de políticas para a Comunicação no Brasil, pode-se afirmar que as emissoras públicas tiveram papel de “complementaridade marginal”. Nesse sentido, as empresas privadas representam, historicamente, a hegemonia no setor. Mesmo durante o período ditatorial – contexto no qual, em outros países, as emissoras públicas foram transformadas nos principais instrumentos de propaganda do governo –, a emissora privada, Rede Globo, exerceu o papel principal de propaganda do regime. Desta maneira, a própria ideia de televisão que os cidadãos brasileiros têm está muito relacionada ao modo comercial e ao “padrão Globo” de produção. A ausência de referência de uma emissora pública nacional bem como do próprio entendimento do que é “público”, em sentido mais geral, influencia na forma como se deu a criação e o desenvolvimento da empresa de comunicação pública no país.

3.1.2 O mercado de televisão no Brasil: a dominação econômica

A criação e o desenvolvimento da televisão como um empreendimento comercial, seguindo, assim, o modelo de teledifusão americano, marca a trajetória deste meio de comunicação e a cultura midiática criada no país. Difere-se, assim, dos países europeus, onde a televisão nasceu pública. Este veículo surgiu no Brasil em 1950, com a TV Tupi, a partir de um investimento do empresário Assis Chateaubriand, mas, até meados daquela década, manteve um caráter experimental (BOLAÑO, 2004). Como Othon Jambeiro afirma, em seu livro “A TV no Brasil do século XX”, nesta primeira década de existência, a televisão

funcionava como uma “extensão do rádio”, herdando deste “os padrões de produção, programação e gerência, envolvidos num modelo de uso privado e exploração comercial” (JAMBEIRO, 2002, p.51).

A partir do estudo da história econômica da televisão no Brasil, presente na obra “Mercado Brasileiro de Televisão”, César Bolaño estabelece algumas fases deste mercado. Para tanto, o autor assume a Indústria Cultural com um duplo papel no sistema capitalista – tanto ideológico quanto de empresa capitalista em seu sentido mais estrito. Além disso, como recorte do estudo, analisa apenas o sistema comercial, excluindo, portanto, as emissoras estatais. Ainda assim, a obra se coloca como uma referência importante para esta pesquisa no esforço de compreensão da lógica econômica que historicamente perpassou o campo da Comunicação.

Bolaño defende que a primeira fase do mercado de televisão brasileiro pode ser denominada “mercado concorrencial”. Isso porque, segundo o autor, a única barreira de entrada de uma empresa neste setor seria, nesta época, a institucional, devido à necessidade de concessão do Estado para exploração de um canal de TV. De acordo com Bolaño, havia neste período um desinteresse dos maiores capitais por este mercado bem como uma fragilidade daqueles que se direcionavam a este setor. “O público atingido é limitado, a programação é predominantemente experimental e localizada, e o setor de publicidade (agências e anunciantes) determina não apenas o preço, mas a própria produção de TV” (BOLAÑO, 2004, p.198), explica o autor.

A década de 60 marca, então, o período de transição, no qual o mercado de TV obtém um crescimento, atraindo importantes capitais, sendo o ano de 1965, o de “ruptura fundamental” (BOLAÑO, 2004, p.155), segundo Bolaño. É neste ano que a Rede Globo inicia suas operações no Rio de Janeiro e a partir dele que se estabelece um “mercado oligopólico” de televisão no país, marcado pela concentração e centralização. Criada com o apoio do capital bem como do *know how* estrangeiro, a partir do acordo com a empresa norte-americana Time Life – embora a legislação brasileira proibisse a participação de empresas estrangeiras na direção das emissoras de TV – a Globo configurou-se como uma empresa “altamente competitiva” e com conhecimento técnico capaz de implantar um modelo de televisão semelhante ao americano (BOLAÑO, 2004, p.113).

A entrada da TV Globo no mercado de televisão também alterou a relação entre as emissoras e os anunciantes. Se antes estes interferiam diretamente no conteúdo produzido, com a nova emissora faz-se uma diferenciação entre o público consumidor e o anunciante, de modo que se torna estratégia da empresa conquistar uma audiência fiel a fim de se obter um

potencial de negociação dos espaços comerciais, como Bolaño explica. Segundo o autor, é neste momento que a noção de tempo como mercadoria se configura (BOLAÑO, 2004, p.119).

As características de concentração e centralização serão reforçadas na década de 70, na qual, de acordo com Bolaño, há uma maior estabilidade na concorrência e o maior desenvolvimento deste sistema. O autor afirma que “é a partir desse momento que se pode falar com propriedade em uma Indústria Cultural setorial e nacionalmente integrada que constitui um ramo interessante ao capital monopolista” (BOLAÑO, 2004, p.198).

Nesse período, já tendo atingido a liderança comercial, a Globo assume um padrão tecno-estético, denominado “Padrão Globo de Qualidade”, que contribuirá para a consolidação de sua audiência e a criação de “um hábito profundamente arraigado nas mais amplas camadas da população” (BOLAÑO, 2004, p.215). Assim, o imaginário social brasileiro é perpassado pelo modo de se fazer televisão desta emissora. Para além do público, pode-se dizer que as próprias faculdades de Comunicação e Jornalismo brasileiras foram influenciadas por esse modelo, de modo que o ensino do fazer telejornalístico segue e ainda cobra este padrão.

Na década de 80, mudanças mais lentas e menos claras ocorreram neste mercado, com a entrada de novas emissoras, porém sem um questionamento incisivo sobre o poder da Rede Globo, que permaneceria “determinando as regras do jogo” (BOLAÑO, 2004, p.155). Intitulada pelo autor como “concorrência oligopólica”, a fase que vai da segunda metade da década de 70 até o início dos anos 80 tem a entrada de novos capitais. Até então, havia apenas duas redes nacionais: a Globo e a Tupi. Nesse período, desenvolvem-se outras, como o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a Rede Bandeirantes, a Rede Manchete e a Rede Record.

O último período tratado por Bolaño é o da “multiplicidade da oferta” – termo cunhado por Valério Brittos (1999 apud BOLAÑO, 2004, p.25) – que se efetiva a partir de 1995, com os canais pagos e segmentados, o desenvolvimento tecnológico e as mudanças no marco regulatório. Neste novo contexto, as redes de televisão, em especial a Rede Globo, adotam novas formas de atuação e expansão no mercado. No caso da Globo, por exemplo, com investimentos internacionais e nos canais por assinatura. Porém, como ressalta Bolaño, a competição na TV segmentada é mais complexa do que na TV de massa, já que envolve capitais locais, nacionais e internacionais.

Em relação à tendência de segmentação, observada por Bolaño tanto nas TV’s fechadas como abertas, ela seria acompanhada por um movimento de massificação. Nesse

sentido, considera haver uma relação entre o sistema econômico brasileiro e o das comunicações, cujo caráter é excludente. Assim, como o autor explica, a segmentação geraria uma exclusão, devido aos preços, de modo que apenas uma parte da população tenha a possibilidade de acesso aos conteúdos diferenciados e de padrões internacionais. Enquanto isso, à maioria, seria destinada uma programação “massificada e de baixíssima qualidade” (BOLAÑO, 2004, p.275).

No livro “Mercado Brasileiro de Televisão”, Bolaño afirma a possibilidade de que a televisão aberta perca sua centralidade na Indústria Cultural brasileira, devido ao “fenômeno da convergência permitido pela digitalização geral da comunicação e pela expansão acelerada das redes de telecomunicações de última geração, implementadas por uma forte vontade política, organizada hegemonicamente em nível mundial” (BOLAÑO, 2004, p.274). Nesse sentido, porém, o autor não considera que a ampliação das possibilidades comerciais e o aprofundamento da multiplicidade da oferta signifique o fim dos oligopólios ou a democratização da comunicação. Segundo ele, pelo contrário,

o movimento em curso é de expansão da lógica capitalista e da concentração, de forma irresistível, ainda que *pour cause* se expandam também as contradições inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista, abrindo possibilidades inesperadas de ação transformadora. (BOLAÑO, 2004, p.274).

Assim, apesar do discurso fetichista, atualmente recorrente, sobre a Internet e as novas tecnologias, o que se percebe é um aprofundamento da concentração econômica, no âmbito da Indústria Cultural. Com o desenvolvimento da TV digital, por exemplo, abriu-se a possibilidade de adoção de uma tecnologia desenvolvida nacionalmente e de forma descentralizada, além de promessas de democratização do acesso, incentivo a produções locais e regionais, e promoção da inclusão social e da diversidade cultural (BOLAÑO E BRITTOS, 2007b, p.94). Entretanto, como Bolaño e Brittos afirmam, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, optou-se pelo padrão japonês de televisão digital, o qual tinha sido defendido principalmente pela Rede Globo de Televisão.

A vitória do padrão japonês favoreceu os radiodifusores, que, acima de tudo, podem continuar transmitindo diretamente seus canais, sem o operador de rede e, o que é essencial, sem terem que discutir a abertura de espaço para novos programadores, na multiprogramação de seus canais (BOLAÑO E BRITTOS, 2007b, p.95).

Segundo os autores (2007a, p.215), com os processos de digitalização da TV, as disputas entre as empresas de comunicação se acirraram, tanto com a elevação dos custos quanto com a popularização da programação devido à estratégia de se atingir o maior número de pessoas possível. Nesse cenário, de dificuldades para a TV aberta, a TV Globo foi a mais

afetada em termos de audiência e faturamento, já que seu público principal seria equivalente ao dos canais por assinatura (BOLAÑO E BRITTOS, 2007a, p.224). Ao mesmo tempo, porém, os autores afirmam o papel ainda hegemônico da empresa, com a ocupação do primeiro lugar no setor de televisão paga, além de suas ações transnacionais (2007a, p.216).

Com o avanço tecnológico e as mudanças no marco regulatório, permitindo, por exemplo, a participação de capital estrangeiro nas organizações de comunicação, o contexto se torna ainda mais complexo. Na Lei do Cabo de 1995, estabelecia-se que a concessão de TV a Cabo poderia ser outorgada apenas a empresas com pelo menos 51% do capital total pertencente a brasileiros. Assim, já possibilitava a participação internacional no setor, que foi ampliada pela revogação dessa condição, pela Lei 12.485 de 2011. Já a participação de estrangeiros nas empresas detentoras de concessão de serviço de radiodifusão (TV aberta e rádio) é limitada a 30% do capital total de cada empresa, como determinado pela Lei 10.610 de 2002.

A Lei 12.485, de 2011, cria outra limitação às empresas de radiodifusão, impossibilitando o controle, por parte destas e das produtoras e programadoras, de mais de 50% da empresa prestadora de serviços de telecomunicações. Do mesmo modo, o controle das empresas de radiodifusão, produtoras e programadoras não pode ter mais do que 30% de presença das prestadoras de serviços de telecomunicações (BRASIL, 2011). Assim, restringe-se em alguma medida a propriedade cruzada.

Segundo Sonia Virgínia Moreira e Marlen Barbosa Couto (2014, p.2), apesar da entrada de corporações internacionais de telecomunicações na disputa, os grupos familiares permanecem ainda controlando os meios de radiodifusão e de informação nacionais, sendo eles: “os Civita, do Grupo Abril; os Marinho, das Organizações Globo; os Frias, do Grupo Folha; os Saad, do Grupo Bandeirantes, e os Mesquita, do Grupo Estado” (2014, p.7). Além disso, a Rede Globo se mantém hegemônica no chamado “Sistema Central de Mídia do Brasil”, analisado por James Görgen. A partir de dados do projeto “Donos da Mídia”, de 2009, o autor aponta os principais conglomerados do Brasil, sendo eles: as Organizações Globo – com a Rede Globo; o Grupo Sílvio Santos – com o SBT; o Grupo Bandeirantes – com a Band; a Igreja Universal do Reino de Deus – com a rede Record; o Governo Federal – com a EBC; a TeleTV – com o canal Rede TV!; o Grupo Abril – com a MTV Brasil; o grupo de Amaral de Carvalho – com a Jovem Pan; o Governo do Estado de São Paulo – com a TV Cultura; e a Organização Monteiro de Barros – com a Rede Vida. Destes, as Organizações Globo permanecem como o principal conglomerado do Sistema Central de Mídia do Brasil, afirma Görgen (2009, p.101). Segundo os dados de 2009, o conglomerado possui 383

veículos, sendo 69 próprios. Além disso, a Globo possui atividades em áreas como internet, editorial e fonográfica (2009, p.101).

Inserida neste contexto, a TV Brasil, ainda que tenha a proposta de uma programação diferenciada, acaba por sofrer influências do modelo comercial de radiodifusão. Além disso, com a presença de fortes capitais no setor, possui limitações no que diz respeito à busca por audiência. Ainda que a emissora não precise se pautar unicamente por este parâmetro, sua legitimação – assim como a de qualquer veículo, mesmo que por razões diferentes – está relacionada à conquista de público. Nesse sentido, cabe refletir que o condicionamento dos telespectadores em relação ao modelo de TV historicamente hegemônico pode influenciar a falta de interesse pela emissora. Além disso, os debates sobre democratização dos meios e sobre a criação de canais públicos de rádio e teledifusão acabam limitados a certos ambientes e grupos, já que esse assunto não é tratado pelos grandes veículos de mídia que, em geral, não se beneficiam com essa discussão. Soma-se a isso, os fatos de que os grandes conglomerados de mídia possuem um poder de influência na agenda política e o de que, no Congresso Nacional, há a presença de empresários da comunicação.

3.1.3 A prática do “Coronelismo Eletrônico”: a dominação política

Além das características do mercado de televisão apontadas no item anterior, há também, no Brasil, como diversos autores da comunicação demonstram – entre eles, a professora Suzy dos Santos e o professor Venício de Lima, citado anteriormente –, uma relação íntima entre governos e concessionários de rádio e televisão. Como Santos explica, as concessões das emissoras são dadas a partir de “critérios privilegiadamente políticos, o chamado clientelismo, e os proprietários de veículos escolhem ministros e ditam as regras que vão regulamentar o setor.” (SANTOS, 2004, p.77). Além disso, a autora afirma que, entre os anos 30 e 60 do século XX, a relação entre os governos e as empresas de comunicação era de beneficiamento quando havia um alinhamento político – destinando a elas a propaganda oficial, renovando concessões e dando incentivos fiscais – enquanto os veículos “não oficialistas” eram prejudicados – por meio de censura, cassação ou suspensão das operações e prisão dos trabalhadores (SANTOS, 2004, p.78).

Segundo a autora, no período militar, por exemplo, as concessões de radiodifusão eram distribuídas para as elites políticas que apoiavam o regime. Assim, historicamente, no Brasil, o processo de outorga para exploração de canais de TV e rádio foi dominado pela prática denominada como “coronelismo eletrônico”. Segundo Santos, essa expressão “inclui a

relação de clientelismo político entre os detentores do Poder Público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracterizaria uma televisão na qual o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares.” (SANTOS, 2004, p.142)

Com a passagem do regime autoritário para a democracia, segundo Santos, há uma modificação na forma de clientelismo, que deixa de ser predominantemente baseado na punição e passa a ser realizado a partir da sedução e da promessa de vantagens (2004, p.146). Além disso, multiplicam-se as possibilidades dessa prática nas comunicações. Segundo a autora:

O Estado nem sempre representa o patronato nessa situação. Às vezes ele é cliente do capital internacional, quando tem de submeter a administração da nação aos critérios do FMI; outras vezes é cliente do mercado, quando a aprovação dos candidatos pelas empresas de comunicação se constitui num dos quesitos para a viabilidade de uma campanha eleitoral. Há também situações, mais raras, nas quais o Estado agradece aos favores de movimentos da sociedade civil. (SANTOS, 2004, p.146-147).

Devido à centralidade da televisão aberta nas últimas décadas no país, a prática de “coronelismo eletrônico” se tornou uma ferramenta comum e poderosa para a manutenção dos poderes políticos. Santos explica que o governo do presidente José Sarney continuou com os critérios clientelistas do regime militar para outorga de concessões. Tendo como ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães, o presidente manteve as concessões anteriores e as utilizou como moeda de troca na votação da emenda constitucional referente ao mandato presidencial de cinco anos, conforme relata a autora (2004, p.151).

Das 1.028 concessões distribuídas, 82 se referiam à televisão. Destas, 43 foram distribuídas no ano da votação da emenda constitucional, sendo 30 divididas entre parlamentares de partidos aliados ao Governo. Assim, o número de parlamentares proprietários de veículos de radiodifusão subiu de 55 para 146, totalizando 26,1% dos 559 constituintes (Motta, 1994, p. 163-180). Além do apoio ao mandato de cinco anos, o Ministro e o Presidente também agiram em benefício próprio autoconcedendo, respectivamente, sete e três concessões de geradoras de TV. (SANTOS, 2004, p.152).

Do mesmo modo, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a emenda constitucional relativa à possibilidade de reeleição do presidente também foi aprovada tendo as concessões de rádio e TV como moeda de troca. Segundo Santos, as retransmissoras mistas de televisão – cuja outorga não necessitava de discussão no Congresso – foram distribuídas, até 1997, da seguinte maneira: “268 foram entregues a políticos; 342 ao grupo SBT; 319 à Rede Globo; 310 à Rede Vida, ligada à Igreja Católica; 252 a Bandeirantes;

226 à Manchete; 151 à Rede Record, da Igreja Universal do Reino de Deus; e, por último, 125 às TVs educativas” (SANTOS, 2004, p.153), totalizando 1848 concessões.

Porém, como a autora afirma, essas relações nem sempre são óbvias, já que muitas vezes a propriedade não está diretamente ligada ao político, mas ele se beneficia direta ou indiretamente dela. Nesse caso, ela cita a relação entre deputados evangélicos e as emissoras vinculadas a igrejas. Segundo Santos, com a compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus, em 1989, é possível falar de “Igreja Eletrônica”, sendo as igrejas um novo ator na Indústria Cultural do país (SANTOS, 2004, p.175).

3.1.4 O campo público da comunicação: entre crises e instrumentalizações

Há, na literatura brasileira sobre as emissoras públicas, diversos autores que se dedicaram ao tema, inclusive, promovendo pesquisas sobre esse modelo de televisão em outros países e, portanto, estabelecendo parâmetros de comparação para se pensar o sistema brasileiro. Exemplos disso foram os estudos sobre a BBC, empreendidos pelo professor Laurindo Leal Filho (1997), e sobre a PBS, realizados pelo jornalista Bruno Sodré (2007). Do mesmo modo, pesquisas sobre a TV Cultura, por exemplo, também foram desenvolvidas – como pela jornalista Teresa Montero Otondo (2002, 2012) –, além das reconstituições históricas das televisões educativas (FORT, 2005) ou das televisões públicas (CARRATO, 2013) no Brasil. Com a criação da EBC e da TV Brasil, novos estudos se estabeleceram, seja com o foco no processo de constituição da empresa – como o livro de Itamar Aguiar (2012) e a dissertação de Jonas Valente (2009) –, sobre instrumentos internos específicos – como as pesquisas sobre a Ouvidoria e Rádio, realizadas na UnB e coordenadas pelos professores Fernando Oliveira Paulino e Luiz Martins da Silva (2013) – ou ainda, sobre o conteúdo audiovisual exibido – como, por exemplo, a pesquisa desenvolvida pelo “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais”, da UFJF, coordenado pela professora Iluska Coutinho (2011, 2013). Muitos desses estudos, a partir de uma perspectiva normativa, tendem a abordar os potenciais e como deveria se constituir esse sistema no Brasil. Nesse subcapítulo, porém, o interesse reside em pontuar os marcos históricos desse modelo de televisão, abordando os conflitos envolvidos no seu desenvolvimento no Brasil, sem necessariamente estabelecer comparações com o modo como ele se constitui em outros países.

Da mesma forma que o mercado de televisão comercial se consolidou a partir da década de 60, é também neste período que a criação de uma televisão pública entra na agenda de discussão política. Segundo Valente (2009, p.54), outras tentativas foram iniciadas em

períodos anteriores, como no governo de Getúlio Vargas, não tendo, porém, obtido sucesso. Vale lembrar que o campo público da comunicação já teria tido experiências com o rádio, já que o surgimento deste veículo, no Brasil, se deu a partir de experiências não comerciais. Além disso, é na década de 30 que se estabelece o modelo de concessão das emissoras de radiodifusão, sendo o Estado responsável pelo espectro eletromagnético, podendo conceder a exploração dos canais a empresas (JAMBEIRO, 2002, p.45).

No estudo sobre a TV Pública no Brasil, mais especificamente sobre a criação da TV Brasil, Valente estabelece uma periodização histórica da trajetória das emissoras públicas. A primeira fase é denominada por ele como “Instrumento de Teleducação”, indo de 1967 a 1981. A partir da necessidade de massificação da educação, nos anos 60, a fim de oferecer mão de obra qualificada para o processo de industrialização do país, viu-se a possibilidade de implementação de TV’s educativas, seguindo-se uma tendência dos países latino-americanos, explica Valente (2009, p.55). Nesse sentido, havia também nesses projetos de programas educativos – inclusive, em emissoras comerciais – um viés ideológico, em favor da Ditadura Militar.

Segundo Jambeiro, a indústria de televisão é utilizada pelos militares como um instrumento de desenvolvimento econômico do Brasil. Além de criar oportunidades de trabalho, gerava também um mercado para os bens materiais e simbólicos. Soma-se a isso, a preocupação do regime em se legitimar ideologicamente, abafando as posições contrárias (JAMBEIRO, 2002, pp.73-74).

É somente em 1967, porém, que uma TV pública entra em funcionamento, sendo ela a TV Universitária de Pernambuco, a qual foi acompanhada pela criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). A TV Cultura, uma das principais referências no campo público de televisão brasileira, foi criada em 1960, pelos Diários Associados – tendo, inicialmente, portanto, um caráter comercial. Após crises econômicas, geradas principalmente depois de um incêndio ocorrido nas instalações da emissora, ela é vendida para o Estado de São Paulo, passando a ser gerida pela Fundação Padre Anchieta e voltando ao ar em 1969, com o caráter “público”. Como Valente defende, as emissoras públicas desde o início assumiram um papel de “complementaridade marginal” no sistema. Não havia interesse do regime militar em consolidar uma rede de televisão pública no país, já que sua sustentação ideológica já era dada pela TV Globo.

Santos explica que, diferentemente de outros regimes militares da América Latina, a ditadura brasileira não estatizou as redes de televisão, apoiando o modelo comercial de exploração, a partir da criação de uma infraestrutura necessária para a distribuição da

programação, por meio do Sistema Nacional de Telecomunicações (SANTOS, 2004, p.92). Nesse sentido, a Rede Globo foi a maior beneficiada, adotando uma postura de “porta-voz” do governo. Para além da submissão ao governo, este veículo de comunicação, como Bolaño explica (2004, p.112), atuou também na legitimação do padrão de desenvolvimento econômico adotado, o qual seguia os parâmetros dos Estados Unidos. Além disso, a ditadura se utilizava de interferências e censuras a outros canais e meios de comunicação como forma de propaganda do regime. Assim, historicamente, as emissoras públicas e educativas enfrentaram problemas com o financiamento e o sucateamento de suas estruturas, já que mesmo o dinheiro público, muitas vezes, era destinado às empresas comerciais – por meio de anúncios governamentais e investimentos em telecomunicações – em detrimento das estatais.

No ano de 1975, pela Lei 6.301, é criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), cujas atribuições iriam além do conteúdo educativo. Sobre este empreendimento do governo militar, Valente (2009, p.65) considera como hipótese, para além da produção de conteúdo educativo, a necessidade de penetração em áreas geográficas remotas, já que a lei de criação da empresa colocava como foco os locais de “baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial” (BRASIL, 1975), com a finalidade de integração nacional. Necessidades as quais a Rede Globo não teria interesse em concretizar, como afirmou Valente.

Além disso, em 1975, também foi criada a TVE do Rio de Janeiro. Segundo Valente, a emissora realizou diversas parcerias com a Rede Globo, oferecendo *expertise* na produção de programas e invertendo a lógica das emissoras comerciais como referências de qualidade (2009, p.67).

Em 1979, é criada a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, pela Lei 6.650, de modo que a Radiobrás – inicialmente, vinculada ao Ministério das Comunicações – passa a ser subordinada a esse novo órgão. Além disso, a lei transforma a então Agência Nacional na Empresa Brasileira de Notícias (EBN) – que seria extinta e incorporada à Radiobrás em 1988 –, cujo objetivo era divulgar os “atos da administração federal e as notícias de interesse público” (BRASIL, 1979). No mesmo ano, o Ministério da Educação cria o Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED), a fim de integrar as experiências de emissoras educativas (VALENTE, 2009, p.67-68).

A segunda fase no desenvolvimento das TVs públicas é denominada por Valente (2009 p.68-69) “Inserção mais qualificada na concorrência televisiva”, indo de 1981 a 1993, e marcada pela busca de um perfil mais generalista, adotando assim um papel um pouco menos marginal. O exemplo mais emblemático dessa inserção é a TV Cultura. Segundo Valente, o projeto de ampliação da audiência da TV Cultura resultou em instrumentalização da emissora

pelo governo de Paulo Maluf, entre 1979 e 1982, postura que se manteve no mandato de José Maria Marin (2009, p.70).

A TVE do Rio de Janeiro também ampliou sua audiência, nesse período, a partir de uma postura evidenciada pelo *slogan* “A Nova Imagem da Liberdade”, adotada com o fim da ditadura militar (VALENTE, 2009, p.71). Com essa nova inserção no sistema de comunicação, buscando ampliação do sinal e uma programação mais qualificada, Valente afirma que as emissoras públicas “se defrontaram com a sua dimensão de competidoras no mercado de televisão e passaram a ter maior demanda por recursos” (2009, p.71). Entretanto, nenhuma tentativa de ampliação das fontes de recurso foi levada adiante.

Com a Constituinte de 1988, a discussão sobre o sistema público de comunicação é colocada na agenda política, principalmente, pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), pelas organizações da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação e pelos partidos de esquerda e centro-esquerda da época, como o PMDB, afirma Valente (2009, p.72). Nesse sentido, a discussão é marcada, segundo o autor, pela polarização entre estatização e privatização, esta última defendida pelos radiodifusores. Entretanto, ele explica que ambos os lados eram críticos ao “Estado”, tanto que a idealização do público era a de um veículo sustentado por este, porém controlado pela sociedade civil, cuja intervenção estatal seria mínima. Esta postura se deve, principalmente, ao processo histórico anterior, de ditadura militar, o qual contribuiu para a associação do termo a algo pejorativo, de modo que nenhum dos lados se via como parte do Estado (VALENTE, 2009, p.72-73). Assim, estabelece-se na Constituição a “complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988) sem uma definição exata do que seria o conceito de “público”, o que levaria a contradições futuras no sistema.

Já a terceira fase estabelecida por Valente é denominada “Crise e Reestruturação”, correspondendo ao período de 1993 a 2007. Esta fase é marcada pela ascensão do projeto neoliberal, o qual implicava na desestruturação dos empreendimentos estatais. Se no início dos anos 80, a Radiobrás contava com 42 emissoras, neste período, ela chegou a apenas cinco. Além disso, demissões e substituições recorrentes dos presidentes aprofundaram a crise da empresa (VALENTE, 2009, p.77). Da mesma forma, a TVE do Rio de Janeiro enfrentou uma grave crise financeira, impactando suas produções. A Fundação Roquette Pinto, gestora desta emissora, acabou se transformando em uma Organização Social e recebendo o nome de Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP), segundo Jonas Valente. Assim, se verificou uma privatização da instituição.

Em 1996, as próprias emissoras públicas criaram a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), diante do contexto de crise do setor. E em 1998, é criada a NBr, canal institucional do poder Executivo Federal, caracterizando-se pela transmissão direta dos eventos oficiais da Presidência da República (VALENTE, 2009, p.84).

Com os governos de Lula, Valente defende que houve uma mudança na tendência de crise das TV's públicas, de modo que ações de reestruturação foram realizadas no setor, principalmente, na Radiobrás e na Acerp. Além disso, é no segundo mandato do presidente, que se cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a proposta de fortalecer o sistema público de comunicação.

3.2 TV BRASIL: ORIGEM E DESENHO INSTITUCIONAL

Após abordar o contexto histórico em que a TV Brasil se insere, propõe-se neste subcapítulo discutir o processo de constituição da EBC – apresentando os atores e as disputas envolvidos – assim como o desenho institucional da empresa, com suas aproximações e seus distanciamentos em relação ao governo.

3.2.1 A criação da TV Brasil: contextos e atores

Com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, portanto, do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, movimentos sociais e grupos de esquerda acreditavam ser possível realizar um processo de democratização dos meios de comunicação, enfrentando o oligopólio midiático e a hegemonia dos canais privados. Porém, como afirma Ramos (2015), a versão final do programa de governo do então candidato Lula, já não continha as propostas sobre a radiodifusão, presentes em versões e campanhas anteriores. Como o autor explica:

Neste ponto do percurso é possível constatar que as omissões de Lula e sua equipe no trato com as políticas de radiodifusão e a necessidade da nova lei geral desse segmento das comunicações eram parte de uma estratégia mais ampla, traçada desde a Carta aos Brasileiros, para convencer o empresariado de que ele não estava diante de um governo esquerdista hostil ao capital, e sim diante de um governo de coalizão, de centro-esquerda – parte dessa estratégia fora ter na vice-presidência o empresário de Minas Gerais, José Alencar, filiado ao conservador Partido Liberal –, capaz de fazer convergir políticas sociais de combate à pobreza com políticas econômicas de valorização do capital. (RAMOS, 2015, p.6).

Segundo Ramos, a crise gerada pelo escândalo do “Mensalão”, em 2005, teve um papel importante na criação da EBC. Isso porque a campanha eleitoral desse ano também foi marcada por ataques da mídia ao presidente Lula, mesmo após suas tentativas de manter uma “boa relação” com este setor empresarial (RAMOS, 2015). Estas tentativas incluem a retirada de sua plataforma de governo das propostas que interferiam no poder dos meios de comunicação e os esforços para resolver a dívida destas empresas, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Assim, segundo Ramos, “numa espécie de desforra para com a radiodifusão comercial” (2015, p.6), no segundo mandato, o presidente Lula demonstrou o desejo de criar uma televisão pública no Brasil, delegando, primeiramente, a função ao então ministro das Comunicações, Hélio Costa. Para isso, foi criado em abril de 2007 um grupo de trabalho para elaborar o projeto da televisão pública.

Ao mesmo tempo, movimentos sociais se organizavam para a realização do I Fórum Nacional de TV’s Públicas, que contava com o apoio financeiro e político do Ministério da Cultura. Como Ramos (2015) afirma, a criação do grupo de trabalho sem a presença desses atores gerou, então, uma surpresa e um desconforto, levando o presidente Lula a mudar as estratégias, excluindo o ministro das Comunicações do processo de elaboração do projeto. Em seu lugar, a representação da Presidência da República no Fórum foi feita pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, Franklin Martins.

As disputas entre os Ministérios – mais especificamente o da Cultura – e a Secom – então, representante da Presidência da República – podem ser observadas a partir da própria idealização da televisão pública. Conforme Ramos explica, enquanto os discursos do Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, apontavam para um modelo de emissoras públicas “diversificado e descentralizado”, a proposta da Presidência da República era o contrário.

Para a Presidência da República não havia necessariamente, como havia para o Ministério da Cultura, um *campo público* convergente de radiodifusão. Havia, sim, a oportunidade de se criar uma rede pública de radiodifusão em moldes mais centralizados, a partir de Brasília, diante do qual as emissoras representadas na ABEPEC, ABCCOM, ABTA e ASTRAL eram entes periféricos. Essa disputa de modelos acabou colocando a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em campo oposto ao do Ministério da Cultura, ambos disputando o controle político da futura empresa. (RAMOS, 2015, p.6-7).

Assim, como Miola (2012) afirma, havia no campo político, duas correntes que divergiam sobre o papel da comunicação pública, mas que defendiam a criação da EBC. Uma

delas seria composta pelos movimentos sociais envolvidos com o Fórum Nacional de TV's Públicas e pelo Ministério da Cultura. A outra – entendendo a criação da TV Pública como uma forma de fortalecer a comunicação entre o governo e a população – formada pela Secom e o Ministério das Comunicações, e defendida pelo ministro Hélio Costa (MIOLA, 2012, p.157). Além destes agentes políticos, a autora aponta a presença de grupo de parlamentares em oposição à criação da EBC, sendo estes os liberais – defensores do Estado Mínimo – e aqueles parlamentares que detinham concessões de emissoras e que, portanto, defendiam seus interesses econômicos privados (MIOLA, 2012, p.157).

Já no campo da Comunicação, havia de um lado os agentes do campo público – como associações profissionais da comunicação, movimentos sociais e empresas de radiodifusão não comerciais – e as empresas privadas de comunicação centradas, principalmente, na Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (ABERT). Para o primeiro grupo, “a instituição do controle público (ou social) da comunicação, a democratização dos *media* e o fortalecimento das emissoras sem fins lucrativos, especialmente aquelas emissoras públicas, são questões há muito demandadas” (MIOLA, 2012, p.158).

Assim, Ramos argumenta que a criação da EBC e da TV Brasil se deu a partir de uma “vontade conjuntural de contrapor à radiodifusão comercial uma radiodifusão de governo” (RAMOS, 2015, p.8). Entretanto, segundo ele, o próprio governo de Lula produziu um “elemento surpresa nas políticas de comunicações: o Ministério da Cultura” (RAMOS, 2015, p.8). Desta forma, o autor considera que tanto as entidades envolvidas com o I Fórum Nacional de TVs Públicas quanto o MinC contribuíram de alguma forma na constituição da emissora, como, por exemplo, afastando o ministro Hélio Costa deste processo e, conseqüentemente, impedindo a criação de uma “TV Pública com cara de instrumento de propaganda governamental” (RAMOS, 2015, p.8). Além disso, várias outras pressões foram feitas por parte das organizações envolvidas com o tema, no sentido de garantir uma determinada “autonomia relativa” da emissora, como será explicitado mais adiante.

3.2.2 Modelo institucional da EBC: financiamento, vinculação e gestão

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é constituída em 2007, a partir da incorporação da Radiobrás – Empresa Brasil de Comunicação S.A. e da TVE do Rio de Janeiro. Enquanto a finalidade da Radiobrás era ser uma emissora oficial, a Lei nº 11.652, que autoriza a criação da EBC, estabelece “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão

pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta” (BRASIL, 2008, p.1). Nesse sentido, desde o princípio do documento, traçam-se as contradições da empresa pública de comunicação no que diz respeito a sua autonomia em relação ao Governo Federal. Diferentemente da Radiobrás, há a proposta de configuração de emissoras públicas, porém, alguns aspectos do desenho institucional da empresa acabam aproximando-a, em alguma medida, do papel governamental, contrariando inclusive a própria Lei que prevê a “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão” (BRASIL, 2008, p.2).

Assim, a vinculação da EBC ao Poder Executivo e, mais do que isso, à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) gera uma confusão de interesses e objetivos. Sendo a Secom responsável pela comunicação institucional do Governo, tem-se uma limitação à autonomia da EBC. Segundo Ramos (2012), esse é o principal “vício” do modelo institucional da empresa. Nesse ponto, as discussões promovidas no Seminário “Modelo Institucional da EBC – balanço e perspectiva”, realizado em agosto de 2015, também apontavam para a necessidade de uma desvinculação da empresa em relação à Secom. Assim, representantes de movimentos sociais em prol da democratização da comunicação – como “Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé”, “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)” e “Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social” – bem como integrantes do Conselho Curador, da Ouvidoria e funcionários da empresa sugeriram, ao longo de suas contribuições ao Seminário, que a EBC fosse transferida para o Ministério da Cultura, preferencialmente, ou ainda para o Ministério das Comunicações ou da Educação (SEMINÁRIO MODELO¹⁰ ..., 2015).

Além disso, na composição da EBC estão presentes a TV Brasil, a TV Brasil Internacional, a Agência Brasil, a Radioagência Nacional, o sistema público de Rádio composto por oito emissoras e a EBC Serviços. Esta última tem como principal cliente a própria Secom, produzindo conteúdos governamentais como a TV NBR e os programas “A Voz do Brasil”, “Brasil em Pauta” e “Bom dia Ministro”¹¹. Para além da mistura de

¹⁰ Durante o Seminário “Modelo Institucional da EBC – balanço e perspectiva”, foi disponibilizado um material com as contribuições de cada entidade da sociedade civil ou autor individual – sendo trabalhador da EBC ou um ator externo – em relação aos problemas e possíveis melhorias no desenho institucional da empresa.

¹¹ O programa “A Voz do Brasil” está há 70 anos no ar e é transmitido, obrigatoriamente e diariamente, por todas as emissoras de rádio, tendo uma hora de duração e veiculando informações sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O “Brasil em Pauta” é um programa de entrevistas com representantes do Governo Federal, com a proposta de dar transparência às suas ações, sendo veiculado no rádio, uma vez por mês. Já o “Bom Dia Ministro” é transmitido pelo rádio e também pela TV NBr, semanalmente, constituindo-se como programa de entrevistas com ministros de Estado.

atribuições, a divisão do espaço físico, impõe ainda que simbolicamente algum tipo de influência. Segundo o diagnóstico elaborado pelo Intervozes para o seminário realizado em agosto de 2015, “a frequente presença de ministros, assessores e funcionários do alto escalão do Palácio do Planalto e dos Ministérios causa estranheza aos princípios de autonomia frente ao Governo Federal” (SEMINÁRIO MODELO..., 2015). Ramos também considera essa relação como um risco à autonomia da empresa:

Se esse tipo de prestação de serviço, pode-se argumentar, é parte importante do processo de sustentação financeira da empresa, do seu modelo de negócios, não se pode deixar também de argumentar que ele cria, para dentro da empresa, uma forte presença política do governo, muitas vezes difícil de se administrar à luz de outras prioridades, como cria, para fora da empresa, na relação com o público, uma imagem de dependência, seja esta real ou não. Parafraseando o conhecido aforismo romano, à EBC não basta ser autônoma, tem que parecer autônoma. (RAMOS, 2012, p.19).

Além disso, segundo a contribuição elaborada pelo Conselho Curador para o Seminário, apesar da criação de uma diretoria específica para o gerenciamento da EBC Serviços, a gestão cotidiana da empresa acaba não conseguindo separar o “braço governamental” do público. “É impossível, por exemplo, afirmar com segurança quanto do orçamento é gasto com a comunicação pública e quanto é dispendido para os ‘serviços do governo’.”, afirma-se no diagnóstico (SEMINÁRIO MODELO..., 2015).

Assim como a vinculação, a questão do financiamento da empresa é alvo de recorrentes discussões. Embora seja reconhecida a necessidade de investimentos estatais para garantir, inclusive, a autonomia da instituição frente ao mercado, a ausência de determinados mecanismos bem como de fontes alternativas pode prejudicar até mesmo a sustentabilidade da EBC. Em tese, a empresa conta com uma gama ampla de fontes de financiamento, como, por exemplo: as dotações orçamentárias, a exploração dos serviços de radiodifusão pública; 75% da arrecadação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP); além da prestação de serviços; de apoios culturais, com patrocínios de programas, eventos e projetos; da publicidade institucional, sendo proibidos anúncios de produtos e serviços; e da distribuição de publicidades da administração pública federal; entre outras formas (BRASIL, 2008).

Entretanto, a possibilidade de contingenciamento do orçamento da EBC bem como as disputas judiciais em torno dos recursos da CFRP prejudicam tanto a autonomia quanto a sustentabilidade da empresa. A CFRP foi instituída pela Lei de criação da EBC, com a proposta de “propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações”

(BRASIL, 2008, p.9). Advindos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), os recursos dessa contribuição estão divididos da seguinte maneira: 75% para a EBC, 2,5% para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e 22,5% para as demais emissoras públicas. Porém, desde 2009, as empresas de telefonia questionam na Justiça o recolhimento da contribuição e, portanto, os valores passaram a ser depositados em juízo. Segundo o FNDC, esses recursos ultrapassaram a soma de R\$ 1,5 bilhão, sendo que em 2013, parte deles – R\$ 320 milhões – foi liberado. Ainda assim, a EBC não pode usufruir do montante, já que o valor foi abatido, pelo Governo Federal, da dotação orçamentária (SEMINÁRIO MODELO..., 2015). Desse modo, ainda que a EBC tenha, por meio das diversas fontes de captação de recursos, capacidade para produzir uma receita determinada, o orçamento aprovado para a empresa acaba sendo menor. Assim, o valor é contingenciado pelo Governo Federal (SEMINÁRIO MODELO..., 2015).

Além da vinculação e das formas de financiamento, a escolha dos principais cargos de direção pela Presidência da República é outro ponto de debate. Como o Regimento Interno da EBC, atualizado em 2015, estabelece, a empresa se estrutura em: 1) Assembleia-Geral; 2) Órgãos de Administração; 3) Órgãos de Fiscalização. Do segundo, fazem parte o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva. A Diretoria-Executiva é composta pela Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral, Diretoria de Jornalismo, Diretoria de Produção, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria Jurídica, Diretoria de Captação e Serviços, e Diretoria Internacional.

Já os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal, o Conselho Curador e a Auditoria Interna. Tanto o Diretor-Presidente quanto o Diretor-Geral – integrantes da Diretoria-Executiva – são nomeados pela Presidência da República. Além deles, compõem a Diretoria seis diretores, “eleitos e destituíveis” pelo Conselho de Administração. Este último é composto por um presidente, indicado pelo ministro da Secom; pelo Diretor-Presidente; um conselheiro indicado pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; um conselheiro indicado pelo ministro das Comunicações; e um indicado conforme o Estatuto. Também o Conselho Fiscal tem seus membros designados pela Presidência da República.

Essa relação direta com o Executivo, particularmente com a Secom, fica visível, segundo o diagnóstico elaborado pelo Conselho Curador, com “a constante nomeação de profissionais da Secom para exercer cargos na EBC e vice-versa, numa verdadeira “dança das cadeiras”, o que já se convencionou chamar, inclusive, de movimento de “portas giratórias”.” (SEMINÁRIO MODELO..., 2015). Um exemplo disso foi a transferência do Diretor-Presidente da EBC, Nelson Breve, para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

A ocupação dos cargos de direção e gerência por parte de profissionais não concursados, na forma de cargos comissionados ou de livre provimento, também se apresenta como uma limitação à autonomia da EBC. Segundo a apresentação feita pelo Diretor Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento, Sylvio Andrade, durante o seminário sobre “Modelo Institucional da EBC”, a empresa contava com 2.373 funcionários – excluindo os diretores (8) e os funcionários em Regime Jurídico Único, oriundos da extinta Fundação Roquette Pinto (225) –, em julho de 2015. Deste total, 2165 seriam os funcionários efetivos, 157 os de livre provimento, 37 cedidos à EBC e 14 FCC’s (ou seja, funcionários de livre provimento, ocupantes de função comissionada da extinta Radiobrás). Porém, o panorama dos cargos gerenciais é diferente: dos 396 cargos, 202 são ocupados por funcionários efetivos, 157 pelos de livre provimento e 37 pelos requisitados. Além disso, há 25 cargos comissionados vagos. Portanto, percebe-se que quase 50% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas indicadas e não concursadas. O diagnóstico do seminário elaborado por três funcionários do Repórter Brasil, por exemplo, sugere que os cargos de chefia e coordenação sejam ocupados 100% por funcionários efetivos da empresa e não por 60% como previsto no Acordo Coletivo de Trabalho. Segundo eles, “esse percentual deve incidir, obrigatoriamente, em cargos de efetiva produção de conteúdo, área fim da EBC. Para as áreas meio, como de administração, por exemplo, o percentual poderia ser menor” (SEMINÁRIO MODELO..., 2015).

Com a função de fiscalizar e garantir o cumprimento do seu papel público, a EBC conta com o Conselho Curador. Sendo o principal espaço de representação da sociedade civil na gestão da empresa, o Conselho configura-se como uma instância essencial para a realização do projeto de comunicação pública, diferenciando-a dos canais comerciais e governamentais. Para isso, o órgão atua na aprovação anual do plano de trabalho e da linha editorial da EBC, bem como na verificação de sua prática, acompanhando e fiscalizando as programações. Seu papel é deliberativo, podendo, inclusive, emitir voto de desconfiança em relação à Diretoria Executiva. Caso recebam dois votos, no período de 12 meses, os membros da Diretoria são destituídos. Este organismo será tratado, de forma mais profunda, no próximo capítulo.

Além do Conselho, a Ouvidoria da EBC também exerce um papel de diálogo com a sociedade civil e de fiscalização do cumprimento do papel público, recebendo comentários do público e analisando criticamente o conteúdo veiculado nos canais geridos pela empresa. Segundo o Artigo 20 da Lei nº 11.652 de 2008, que rege o funcionamento da EBC, compete à Ouvidoria “exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem

como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação” (BRASIL, 2008). O Ouvidor é nomeado pelo Diretor-Presidente da empresa para um mandato de dois anos, com possibilidade de exercer o cargo por mais dois. Entre as funções do ouvidor, está a produção de um boletim diário e interno com críticas à programação do dia anterior para a Diretoria Executiva; a publicização de análises sobre a programação da EBC; a elaboração de relatórios sobre a atuação da EBC, a cada dois meses, para o Conselho Curador; e a produção de programas de rádio e TV.

3.2.3 Televisão pública: possibilidades de contra-hegemonia?

A partir das reflexões, empreendidas no primeiro capítulo, sobre os conceitos de Estado, sociedade civil, hegemonia e contra-hegemonia, esfera pública, Indústria Cultural e autonomia relativa, é possível discutir em que medida o modelo público de televisão pode se constituir como um espaço de resistência ao sistema. Mais especificamente, este arcabouço teórico nos oferece ferramentas para pensar a concretização deste espaço na emissora analisada, dado o contexto histórico apresentado neste capítulo.

No capitalismo, a imprensa e os meios de comunicação de massa se configuram como instrumentos de reprodução da ordem dominante, defendendo os interesses da classe dominante. A própria origem da imprensa está ligada à ascensão burguesa e à busca por hegemonia desta classe no período de decadência da aristocracia. Além disso, a base econômica que sustenta os meios de comunicação também depende da reprodução dessa ordem, já que a lógica consumista é que reforça o potencial da publicidade comercial e, portanto, aumenta o rendimento dos veículos. Assim, embora os meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, sejam concessões públicas, os interesses privilegiados acabam sendo aqueles que possibilitam a sustentação econômica e política da empresa.

Se os meios públicos de comunicação não dependem de verbas publicitárias para se sustentarem, não teríamos aí, um espaço possível de reverberação de outros interesses? Há que se levar em conta que as emissoras públicas também não podem ser compreendidas como instituições acima das disputas de poder. Embora possam ter uma dependência menor em relação ao mercado, sua inserção no contexto capitalista também influencia sua constituição, como foi abordado ao longo deste capítulo.

Mas, além disso, a própria dependência da emissora pública em relação às suas possibilidades de financiamento e gerenciamento também limita o seu potencial contra-hegemônico. Desse modo, adota-se neste trabalho a perspectiva de uma “autonomia relativa”,

reconhecendo-se, assim, a impossibilidade de se ter uma empresa de comunicação, mesmo pública, que seja completamente independente do mercado e do Estado. Aliás, se o Estado, por um lado, pode oferecer um papel de regulação do sistema de comunicação, corrigindo assimetrias, ajustando e freando os interesses do capital, por outro, em determinados contextos, sua intervenção excessiva pode resultar em controle governamental dos canais de televisão.

Embora todas estas limitações sejam observadas, o desenvolvimento do campo público de comunicação em concorrência com outros modelos de exploração do espectro na Indústria Cultural possibilita, ao menos, uma complexificação do sistema, ampliando a pluralidade externa. Neste sentido, a oferta de conteúdos, ainda que minimamente, não se diferencia apenas em termos quantitativos, mas também no nível qualitativo. No livro “Television”, por exemplo, Williams (1990) verificou uma similaridade entre os conteúdos divulgados pelas emissoras comerciais britânicas e americanas com diferenças em relação àqueles apresentados pelos canais públicos dos dois países.

Esta diferenciação pode, porém, ser potencializada a partir da participação de outras instituições da sociedade civil nas deliberações e no desenvolvimento das empresas públicas de comunicação. É com base nesta hipótese que esta dissertação se propõe a analisar a participação dos movimentos sociais na emissora pública. Seja no cotidiano das redações ou nas reuniões dos Conselhos, por exemplo, pretende-se verificar como se estabelecem os diálogos e em que medida os posicionamentos dos movimentos sociais são considerados no processo de tomada de decisão. Além disso, com a análise da representação no telejornalismo, é possível pensar como esta participação interna reverbera na produção de conteúdo e, conseqüentemente, em que medida, essa emissora se constitui de fato como alternativa no espectro comunicacional vigente.

A realidade do campo da comunicação e a configuração interna da emissora pública influenciam na formação de um espaço propício ou não à emergência de forças contra-hegemônicas. É importante ressaltar que se compreende a complexidade das relações estabelecidas no campo. Nesse sentido, não se assume, por exemplo, que o desenho institucional da empresa implicará necessariamente em determinadas práticas, mas que certamente ele influencia e abre ou não possibilidades. Dito de outra maneira, compreende-se que a estrutura institucional aponta para determinada realidade, mas também que as práticas cotidianas, a cultura interna e mesmo a conjuntura política influenciam em seu direcionamento e efetivo exercício.

4 AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO CURADOR DA EBC

Como tem sido abordado ao longo dos capítulos anteriores, a conceituação do caráter público de uma emissora de televisão está relacionada ao distanciamento desta em relação às influências do mercado e dos governos, embora se assuma a impossibilidade de uma instituição completamente independente dessas duas esferas. Ainda assim, a possibilidade de uma autonomia relativa e de uma presença maior da chamada “sociedade civil” na constituição da empresa de comunicação pública seria o diferencial desse modelo em relação ao comercial e ao governamental. Nesse sentido, diversos autores (COUTINHO, I., 2013; FIDALGO, 2005; PINTO, 2005; RINCÓN, 2002; RODRÍGUEZ E VILLANUEVA, 2010; ROTHBERG, 2011) têm apontado, do ponto de vista normativo, para a necessidade de autonomia e de participação nas emissoras públicas bem como de sua responsabilidade com a cidadania. O professor português, Manuel Pinto, por exemplo, defende que:

a participação dos cidadãos enquanto tal é ou deverá ser intrínseca da ideia de serviço público de televisão, pelo que este serviço só se justifica inteiramente quando e na medida em que conte com eles em todas as etapas e dimensões, desde a definição política, às formas de concretização e à respectiva avaliação. (PINTO, 2005, p.57).

Assim, Pinto acredita no papel das emissoras públicas enquanto espaços das instituições, dos grupos e das organizações da sociedade civil, concretizando “um outro modo de estar presente na sociedade” e, portanto, tornando essa televisão “uma verdadeira televisão dos cidadãos” (PINTO, 2005, p.14). Na mesma linha, Joaquim Fidalgo defende que a diferença entre o “serviço público” e o “serviço do Estado” se estabelece na aceção do termo “público” enquanto serviço “feito para o público”, “financiado pelo público” e “controlado pelo público” (FIDALGO, 2005, p.35).

Ao abordar a participação na esfera midiática, o professor Nico Carpentier afirma a possibilidade de seu exercício por meio da mídia ou na mídia, elaborando, portanto, três categorias de participação: participação na produção midiática, interação com o conteúdo e participação na sociedade por meio da mídia. Na participação por meio do veículo de comunicação, tem-se a possibilidade de atuação na sociedade, seja ela mediada pela mídia ou por meio da autorrepresentação. Nesse sentido, esta esfera é entendida como “um espaço onde cidadãos podem expressar suas opiniões e experiências, e interagir com outras vozes” (CARPENTIER, 2011, p.67). O autor, porém, considera o fato de que a estrutura e a cultura midiática bem como o ambiente ideológico impactam a intensidade dessa participação. Já

aquela que ocorre na mídia diz respeito à produção de conteúdo e aos processos de decisão, permitindo assim a atuação dos cidadãos em uma microesfera relevante da vida cotidiana, além do exercício de seu direito à comunicação – forma de participação correspondente à atuação da sociedade civil no Conselho Curador da EBC.

Enquanto nos canais de comunicação comerciais a participação acaba se configurando nos níveis do acesso e da interação, sendo o termo utilizado, muitas vezes, como forma de legitimação institucional ou de fidelização da audiência, a comunicação comunitária seria potencialmente o espaço mais genuíno de participação popular no campo midiático, na qual os grupos produzem o conteúdo e sua própria representação. Assim, de antemão, tem-se que os canais públicos não realizam inteiramente a participação maximalista nem se restringem à forma minimalista, já que necessitam de um determinado nível de participação para sua legitimação, mas com a profissionalização e a adoção das estruturas hierárquicas semelhantes às emissoras comerciais, acabam não concretizando esse ideal em seu nível mais profundo.

Abordando a participação nas televisões públicas, Pinto (2005, p.53) estabelece duas vertentes: uma, de “natureza substantiva”, refere-se aos conteúdos, incluindo a criação, a produção, a realização e a recepção; a outra envolve a corresponsabilização, interação, aconselhamento e avaliação. De acordo com o autor, a segunda perspectiva parte do pressuposto de que “a qualidade de um serviço público se afirma não apenas pelos conteúdos que difunde mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza” (PINTO, 2005, p.53-54).

A partir disso, Pinto estabelece alguns tipos de participação dos cidadãos no serviço público de televisão, como ele se refere a esse modelo, sendo eles: 1) a ação individual – referente às críticas e aos elogios dos indivíduos; 2) a dimensão associativa – apontada pelo autor como a categoria das associações de telespectadores e de consumidores e outras organizações ligadas direta ou indiretamente à televisão; 3) a via representativa e as instâncias de regulação – composta por instituições do quadro constitucional e normativo, podendo tanto ser ligadas ao poder legislativo, executivo e judiciário como à sociedade civil; 4) a ação das instituições educativas – marcada pela “educação para os *media* ou para a comunicação” (PINTO, 2005, p.56); 5) e outras modalidades de intervenção. Na realidade brasileira e no âmbito da TV Brasil, é possível perceber todas essas formas de participação. No desenho institucional da EBC, a Ouvidoria se configura como o principal canal de participação individual, colhendo sugestões e avaliações do público. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil – como o Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação

Social, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé etc. – exercem a participação na dimensão associativa, acompanhando os seminários, eventos, discussões e mudanças da televisão pública, como do sistema midiático. Da mesma maneira, as universidades, no que concerne à ação das instituições educacionais, têm participado no desenvolvimento da EBC, inclusive, com parcerias em pesquisas relacionadas às análises do conteúdo midiático – como, por exemplo, com a UFJF, para avaliação do telejornalismo da TV Brasil e, com a UnB, para a apreciação dos conteúdos radiofônicos. Pela via representativa e das instâncias de regulação, tem-se, externamente à EBC, o Conselho de Comunicação Social do Senado Federal; enquanto, internamente, o Conselho Curador exerce o papel de fiscalização e garantia do cumprimento do papel público da emissora. Como o interesse deste trabalho é pensar a participação dos movimentos sociais, devido ao foco na disputa por hegemonia, escolhemos como um dos objetos de análise, as deliberações do Conselho Curador da EBC, apresentadas neste capítulo. Desse modo, nossa proposta é avaliar como ocorre essa participação, a partir das dinâmicas, determinações e contestações envolvidas nos processos de discussão e decisão.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA EBC

O Conselho Curador é a principal instância de fiscalização do cumprimento do papel público da EBC, acompanhando e deliberando sobre os conteúdos de seus veículos. Sua existência, portanto, é considerada o principal diferencial em relação às emissoras comerciais e governamentais. Segundo a lei de criação da EBC (Lei 11.652, de 2008), estão entre os compromissos do Conselho Curador: 1) deliberar sobre a política de comunicação, apresentada pela Diretoria Executiva da EBC, no que diz respeito às diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas; 2) garantir o cumprimento dos princípios e objetivos previstos na Lei; 3) opinar sobre questões relacionadas ao cumprimento desses princípios e objetivos; 4) deliberar sobre a linha editorial de produção e programação, proposta pela Diretoria Executiva da EBC; 5) encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas; 6) deliberar sobre a emissão de voto de desconfiança em relação aos membros da Diretoria Executiva; 7) e eleger seu presidente. Além disso, cabe ao Conselho, estabelecer as diretrizes e organizar o processo de consulta pública para renovação de seus integrantes (BRASIL, 2008). Dessa forma, mais do que apenas um órgão consultivo, institucionalmente, fica estabelecida a possibilidade de atuação direta do Conselho nos rumos da empresa, bem como nos conteúdos apresentados por seus veículos.

Além do papel de fiscalização, o Conselho Curador se configura como uma instância de representação e participação da sociedade civil, atuando, portanto, como instrumento de garantia da autonomia relativa da empresa – tanto em relação ao governo quanto ao mercado. Com 22 integrantes, o Conselho é formado por: quatro ministros de Estado (Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério de Ciência e Tecnologia e da Secom); um representante da Câmara dos Deputados; um do Senado Federal; 15 representantes da sociedade civil; e um representante dos funcionários da empresa. Como regra, os conselheiros devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, sendo vedada a indicação de pessoas com parentesco com membros da Diretoria Executiva e agentes públicos detentores de cargos eletivos ou de livre provimento – exceto no caso dos representantes de ministérios e dos funcionários (CONSELHO CURADOR, 2015b).

Os mandatos dos conselheiros representantes da sociedade civil, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são de quatro anos, podendo ser renovado uma única vez¹²; já o representante dos funcionários tem mandato de dois anos, sem poder ser reconduzido. Há possibilidade de perda da cadeira em caso de renúncia; processo judicial com decisão definitiva; ausência injustificada a três sessões do Colegiado, durante 12 meses; e por provocação de três quintos dos seus integrantes (CONSELHO CURADOR, 2015b).

O representante dos funcionários da empresa é escolhido por meio de eleição, por voto secreto e direto dos funcionários da EBC, não sendo considerados como tais, aqueles colocados à disposição da empresa ou prestadores de serviços. Já os integrantes da sociedade civil, embora designados pela Presidência da República, são, atualmente, indicados por meio de um processo de consulta pública a entidades, constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (CONSELHO CURADOR, 2015b). Segundo a lei de criação da EBC, essas entidades devem estar, ainda que parcialmente, vinculadas: “I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia; II - à educação ou à pesquisa; III - à promoção da cultura ou das artes; IV - à defesa do patrimônio histórico ou artístico; V - à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente; VI - à representação sindical, classista e profissional” (BRASIL, 2008). Não podem participar da indicação, os partidos políticos e as instituições religiosas.

Ainda que esse desenho institucional abra possibilidades de atuação efetiva de um organismo que, para além de ser responsável pela fiscalização do cumprimento público, é composto, em sua maioria, por representantes da sociedade civil, a forma como as regras são

¹² Dos primeiros conselheiros representantes da sociedade civil e escolhidos pelo Presidente da República, oito tiveram mandato de dois anos e sete de quatro anos (BRASIL, 2008).

colocadas em prática, os atores que efetivamente ocupam esse espaço e tomam parte das discussões e decisões, as relações entre o organismo e a diretoria bem como funcionários da empresa, entre outros fatores, influenciam na efetiva participação deste organismo. Assim, a autonomia relativa do próprio campo interfere na autonomia relativa da EBC, bem como a possibilidade de contestação da hegemonia no interior desse organismo pode influenciar a prática jornalística e, conseqüentemente, os conteúdos produzidos.

Portanto, neste capítulo, a proposta é discutir a configuração do Conselho e sua participação nas deliberações da EBC e, mais especificamente, nas decisões sobre o jornalismo. Para tanto, faremos uma análise dos atores que compõem esse Conselho, seus perfis e sua atuação nas decisões assim como dos temas que entram em pauta, os valores que são reproduzidos em cada debate e o reflexo disso em documentos e práticas da empresa. Como procedimentos metodológicos, adotamos a consulta a documentos sobre o Conselho – tanto aqueles disponíveis no *site* do organismo quanto alguns concedidos por sua secretaria – e a análise de conteúdo de suas reuniões – a partir das atas e notas taquigráficas disponibilizadas em seu *site*.

4.1.1 A composição do Conselho Curador

As pessoas que fizeram parte da primeira composição do Conselho Curador foram indicadas pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Representaram a sociedade civil, os seguintes nomes: 1) Alex Pereira Barboza (mais conhecido como MV Bill), *rapper*, escritor e ativista social; 2) Ângela Gutierrez, empresária, pesquisadora, colecionadora de arte e ex-secretária de Cultura de Minas Gerais; 3) Antônio Delfim Neto, economista, professor universitário e político, tendo atuado como ministro durante o regime militar; 4) Cláudio Salvador Lembo, advogado, professor universitário, político, ex-governador do Estado de São Paulo pelo PSD; 5) Ima Célia Guimarães Vieira, agrônoma e pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); 6) Isaac da Silva Pinhanta, professor indígena; 7) José Antônio Fernandes Martins, engenheiro mecânico e empresário; 8) José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (mais conhecido como Boni), publicitário, empresário e diretor de televisão, tendo ocupado o cargo de vice-presidente de operações da Rede Globo; 9) José Paulo Cavalcanti Filho, jurista, ex-secretário-geral do Ministério da Justiça, no governo de José Sarney, ex-presidente do CADE e da antiga EBN; 10) Luiz Edson Fachin, jurista e professor universitário, atual ministro do Supremo Tribunal Federal; 11) Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, economista, professor universitário e ex-secretário de política

econômica do Ministério da Fazenda, no governo de José Sarney; 12) Lúcia Willadino, cientista, neuropsicóloga, professora universitária e diretora da Rede Sarah de Hospitais; 13) Maria da Penha, farmacêutica e coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV); 14) Rosa Lúcia Benedetti Magalhães, professora, artista plástica, figurinista, cenógrafa e carnavalesca; 15) Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político e professor universitário.

Essa primeira composição do Conselho apresentava uma interlocução com o campo acadêmico, político (no sentido de ocupação de cargos públicos e eletivos), empresarial e cultural. Entretanto, não havia, então, uma representação de movimentos sociais organizados, embora houvesse alguns ativistas sociais. Desses nomes, porém, sete não completaram seus mandatos, sendo eles: Alex Pereira Barboza, Ângela Gutierrez, Antônio Delfim Neto, José Paulo Cavalcanti, Luiz Edson Fachin, Luiz Gonzaga Belluzzo e Wanderley Guilherme dos Santos. Foram, assim, substituídos, por indicações da Secom em conjunto com o Conselho, pelos seguintes membros, respectivamente: 1) João Jorge Santos Rodrigues, advogado, produtor cultural e presidente do grupo Olodum; 2) Heloísa Maria Murgel Starling, historiadora, professora e pesquisadora do Departamento de História da UFMG; 3) Murilo César Oliveira Ramos, professor da Faculdade de Comunicação da UnB; 4) Wagner Tiso, regente, pianista, arranjador e compositor; 5) Paulo Ramos Derengoski, jornalista; 6) Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro, professor de Ciência Política, relator da infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e ex-secretário de Direitos Humanos, do governo de Fernando Henrique Cardoso; 7) Daniel Aarão Filho, professor do departamento de História da UFF. Com esses membros, mantinha-se a interlocução com o campo acadêmico e cultural, mas reduzia-se a inserção do campo político, devido à saída de nomes que já passaram por cargos em ministérios e secretarias.

Com o término de alguns mandatos, iniciou-se o processo de consulta pública para renovação do Conselho Curador, cuja formulação dos procedimentos é discutida e decidida pelo próprio Conselho, a partir, inclusive, de audiências públicas. O processo é guiado por um edital e, de acordo com as regras estabelecidas, entidades da sociedade civil podem se inscrever para participar das indicações. Caso atendam aos critérios estabelecidos por lei e, assim, tenham suas inscrições homologadas, cada organização pode fazer uma indicação para cada vaga aberta. A partir desses nomes, então, o Conselho fica responsável por elaborar uma lista tríplice para cada uma das vagas, a qual é submetida à Presidência da República.

A fim de manter a representatividade do Conselho, a lei da EBC prevê a ocupação de ao menos uma vaga por cidadãos de cada região do país bem como a diversidade cultural e a pluralidade de experiências profissionais (BRASIL, 2008). Sendo assim, o último edital de consulta pública, lançado em 2014, previa a presença de: 1) um(a) representante da etnia indígena; 2) uma pessoa com deficiência; 3) um (a) representante jovem, entre 15 e 29 anos. Também estava prevista a ocupação de 40% das vagas dos representantes da sociedade civil por pessoas negras (CONSELHO CURADOR, 2014). Além disso, segundo o edital, buscava-se garantir a presença dos seguintes segmentos da sociedade civil no Conselho Curador:

a) Representante da classe artística; b) Diretor, roteirista, produtor ou realizador de televisão ou de rádio; c) Cientista; d) Professor (a); e) Profissional com atuação na área de comunicação e saúde; f) Profissional da Educação; g) Representante de TVs e rádios públicas; h) Esportistas; i) Representante de movimentos sociais relacionados aos Direitos Humanos; j) Representante de movimentos sociais relacionados à Comunicação; k) Especialistas em educação e comportamento de crianças e adolescentes (psicólogos, psicoterapeutas, pedagogos, psicopedagogos, psiquiatras); l) Empresários; m) Profissional da Tecnologia da Informação. (CONSELHO CURADOR, 2014, pp.3-4).

O processo de consulta pública realizado em 2014 – para ocupação das cinco vagas abertas devido ao fim dos mandatos dos conselheiros, José Antônio Martins, Maria da Penha, Daniel Aarão, João Jorge Santos e Murilo Ramos – teve 205 entidades habilitadas à indicação de nomes e 58 candidatos indicados¹³. Segundo matéria do *site* do Conselho Curador (CRISPI, 2014), contabilizou-se os nomes mais votados em cinco áreas: 1) jovens; 2) indígenas; 3) pesquisadores; 4) profissionais que atuam na área de direitos humanos e diversidade; 5) e profissionais da comunicação, empresários e produtores audiovisuais. A partir disso, cada conselheiro pode votar em até três nomes de cada área¹⁴, considerando a necessidade de equidade de gênero, raça e região do Brasil, formulando assim a lista tríplice encaminhada à Presidência da República¹⁵. Apenas no dia 18 de junho de 2015 – portanto,

¹³ Dentre os nomes indicados, houve dois recursos: um apresentado pela Comissão de Empregados da EBC em relação ao indicado, por 51 entidades, Mário Jefferson Leite Melo, devido a declarações machistas, homofóbicas e contra os Direitos Humanos em seu perfil pessoal do Facebook; e o outro recurso referiu-se à indicada, por 13 entidades, Cosette Espíndola de Castro, devido à prestação de serviços de consultoria à EBC. Ambos os recursos foram negados, já que, no edital, não havia nenhuma limitação explícita em relação a esses casos. Mas, nenhum dos dois nomes foi indicado à lista tríplice.

¹⁴ Três conselheiros não votaram devido à ausência na reunião, sendo eles: o ministro da Ciência e Tecnologia, o ministro da Educação e a representante da sociedade civil, Heloísa Starling.

¹⁵ A lista tríplice elaborada pelo Conselho Curador continha os seguintes nomes: 1) Jovens: a) Enderson Araújo de Jesus Santos (negro) – 14 votos; b) Paulo Victor Purificação Melo (negro) – 12 votos; c) Gizele de Oliveira Martins (negra) – 9 votos. 2) Indígenas: a) Letícia Luiza Yawanawá – 17 votos; b) Iranilde Barbosa dos Santos – 16 votos; c) Alexandre dos Santos Pankararu – 15 votos. 3) Pesquisadores(as): a) Venício Artur de Lima (residente do Centro-Oeste) – 16 votos; b) Ana Cristina Garcia Olmos Fernandez – 11 votos; c) Margarida Maria Krohling Kunsch – 9 votos. 4) Profissionais que atuam na área de Direitos Humanos e Diversidade: a) Isaías Dias (pessoa com deficiência) – 11 votos; b) Ana Angelica Sebastião (negra) – 10 votos; c) Cicera Rodrigues Alencar – 10 votos; 5) Profissionais da Comunicação, empresários e produtores audiovisuais: a) Joel

depois de mais de um ano da definição da lista, ocorrida no dia 16 de abril de 2014 –, a presidenta Dilma Rousseff designou os novos integrantes do Conselho, respeitando os nomes mais votados em cada área.

Além desses cinco novos conselheiros, nomeados em agosto de 2015, cinco outros ingressaram no órgão a partir de indicação da sociedade civil, pelo processo de consulta pública. A conselheira Ana Maria da Conceição Veloso e os conselheiros Mário Augusto Jakobskind e Takashi Tome ingressaram em 2010, enquanto Rita Freire e Rosane Bertotti entraram em 2013. Desse modo, atualmente, a maioria dos conselheiros já representa efetivamente a sociedade civil (no sentido, de terem sido escolhidos por entidades dela), e apenas cinco vêm da primeira composição, escolhida pela Presidência da República.

Em relação ao colegiado inicial, nota-se uma maior participação de representantes de movimentos sociais. Segundo informações do *site* do Conselho Curador e como pode ser observado no quadro abaixo, dentre os conselheiros indicados via consulta pública, há integrantes que participam de movimentos envolvidos com a causa do direito à comunicação e que atuam em sindicatos e associações de jornalismo e imprensa; há representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), militantes de movimentos sociais relacionados à mulher, além de representantes do movimento negro, do movimento indígena e do movimento pelas pessoas portadoras de deficiência. Há também conselheiras que atuam em organismos de alcance internacional voltados para a mudança social, como o Fórum Social Mundial¹⁶ e a organização Ashoka¹⁷. Além disso, embora alguns conselheiros não estejam ligados diretamente – conforme as informações do *site* do Conselho Curador – a movimentos sociais, eles atuam na defesa das reivindicações desses organismos – como, por exemplo, o cineasta Joel Zito Araújo, especialista em filmes e documentários sobre a cultura negra no Brasil; e o professor Venício Arthur de Lima, pesquisador da comunicação e atuante no campo de mídia pública.

Zito Almeida de Araújo (negro) – 16 votos; b) Antônio Sérgio Pires Miletto – 9 votos; c) Renata Vicentini Mielli – 7 votos. (CRISPI, 2014).

¹⁶ O Fórum Social Mundial é um evento internacional, organizado por movimentos sociais, com a proposta de elaborar alternativas para transformação social global.

¹⁷ A Ashoka é uma organização mundial, criada em 1980, que apoia empreendedores sociais – os quais buscam mudanças de impacto social – e compreende essa área como um campo de trabalho.

Nome	Formação e Profissão	Movimentos Sociais dos quais participa	Classificação das entidades que indicaram cada nome
Ana Maria da Conceição Veloso	Jornalista e professora da UNICAP, do projeto Jornalista Amiga da Criança/ANDI e Empreendedora Social Ashoka.	- ANDI - Ashoka - Fórum Pernambucano de Comunicação (FOPECOM) - Rede Mulher e Mídia - Fórum de Mulheres de Pernambuco - Centro das Mulheres do Cabo - Sinos Comunicação - Centro Dom Hélder Câmara (CENDHEC) - Coletivo Intervezes	
Mário Augusto Jakobskind	Jornalista e escritor	- Integrante da Diretoria do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro	
Takashi Tome	Engenheiro Elétrico na área de Tecnologia de Telecomunicações		
Rita de Cássia Freire Rosa (Vice-presidenta)	Jornalista	- Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada - Movimentos Sociais Feministas - Fórum Mundial de Mídia Livre - Conselho Internacional do Fórum Social Mundial	- Comunicação e Cultura: 6 - Conselhos profissionais: 2 - Questões políticas: 1
Rosane Maria Bertotti	Socióloga e agricultora familiar.	- CUT Nacional - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) - Comissão Operativa Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF Brasil)	- Questão trabalhista: 10 - Comunicação e Cultura: 8 - Conselhos profissionais: 2 - Questões políticas: 1 - Direito do consumidor: 1
Enderson Araújo de Jesus Santos	Produtor de conteúdo	- Movimentos sociais da juventude negra - Grupo de Jovens Comunicadores Mídia Periférica	- Comunicação e Cultura: 3 - Questão trabalhista: 1
Isaías Dias	Bancário	- Militante da causa da pessoa com deficiência - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando a CUT - Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp (AFUBESP)	- Questão trabalhista: 20 - Defesa da pessoa portadora de doenças ou deficiências: 4 - Ação comunitária: 2 - Comunicação e Cultura: 2 - Questão ambiental: 1 - Defesa de populações em risco: 1

Joel Zito Araújo	Doutor em Ciências da Comunicação e cineasta		- Raça e etnia: 3 - Defesa de populações em risco: 1 - Ação comunitária: 1 - Questão trabalhista: 2 - Comunicação e Cultura: 3
Letícia Luiza Yawanawá	Não consta no <i>site</i>	- Liderança Indígena - Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira.	- Comunicação e Cultura: 1 - Classes profissionais: 1
Venício Arthur de Lima	Sociólogo e professor de Ciência Política e Comunicação na UnB		- Questão trabalhista: 18 - Comunicação e Cultura: 5 - Defesa de populações em risco: 1 - Ação comunitária: 2 - Questão ambiental: 1

Tabela 1: Representantes da Sociedade Civil do Conselho Curador, indicados via consulta pública.

Como se observa no quadro, além de verificar a participação dos integrantes em movimentos sociais, foi feito também um levantamento das entidades que indicaram os conselheiros, nos processos de consulta pública¹⁸. Com a análise dessas organizações, é possível pensar que segmentos da sociedade civil possuem, em alguma medida, representação no Conselho – nos apêndices deste trabalho, é possível consultar os nomes das entidades que indicaram os conselheiros. Conforme os dados acima, 70 entidades da sociedade civil tiveram ao menos uma de suas indicações nomeada ao Conselho, nas consultas de 2012 e 2014. Dessas, 34 são ligadas a questões trabalhistas – como sindicatos, associações e confederações de trabalhadores bem como a CUT Nacional e de diversos estados –, sendo três sindicatos de jornalistas e cinco de trabalhadores das telecomunicações ou da radiodifusão. Uma hipótese para o fato de que quase metade das entidades seja dessa categoria é uma possível mobilização da rede de sindicatos e centrais trabalhistas em torno da indicação de alguns candidatos.

Além disso, 18 entidades são ligadas à defesa do direito à comunicação e cultura, quatro à causa de portadores de doença e deficiência física, três à defesa de populações em risco, três à ação comunitária, três à defesa do negro, uma à questão ambiental, uma a questões políticas, uma à defesa do consumidor e duas a conselhos de classe profissional.

¹⁸ Segundo informações da secretaria do Conselho Curador, não há o documento referente ao processo de 2010. Por esse motivo, no caso de três conselheiros, não há como conhecer os movimentos que os indicaram.

Algumas entidades, como o Observatório da Mulher, por exemplo, estão ligadas a mais de um grupo, sendo, porém, contabilizada em apenas um¹⁹. Cabe ressaltar que nem todas essas entidades se configuram como movimentos sociais. A intenção deste mapeamento, mais do que uma análise profunda desse modo de representação e das organizações que tiveram seus candidatos nomeados, é ter uma ideia dessas relações, ampliando, portanto, as informações disponíveis para as próximas análises.

Além desses conselheiros e dos ministros de Estado, fazem parte do Conselho Curador, atualmente (dezembro de 2015), cinco representantes da sociedade civil, indicados pelo Executivo (referentes à primeira composição): Claudio Lembo, Ima Vieira, Heloísa Starling, Paulo Ramos Derengoski e Wagner Tiso²⁰; a representante do Senado Federal, Ana Luiza Fleck, e a da Câmara dos Deputados, Evelin Maciel; e a representante dos funcionários, Akemi Nitahara.

Nome	Representação	Data da posse
Ana Luiza Fleck	Senado Federal	12/08/2008
Evelin Maciel	Câmara dos Deputados	16/04/2014
Akemi Nitahara	Representante dos Funcionários	18/11/2015
Ana Maria Veloso	Sociedade Civil	30/06/2010
Claudio Lembo	Sociedade Civil	14/12/2007
Enderson Araújo	Sociedade Civil	13/08/2015
Heloisa Starling	Sociedade Civil	11/05/2010
Ima Vieira	Sociedade Civil	14/12/2007
Isaias Dias	Sociedade Civil	13/08/2015
Joel Zito Araújo	Sociedade Civil	13/08/2015
Letícia Luiza Yawanawá	Sociedade Civil	13/08/2015
Mário Jakobskind	Sociedade Civil	01/06/2010
Paulo Ramos Derengoski	Sociedade Civil	23/06/2009
Rita Freire	Sociedade Civil	17/04/2013
Rosane Bertotti	Sociedade Civil	17/04/2013
Takashi Tome	Sociedade Civil	01/06/2010
Venício Arthur de Lima	Sociedade Civil	13/08/2015
Wagner Tiso	Sociedade Civil	08/02/2012

Tabela 2: Conselheiros que compõem o Conselho Curador, atualmente (Dezembro de 2015).

Cabe ressaltar ainda que, nas reuniões analisadas, devido aos diferentes períodos investigados, fizeram parte outros representantes da sociedade civil (listados no início deste subcapítulo); os representantes da Câmara dos Deputados, Manoel Roberto Seabra e Sueli

¹⁹ Devido à impossibilidade de se investigar cada entidade de forma mais aprofundada, optou-se por enquadrar cada uma em apenas uma categoria – a partir do nome ou de informações consultadas nos *sites* de tais organizações.

²⁰ Em fevereiro de 2016, esses cinco conselheiros finalizam seus mandatos e serão substituídos por nomes indicados pela sociedade civil organizada. Para isso, em janeiro de 2016, estava em processo a realização de uma audiência pública para discutir o “Modelo de escolha dos novos e novas integrantes do Conselho”.

Navarro; e os representantes dos funcionários: Lourival Antonio Macedo, Guilherme Strozi e Eliane Gonçalves. Além disso, os cinco representantes da sociedade civil e a nova representante dos funcionários, cuja posse foi após julho de 2015, não estiveram presentes nas reuniões analisadas, já que o período de análise se estendeu apenas até esse mês.

Na trajetória do Conselho Curador, passaram por sua presidência, a representante da sociedade civil, Ima Vieira, e a representante do Senado, Ana Luiza Fleck. Em dezembro de 2015, na 59ª reunião, a conselheira Rita Freire foi eleita presidenta do Conselho Curador, tendo como vice, a representante da Câmara dos Deputados, Evelin Maciel.

4.2 EM PAUTA NO CONSELHO: A ANÁLISE DAS REUNIÕES

O Conselho se reúne, ordinariamente, a cada dois meses, além das reuniões extraordinárias, solicitadas quando considerado necessário pelos conselheiros. As reuniões são públicas, sendo transmitidas pela Internet, e contam com a participação também do Diretor-Presidente, do Diretor-Geral e do Ouvidor-Geral da EBC, os quais têm direito a voz, mas não a voto. Outros diretores da EBC, quando convidados ou convocados, também podem participar, apenas com direito a voz. Além disso, os ministros membros do Conselho podem ser representados por terceiros, embora estes não tenham direito a voto.

A partir das atas dessas reuniões do Conselho Curador, disponibilizadas em seu *site*, foi feito um levantamento de todas as pautas abordadas em cada um dos encontros do órgão, até o mês de julho de 2015. Com esse mapeamento inicial, foi possível ter um panorama dos temas mais tratados pelo Conselho²¹ e, assim, estabelecer o recorte da análise mais detalhada. Os temas tratados foram divididos em cinco categorias: 1) Funcionamento do Conselho Curador – incluindo discussões relacionadas à posse e aos mandatos dos conselheiros, ao regimento interno do órgão, ao calendário de atividades, à configuração e à atuação das câmaras temáticas, às homenagens, entre outras; 2) Gestão e Estrutura da EBC – neste item, foram consideradas as apresentações da Diretoria da empresa, os debates sobre modelo institucional, funcionários, políticas internas, tecnologia, planos de trabalho e planejamentos estratégicos; 3) Apresentações da Ouvidoria; 4) Participação e Diálogo – nesta categoria, foram contabilizadas as discussões sobre audiências públicas, consulta pública para novos conselheiros, eventos realizados pelo Conselho ou sobre Comunicação, pesquisas de

²¹ Nos apêndices deste trabalho, é possível acessar as pautas de cada reunião. Não constam nesse levantamento, itens como a abertura do encontro, a aprovação da ata da reunião anterior, a aprovação das pautas, os assuntos gerais e os informes. Também cabe ressaltar que só foram consideradas as pautas explicitadas nas atas, ou seja, caso alguma pauta não estivesse listada na ata, não foi possível mapeá-la.

audiência e apresentações de pesquisas sobre a EBC; 5) Programação, veículos e conteúdo (incluindo o jornalismo).

Como pode ser observado no gráfico abaixo, em termos de quantidade, as discussões mais recorrentes foram sobre o próprio funcionamento do organismo, com 62 pautas. Os debates sobre “Participação e Diálogo”, “Programação, Veículos e Conteúdo” e “Gestão e Estrutura da EBC” apareceram, respectivamente, 41, 39 e 38 vezes. Já as apresentações da Ouvidoria estiveram presentes 29 vezes nas reuniões do Conselho. É possível notar, assim, certo equilíbrio no que diz respeito aos temas abordados. Vale ressaltar, porém, que apenas a quantidade dos temas macro não nos permite fazer afirmações mais profundas, já que o tempo de discussão de cada item bem como a medição dos assuntos considerados em cada grande tema também interfeririam nessa medição. Entretanto, como a proposta, neste caso, é apenas fornecer um panorama, os dados apresentados se tornam suficientes.

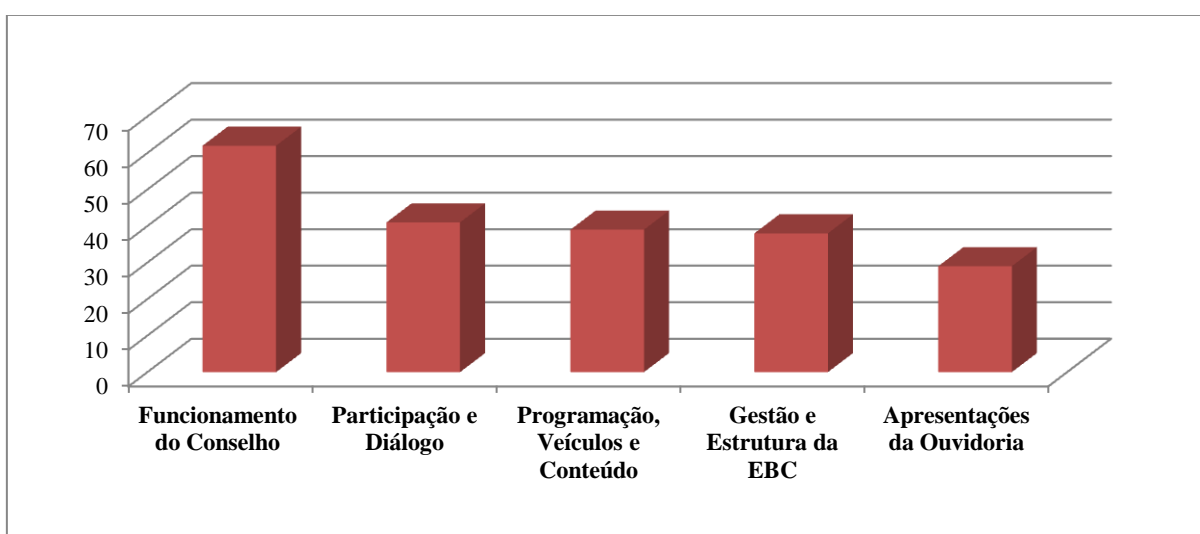


Gráfico 1: Classificação das pautas abordadas nas reuniões do Conselho Curador.

Além de observar a abordagem dos temas de maneira mais geral, foi feito também um levantamento das pautas tratadas em relação a três períodos definidos, a fim de se estabelecer, ainda que minimamente, uma análise histórica e conjuntural. Os períodos foram determinados a partir da configuração dos atores do organismo. Dividiu-se, assim, as 60 reuniões em três grupos de 20: 1) Da primeira, no dia 14 de dezembro de 2007, à 20ª reunião, no dia 3 de agosto de 2010; 2) Da 21ª reunião, no dia 14 de setembro de 2010, à 40ª, no dia 12 de novembro de 2012; 3) Da 41ª reunião, no dia 12 de dezembro de 2012, à 56ª (incluindo as reuniões extraordinárias), no dia 17 de junho de 2015. A primeira fase é marcada pela

ocupação das cadeiras dos representantes da sociedade civil pelos nomes indicados pela Presidência da República; na segunda fase, os três primeiros conselheiros indicados via consulta pública já estavam presentes nas reuniões; e, na terceira, um terço dos representantes da sociedade civil tinha sido indicado pelo processo de consulta à sociedade civil organizada.

A partir da definição destes períodos, é possível observar que não houve alterações muito bruscas em relação aos grandes temas tratados, possibilitando, porém, algumas considerações. É possível perceber, por exemplo, que, na primeira fase, o diálogo com a Ouvidoria era praticamente nulo (aparecendo apenas duas vezes), tendo tornado-se frequente e estável, nos próximos dois períodos (aparecendo 13 e 14 vezes, respectivamente). Da mesma forma, sobre a “Participação e o Diálogo”, nota-se uma crescente abordagem do tema (aparecendo nove vezes na primeira fase, 14 na segunda e 18 na terceira). Já, em relação ao “Funcionamento do Conselho Curador”, a primeira fase foi a de maior discussão (com uma frequência de 23 vezes), tendo uma pequena diferença em relação às outras duas (com frequência de 18 e 21 vezes, respectivamente). Os debates sobre “Programação, Conteúdo e Veículos” tiveram maior presença na segunda fase (aparecendo 16 vezes) e frequência muito próximas na primeira e última (com 11 e 12 vezes, respectivamente), assim como a “Gestão da EBC” foi tratada em semelhante medida nas três fases (com 12, 12 e 14 pautas).

Com os dados disponíveis, o que se pode afirmar é que, como pauta, há uma crescente preocupação do Conselho com assuntos relacionados à participação e ao diálogo, considerando aqui, inclusive, a inter-relação com o outro órgão de participação e fiscalização da EBC, a Ouvidoria.

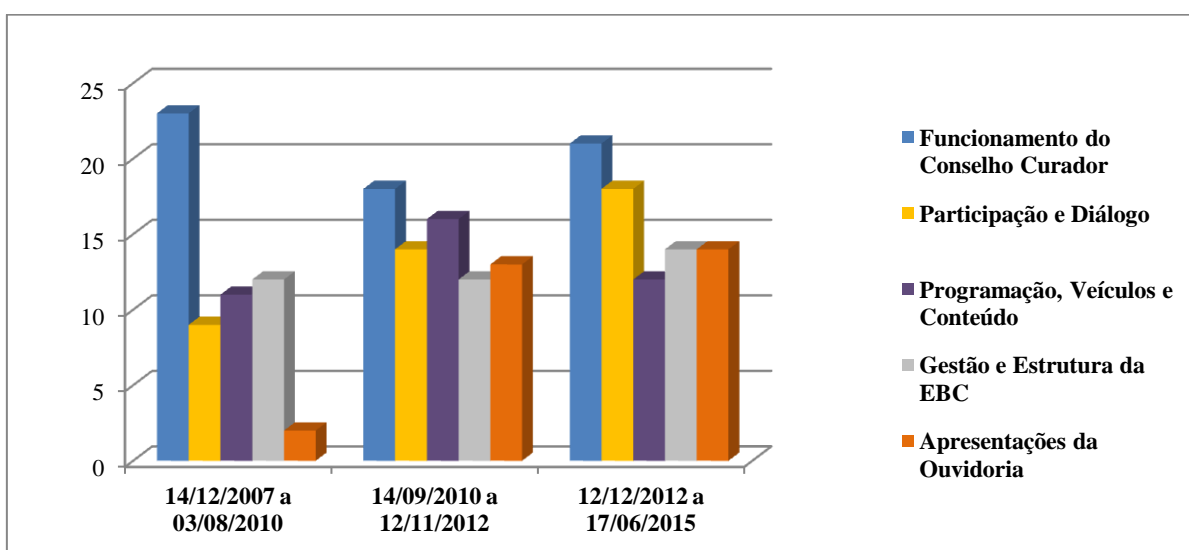


Gráfico 2: As pautas abordadas pelo Conselho Curador em cada fase histórica de sua trajetória.

Para além dos grandes temas, foram contabilizadas as pautas sobre o jornalismo (incluídas em “Programação, Veículos e Conteúdo”) bem como aquelas sobre os planos de trabalho e o planeamento estratégico da EBC (presentes no item “Gestão e Estrutura da EBC”) – cujos debates serão analisados mais profundamente. A escolha desses dois temas como objeto de análise se deve ao nosso interesse em investigar a efetividade da participação do Conselho e sua influência no jornalismo da emissora. Considerando o fato de que o plano de trabalho é uma das principais deliberações do Conselho e que ele estabelece as diretrizes e as metas para os diferentes setores da empresa, inclusive o jornalismo, justifica-se essa escolha.

Certamente, outras discussões seriam interessantes para explicitar os modos de participação e a efetividade do organismo, como, por exemplo, os debates sobre o processo de consulta pública para a escolha dos novos conselheiros ou sobre as audiências públicas. Entretanto, devido às limitações de tempo e espaço no desenvolvimento deste trabalho, optou-se por focar o jornalismo e o plano de trabalho. Além disso, o processo de consulta pública foi explicitado anteriormente, revelando em alguma medida estas questões, de modo que a análise mais profunda dos processos de discussão seja dispensável para os objetivos estabelecidos neste trabalho. Também é importante ressaltar que, dada a impossibilidade de se consultar todas as notas taquigráficas previamente à seleção dos trechos, essa escolha foi feita a partir das pautas explicitadas nas atas e, portanto, citações ao jornalismo ou ao plano de trabalho presentes em outras pautas ou em itens como “informes da Diretoria” não foram analisadas.

Nas 60 reuniões, das 209 pautas tratadas, 13 foram sobre jornalismo e 16 sobre planos e planeamento. Ou seja, o jornalismo, como pauta, ocupou pouco mais de 6% do total de temas tratados e de 33% das discussões sobre “Programação, Veículos e Conteúdo”. Já os debates sobre planos e planeamentos equivalem a pouco mais de 7,5% do total e de 42% do tema “Gestão e Estrutura da EBC”. Em relação aos períodos, tanto para o jornalismo quanto para os planos e planeamentos, observa-se uma frequência crescente de abordagem, como demonstram os gráficos. Na primeira fase, questões relacionadas ao jornalismo tornaram-se pauta da reunião apenas uma vez; na segunda, cinco vezes; e, na terceira, sete vezes. Já os planos apareceram três vezes, na primeira fase; cinco, na segunda; e oito, na terceira. É possível inferir destes dados uma crescente inserção do Conselho em discussões estratégicas para o desenvolvimento e a legitimação da EBC.

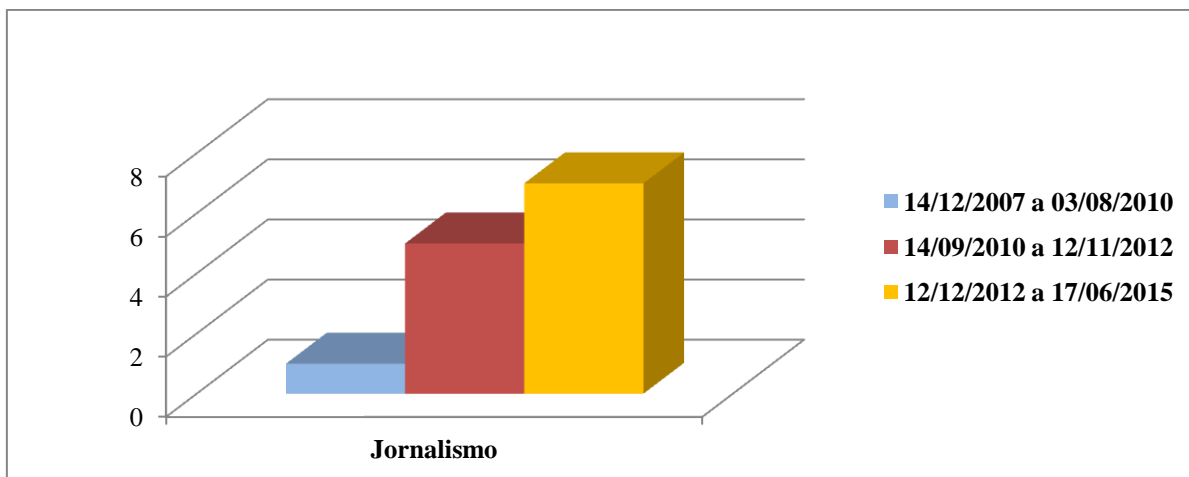


Gráfico 3: O jornalismo como pauta do Conselho Curador.

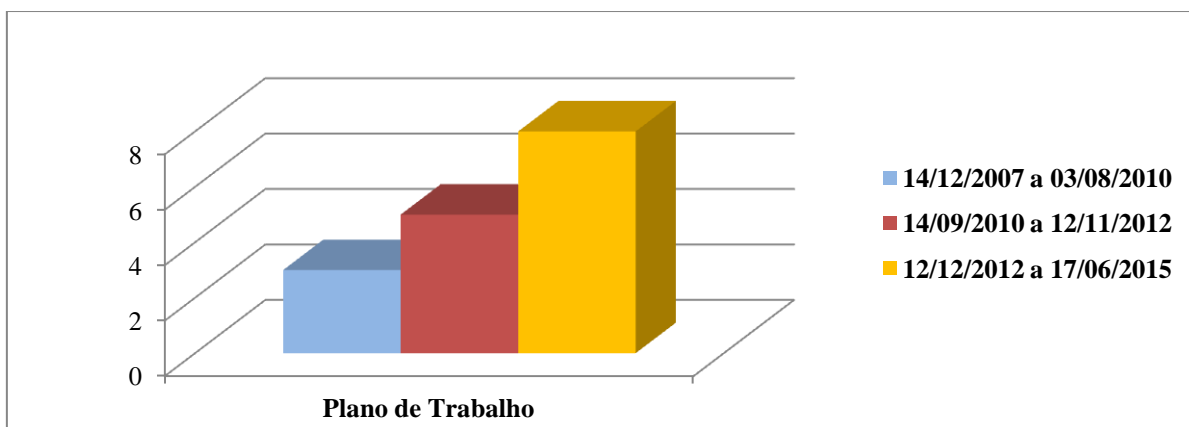


Gráfico 4: O plano de trabalho como pauta do Conselho Curador.

Dentre as 16 discussões sobre plano de trabalho e planejamento estratégico, foram analisadas aquelas correspondentes aos anos de 2010, 2012, 2014 e 2015, além do planejamento estratégico da EBC para 2022, contabilizando oito debates. Os trechos selecionados correspondem às seguintes reuniões: 1) 14ª, realizada no dia 8 de fevereiro de 2010, sobre o plano de trabalho do mesmo ano; 2) 33ª, do dia 8 de fevereiro de 2012, sobre o plano de 2012; 3) 34ª, do dia 14 de março de 2012, sobre o planejamento estratégico da EBC; 4) 48ª, do dia 11 de dezembro de 2013, sobre o plano de 2014; 5) 49ª, do dia 5 de fevereiro de 2014, também sobre este plano; 6) Segunda reunião extraordinária, no dia 12 de março de 2014, sendo a terceira reunião sobre o plano de 2014; 7) 53ª, de 9 de dezembro de 2014, sobre o plano de 2015; 8) 54ª, de 4 de fevereiro de 2015, também sobre o plano de 2015.

A escolha dos planos de 2010, 2012 e 2014 se deu por três motivos: 1) o intervalo de dois anos entre eles; 2) a correspondência aos anos eleitorais, no nível federal e estadual (2010 e 2014) e no nível municipal (2012), podendo, assim, revelar pontos em relação à autonomia relativa bem como às pressões conjunturais; 3) as mudanças na composição do

Conselho, já que na discussão de 2010 participaram apenas os conselheiros indicados pela Presidência da República; na de 2012, os três primeiros integrantes indicados por consulta pública; e, na de 2014, também as outras duas conselheiras selecionadas via consulta pública.

Todos os debates cuja pauta era claramente o jornalismo foram analisados, sendo eles correspondentes às reuniões: 1) 17ª, do dia 11 de maio de 2010, sobre o plano de cobertura das eleições de 2010; 2) 18ª, do dia 1º de junho de 2010, sobre o Manual de Jornalismo; 3) 23ª, de 9 de novembro de 2010, com a avaliação da cobertura das eleições de 2010; 4) 27ª, de 3 de maio de 2011, também sobre o Manual de Jornalismo; 5) 35ª, de 25 de abril de 2012, novamente sobre o Manual de Jornalismo; 6) 37ª, de 27 de junho de 2012, abordando o Manual de Cobertura das Eleições de 2012; 7 e 8) 45ª, do dia 26 de junho de 2013, com duas pautas sobre o jornalismo – a cobertura das manifestações no Brasil e a mudança dos telejornais na grade de programação da TV; 9) 46ª, de 21 de agosto de 2013, com a avaliação de materiais jornalísticos pela Câmara de Jornalismo do Conselho; 10) Segunda Reunião Extraordinária, do dia 12 de março de 2014, sobre a cobertura da Copa do Mundo e das Eleições; 11) Terceira Reunião Extraordinária, do dia 14 de maio de 2014, também sobre o plano editorial para Copa do Mundo; 12) 51ª, de 18 de agosto de 2014, sobre a criação do Comitê Editorial de Jornalismo da EBC; 13) 52ª, do dia 15 de outubro de 2014, com apresentação de um parecer da Câmara de Jornalismo do Conselho sobre a cobertura eleitoral da Agência Brasil.

4.2.1 A participação dos atores nas reuniões do Conselho

No total das reuniões analisadas, participaram, com ao menos uma fala em uma das reuniões, 17 conselheiros representantes da sociedade civil²², nove ministros ou seus representantes, os quatro membros das casas legislativas e os três representantes dos funcionários que passaram pelo Conselho. Além deles, tiveram espaço para pelo menos uma fala, 19 diretores ou outros convidados.

²² Os cinco últimos conselheiros indicados por meio de consulta pública não entraram na análise, já que sua posse foi em agosto de 2015 e a análise compreende as reuniões até julho de 2015.

Diretores e outros convidados	Sociedade Civil	Ministros	Senado e Câmara	Funcionários
Antônio Achilis	Ana Veloso	Aloizio Mercadante	Ana Luiza Fleck	Eliane Gonçalves
Eduardo Castro	Claudio Lembo	Ana Buarque de Hollanda	Evelin Maciel	Guilherme Strozi
Helena Chagas	Daniel Aarão	Franklin Martins	Roberto Seabra	Lourival Macedo
Laurindo Leal	Heloisa Starling	Helena Chagas ²³	Sueli Navarro	
Mara Régia	Ima Vieira	João Luiz Ferreira		
Marco Antônio Fioravante	João Jorge	Marco Antônio Raupp		
Mércio Rosa	José Antônio Martins	Mônica Franco		
Míriam Porto	José Paulo Cavalcanti	Sérgio Machado Rezende		
Nelson Breve	Lúcia Willadino	Thomas Truman		
Nereide Beirão	Maria da Penha			
Paulo Rufino	Mário Jakobskind			
Regina Lima	Murilo Ramos			
Ricardo Collar	Paulo Derengoski			
Roberto Faustino	Rita Freire			
Roberto Gontijo	Rosane Bertotti			
Rogério Brandão	Takashi Tome			
Silvia Sardinha	Wagner Tiso			
Sylvio de Andrade				
Tereza Cruvinel				

Tabela 3: Atores que tiveram ao menos uma fala nas reuniões do Conselho Curador analisadas.

A participação individual não foi medida em termos quantitativos, de duração da fala²⁴ ou quantidade de intervenções²⁵ no mesmo debate. A princípio, devido à dificuldade de medir essa intensidade, opta-se por assumir que, ao se colocar no debate, todos os participantes e todas as falas têm igual importância – ainda que essa opção seja apenas com o propósito metodológico. Posteriormente, porém, essas falas serão avaliadas qualitativamente,

²³ Helena Chagas aparece nas reuniões tanto como Diretora de Jornalismo, cargo que ocupou de 2007 a 2010, quanto como ministra, já que atuou como ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, de 2010 a 2014 – prática, como já abordado, denominada como movimento de “portas giratórias”.

²⁴ Em relação à duração, devido ao fato de que as análises foram feitas a partir das transcrições das reuniões e não da gravação delas, o número de linhas poderia não explicitar exatamente este tempo, inclusive, porque há variações na formatação do texto das notas taquigráficas. Mais do que isso, a duração nem sempre expressa a intensidade da intervenção.

²⁵ Sobre a quantidade de falas sobre o mesmo tema, também se teria uma conclusão falha, já que alguns pontos do debate eram longas exposições e outros diálogos, ainda que extensos, de pequenas frases entre as pessoas.

em relação aos temas tratados e sua reverberação nas decisões editoriais da TV Brasil. Assim, a proposta é muito mais compreender a presença dos atores representantes da sociedade civil em relação aos outros, tanto conselheiros quanto não conselheiros, a fim de pensar se o espaço destinado a eles dentro do Conselho – em termos de número e porcentagem de cadeiras – reflete-se na participação – também em relação ao número de representantes que intervêm nos debates analisados. Desse modo, a análise, neste momento, se dá em termos de grupo e não de indivíduo.

Considerando que os membros da sociedade civil representam aproximadamente 68,1% dos integrantes do Conselho (sendo 15 pessoas entre 22), foi observado se o número dos que participaram em cada um dos debates analisados cumpre essa porcentagem ou não. Em relação apenas aos conselheiros, tanto nos debates sobre o plano de trabalho e o planejamento estratégico quanto nos de jornalismo, a porcentagem de participação dos representantes da sociedade civil foi semelhante ou maior, sendo de 68,8% no primeiro caso e 71,2% no segundo. Nesse sentido, é possível afirmar que, ao menos nos debates analisados, o espaço destinado aos representantes da sociedade é efetivado.

Analisando o histórico, pode-se perceber uma estabilidade maior nas reuniões sobre o plano do que nas do jornalismo. Quanto às primeiras discussões, apenas na 14ª reunião a porcentagem de participação dos representantes da sociedade civil foi consideravelmente menor, chegando a 50%. Nas reuniões de 2012 e 2013, a participação destes membros equivaleu a 66,6% – apesar de ser um número menor em relação às cadeiras deste grupo no órgão, a diferença pode ser considerada irrelevante. De 2014 em diante, a porcentagem destes representantes ficou acima de 70% (71,4% na segunda reunião extraordinária; 72,7% na 54ª reunião; 73,3% na 49ª; e 76,9% na 53ª).

Ainda sobre os debates do plano, quanto aos funcionários, apenas em uma reunião não houve intervenção de seu representante. Em quatro reuniões, os dois representantes do Senado e da Câmara participaram, assim como, em outras quatro, apenas um participou. Em relação aos ministros, percebe-se uma tendência de queda na participação, já que apenas na primeira reunião analisada, três tiveram fala; na segunda e na sexta, dois; da terceira à quinta, um; e nas duas últimas, nenhum.

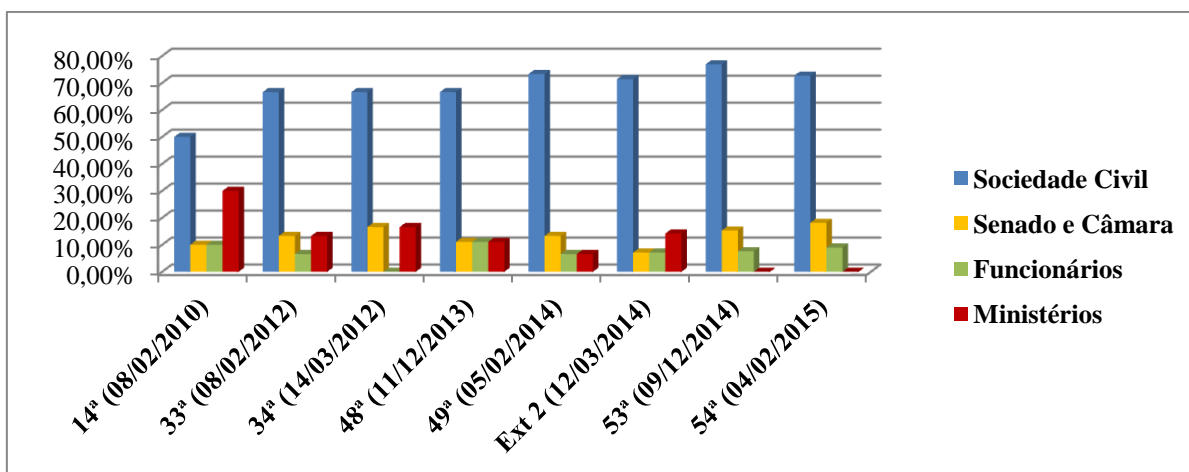


Gráfico 5: Percentual da participação dos conselheiros nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC.

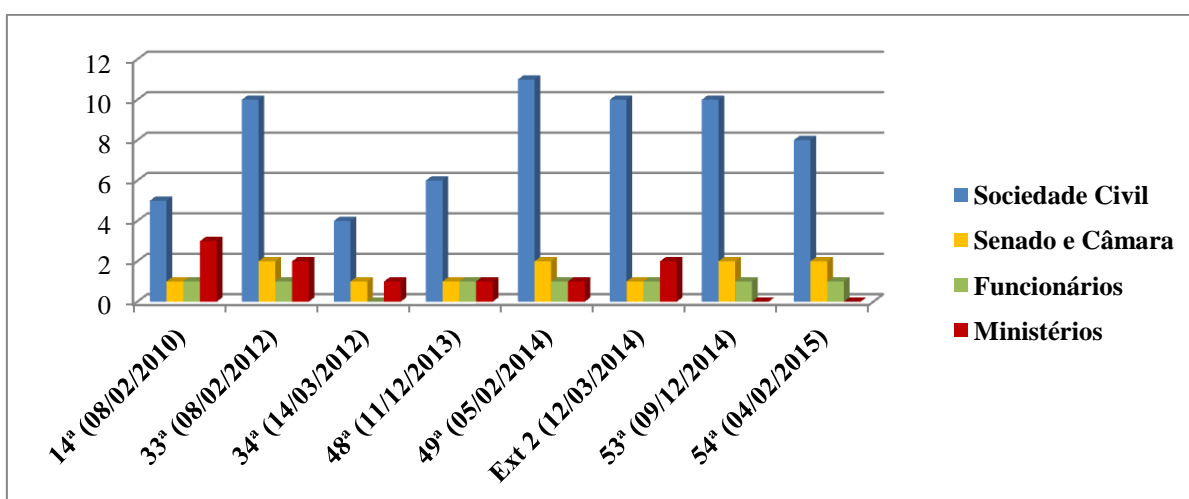


Gráfico 6: Participação dos conselheiros nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC, em números absolutos.

Já o histórico de participação dos integrantes da sociedade civil em relação aos outros conselheiros, nas apresentações e deliberações sobre o jornalismo, tem mais variações, indo de 33,33%, na 51ª reunião, a 100%, nas 23ª, 27ª e 52ª reuniões. Estes picos podem ser explicados por se tratarem mais de informes do que de debates sobre o tema, o que é evidenciado pelo número absoluto, já que na 23ª e na 51ª reunião participaram apenas três conselheiros e, nas outras, apenas um. Os outros debates ficaram entre 50% de participação, no 18º encontro, e 89%, na terceira reunião extraordinária.

Sobre a atuação dos funcionários, dos 13 trechos analisados, seis tiveram alguma intervenção do representante, tendo elas se concentrado no ano de 2013 adiante – equivalente ao mandato da conselheira Eliane Gonçalves. Em oito reuniões, algum representante da Câmara ou Senado participou; em quatro, não houve fala destes membros; e apenas em uma os dois se manifestaram. Assim como nas deliberações sobre o plano de trabalho, a

participação dos ministros apresenta uma tendência de queda ao longo do tempo (na 18ª reunião, três participaram; na 17ª, 35ª e 37ª dois tiveram fala; e nas outras, nenhum).

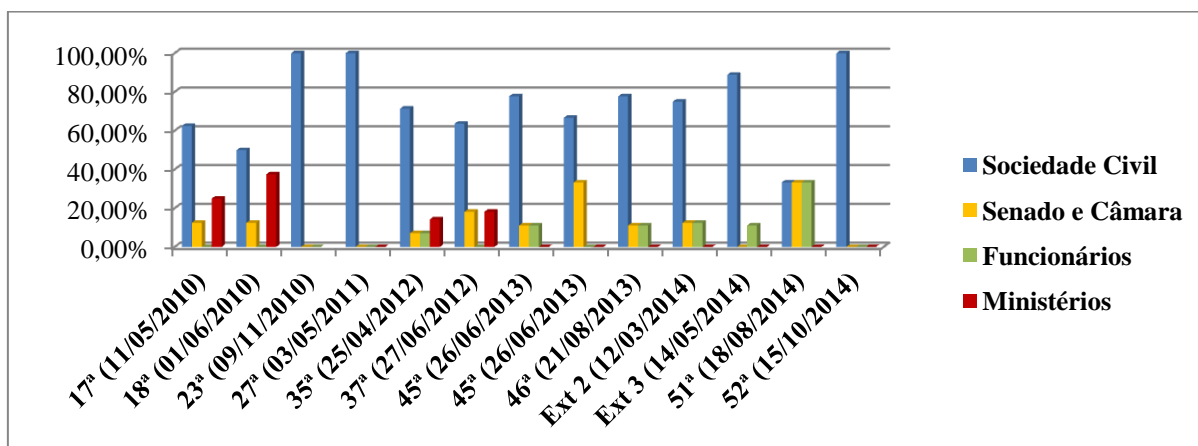


Gráfico 7: Percentual de participação dos conselheiros nos debates sobre jornalismo.

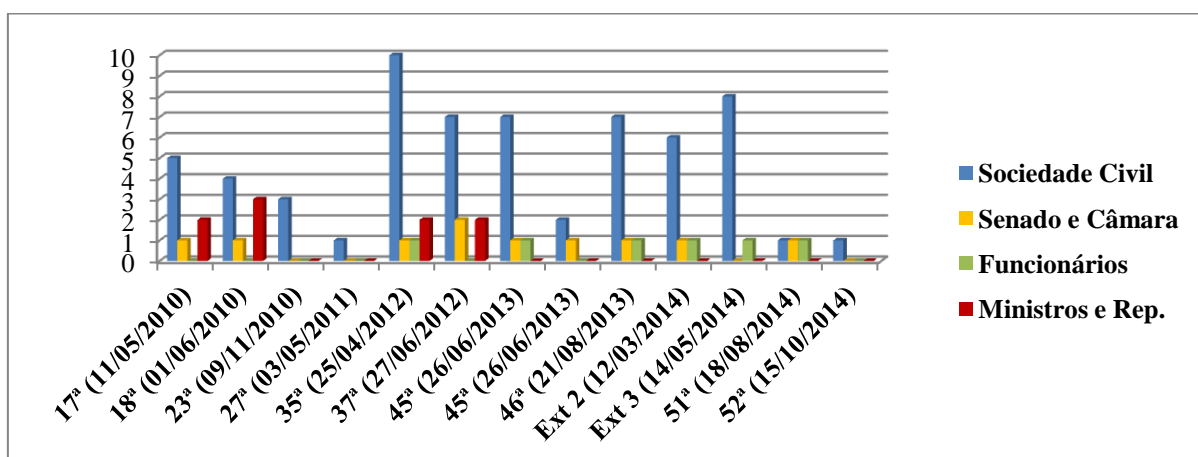


Gráfico 8: Participação dos conselheiros nos debates sobre jornalismo, em números absolutos.

Além da comparação entre os conselheiros, faz-se o mesmo em relação aos convidados (diretores, secretários, ouvidores e pessoas externas à EBC). Desse número total (conselheiros mais os não conselheiros), mediu-se também a participação dos representantes da sociedade civil no Conselho.

Nas deliberações do plano de trabalho, foi possível verificar a maior participação dos conselheiros bem como uma curva crescente em relação a sua porcentagem de atuação, como pode ser observado no gráfico abaixo. Na comparação entre os representantes da sociedade civil e as pessoas que não compõem o Conselho, apenas na primeira reunião essas últimas tiveram uma porcentagem maior. Ao longo do tempo, embora varie em alguma medida, é possível perceber uma tendência de aumento da porcentagem destes representantes em relação ao total dos participantes do debate (conselheiros ou não).

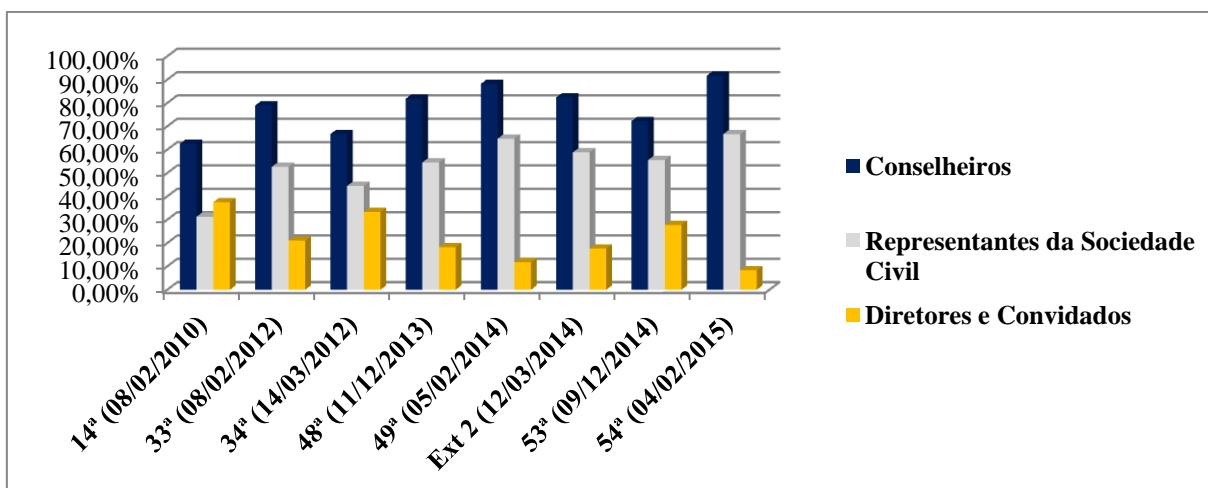


Gráfico 9: Percentual de participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre os Planos de Trabalho da EBC.

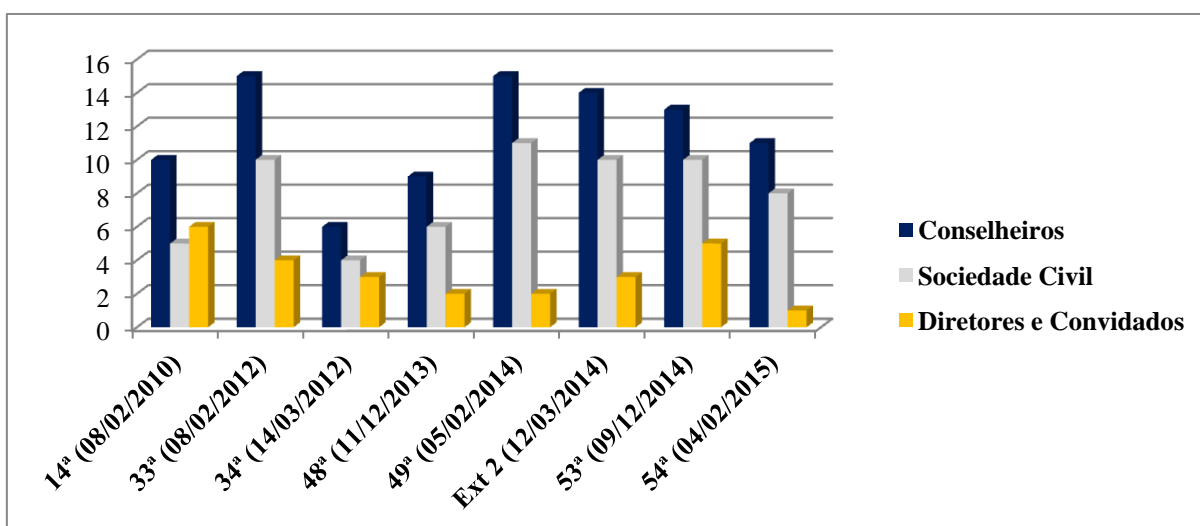


Gráfico 10: Participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre os Planos de Trabalho, em números absolutos.

Já nas apresentações e deliberações sobre o jornalismo, a participação maior dos conselheiros não foi garantida em todas elas. Na 27ª reunião, os diretores e outros convidados tiveram 66,66% do espaço, enquanto os conselheiros ficaram com 33,33%, sendo todos eles da sociedade civil. Na 51ª, a participação ficou dividida em 50% para cada um dos grupos, com 16,66% de presença dos representantes da sociedade. O outro pico é, na 52ª reunião, na qual não houve fala dos diretores. Assim como na comparação entre os conselheiros, essas três reuniões representaram pontos fora da tendência, reforçando o que foi dito sobre se tratarem de informes e não de debates. Na 52ª reunião, por exemplo, houve apenas a apresentação de uma conselheira, sem nenhuma discussão.

Nas outras reuniões, a participação dos conselheiros se manteve acima de 60%, indo até 90% – o que demonstra que, exceto em casos particulares, na maior parte dos debates

selecionados, a participação dos representantes da sociedade civil corresponde àquela esperada (ou seja, à porcentagem de cadeiras destinadas a eles).

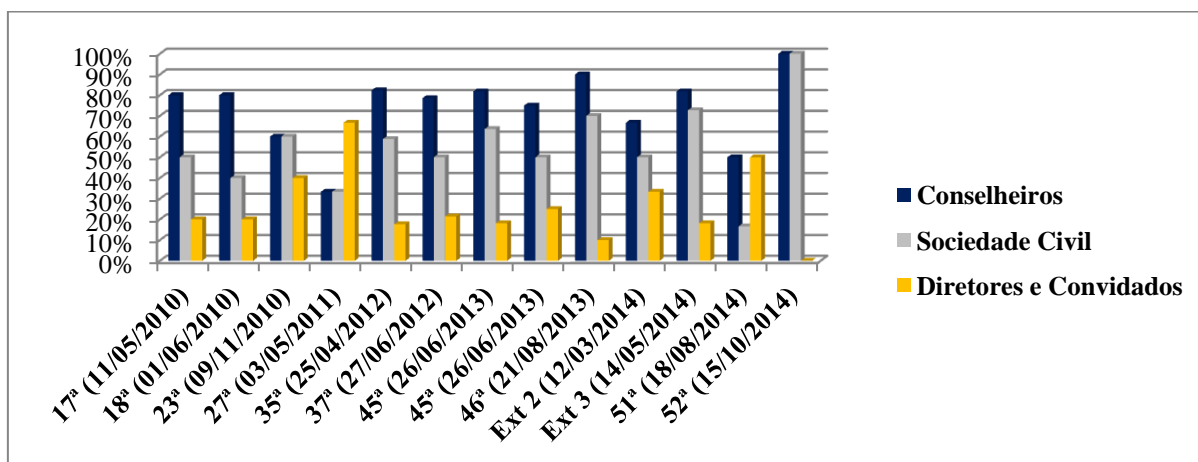


Gráfico 11: Percentual de participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre o jornalismo.

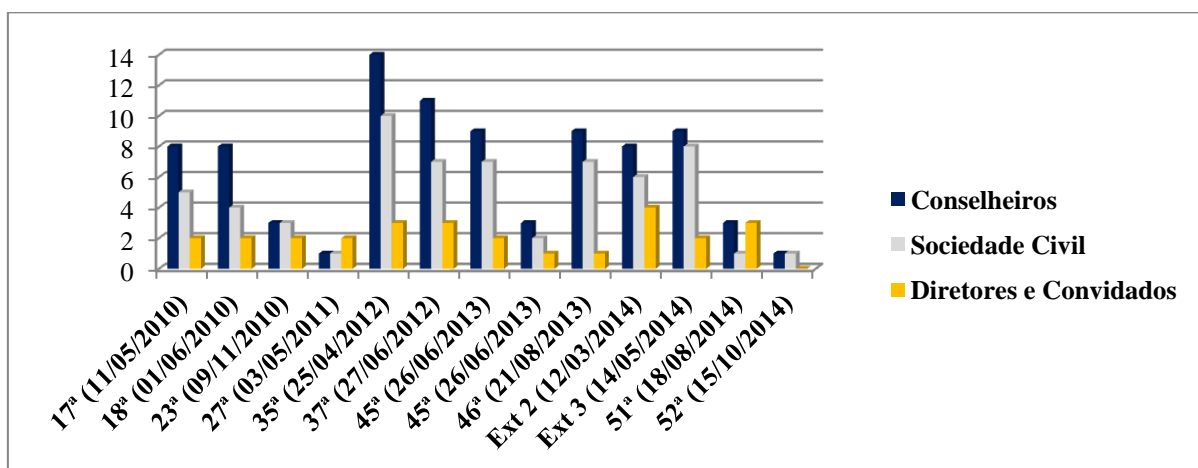


Gráfico 12: Participação dos atores integrantes do Conselho e dos não integrantes, nos debates sobre o jornalismo, em números absolutos.

4.2.2 Os temas tratados pelos atores

Como dito anteriormente, a atuação dos conselheiros também foi observada em relação aos temas tratados. Nesse sentido, não se estabelece, necessariamente e de antemão, uma relevância maior para um tema ou outro. A intenção é perceber quais são os atores mais envolvidos e preocupados com determinadas questões. Para isso, foram criadas as seguintes categorias: 1) tecnologia e equipamentos; 2) acesso e audiência; 3) modelo institucional e gestão; 4) orçamento e finanças; 5) treinamento e condições de trabalho dos funcionários; 7) participação dos funcionários nas decisões da empresa; 8) participação da sociedade civil. A

contabilização se deu a partir da quantidade de atores que fizeram ao menos uma menção a cada item, em cada reunião.

Em termos gerais, nas 21 reuniões analisadas (tanto sobre o jornalismo quanto sobre os planos de trabalho), o tema mais citado pelos conselheiros foi “orçamento e finanças” (com 48 menções); seguido por “participação da sociedade civil e dos cidadãos” (com 35); e “condições de trabalho e treinamento dos funcionários” (com 31). Os outros temas como “modelo institucional e gestão”, “tecnologia e equipamentos”, “acesso e audiência” e “participação dos funcionários” ficaram equilibrados, com 24, 23, 21 e 19 citações, respectivamente. A partir destes dados, ressalta-se, assim como no panorama das pautas das reuniões, a preocupação do conselho com o tema da “participação”. Se agruparmos a participação da sociedade civil com a dos funcionários, temos a categoria com maior frequência, aparecendo 54 vezes entre as falas dos atores.

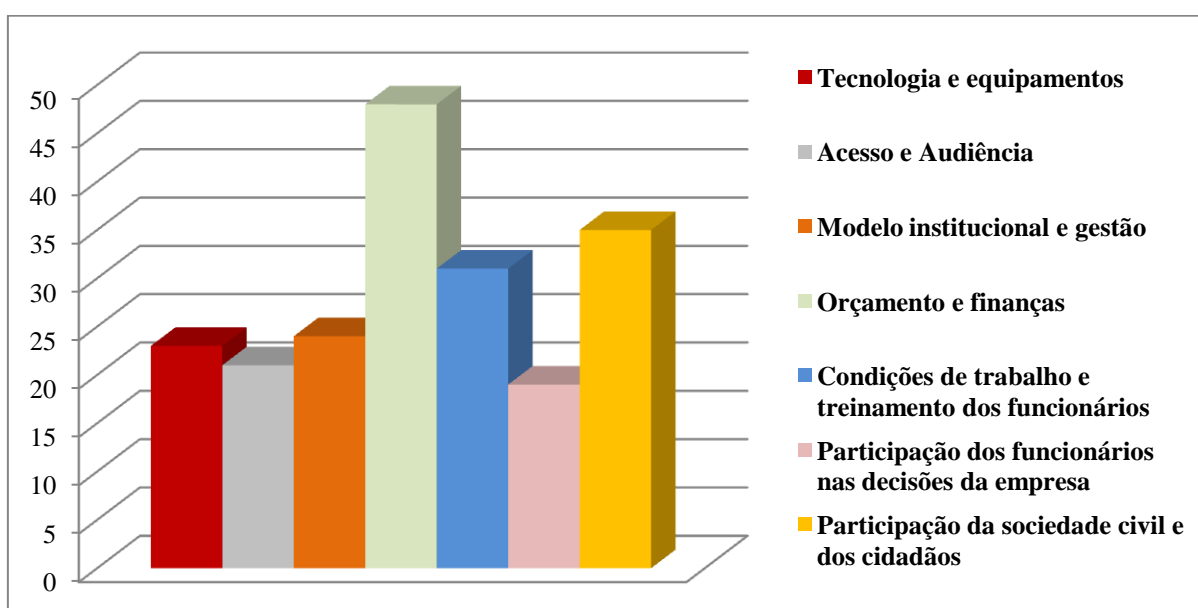


Gráfico 13: Temas mais frequentes nas falas dos atores.

Ao relacionarmos os temas aos grupos de atores que os abordaram nas reuniões analisadas, é possível fazer algumas interpretações sobre o papel de cada um deles. Primeiramente, a grande participação dos diretores ou outros atores que não fazem parte do Conselho se deve ao fato de que suas falas são, em alguma medida, pautadas pelas dos conselheiros, já que àqueles são concedidos espaços para responder às dúvidas, críticas e solicitações do Conselho. Além disso, considerando que há um representante dos funcionários, um da Câmara, um do Senado e quatro dos ministérios (sendo que nem todos os ministros e seus representantes compareceram a todas as reuniões), em alguns debates, havia

mais diretores e outros convidados do que os conselheiros representantes dessas quatro esferas.

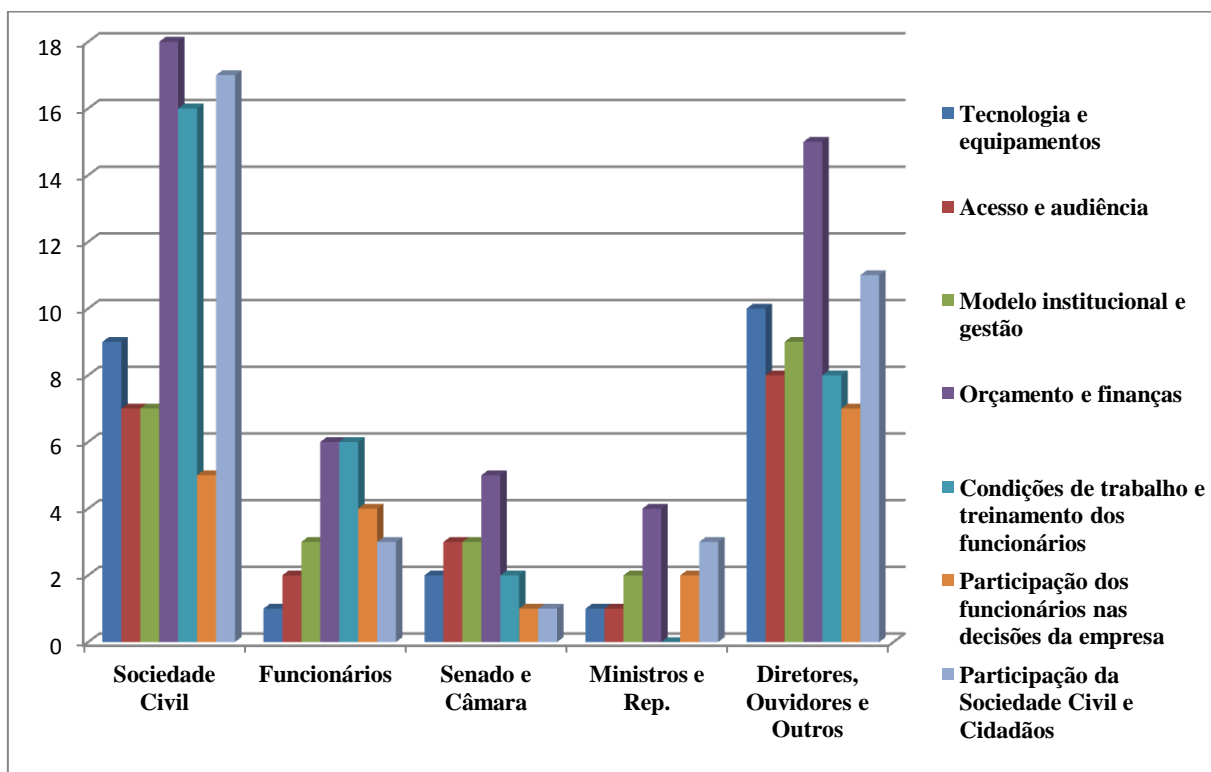


Gráfico 14: Abordagem dos temas por cada grupo de atores.

Para todos os grupos, o assunto mais tratado foi “orçamento e finanças”. Apenas no caso dos funcionários, o número deste tema equivaleu a outro, “as condições de trabalho e o treinamento de funcionários”. A forte presença da preocupação com as questões financeiras nos debates considerados, por todos os grupos de atores participantes, reflete as pressões econômicas nas deliberações do Conselho, mas também na empresa como um todo. Nesse sentido, tem-se mais uma evidência da profunda determinação exercida pelo mercado nas produções culturais, em particular, na televisão, mesmo quando pública. Nas reuniões sobre o plano de trabalho, por exemplo, muitos questionamentos em torno do orçamento tratavam da comparação entre os custos e os retornos (nesse sentido, em relação à aprovação do público e ao reconhecimento por meio de prêmios) dos programas. Um exemplo disso é a fala da representante dos funcionários, Eliane Gonçalves, na 54ª reunião, sobre o plano de trabalho de 2015.

Outra questão que não posso deixar passar é uma reflexão sobre os orçamentos dos custos dos nossos programas, a discrepância e os valores. Vou voltar a bater de novo, o trabalho da “crica”, mas continua me incomodando profundamente lidar com orçamentos, valores de projetos discrepantes, como o custo de “Papo de Mãe”, um programa de estúdio, usando a estrutura de estúdio da EBC, usando a equipe da

EBC, contratando apenas algumas pessoas fora e custar três vezes mais do que Caminhos da Reportagem, que é um dos programas mais premiados da gente, que precisa de viagem, que faz externa. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2015, p.51).

Assim, ainda que possa haver uma menor dependência da emissora em relação à audiência no sentido de conquistar publicidade, essas pressões não estão ausentes na televisão pública. Tratando-se de uma empresa financiada por repasse de verbas do Governo Federal, isso também demonstra um prejuízo na autonomia relativa da empresa no sentido político. Com a presença da EBC Serviços, gerida pela Diretoria de Negócios e Serviços, a disputa pelo orçamento se dá, inclusive, internamente entre o braço “governamental” e o “público” da EBC, como a fala da conselheira Eliane Gonçalves, também na 54ª reunião, demonstra:

Então, é importante entender quanto custa fazer negócios e serviços e quanto negócios e serviços estão trazendo para a gente. Essa questão não foi respondida nem no memorando, e foi uma demanda, e nem está aqui no Plano Estratégico. Custa caro. Só dando um exemplo de quanto custa, fizemos a transmissão junto com o pool das emissoras da posse da Presidenta Dilma. A gente acompanha em cima de um caminhão pelo Brasil afora a transmissão de todos os discursos, eventos e atividades da Presidenta. Tudo isso tem um custo. É um serviço extremamente importante. É um serviço que garante cidadania. A questão é se esse é um serviço da comunicação pública e quanto custa esse serviço e se estamos sendo bem remunerados para esse serviço. Então, essa questão é importante, porque estamos deixando de ter correspondentes nos países para colocar caminhões correndo na transmissão da agenda do Governo. E não está respondido aqui no Plano. Então, é importante a gente trazer. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2015, p.43).

A recorrente preocupação dos atores em relação aos cortes no orçamento evidencia o risco constante da empresa pública chegar ao sucateamento, repetindo o destino dessas emissoras no histórico da comunicação pública do país. A preocupação com a captação de verbas alternativas, como o patrocínio de programas, mas, mais ainda, as disputas em relação ao Plano Plurianual de Ação Governamental limitam em alguma medida as possibilidades de experimentação e a postura mais crítica e incisiva da emissora, como será tratado mais a frente nas discussões sobre os planos editoriais das eleições. Essa preocupação fica clara na 53ª reunião, sobre o plano de trabalho de 2015, na qual a conselheira Rita Freire faz a seguinte colocação:

Eu gostaria de fazer uma consideração. Foi apresentado hoje também a redução progressiva dos recursos para a mídia pública. Eu queria saber o que a EBC vai fazer para tentar reverter esse processo e lembrando que já começa agora um processo de construção e aprovação do plano plurianual de recursos, de investimentos do Governo. Eu queria saber onde a EBC vai buscar compensar esses recursos? Qual é a ação institucional para isso, porque acho que não temos que aceitar como uma coisa natural, que a empresa vá perdendo prioridade com relação aos recursos com que ela vem trabalhando. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2014b, p.33).

Outras questões relacionadas à estrutura e ao funcionamento da EBC, como “modelo institucional e gestão”, “tecnologia e equipamentos”, “acesso e audiência”, tiveram

na soma total valores muito próximos. Na distribuição entre os atores, há também um relativo equilíbrio nas ocorrências dessas questões.

Sobre os assuntos trabalhistas – tanto de condições de trabalho e treinamento quanto de participação dos funcionários, percebe-se que, em números absolutos, os grupos que mais abordaram esses temas foram os representantes da sociedade civil e os não conselheiros. Considerando, porém, a maioria desses atores nos debates, esse fato não nos diz muita coisa. Ao focar, entretanto, o *ranking* de temas mais citados por cada grupo, nota-se que – em seguida ao item “orçamento e finanças” – os representantes dos funcionários que passaram pelo Conselho citaram em maior volume suas questões de interesse direto. Como sendo o terceiro tema mais citado pelos representantes da sociedade civil, também se percebe uma preocupação desses atores com as condições de trabalho e o treinamento dos funcionários. Aliás, nota-se pelas discussões, entrevistas e observações, um apoio do Conselho, em geral, aos funcionários da EBC. Na terceira reunião extraordinária, sobre o plano editorial da Copa do Mundo de 2014, por exemplo, a representante dos funcionários colocou em discussão a necessidade de equipamentos de proteção para os trabalhadores na cobertura das manifestações contra o megaevento, sendo apoiada na demanda por outros conselheiros. Diante da explicação do Diretor-Geral, Eduardo Castro, sobre a duração do processo de licitação e recebimento dos equipamentos de proteção, por exemplo, a conselheira Rosane Bertotti fez a seguinte afirmação:

A preocupação é que, mesmo evidenciando todos os esforços, pelo tempo que se atrasou, pode correr o risco de não cumprir essas lacunas. E aí o problema é gravíssimo, de condições de trabalho, porque pode ocorrer de ser mil maravilhas e pode ocorrer de termos fatalidades. Então, eu acho que a empresa tem que se responsabilizar e acredito que é essa a grandeza que a empresa deverá ter de garantir as condições de trabalho para os trabalhadores que estarão em campo nesse determinado momento. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2014a, p.69).

Além disso, nas entrevistas realizadas, a conselheira Rita Freire afirmou, por exemplo, a existência de tensões entre os trabalhadores e a direção da EBC, chegando ao Conselho, muitas vezes, esses embates. Assim, ainda que o órgão não tenha o papel de mediador dessas relações, ela explica que os problemas acabam, em alguns momentos, se transformando em debates internos. Da mesma forma, a então representante dos funcionários, Eliane Gonçalves, afirmou a crescente percepção dos trabalhadores da EBC sobre a importância do Conselho, para o apoio de suas causas e a construção de maior autonomia.

Cabe ressaltar, porém, que o Conselho não é homogêneo, nem em sua totalidade nem entre os representantes da sociedade civil. Portanto, foi possível perceber, durante os debates, atores que se colocam, de maneira mais frequente, em defesa das causas trabalhistas,

mas também aqueles que em geral defendem posições da Diretoria. Também é bom lembrar que essas posições não são estanques e que, dependendo do assunto, as defesas podem se alterar. No diálogo abaixo, ainda sobre o plano de cobertura da Copa do Mundo, é possível perceber, em certa medida, um exemplo de defesa do posicionamento da direção, pelo representante da sociedade civil, Cláudio Lembo.

Cláudio Lembo: Não, mas ele [Eduardo Castro] já disse que a licitação está em curso, que termina no dia 19 o prazo, segunda-feira. Vamos admitir que ela seja deserta, que não haja nem interessados, nem vencedor, nada, não apareceu ninguém. Ele já disse que vai à Polícia Militar de São Paulo, e eu garanto que a Polícia Militar de São Paulo entrega, eles têm isso em estoque, os coletes a prova de bala. É essa a sua preocupação? O resto, não tem mais nada. O resto é o risco da vida. Por que vocês não fazem um elogio ao repórter dela que ficou duro na TV Globo, durante semanas, com a imagem da TV Brasil mostrando a tragédia da TV Bandeirantes. Foram eles. A imagem fabulosa foi deles, que embarcou o momento e prendeu as pessoas. Isso para mandar um elogio àquele repórter. Foi notável. Teve todo o equilíbrio emocional. Não teve?

Eliane Gonçalves: Isso é notável. Aquele repórter que gravou estava sem equipamento de segurança, como estava o da TV Bandeirantes. É um acaso. Ele estava no mesmo lugar em que o repórter da TV Bandeirantes foi machucado. Poderia ter sido outro, inclusive ele. Então, assim, só essa questão: no momento em que se vai para uma cobertura dessas, na situação que está, hoje, no Brasil e tem mostrado os protestos, deixar a decisão no indivíduo e na relação que temos dentro do jornalista que é essa: você tem que ser... Minha função é de risco, meu trabalho é assim mesmo, eu tenho que ir lá e enfrentar, eu gostaria muito de estar lá, se fosse eu ainda o repórter. Uma decisão, por exemplo, pode ser que os chefes vão cobrir.

O Sr. Cláudio Lembo – Eliane, quem conhece a alma de jornalista sabe que ele vai cobrir, ele não tem temor. Eu acho que ele tem que ter colete, mas ele disse que vai roubar colete dos homens. Se ele não tiver colete, não pode ir. Ponto. É isso. O resto que estamos discutindo...

A Sra. Eliane Gonçalves – Eu acho importante não deixar essa solução numa relação de trabalho que envolve poder, envolve salário, envolve progressão na carreira. Essa questão de deixar na relação do indivíduo, acho uma relação...

O Sr. Cláudio Lembo – Eu nunca vi os jornalistas dizerem “Não vou cobrir porque estou com medo”, é da profissão, é da índole ter coragem, ou então não é jornalista. Agora, tem que ter colete. Todo jornalista tem coragem, agora, precisa ter colete.

A Sra. Eliane Gonçalves – Todos os jornalistas estão usando colete.

O Sr. Cláudio Lembo – Estão, em toda a América Latina, em todo o mundo, porque jornalista tem coragem. Agora, precisa ter colete. É óbvio que precisa ter colete.

A Sra. Eliane Gonçalves – Tem uma questão que é responsabilidade do Conselho. O Conselho fez uma determinação, uma recomendação e essa recomendação não foi cumprida e como lembrou aqui o Conselheiro João Jorge, o Conselho tem uma responsabilidade em relação a esse momento que estamos vivendo, essa situação crítica seja por... É claro, não é por interesse, não é por um erro, porque todo mundo queria. Sei lá quais são as alternativas administrativas, tem lá o contrato de inexigibilidade que pode ser feito um contrato do dia para a noite com produção.

O Sr. Cláudio Lembo – Mas precisa ver se tem colete no mercado. Também não é assim.

A Sra. Eliane Gonçalves – Mas isso foi uma demanda de junho do ano passado, vai fazer um ano. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS...,2014a, 73-74).

Ao tratar o jornalismo a partir de uma perspectiva do “heroísmo”, o conselheiro acaba por reforçar um dos mitos da profissão, ocultando, como a representante dos funcionários defendeu, questões de poder envolvidas nas relações trabalhistas.

Em relação à participação dos funcionários, dentre as categorias criadas, esta foi a que teve menos menções. Embora ela seja citada ao abordar a elaboração de determinados documentos e planos, não houve, nos debates analisados, uma discussão mais profunda sobre formas de participação. No caso da criação do Comitê Editorial de Jornalismo²⁶, por exemplo, a representante dos funcionários também levantou a questão das formas de inserção dos trabalhadores neste espaço, ficando o debate, porém, restrito à jornalista e à Diretora de Jornalismo.

No que diz respeito à “participação da sociedade civil e dos cidadãos”, o tema recebeu grande atenção dos conselheiros representantes da sociedade – com um número de menções (17) muito próximo ao tema mais citado. Dessa forma, fica claro o papel desse grupo também no sentido de tentativa de ampliação desse espaço de participação. A temática apareceu tanto nas discussões do plano de trabalho quanto nas do jornalismo.

Especificamente sobre a “participação dos movimentos sociais” (a qual está inclusa na categoria de “participação da sociedade civil e dos cidadãos”), houve nove citações, sendo que oito delas foram feitas por representantes da sociedade civil e uma pela Diretora de Jornalismo (em resposta ao questionamento da representante). Destas citações, quatro das menções foram colocadas pela conselheira Rosane Bertotti, duas por Rita Freire, uma por Ana Veloso e uma pelo conselheiro João Jorge. A seguinte fala, da conselheira Rita Freire, na 46ª reunião, exemplifica essa preocupação com a participação dos movimentos sociais:

A gente estava conversando com a universidade e com a mídia alternativa. Então, como a EBC pode estabelecer, vai ter que buscar estabelecer parcerias com movimentos sociais, com as mídias alternativas, com as universidades. E esse é um debate que deve ser enfrentado aqui também pelo Conselho, para se amplificar. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2013, p.30).

Cabe ressaltar, porém, que, ao menos nas discussões analisadas sobre o plano de trabalho e o jornalismo, a participação dos movimentos sociais, de forma mais específica, não foi um assunto recorrente.

Por fim, ao comparar os temas que foram citados nas reuniões sobre o plano de trabalho e sobre o jornalismo, percebe-se que grande parte das menções aos assuntos relacionados à estrutura e ao funcionamento da EBC foi feita durante os debates do plano. Ao falar de jornalismo, foi mais frequente a abordagem do “modelo institucional e gestão” do que

²⁶ O Comitê Editorial de Jornalismo foi criado, atendendo ao Manual de Jornalismo da EBC, a fim de afinar a prática jornalística com o manual e verificar pontualmente as produções. O Comitê é composto por jornalistas indicados pela Diretoria.

“orçamento e finanças” (primeiro item do *ranking* geral), o qual teve também o mesmo número de citações que “tecnologia e equipamentos”. Interessante notar que o item “acesso e audiência” – o qual inclui debates sobre a abrangência da EBC nas diversas regiões do país – teve apenas uma menção nas reuniões sobre o jornalismo, mesmo sendo questões intimamente relacionadas à proposta de diversidade e pluralidade do jornalismo da EBC.

Por outro lado, questões relacionadas à causa trabalhista – condições de trabalho, treinamento e participação – foram mais relacionadas à produção jornalística do que às propostas e metas estratégicas da EBC, presentes nos planos e planejamentos da empresa. Já a participação da sociedade civil e dos cidadãos foi abordada em ambos os debates de forma semelhante.

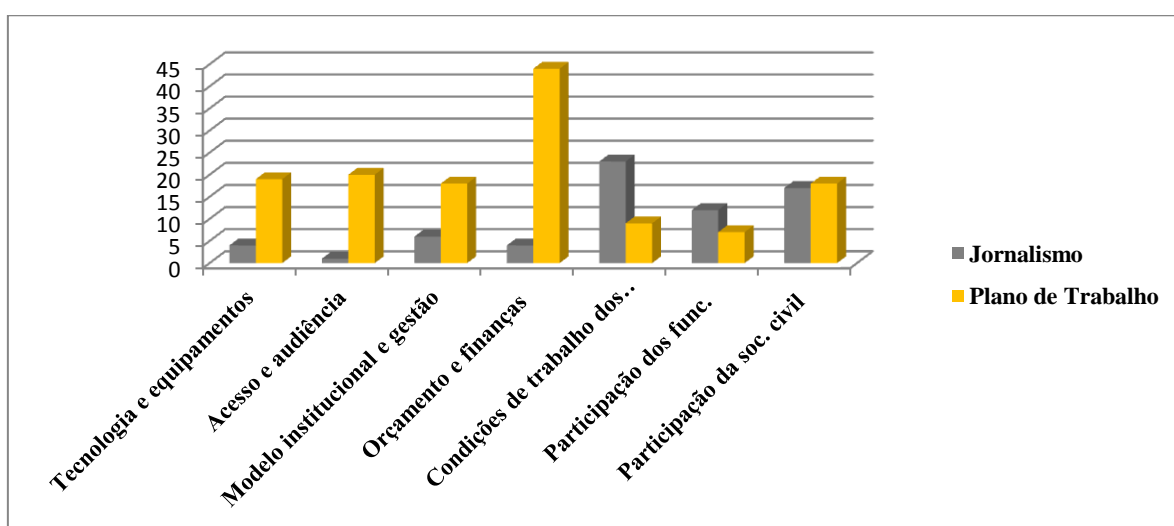


Gráfico 15: Temas citados nos debates sobre jornalismo e sobre o plano de trabalho.

4.2.3 As propostas para o jornalismo

Em todas as reuniões analisadas, foram observadas as intervenções acerca do jornalismo, independente do veículo e do programa. Nesse ponto, a proposta foi mapear as críticas, os elogios e as demandas feitas ao setor, bem como as sugestões de pauta. Da mesma maneira que em relação aos temas, também foram levantados os autores dessas falas. A partir das avaliações e recomendações do Conselho, em relação ao jornalismo, é possível notar algumas características tanto do lugar e da forma de participação dos conselheiros na linha editorial dos veículos da EBC, quanto de valores e percepções sobre a prática jornalística e o papel do telejornalismo público.

Do ponto de vista quantitativo, considerando os 21 trechos de reuniões analisados, houve nove falas com críticas, 16 com elogios e 66 com demandas ao jornalismo, havendo,

nessa última, 38 com sugestões de pauta²⁷. Do total de intervenções, apenas sete se referiam diretamente ao principal telejornal da emissora, o Repórter Brasil. Nesse caso, não foram consideradas as intervenções feitas pelos diretores e outros convidados, já que a ideia era compreender a participação do Conselho Curador na produção jornalística. A partir das análises, percebe-se uma postura muito mais de prescrição do que de avaliação do jornalismo. No que diz respeito ao acompanhamento do conteúdo, observa-se que o Conselho Curador atua principalmente na definição da linha editorial, dos valores e objetivos a serem buscados pelo jornalismo da empresa – questões presentes tanto no Manual de Jornalismo quanto nos planos de trabalho, os quais passaram e passam pelas deliberações do Conselho.

Os representantes da sociedade civil tiveram maior número de falas, com 84% das avaliações (críticas e elogios) e, aproximadamente, 70% das recomendações (demandas). Como percentualmente eles ocupam em torno de 68% das cadeiras do Conselho, verifica-se – assim como na análise das intervenções em geral, presente nos tópicos acima – uma participação efetiva desse grupo nas discussões sobre o jornalismo, ao menos, em termos quantitativos. Quando se trata dos representantes da sociedade civil indicados via consulta pública, essa participação se eleva, relativamente. Apesar de, nas reuniões analisadas, ocuparem no máximo um terço desse grupo (já que, nas reuniões iniciais, ainda não havia a presença de conselheiros indicados por organismos da sociedade civil), suas falas corresponderam a mais de 50% do total de intervenções sobre o jornalismo feitas por representantes da sociedade civil (quatro das seis críticas, oito dos 15 elogios, 24 das 46 demandas e 17 das 31 sugestões de pauta).

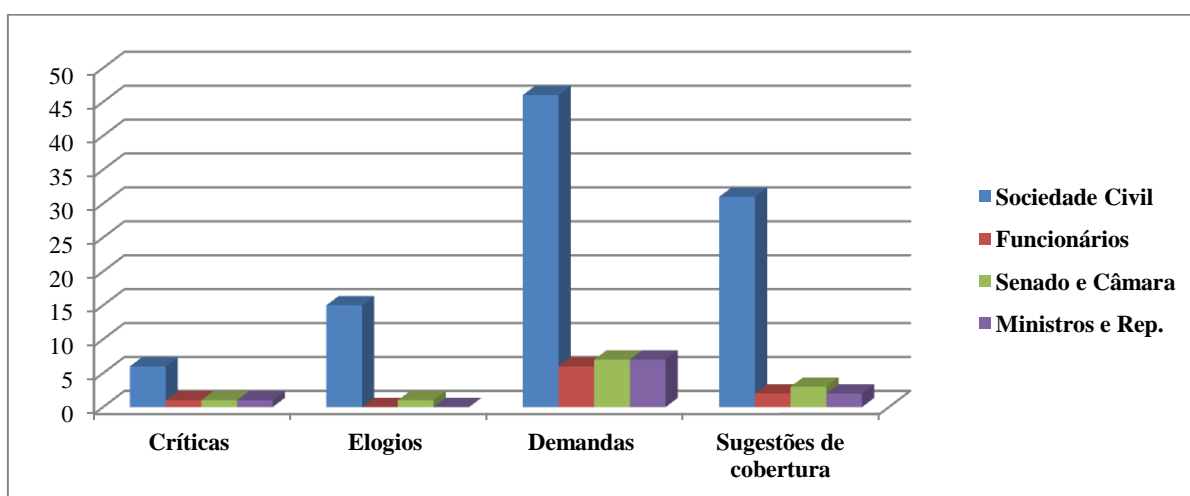


Gráfico 16: Intervenções dos conselheiros sobre o jornalismo.

²⁷ Algumas críticas, alguns elogios e algumas demandas estavam presentes na mesma fala. Porém, foram contabilizados como manifestações diferentes, já que o interesse era observá-los separadamente.

Para analisar de forma mais completa esses discursos acerca da prática jornalística, foram observados alguns pontos em cada uma das falas, como: 1) O discurso é uma manifestação individual ou fruto de uma discussão coletiva? 2) Há menções ou comparações com a mídia privada? 3) Os movimentos sociais, as manifestações ou as reivindicações desses grupos são citados?

Dentre as manifestações, houve quatro falas com críticas, cinco com elogios e 11 com demandas provenientes de discussões coletivas. Destas, a maior parte se referia a posicionamentos da Câmara de Jornalismo do Conselho. Houve ainda uma fala com opiniões – contendo críticas, elogios e demandas – da CUT, tendo a conselheira Rosane Bertotti como porta-voz; e um elogio feito pela Rede Mulher e Mídia, representada por Rita Freire. Desse modo, percebe-se que a maior parte das falas sobre o jornalismo são posicionamentos individuais. Possivelmente, muitas dessas opiniões foram construídas coletivamente, mas não se expressam dentro do Conselho enquanto tais. Apenas duas falas, dentre as reuniões analisadas, foram resultados de interlocuções com os movimentos sociais. Assim, ainda que os conselheiros indicados e participantes de movimentos possam expressar, mesmo individualmente, visões desses organismos, a participação não é direta. Mesmo os relatos provenientes de debates da Câmara de Jornalismo do Conselho não são a maioria, dentre as falas. Considerando que essas intervenções coletivas tenham um peso maior enquanto recomendação, já que se colocam como posições do Conselho como um todo, o pequeno número de falas coletivas acaba também reduzindo a efetividade dessas manifestações.

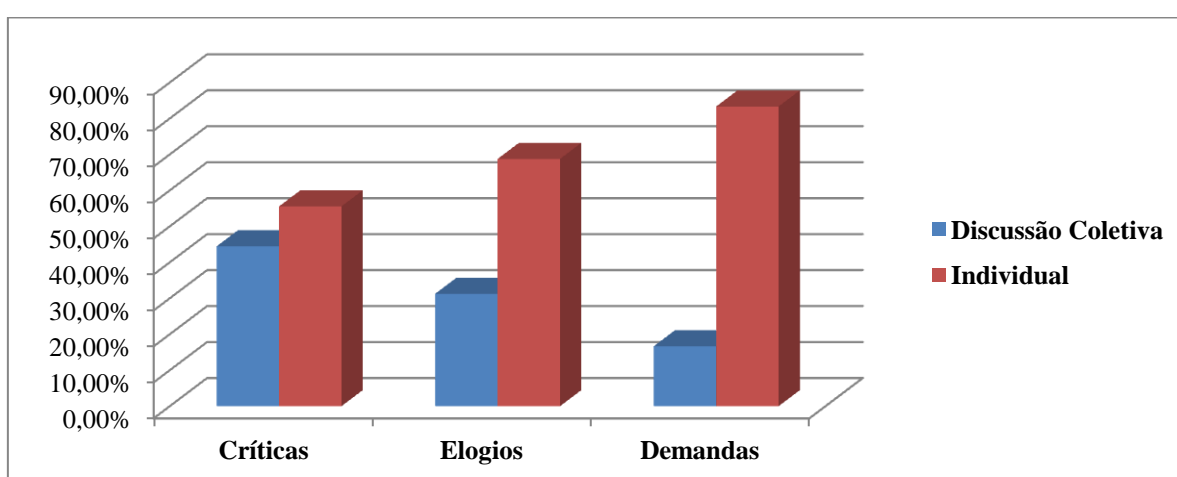


Gráfico 17: Expressão das intervenções sobre o jornalismo

Outro ponto a ser destacado é a recorrente menção ou comparação com a mídia privada. Ao falar sobre o jornalismo da EBC, os conselheiros colocam-no em um lugar de

oposição às TVs privadas, estabelecendo, portanto, em alguma medida, um parâmetro a não ser seguido. Das nove falas com críticas, oito citaram as TVs comerciais, assim como 12 das 16 falas com elogios e 42 das 66 demandas. Essa observação reafirma o que já foi dito nos capítulos anteriores sobre a influência do jornalismo comercial mesmo na concepção e produção do jornalismo público. Assim, as propostas para o jornalismo da EBC acabam ficando limitadas por essa dicotomia. Embora a tentativa de diferenciação do que é feito pela mídia comercial possa levar a conteúdos de fato alternativos, ela também pode provocar uma repetição, já que o tempo todo se olha para essas produções na expectativa de contrapô-las.

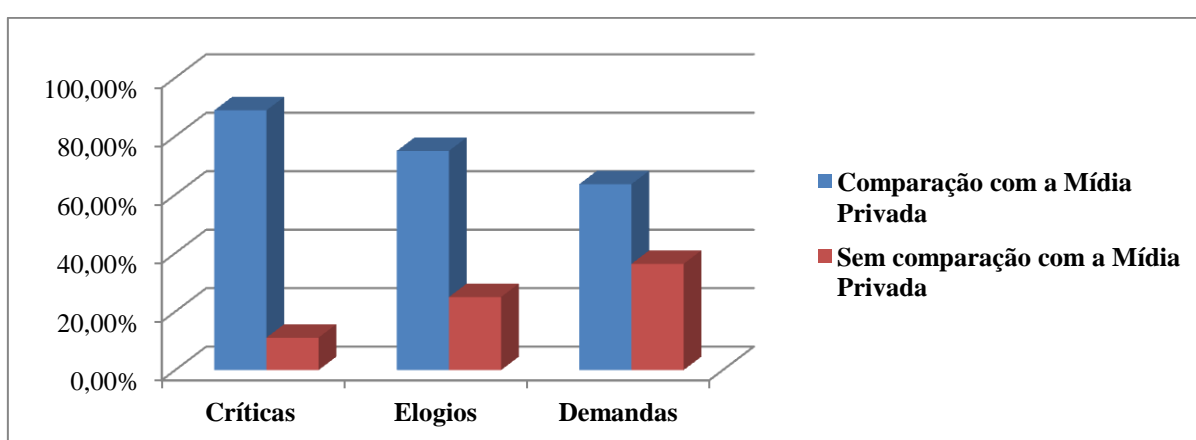


Gráfico 18: Comparação com a mídia privada nas intervenções sobre o jornalismo.

Com relação à presença do movimento social, quatro das nove críticas, cinco dos 16 elogios e 19 das 66 demandas citaram esses movimentos ou abordaram coberturas de manifestações e eventos.

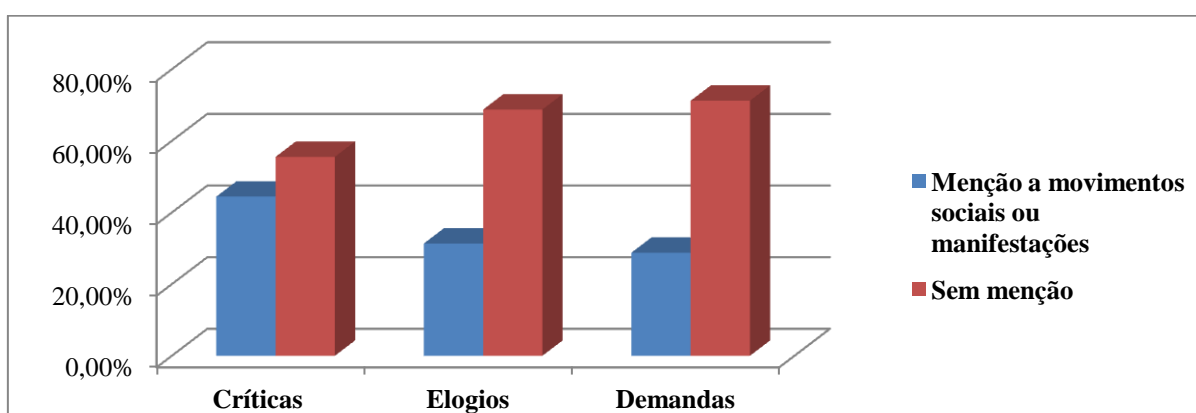


Gráfico 19: Menção aos movimentos sociais nas intervenções sobre o jornalismo.

Para além da menção direta, foram observadas quantas falas trataram de temas ligados às reivindicações desses grupos. Dentre as críticas, houve uma sobre a cobertura da

democratização da mídia e uma sobre a equidade de gênero. Nos elogios, citaram reportagens sobre pobreza, a abordagem constante de temas ligados aos direitos humanos e a cobertura do Dia da Mulher. Já nas demandas, houve 21 falas com algum tópico ligado a reivindicações de grupos organizados da sociedade civil, como: preocupações com questões de gênero, raça e etnia; inclusão de outras minorias, como deficientes físicos; direito e democratização da comunicação; direitos humanos; direitos trabalhistas; pobreza; mobilidade urbana; sustentabilidade e meio ambiente. Como os gráficos demonstram, quando consideramos a menção direta aos movimentos sociais, temos percentualmente um número maior de falas sem essa citação. Porém, quando somamos essas falas àquelas com menções a temas ligados a eles, esse panorama se modifica. Desse modo, é possível afirmar que a maior parte das avaliações ou prescrições ao jornalismo, feitas pelos conselheiros, se relacionam de alguma maneira com causas ou diretamente com movimentos sociais.

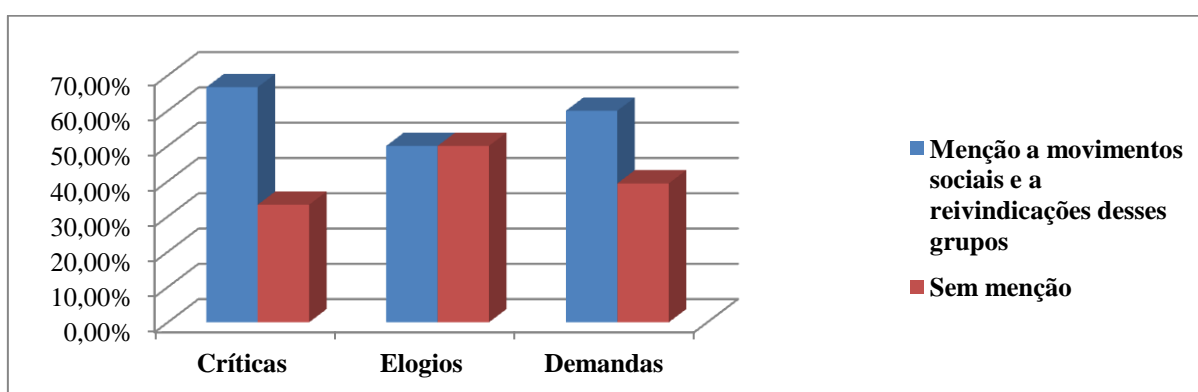


Gráfico 20: Menções às reivindicações dos movimentos sociais nas intervenções sobre o jornalismo.

Dentre as demandas feitas pelos conselheiros ao setor de jornalismo da EBC, em 38 intervenções, houve sugestões de pautas para o jornalismo em geral. Na tabela abaixo, é possível verificar as sugestões bem como seus autores e as reuniões em que foram feitas.

Reunião e Assunto do debate	Autor da Fala	Sugestões de Pauta
14ª – Plano de Trabalho de 2010	Paulo Derengoski	- Cobertura dos eventos: Copa do Mundo, festas juninas, festas regionais; - Cobertura da questão ambiental.
17ª – Plano de cobertura das eleições de 2010	Roberto Seabra	- História das eleições no Brasil; - Reportagens especiais sobre os candidatos “menores”.
17ª - Plano de cobertura das	João Jorge	- Funcionamento das eleições; - Representantes no Senado (Há indígenas? Há negros?)

eleições de 2010		Há portadores de deficiência?); - Cumprimento das promessas nos quatro anos de mandato.
23ª – Análise da cobertura eleitoral	Mário Jakobskind	- Cobertura do poder Legislativo.
33ª – Plano de Trabalho de 2012	Mário Jakobskind	- Cobertura da "Cúpula dos Povos"; - Reunião da juventude católica.
33ª – Plano de Trabalho de 2012	Roberto Seabra	- Cobertura dos 190 anos da independência do Brasil; - Cobertura temática das eleições.
33ª – Plano de Trabalho de 2012	Heloísa Starling	- Cobertura da independência do Brasil.
33ª – Plano de Trabalho de 2012	Ima Vieira	- Cobertura do evento “Rio +20”.
35ª – Manual de Jornalismo	Mário Jakobskind	- Comissão da Verdade.
35ª – Manual de Jornalismo	Daniel Aarão	- Condições de trabalho do povo brasileiro (trabalho infantil, trabalho escravo); - Violências cometidas pelo Estado; - Cobertura da África e América Latina; - Debate sobre legalização das drogas.
35ª – Manual de Jornalismo	José Antônio Martins	- Mobilidade urbana.
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	Aloizio Mercadante	- Cobertura dos grandes temas (mobilidade, participação cidadã, saúde pública, sustentabilidade, problemas de orçamento, problemas de administração).
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	Ana Veloso	- Participação e representação da e pela mulher.
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	Sueli Navarro	- Cobertura do legislativo; - Cobertura de todos os candidatos.
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	Paulo Derengoski	- Grandes temas urbanos (mobilidade).
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	Helena Chagas	- Cobertura do Legislativo.
37ª – Plano de cobertura das eleições de 2012	João Jorge	- Grandes temas (condições de saneamento, transporte, violência contra a mulher, violência contra os homossexuais, segurança); - Sistema eleitoral.
45ª – Cobertura das Manifestações	Rosane Bertotti	- Problemas do transporte público.

45ª – Cobertura das Manifestações	Rita Freire	- Direito à comunicação.
45ª – Cobertura das Manifestações	Ana Veloso	- Democratização da Comunicação.
45ª – Cobertura das Manifestações	João Jorge	- Direitos Humanos (racismo, machismo, homofobia).
46ª – Análises da Câmara de Jornalismo sobre conteúdos da EBC	Rita Freire	- Comunicação e Mídia Pública.
49ª – Plano de Trabalho de 2014	Daniel Aarão	- América Latina; - Cobertura da ditadura.
49ª – Plano de Trabalho de 2014	Ana Veloso	- Questões de gênero, raça e etnia na cobertura das eleições.
49ª – Plano de Trabalho de 2014	Rosane Bertotti	- Plebiscito sobre reforma política; - Democratização da comunicação.
49ª – Plano de Trabalho de 2014	Rita Freire	- Direito à comunicação na cobertura das eleições.
Extraordinária 2 – Plano de cobertura das eleições e Copa do Mundo	Eliane Gonçalves	- Relações de trabalho durante a Copa do Mundo.
Ext. 2 – Plano de cobertura das eleições e Copa do Mundo	Rita Freire	- Entrevistar candidatos e abordar a mídia pública; - Caminhos da Reportagem sobre Ditadura.
Extraordinária 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	Eliane Gonçalves	- Cobertura dos protestos; - Direitos de transmissão dos jogos da Copa do Mundo.
Ext. 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	João Jorge	- Raízes do futebol; - Crescimento e decadência dos clubes; - Financiamento público do esporte; - Racismo no futebol; - Clubes indígenas, primeiros clubes com negros.
Ext. 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	Daniel Aarão	- Racismo. - Negócios escusos da FIFA.
Ext. 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	Mário Jakobskind	- Entrevista com Maradona.
Ext. 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	Claudio Lembo	- Cobertura das cidades-sede.

Ext. 3 – Plano de cobertura da Copa do Mundo	Rita Freire	- Direitos de transmissão dos jogos da Copa do Mundo; - Imposição dos grandes eventos aos processos de comunicação; - Negócios da FIFA e consequências para o Brasil (lucros para quem?).
52ª – Avaliação da cobertura eleitoral de 2014	Rita Freire	- Entrevista com o novo presidente sobre a democratização da comunicação.
53ª – Plano de Trabalho de 2015	Rita Freire	- Direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos.
54ª – Plano de Trabalho de 2015	Daniel Aarão	- Regulamentação da mídia; - Legalização das drogas; - Interrupção da gravidez.
54ª – Plano de Trabalho de 2015	Rosane Bertotti	- Regulação da mídia. - Consulta Pública sobre Marco Civil e Privacidade.

Tabela 4: Sugestões de pautas jornalísticas pelos conselheiros.

A partir das sugestões de pauta (mas também das demandas em geral) feitas nos debates sobre planos de cobertura de eleições, percebe-se qual é a visão predominante no Conselho sobre o papel da EBC enquanto veículo de comunicação e informação. Principalmente nas eleições de 2010 e 2012 (já que o debate sobre as eleições de 2014, feito em conjunto com a cobertura da Copa do Mundo, acabou sendo pouco extenso), a ideia de uma cobertura “complementar” ao que é feito pelos meios de comunicação privados prevaleceu. A proposta geral era a de que a EBC não se envolvesse na disputa eleitoral em si, mas tratasse os grandes temas urbanos do país. A fala do então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, na discussão sobre o plano para a cobertura das eleições municipais de 2012, é bem sintomática desta ideia:

Já disputei muitas eleições e já fui vítima dos meios de comunicação e acho que seria muito ruim para a imagem da EBC se nós viermos a ter algum deslize na questão da cobertura eleitoral, exatamente por ser uma televisão pública, e que não pode ter qualquer tipo de alinhamento partidário de qualquer natureza. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS..., 2012, p.30).

A proposta em relação à postura da EBC durante as eleições foi, então, a de informar a agenda dos candidatos²⁸, tratar os temas tidos como importantes para o país e conscientizar ou prestar serviços à população (informando sobre o funcionamento do processo). Por um lado, essa opção se assemelha ao que é chamado de “jornalismo público ou

²⁸ Nas eleições de 2010, a recomendação aceita foi a de acompanhar apenas os três principais candidatos diariamente, enquanto, nas outras, essa prescrição foi alterada de modo que todos fossem contemplados.

cívico”, cujo desenvolvimento, segundo autores como Rothberg, se deu nos Estados Unidos, a partir das eleições presidenciais de 1988 (ROTHBERG, 2011).

A cobertura dos veículos estadunidenses com viés na “corrida de cavalos” ou no “jogo”, como colocado pelo autor, teria o foco nas pesquisas eleitorais, nos bastidores e nas estratégias de *marketing*, tendo se tornado mais recorrente com a profissionalização das campanhas eleitorais. A percepção de que o interesse dos leitores pela cobertura das eleições e pela política em si diminuía com esses enquadramentos, levou a esse movimento chamado “jornalismo público ou cívico”. Assim, os jornais assumiram uma postura de incentivo à participação política e abordagem de uma “agenda construtiva” sobre os problemas urbanos do país, chamada de enquadramento “temático” (ROTHBERG, 2011, p.154-155).

Por outro lado, esse “jornalismo público ou cívico” era praticado nos Estados Unidos por veículos de comunicação, independentemente de seu caráter privado. E sua adoção também se relaciona, em alguma medida, com interesses comerciais, ao ser uma tentativa de atração do público. Como o próprio Rothberg expõe, uma das críticas em relação a essa prática é a de que:

quando o jornalista público acredita ingenuamente estar construindo uma agenda pura, genuinamente relacionada aos interesses da comunidade, nada mais faz do que promover visões ligadas de alguma maneira a propósitos particulares. Embora aparentemente apolítica, a agenda da comunidade não pode se livrar da política. (ROTHBERG, 2011, p.172).

Além disso, o autor explicita a crítica de Schudson sobre o “aparente progressismo” desse jornalismo (ROTHBERG, 2011, p.175). Segundo o autor citado por Rothberg, a prática é conservadora porque “apesar de o movimento saudar uma espécie de integração intensificada com o público, as formas desse relacionamento vão continuar integralmente sob o comando dos jornalistas” (SCHUDSON, 1999 *apud* ROTHBERG, 2011, p.175-176). Nesse sentido, a participação do público, através de grupos focais e debates em comunidades, seria valorizado, porém “tutelado” (ROTHBERG, 2011, p.176). Da mesma forma, o autor apresenta as críticas de Pauly sobre a busca por um consenso nos debates do jornalismo público, o qual seria baseado em “crenças das camadas médias, em geral rasamente informadas e marcadas por todo tipo de preconceito” (PAULY, 1999 *apud* ROTHBERG, 2011, p.180).

Em resumo, segundo essa ótica, por um lado, os tradicionais critérios de noticiabilidade não teriam sido favoráveis à luta dos movimentos sociais, mascarando os interesses de grupos hegemônicos sob a imagem de neutralidade na abordagem jornalística; por outro, também os grupos de discussão propostos pelo jornalismo público não seriam de grande valia nesse aspecto, porquanto ainda recorram a uma noção idealizada de senso comum como critério de apaziguamento

de conflitos – que mais uma vez tende a esconder a preponderância dos interesses das elites. (ROTHBERG, 2011, p.180)

A proposta de uma cobertura “apolítica”, no sentido das disputas partidárias, também afirma o papel de “complementaridade marginal” apontado por Valente (2009) e abordado nos capítulos anteriores. Ao adotar essa postura, a EBC assume o lugar central da mídia comercial enquanto fonte de informação da população e se afasta da disputa por hegemonia. Além disso, de certa maneira, isso demonstra uma fraqueza em relação a sua autonomia relativa, no sentido de que o “medo” de errar prejudique sua imagem.

O papel de complementaridade também é observado ao se propor uma cobertura mais extensa do Legislativo, já que este não é tão abordado pela mídia comercial. Por outro lado, há propostas temáticas contestadoras, como aquelas que se relacionam de algum modo com os movimentos sociais – como, por exemplo, as sugestões de abordagem de questões de gênero, raça e etnia durante as eleições, bem como o tratamento de assuntos como a democratização da mídia.

Nesse sentido, também o plano de cobertura da Copa do Mundo apresentou propostas de temas alternativos e contestadores. Por não ter o direito de transmissão dos jogos, propôs-se inclusive questionar esses direitos, cobrir os protestos, abordar as relações de trabalho, os negócios da FIFA e o racismo no futebol. A sugestão de temas ligados aos direitos humanos e ao direito à comunicação também é recorrente, com uma frequente defesa dos conselheiros: Ana Veloso, João Jorge, Rita Freire e Rosane Bertotti. Defendendo recorrentemente a adoção da controvérsia pelo jornalismo da EBC, o conselheiro Daniel Aarão também se destacou, nas reuniões analisadas, pela sugestão de temas polêmicos e, de certa forma, alternativos, como: as condições de trabalho do povo brasileiro (trabalho infantil, trabalho escravo); as violências cometidas pelo Estado; o debate sobre legalização das drogas e sobre a interrupção da gravidez. Há, porém, que se observar a frequência quase nula de sugestões de pautas que se relacionem com o questionamento da ordem capitalista e da distribuição ou existência da propriedade privada. A única que se aproxima dessa ideia seria a proposta de se investigar os negócios da FIFA, estando, porém, mais ligada à investigação da corrupção ou das consequências para o Brasil, do que necessariamente ao questionamento do poder econômico. Assim, de maneira geral, a disputa por hegemonia, nesse campo e a partir das demandas feitas, se relaciona mais intensamente com o combate a desigualdades de gênero e raça e às assimetrias no sistema de comunicação. A contestação do sistema econômico e da propriedade privada, por outro lado, praticamente não entra em debate.

Assim, a disputa é muito mais no sentido de ampliação da democracia e de sua pluralidade do que no combate à ordem político-econômica hegemônica.

Por fim, a partir das demandas, é possível observar os principais valores associados ao jornalismo nas falas dos conselheiros. A ideia de que o jornalismo da EBC deve prestar serviços, ser didático e “formar” o cidadão é recorrente. O papel de fomento à cidadania, de aprofundamento das questões e, principalmente, diferenciação em relação aos canais comerciais também perpassa muitas das falas. No que se refere ao compromisso com a cidadania, a concepção do telespectador como “cidadão” mais do que “consumidor”, enquanto diferencial das emissoras públicas em relação às comerciais, tem sido reforçada por diferentes autores (COUTINHO, I., 2013; PINTO, 2005; RINCÓN, 2002), a partir de uma perspectiva normativa, embora compreendendo-se também as nuances entre os dois conceitos – no sentido de que a cidadania também pode incluir o consumo, mas não se limita a ele. Da mesma maneira, é possível perceber a ideia, tanto nas discussões do Conselho quanto acadêmicas, de que a empresa pública tem um compromisso com a participação, a abordagem dos direitos humanos, a inclusão e a equidade.

4.2.4 A efetividade da participação do Conselho Curador

A participação do Conselho Curador, até este ponto, foi analisada a partir dos atores que exercem seu espaço, dos temas mais discutidos, das avaliações e das demandas feitas ao jornalismo e dos valores embutidos nelas. A efetividade dessa participação, porém, não pode ser medida apenas pelos dados apresentados anteriormente. Nesse sentido, duas discussões específicas foram selecionadas a fim de verificar o acolhimento das recomendações feitas pelo Conselho. Uma diz respeito às reuniões sobre elaboração do Manual de Jornalismo e a outra, ao plano de trabalho de 2015. Essa avaliação será complementada, no próximo capítulo, pela análise do material audiovisual do telejornal Repórter Brasil Noite.

Essas discussões foram escolhidas por se tratarem de documentos decisivos para a prática jornalística e para as ações da empresa. Nesse sentido, ressalta-se que não se tem a intenção de avaliar a qualidade do plano de trabalho e do manual (o qual será abordado no próximo capítulo), mas apenas verificar a adoção ou não das demandas do Conselho a fim de pensar a efetividade da participação. Além disso, como não se teve acesso à primeira versão dos documentos, não é possível fazer uma avaliação exata das modificações feitas após as

recomendações dos conselheiros. Assim, o que se analisa é a presença ou não das propostas no texto final.

Em relação ao planejamento de 2015, o mesmo foi discutido em duas reuniões. Isso porque, assim como em 2014²⁹, o plano não foi aprovado na primeira deliberação. As reuniões destinadas a essa decisão foram as de número 53 e 54, ocorridas em 9 de dezembro de 2014 e 4 de fevereiro de 2015, respectivamente. Da primeira, participaram os seguintes conselheiros: Ana Veloso, Claudio Lembo, Ima Vieira, João Jorge, Maria da Penha, Murilo Ramos, Paulo Derengoski, Rita Freire, Rosane Bertotti e Takashi Tome, representantes da sociedade civil; Evelin Maciel, representante da Câmara dos Deputados; Ana Fleck, presidenta do Conselho e representante do Senado; e Eliane Gonçalves, representante dos funcionários. Além desses, tiveram fala na discussão, o Diretor-Presidente, Nelson Breve; o Diretor-Geral, Eduardo Castro; o Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento, Sylvio Andrade; a Diretora de Produção, Miriam Porto; e a Secretária-Executiva, Sílvia Sardinha. Já no debate da 54ª reunião, apenas a Secretária-Executiva falou em nome da EBC. Praticamente todos os conselheiros que participaram da primeira reunião tiveram fala na segunda, exceto Claudio Lembo, João Jorge, Maria da Penha e Murilo Ramos. Desse segundo debate, também participaram Daniel Aarão e Heloisa Starling.

Em geral, as recomendações feitas pelo Conselho na deliberação do plano de trabalho foram discutidas pelas câmaras temáticas, as quais são responsáveis por analisar e debater os segmentos específicos da programação e dos veículos da EBC. Em 2014, essas câmaras passaram por uma reformulação, sendo que, atualmente, há três: 1) Jornalismo e Plataformas Integrantes; 2) Programação e Plataformas Integrantes; e 3) Planejamento e Processos Produtivos Integrantes.

Na 53ª reunião, os representantes da Câmara de Programação e Plataformas Integrantes listaram as prioridades de curto prazo que o Conselho recomendaria à EBC, sendo elas: 1) Promover a criatividade e a inovação; 2) Valorizar a parceria com a sociedade; 3) Estimular a produção própria de conteúdo; 4) Promover a integração dos conteúdos; 5) Garantir a acessibilidade; 6) Fortalecer a produção jornalística voltada ao interesse público; 7) Estimular o debate sobre comunicação; 8) Ampliar a cobertura de sinal e garantir a operação ininterrupta dos sistemas de produção; 9) Promover a divulgação dos veículos da EBC; 10) Ampliar intercâmbios e parcerias com países da África e da América Latina, incluindo as produções jornalísticas; 11) Estimular parcerias com universidades para a formação e as

²⁹ O Plano de Trabalho de 2016, discutido na 59ª reunião do Conselho Curador, no dia 9 de dezembro de 2015, foi aprovado com ressalvas pelos conselheiros, e terá que ser reapresentado no dia 17 de fevereiro de 2016.

investigações no campo da mídia pública; 12) Investir em alternativas de avaliação qualitativa da programação. De alguma forma, todas essas questões apareceram no plano de trabalho final, exceto a parceria com as universidades – já que foi mencionada apenas uma negociação com a UnB – e a garantia da operação ininterrupta – a qual pode estar implícita na meta de melhoria tecnológica, mas não foi encontrada de forma clara.

Na apresentação do relatório dessa Câmara, também houve questionamentos acerca das informações disponíveis sobre a política de acessibilidade; a diferenciação em termos de controle editorial sobre as produções próprias e as coproduções; os programas para pessoas idosas; a manutenção do programa Vida de Estagiário; a data de implantação da Central de Pautas; as estratégias para melhorar os índices de audiência; a possibilidade de fontes alternativas de pesquisa qualitativa da audiência; o plano de *marketing*; a proposta multiplataforma; e o equilíbrio financeiro dos programas. Algumas das solicitações da Câmara foram atendidas, como, por exemplo: a explicação sobre a política de acessibilidade (embora outras demandas referentes a essa questão tenham sido feitas por outros conselheiros, sem, no entanto, terem sido acatadas), sobre a ideia de conteúdos multiplataforma, a descrição do plano de *marketing* e a demonstração da distribuição financeira por macro-objetivos. Outras, como o acompanhamento editorial das coproduções e a manutenção do programa Vida de Estagiário na grade, foram respondidas, durante a reunião, pelo Diretor-Geral da EBC, Eduardo Castro. Ainda assim, os conselheiros não se sentiram satisfeitos com as informações presentes no plano e com as explicações do Diretor, já que na 54ª reunião, a falta de clareza nesse quesito voltou a ser abordada. Em relação à data para a implementação da Central de Pautas, a explicitação dos programas para as pessoas idosas, as estratégias para aumentar a audiência e as possibilidades de pesquisas alternativas ao Ibope não foram encontradas no plano de trabalho. Além disso, até dezembro de 2015, a Central de Pautas não tinha entrado em funcionamento, permanecendo como promessa para 2016.

A Câmara de Jornalismo e Plataformas Integrantes teve as seguintes recomendações incluídas no documento final: a busca pelo jornalismo sem preconceitos; o investimento em jornalismo investigativo; o direcionamento do jornalismo internacional também para públicos externos; o intercâmbio com países da América Latina, África e os de língua portuguesa, com envio de correspondentes e parcerias com as agências de notícias públicas; a abordagem dos direitos de transmissão; a redução do tempo do telejornal Repórter Brasil. Além disso, as preocupações com a participação dos movimentos sociais e mídias alternativas na produção de conteúdo, com a implementação do Manual de Jornalismo em outras mídias públicas, com a abordagem da democratização da mídia nas coberturas

jornalísticas e com a dimensão política do jornalismo internacional aparecem no plano de trabalho. Já as demandas sobre as estratégias para o quadro “Outro Olhar” do Repórter Brasil bem como sobre as ações em prol da acessibilidade (para além do *close caption* e da audio-descrição, assim como sobre as modificações do telejornal “Visual”) não foram encontradas no plano. A falta de planejamento em relação ao quadro “Outro Olhar” pode ser observada, inclusive, a partir da análise do material audiovisual do Repórter Brasil – que será apresentada no próximo capítulo –, já que, durante o período analisado, houve apenas três vídeos desse quadro – o qual poderia se configurar como um espaço para a produção e participação dos movimentos sociais.

Em relação aos questionamentos sobre orçamento, gestão e valorização dos funcionários, feitos pelos representantes da Câmara de Planejamento e Processos Produtivos Integrantes, os gestores da EBC optaram por elaborar um documento complementar com explicações sobre essas questões (apresentado na segunda reunião sobre o tema) e propuseram uma apresentação sobre as finanças da empresa em outra reunião do Conselho, satisfazendo em sua maioria as inquietações dos conselheiros. Porém, algumas solicitações de detalhamento – relativas à transição do sistema analógico para o digital, à reserva do espectro e à qualidade do sinal, à implementação do Centro de Pesquisa Aplicada e à parceria com a Ancine – não parecem ter sido atendidas (nesse ponto, porém, não se sabe se as informações disponibilizadas no documento final representam algum avanço em relação à primeira versão do texto). As explicações sobre multiprogramação, operador de rede e custos da Diretoria de Negócios e Serviços também não apareceram no plano. Por outro lado, as informações sobre licenciamento e treinamento dos funcionários, também solicitadas pela Câmara, estão presentes no plano.

Na segunda discussão sobre o planejamento da EBC para 2015, os conselheiros elogiaram as modificações – no conteúdo e no formato – feitas no documento bem como a transformação de sugestões do Conselho em diretrizes da empresa. Por outro lado, alguns pontos permaneceram incompletos. Além dos já citados, o detalhamento dos investimentos e das estratégias para a ampliação do alcance e da distribuição dos conteúdos e a preocupação com a qualidade do sinal foram considerados pontos insuficientes no documento final, pelas três câmaras temáticas. A preocupação com o patrimônio e a falta de outros objetivos específicos para o item sobre acesso e utilização da memória da EBC também foi apontada. Outro questionamento comum na segunda discussão sobre o plano de trabalho foi em relação à confusão entre a Agência Brasil e o Portal EBC. Embora haja uma definição dos dois, no plano, não há a explicitação de um planejamento estratégico de diferenciação ou junção dos

dois, como solicitado. A publicação das atas do Comitê Editorial de Jornalismo na *intranet* da empresa também foi solicitada assim como a clareza sobre as formas de acesso a esse espaço. Segundo informações dos funcionários da EBC, em 2015, houve apenas duas reuniões do Comitê, tendo as atas sido publicadas na *intranet*.

Quanto aos debates sobre o Manual de Jornalismo da EBC, eles ocorreram em três reuniões. Na 18ª, foi feita a recomendação de elaboração, com discussões acerca de prazos, métodos e formas de participação na produção do manual; na 27ª, houve um informe sobre o andamento do processo; e na 35ª, o debate e a avaliação do documento, com recomendações de modificação, críticas e elogios.

Da primeira discussão acerca do assunto, participaram os seguintes conselheiros: Ima Vieira, Daniel Aarão, Mário Augusto Jakobskind e Paulo Derengoski, como representantes da sociedade civil; Roberto Seabra, como representante da Câmara dos Deputados; Franklin Martins, João Luiz Ferreira e Sérgio Machado Rezende, como ministros. Além deles, tiveram fala no debate a então Diretora-Presidenta da EBC, Tereza Cruvinel e o Ouvidor-Geral, Laurindo Leal Filho. Já no informe da 27ª reunião, se manifestaram a Diretora-Presidenta, Tereza Cruvinel, a Diretora de Jornalismo, Nereide Beirão, e o conselheiro, Paulo Derengoski. Por fim, na reunião de deliberação sobre o Manual, do dia 25 de abril de 2012, tiveram participação, o novo ocupante do cargo de presidente, Nelson Breve; o Diretor-Geral, Eduardo Castro; o assessor da Diretoria de Jornalismo, Antônio Achilis; e os conselheiros: Ana Veloso, Cláudio Lembo, Daniel Aarão, Ima Vieira, José Antônio Martins, Maria da Penha, Mário Augusto Jakobskind, Murilo Ramos, Paulo Derengoski e Wagner Tiso, representantes da sociedade civil; Ana Luiza Fleck, representante do Senado; Guilherme Strozi, representante dos funcionários; Anna Maria Buarque de Hollanda e Helena Chagas, ministras de Estado.

A fim de pensar a efetividade da participação do Conselho, optou-se por analisar o resultado final do Manual e as recomendações feitas pelos conselheiros, na 35ª reunião. Certamente, a análise não nos oferece instrumentos para medir com precisão essa efetividade, até porque há vários fatores que podem ser considerados, mas nos permite ter uma ideia de como se estabelece essa interlocução.

Antes da aprovação final do documento pelo quórum do Conselho Curador, ele passou por uma discussão na então Câmara de Jornalismo e Esporte, da qual, segundo a fala do representante dos funcionários, Guilherme Strozi, fizeram parte: o próprio; o representante da Câmara, Roberto Seabra; os representantes da sociedade civil, Mário Augusto Jakobskind e Paulo Derengoski; e o então secretário-executivo do Conselho, Diogo Moyses. Na reunião,

foi feita a recomendação da Câmara de que o manual fosse aprovado. Antes da aprovação, porém, algumas demandas foram feitas pelos conselheiros.

O conselheiro Daniel Aarão fez diversas pontuações sobre o Manual, sendo algumas delas acatadas e outras não. A primeira se referia à necessidade de acrescentar o fomento à “controvérsia”, entendendo, nesse sentido, a reunião de pontos de vista contrários em um mesmo momento, indo além da diversidade ou da pluralidade. A ministra Helena Chagas, concordando com o conselheiro, sugeriu que, no item “Debate Público”, fosse acrescentada a garantia de que posições divergentes sejam ouvidas ao mesmo tempo. Assim, o texto final ficou da seguinte forma: “Debate público – fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.24). A palavra “controvérsia”, porém, não foi utilizada no documento.

Em relação às diretrizes para a cobertura de economia, presente nas orientações para temas e situações específicas, Daniel questionou a adoção “do cidadão, especialmente o consumidor, e os micro e pequenos empresários” como principais destinatários do jornalismo econômico da EBC e sugeriu que esse direcionamento fosse dado aos trabalhadores. O então Diretor-Presidente, Nelson Breve, assumiu o lapso, observando que no primeiro parágrafo desse texto já havia a explicitação de que o jornalismo de economia envolveria diversos segmentos como “empresários, trabalhadores, consumidores e governos” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.54). Embora se tenha suprimido o termo “micro e pequenos empresários”, a frase referenciada por Daniel não seguiu a sua sugestão de acréscimo dos “trabalhadores”, mas sim a da ministra Helena Chagas de se deixar apenas o termo “cidadãos” – considerado genérico pelo conselheiro.

Outra opinião expressa por Daniel acerca das orientações para a cobertura de economia se referiu à preocupação com a economia solidária, especificamente as formas de associativismo, com enfoque no cooperativismo. Apesar de se dizer a favor do “cooperativismo”, o historiador ponderou a inadequação da escolha em um manual de jornalismo, sendo ouvido em sua colocação. Além disso, sugeriu a abordagem das condições de trabalho do povo brasileiro, do trabalho infantil e do trabalho escravo, afirmando, porém, não fazer “questão” do acréscimo, embora fosse adequado. Esta preocupação não foi inserida na versão final do Manual. Da mesma forma, as ponderações feitas pelo conselheiro acerca da cobertura internacional – defendendo a explicitação do enfoque da África e da América Latina – e do tema “drogas” – defendendo a suscitação do debate sobre legalização, sem tomar partido – não foram levadas em conta no texto final. Por outro lado, sua preocupação com a

violência cometida pelas autoridades foi inserida, por meio do seguinte trecho: “a abrangência da cobertura deve incluir o acompanhamento da atuação do Estado e seus agentes, quanto aos métodos e uso de práticas ilícitas, de tortura e de outros descaminhos nos processos investigativos” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.63).

O conselheiro também questionou a escolha de determinadas palavras, sugerindo mudanças ou supressões, como no caso do termo “justa” para qualificar a cobertura política; a falta de definição da palavra “ética” no corpo do texto do item de mesmo nome, sugerindo referenciar o termo aos valores da EBC; e a utilização da palavra “dogma” no trecho “coerente com seus dogmas”, nas orientações sobre a cobertura de saúde. As duas últimas sugestões foram acatadas, sendo o termo “dogma” substituído por “compromissos” e o texto sobre a ética ficando da seguinte forma: “na ética pertinente às nossas atividades”. Já a crítica em relação à palavra “justa” foi ignorada, talvez, porque o conselheiro Paulo Derengoski tenha se colocado a favor da manutenção do termo.

Também com relação a mudanças de termos, o conselheiro Claudio Lembo sugeriu a substituição da palavra “consolidar” por “aperfeiçoar” a democracia, sendo seguido. Foram acatadas também as sugestões da ministra Anna Maria Buarque de Hollanda e dos conselheiros José Antônio Martins e Mário Jakobskind. A primeira sugeriu a inserção da “cultura” enquanto justificativa para a exibição da nudez no jornalismo da EBC; José Antônio propôs a inserção do tema “mobilidade urbana” entre as preocupações da EBC; e Mário defendeu a utilização de uma linguagem acessível na cobertura de economia. A ministra Helena Chagas, além das intervenções citadas acima, apresentou a preocupação com o dever de explicar os termos e conteúdos, a qual está presente no item “clareza”, nas orientações do profissional para com o público. Já a sugestão da conselheira Ima Vieira sobre o estabelecimento de diretrizes em relação à cobertura de temas religiosos ou que incitam sua manifestação (como aborto, uso de camisinha, dízimo) não foi considerada.

Por fim, seguindo a proposta da conselheira Maria da Penha, a “Convenção de Belém do Pará”, acerca da violência contra a mulher, foi inserida nos anexos do Manual. Ana Veloso sugeriu a inclusão da necessidade de se realizar oficinas e debates sobre questões de raça e etnia. Embora não tenha sido colocado dessa maneira, o texto final afirma que “EBC deve investir na formação e informação de suas equipes de jornalismo, de maneira a contribuir para ampliar, aprofundar e qualificar a cobertura jornalística sobre essa temática.” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.64).

Assim, percebe-se que, nas reuniões do pleno, as discussões sobre o Manual de Jornalismo se concentraram mais em questões de revisão – como mudanças de termos e

definições – do que em uma discussão mais ampla e conceitual sobre a prática jornalística – tarefa, provavelmente, empreendida no âmbito da Câmara Temática. Além disso, diferentemente da avaliação do plano de trabalho, as contribuições feitas ao Manual foram individuais, reduzindo, portanto, sua efetividade.

4.2.5 A participação no Conselho Curador: ampliação da pluralidade e da disputa

A partir do conjunto de dados e informações geradas, pelas análises empreendidas, é possível estabelecer algumas conclusões sobre a forma como se efetiva a participação do Conselho Curador nas decisões da EBC, mais especificamente, no jornalismo. De sua criação até o momento em que este trabalho foi escrito, é possível perceber uma modificação, não apenas na composição do Conselho, mas em sua atuação enquanto organismo de fiscalização e deliberação.

No que se refere aos atores que o compõem, do primeiro colegiado, indicado pela Presidência da República, até o Conselho atual, no qual dois terços dos representantes da sociedade civil já são indicados via consulta pública, nota-se uma mudança no perfil dos conselheiros, com uma redução de nomes presentes na cena política (nesse caso, refere-se aqui à política institucional, praticada no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e a inserção de pessoas envolvidas com movimentos sociais. De maneira geral, esses atores se concentram em movimentos e pautas relacionadas à comunicação, à igualdade racial e de gênero e a causas trabalhistas. Dentre as entidades que tiveram indicações nomeadas no Conselho, porém, não houve nenhuma cuja pauta central fosse algum tipo de questionamento à propriedade privada e ao sistema econômico – como, por exemplo, ainda que em tese, é pauta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Ainda assim, percebe-se um aumento da pluralidade de vozes no Conselho bem como uma preocupação com a ampliação do acesso e da participação, não apenas no organismo, mas na empresa como um todo. Além disso, a atuação dos representantes da sociedade civil e, mais do que isso, dos indicados por consulta pública, é crescente e maior do que o espaço previsto. Dessa forma, pode-se afirmar que o Conselho tem se comportado como uma esfera efetiva de participação da sociedade civil, com tendência de aprofundar essa efetividade, a partir das futuras indicações.

A efetividade da participação do Conselho também se observa com o aumento dos debates sobre jornalismo e plano de trabalho, bem como com a abordagem de diversos aspectos da empresa, para além do conteúdo em si. No que diz respeito às intervenções em

relação ao jornalismo, há uma clara preocupação em se marcar uma oposição às mídias comerciais, apresentando conteúdos diferenciados em relação a esses meios. Apesar disso, em relação ao total de temas tratados, a discussão do jornalismo ainda é reduzida, com limitações no que diz respeito a um debate mais pormenorizado e constante – provavelmente, desenvolvido no âmbito das câmaras temáticas, as quais, porém, não têm publicadas as atas de suas reuniões nem demais documentos possíveis de serem analisados.

Considerando as menções a movimentos sociais e suas reivindicações, nas avaliações e prescrições do jornalismo, nota-se uma defesa dessas pautas, assim como uma preocupação declarada com a equidade, a participação e a ampliação da democracia, embora a menção direta aos movimentos não tenha se realizado com constância e amplitude, nas reuniões analisadas. Quando são citados, em geral, isso ocorre por meio das conselheiras envolvidas com esses movimentos sociais. Além disso, dentre as reuniões analisadas, praticamente não houve contestações ao sistema econômico estabelecido. Portanto, a luta por hegemonia se dá no sentido de ampliação da democracia e não, necessariamente, de questionamento da estrutura econômica. A participação dos movimentos sociais é exercida indiretamente, com a ocupação de cadeiras por alguns integrantes, sem, porém, frequentes avaliações e prescrições em nome desses grupos.

Quanto ao reflexo das demandas sobre o Manual de Jornalismo e o plano de trabalho de 2015 nos documentos finais, de maneira geral, pode-se dizer que as sugestões em sua maioria foram levadas em consideração. Porém, há alguns aspectos que dificultam a adoção das solicitações, seja a longo ou a curto prazo. Esses fatores puderam ser observados não apenas pelas análises, mas também pelas entrevistas realizadas com as conselheiras: Ana Luiza Fleck, então presidenta do Conselho; Ana Maria Veloso, Rita Freire e Rosane Bertotti, integrantes de movimentos sociais; e Eliane Gonçalves, então representante dos funcionários.

Como demonstrado na análise sobre o caráter coletivo ou individual das demandas feitas ao jornalismo, algumas falas dos conselheiros ficam dúbias, no sentido de não deixarem claro se elas se referem a recomendações ou apenas a opiniões. Como Rita Freire e Ana Luiza Fleck afirmaram em suas entrevistas, há uma queixa dos diretores, nesse aspecto, por não saberem se determinadas propostas, apresentadas por conselheiros, se configuram como recomendações ou como uma voz sem consenso prévio. Considerando que as reuniões do pleno acabam se configurando, não apenas como espaços de deliberação, mas também de discussão, muitas vezes, a diferença entre uma e outra acaba ficando confusa.

O que a gente faz é apontar problemas de diretrizes, direcionamentos que a gente acha que são importantes, mas a empresa ainda tem dificuldade de colocar em prática. O Diretor-Geral anterior dizia que não sabia se a gente estava mandando ou

não mandando fazer. Então, agora, a gente faz resoluções, as quais são mandatórias. Há essa dificuldade. Eu acho que é normal, até certo ponto, porque é uma experiência ainda inédita. É difícil conviver com a democracia. É difícil. (FLECK, 2015).

Por isso, a conselheira Rita defendeu, na entrevista realizada, o fortalecimento das câmaras temáticas enquanto espaços de discussão profunda para que no pleno tenha-se mais tempo de tomar as decisões.

O canal para essa participação é o fortalecimento das câmaras temáticas, porque, da câmara temática, pode vir uma proposta altamente discutida, elaborada e que o pleno vai ter um tempo para decidir, se manifestar e aí, as pessoas têm igual possibilidade de decidir, encaminhar, aprovar ou não aprovar. (FREIRE, 2015).

A relação com a Diretoria é apontada, por todas as conselheiras entrevistadas, como algo a ser construído, no sentido de que ainda há resistências por parte desta em aceitar determinadas críticas e posições. Segundo Rosane Bertotti, por exemplo:

Às vezes, é muito difícil para alguém que tem anos de profissionalismo na área, que tem muito conhecimento técnico, ter vivenciado isso, ouvir uma crítica de uma agricultora, de uma pessoa que não vive o dia-a-dia específico da comunicação. Ouvir uma crítica de um subordinado seu. Então, é um pouco intrínseco da pessoa humana. Eu não posso dizer que é cem por cento. Em alguns momentos, é muito difícil você fazer a crítica. Em alguns momentos, essa não aceitação da crítica tem inibido alguns conselheiros de serem mais incisivos. (BERTOTTI, 2015).

Limitações de ordem prática – como disponibilidade de tempo, de capital humano e material, assim como com a burocracia – são, muitas vezes, apontadas pelos diretores como justificativas para o não cumprimento de determinadas solicitações – como a política de acessibilidade, por exemplo, demandada recorrentemente pela conselheira Ana Veloso.

No início, quando era uma presidente mulher, ela se colocava assim: “Vocês querem que eu vá à falência. Eu não tenho dinheiro pra fazer isso. Vocês não sabem como é o dia-a-dia da empresa.” Ou seja, a preocupação dela era sempre que não havia recursos, para poder executar o que o Conselho estava solicitando. Na reunião, ela ficava estressada, dizendo: “Nós não temos dinheiro para isso, minha gente. Isso é uma loucura!”. Quando eu disse a ela que precisava ampliar o espaço da acessibilidade, para colocar libras, ela disse: “Não temos grana. Não tem dinheiro para isso. Isso é muito caro. Eu não posso. Não tem orçamento”. Aí, eu disse: “Então, a empresa tem que se organizar e ter uma política para captar recurso para fazer isso”. Ela: “Sim. Mas, eu não posso pagar isso agora”. Eu: “Eu não estou dizendo que é para agora, mas estou dizendo assim...”. Houve momentos de tensão, lógico que nem sempre as críticas do Conselho são bem recebidas, mas eu acho que há um caminho para o entendimento e eu acho que o papel do Conselho Curador é fazer, independente se as críticas são recebidas de cara feia ou com sorriso, independente da direção, de quem é o gestor. (VELOSO, 2015).

Assim, há, na relação entre Conselho e Diretoria, as disputas e as negociações em torno do projeto de comunicação pública, de um lado, e das dificuldades cotidianas de execução deste projeto, do outro. No mesmo sentido, Eliane Gonçalves aponta para a

dificuldade de se lidar com a pluralidade da representação, a qual – ao mesmo tempo em que, segundo a conselheira, deve ser ampliada – torna os processos de decisão mais lentos, devido à diversidade de posições – ainda assim, Eliane defende essa heterogeneidade.

É difícil essa pergunta, porque a deliberação depende de consenso, depende de discussão. É a história de chegar e conseguir afinar as vozes, construir o entendimento de 22 pessoas, que vêm de segmentos diferentes, a princípio. Sinceramente, eu acho que quanto mais difícil for chegar a esse consenso, pode ser mais interessante. Às vezes, é fácil. Então, pode ser muito contraditório o que eu estou falando. Mas, eu acho que, às vezes, quanto mais difícil for a construção do consenso, mais rica pode ser essa discussão e mais representativo pode ser o Conselho. É ambíguo, porque, às vezes, eu também acho que a gente demora muito para tomar a resolução, de virar e falar assim: “Gente, está errado! Essa audiência está baixa. Ou muda ou vai...”. Não é uma resposta simples, porque ao mesmo tempo em que se tem uma ansiedade, no sentido de “Gente! Acelera! Vamos colocar para funcionar isso aqui, porque isso tem dinheiro público, tem sonho, já está há sete anos e não sete meses...”. Então, há uma ansiedade para que se resolva. Mas, ao mesmo tempo, se fala assim: “Isso aqui precisa passar por um debate. A gente é diferente. A gente tem que chegar...”. O que é muito bacana, às vezes, também é um problema. Mas, eu acho que é um debate que tem que ser rico. E, quanto mais contraditório, quanto mais polêmico, mais rico; mas, isso também impacta em ser mais lento e, às vezes, a resolução não sai imediatamente. (GONÇALVES, 2015).

Por fim, como Rosane Bertotti afirma, por sua atuação, o Conselho se configura como instância de elaboração de política para a comunicação pública, indo além da reflexão sobre a EBC. Para ela, “fortalecer a EBC é fortalecer uma ação estratégica da luta pela democratização da comunicação” (BERTOTTI, 2015).

5 AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO NO TELEJORNALISMO DA EBC

As determinações em termos de estrutura político-econômica, contexto social e configuração institucional da EBC têm sido tratadas ao longo deste trabalho. Neste capítulo, abordaremos mais especificamente o campo jornalístico, com as dinâmicas e as conformações da profissão, bem como com a constituição específica da esfera no âmbito da EBC. Desse modo, tentamos mapear as inúmeras formas de limitações e os espaços para disputa que influenciam no conteúdo final apresentado pela emissora pública, o qual também será analisado neste capítulo. Ao observar esses processos, os atores que atuam no campo e o conteúdo que vai ao ar, busca-se pensar a autonomia relativa da emissora, as formas de participação bem como as possibilidades de contestação da hegemonia.

5.1 O CAMPO JORNALÍSTICO: CONFORMAÇÕES E DISPUTAS NA PRODUÇÃO DO REPÓRTER BRASIL

O conceito de “campo” é uma ferramenta de pesquisa que nos permite construir objetos sociais, segundo Bourdieu (2005, p.30). Para o autor, um campo é “um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p.57). Desse modo, ele defende que o campo possui uma autonomia relativa, no sentido de que – como abordado no primeiro capítulo – não é totalmente determinado pelo contexto externo em que se insere nem está isolado deste. Assumindo esta ideia, portanto, é possível compreender as relações e as práticas internas dentro do campo.

A partir disso, Bourdieu afirma, no texto “*The political field, the social science field and the journalistic field*”, que o campo jornalístico, em relação aos outros, é o menos autônomo e, dentro deste campo, o jornalismo de televisão é o mais dependente. Esse grau de autonomia, segundo o autor (1997 e 2005), inclusive, tem diminuído com o tempo, devido às questões econômicas, como o aumento do desemprego e da precarização do trabalho nesse setor. No Brasil, nos últimos anos, as redações de jornais impressos, rádio ou TV têm passado por constantes demissões em massa de jornalistas, denominadas “passaralho”³⁰, jargão

³⁰Segundo a “Agência Pública”, “passaralho é um jargão agressivo para as demissões em massa nos meios de comunicação. Remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa” (FONSECA et. al., 2013).

frequente na área. Segundo dados do projeto “A Conta dos Passaralhos” (2012) – desenvolvido pelo Volt Data Lab, agência especializada em jornalismo de dados –, que pretende dar um panorama das demissões de jornalistas no Brasil, pelo menos 1.433 profissionais foram demitidos de 2012 até a atualização do dia 21 de dezembro de 2015³¹. Além disso, na reportagem feita no âmbito do projeto, afirma-se que o número de contratações também apresenta uma tendência de queda, de modo que as demissões têm crescido mais rapidamente que as contratações (SPAGNUOLO, 2012). Assim, é possível afirmar que, no Brasil, devido ao contexto de transformações tecnológicas e econômicas nas empresas de comunicação, há riscos à autonomia dos jornalistas.

Ainda assim, o campo possui um grau de autonomia e isto impede que sua compreensão seja obtida observando apenas questões externas, como a origem de seu financiamento (BOURDIEU, 2005, p.33). “O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos.” (BOURDIEU, 1997, p.55). Nesse sentido, para entender o campo jornalístico, é preciso considerar os atores que fazem parte dele, as forças exercidas, as disputas e os conflitos. Abordando o campo como objeto e não os jornalistas individualmente, Bourdieu se afasta da lógica da responsabilidade pessoal, considerando ao contrário a estrutura e os mecanismos que operam neste campo (1997, p.42). Segundo o sociólogo, “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.” (BOURDIEU, 1997, p.25). É a partir desta perspectiva que se propõe, neste tópico, caracterizar o campo jornalístico da TV Brasil, mais especificamente o contexto de produção do telejornal, Repórter Brasil.

5.1.1 A Diretoria de Jornalismo da EBC

A redação do Repórter Brasil é comandada pela Diretoria de Jornalismo da emissora, a qual também se responsabiliza por todos os programas da grade informativa, como, por exemplo: os telejornais locais e o telejornal denominado Visual; e os programas

Assim, o termo designa as demissões em massa que ocorrem de forma recorrente nos grandes jornais, reduzindo a autonomia relativa dos profissionais.

³¹Segundo a reportagem, a contabilização do número exato das demissões é impossibilitada pela dificuldade de se acessar os números e devido à informalidade no setor, que impede a contagem dos terceirizados ou daqueles contratados como pessoas jurídicas. (Fonte: <http://www.voltdata.info/>. Acesso em: 25 nov. 2015).

Espaço Público, Brazilianas.org, Observatório da Imprensa, Caminhos da Reportagem, Paratodos, Papo de Mãe, Stadium e No mundo da bola.

Até agosto de 2015, o cargo de Diretora de Jornalismo era ocupado por Nereide Beirão, cujo currículo profissional inclui experiências como: repórter no Diário do Comércio e no Jornal da Casa; chefe de redação da TV Globo de Brasília e da Rede Manchete; chefe de reportagem, chefe de redação, editora-chefe e Diretora de Jornalismo da TV Globo de Minas; colunista no jornal Estado de Minas; professora na Faculdade Estácio de Sá; Secretária de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte na gestão de Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT); e Diretora do Centro de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Desde 2010 na EBC, a Diretora foi substituída, em 2015, pelo jornalista Ricardo Melo³², que também tem um longo histórico de atividade profissional em redações do país e atuava até então como colunista político do jornal Folha de S. Paulo, com artigos mais alinhados ao governo do PT. Melo foi também redator, editor-assistente, editor adjunto da seção Mundo, editor da seção Opinião, secretário-assistente de redação, repórter especial e editor de primeira página na Folha de S. Paulo, além de coordenador da integração das plataformas impressa e digital e Produtor-Executivo da TV Folha. Atuou também como: chefe de redação do SBT; editor-executivo do jornal Diário de S. Paulo, do Jornal da Band, do Jornal da Globo, do Jornal da Tarde e do Jornal da Lilian no Portal Terra; editor da revista Brasil Investe, do jornal Valor Econômico e repórter especial da Revista Exame.

Antes de Nereide Beirão, o cargo foi ocupado pela jornalista Helena Chagas (de 2007 a 2010). Segundo seu currículo disponível na rede social LinkedIn³³, antes de assumir a Diretoria de Jornalismo da EBC, Helena trabalhou como: repórter no Senado Federal; repórter, coordenadora de política, chefe de redação e Diretora regional de Brasília na Infoglobo; e Diretora de Jornalismo na sucursal de Brasília do SBT. Posteriormente ao período na EBC, Helena atuou como coordenadora de imprensa da campanha presidencial da presidenta Dilma Rousseff e como Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – sendo mais um exemplo do movimento denominado de “portas giratórias”, para caracterizar as relações entre a EBC e a Secom. Depois da experiência no Governo Federal, Helena trabalhou como assessora de imprensa na campanha de Paulo Skaf

³² Informações obtidas a partir da matéria: “Ricardo Melo é o novo diretor de Jornalismo da EBC”, disponível no link: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2015/08/ricardo-melo-e-o-novo-diretor-de-jornalismo-da-ebc>. Acesso em: 25 nov. 2015.

³³ Disponível no link: https://www.linkedin.com/profile/view?id=AAEAAAR4dXgB_iOMXkFnGhL7nqNOBPScjFiKSCA. Acesso em: 25 nov. 2015.

para o governo de São Paulo e, atualmente, exerce o cargo de consultora na assessoria de imprensa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

A partir do breve currículo dos três diretores de Jornalismo que já passaram pela EBC, é possível perceber tanto uma aproximação com o modelo comercial de jornalismo – devido às experiências desses profissionais nas redações da chamada “grande mídia” – como com o Governo Federal – seja pela ocupação de cargos públicos ligados diretamente ao Governo ou ao Partido dos Trabalhadores (PT), seja pelo posicionamento político declarado em espaços opinativos. Cabe ressaltar que não se faz aqui nenhum juízo de valor sobre a competência dos três diretores, mas apenas se observa os possíveis critérios de escolha envolvidos nas nomeações. Nesse sentido, compreende-se também que a ideia de uma seleção com base apenas em critérios “técnicos”, como, por exemplo, a experiência dos profissionais na área de atuação, oculta o fato de que também esses critérios envolvem posições ideológicas e, portanto, é impossível uma neutralidade de escolha. Se, por um lado, o conhecimento técnico adquirido com a trajetória profissional nos meios de comunicação influencia no *modus operandi* de produção telejornalística, a escolha também baseada em determinados posicionamentos político-partidários pode restringir em alguma medida a autonomia do profissional, ainda que interferências diretas possam não ocorrer.

Em entrevista realizada em março de 2015, na sede da EBC de Brasília, Nereide Beirão defendeu que os jornalistas da EBC possuem total liberdade para trabalhar. A então Diretora de Jornalismo afirmou que a empresa oferece um espaço para se fazer “jornalismo de verdade” e que é um privilégio para os profissionais trabalharem na EBC. Isso porque, de acordo com ela, não há interferências na produção dos conteúdos em relação, por exemplo, à determinação do que será mostrado na matéria, como ocorre em outras emissoras. Por outro lado, como será tratado de forma mais profunda nos próximos tópicos, a maior parte dos jornalistas que responderam ao questionário desta pesquisa afirmou já ter presenciado algum tipo de interferência – neste caso, das chefias e não externa – na produção e edição do telejornal. Segundo Nereide, a intervenção só ocorre caso seja necessário uma correção, quando a “informação está errada”, conforme suas palavras. Para exemplificar o argumento, Nereide conta o seguinte caso:

A Agência Brasil coloca uma foto assim: “É lançado pacote contra corrupção”. Sabe o que era a foto? Era uma pessoa com a camisa amarela da seleção brasileira, com um cartaz dizendo assim: “Fora corruptos!”. Sendo que tem uma foto da Presidenta da República, com os ministros, lançando um pacote contra a corrupção. Quer dizer: o que aquela foto está dizendo? Que... Eu vejo na Agência Brasil, falo: “Gente!”. Falei, procurei a chefe de reportagem: “Troca a foto para a foto do lançamento”. Evidente. Inclusive a foto do lançamento é a foto do lançamento. A notícia é aquilo.

Com aquela foto, você está dizendo assim... Nem o G1... Com certeza, o G1 não publicou essa foto, essa notícia vinculada a essa foto. Alguém, quando eu falei com a Ana, eu falei “tira”, ela foi lá trocar, alguém deve dizer: “Ah, isto está censurando.” Não é. É porque a informação está errada. Aquela foto está completamente fora de contexto, completamente fora de contexto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. (BEIRÃO, 2015).

Para Nereide, portanto, esse caso não se configurou como uma censura, mas sim como uma preocupação com a exatidão da informação. Do mesmo modo, a ex-diretora afirmou, na entrevista, que o compromisso do telejornalismo público é informar de maneira correta, reforçando os valores de “objetividade” e “imparcialidade”, defendidos pelos jornalistas.

Muito se fala: “Ah, o jornalismo... é impossível ser totalmente imparcial”. É, mas acho que é possível buscar isso. Ser corretíssimo na informação, mostrar exatamente aquilo que está acontecendo, olhar como se a pessoa estivesse lá. “Aconteceu isso, Fulano disse isso, Ciclano disse aquilo...”, sem deturpar, sem manipular, sem distorcer, sem dar um viés. (BEIRÃO, 2015).

Nereide ainda defende que a TV Brasil tem buscado esse ideal e tem conseguido abordar e aprofundar questões que não são tratadas por outros meios. Segundo Nereide, a imprensa brasileira está passando por um momento complicado, com muita “manipulação”, “distorção” e “desinformação”, já que, na opinião dela, “muitas vezes, a realidade brasileira é mostrada de uma forma que não é real” (BEIRÃO, 2015). Dessa forma, também reforça um ideal jornalístico de que a notícia seja um “espelho da realidade”. Como exemplo dessas distorções, ela cita o fato de que as pessoas, atualmente, têm falado da crise no país, porém, tudo continua funcionando. Para Nereide, é evidente que há uma crise, mas há um superdimensionamento da notícia e um estímulo à desinformação.

Esses trechos da entrevista da Diretora de Jornalismo demonstram o reforço dos princípios jornalísticos ligados à “isenção”. A ideia de que a “notícia é isso”, como se ela não fosse resultado de uma construção social, mas sim como algo pronto, inescapável, também é reforçada nesses discursos. Assim, a ética jornalística está ligada a valores como “verdade”, “objetividade”, “imparcialidade” e esses valores são, na maior parte das vezes, utilizados pelos jornalistas, de forma geral, como escudo para possíveis críticas a determinadas decisões – as quais são, inevitavelmente, permeadas de subjetividades. Nesse sentido, a percepção sobre os limites entre o que seria uma “censura” e o que seria uma preocupação com a “qualidade” da informação envolve também as visões de mundo de quem analisa a situação.

Quanto aos funcionários, segundo Nereide, a participação deles na EBC está voltada para interesses próprios – como reivindicações trabalhistas, de salário e condições de trabalho.

Não tem isso, não tem aquilo, para justificar um não trabalho. Eu não vejo um amor, um entendimento de que a empresa é deles – são pessoas concursadas –, de que o projeto é muito bacana e de que eles deveriam não fazer boicote para o jornal não ir ao ar ou dificultar a ida do jornal ao ar. Eles têm que fazer o contrário. Ter um espírito de que é um espaço sensacional para fazer jornalismo de verdade, é um privilégio que eu acho que as pessoas têm de ter um espaço pra trabalhar aqui, nas condições em que eles trabalham. Tem um sentimento que eu acho que a participação poderia ter outro tipo de enfoque. Não é justo generalizar, evidentemente. A gente nem deve falar: “Ah, todo mundo!”. Não, claro que tem muita gente que não tem esse espírito e que tem um espírito desses que eu acho que deveria ter. Mas, na maioria, a participação é mais “eu, eu, eu, eu”, uma coisa do individual. “Eu quero, eu quero”. Tem até uma coisa assustadora, que eu acho, de querer o lugar do outro, querer derrubar o outro, algo que eu acho lamentável. (BEIRÃO, 2015).

A Diretora também citou a inexperiência dos trabalhadores concursados como um dos principais desafios da TV Brasil – o que, para ela, acaba gerando problemas técnicos – bem como a falta de recursos – tanto materiais como de pessoal.

5.1.2 Os jornalistas do Repórter Brasil: hierarquias, perfis e valores

Depois do cargo de Diretoria de Jornalismo, na hierarquia interna da produção jornalística, tem-se o Gerente Executivo de cada praça (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão), sendo seguido pelos gerentes de redação e reportagem. Além desses, a redação do Repórter Brasil conta com outros cargos de chefia, como editor-chefe, coordenador executivo, coordenador de edição, coordenador de pauta e coordenadores de produção e reportagem. Atualmente, todos esses cargos são ocupados por profissionais não concursados – seja como cargos comissionados ou por contratação de serviço.

A fim de compreender o perfil tanto desses profissionais que ocupam cargos de chefia quanto dos trabalhadores concursados que atuam na produção, reportagem e edição do Repórter Brasil, foram aplicados questionários com 25 jornalistas envolvidos na elaboração do telejornal. Segundo os dados fornecidos pela assessoria da Diretoria de Jornalismo da EBC, há, na redação do Repórter Brasil em Brasília, 36 jornalistas – entre produtores, repórteres e editores –, cinco coordenadores, o editor-chefe, além de três gerentes e a Diretora de Jornalismo. O questionário foi aplicado com todos os ocupantes de cargos de chefia de Brasília – exceto com uma coordenadora de produção e reportagem³⁴ – e com 17 produtores, editores e repórteres. Como nosso interesse não era estabelecer interpretações estatísticas, mas sim compreender o campo, sua autonomia e as possibilidades de participação, além das

³⁴A coordenadora não quis responder, durante a pesquisa de campo, com a justificativa de falta de tempo disponível, assim como não respondeu aos *e-mails* enviados posteriormente.

limitações de ordem prática, optamos por não considerar os profissionais situados nas redações do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Maranhão. Os questionários foram aplicados pessoalmente, durante a pesquisa de campo, realizada entre os dias 10 e 13 de agosto de 2015, com a garantia de anonimato das respostas. Posteriormente, foram enviados *e-mails* aos profissionais que não foi possível entrevistar durante este período, devido à incompatibilidade de horários ou à limitação de tempo. Entretanto, apenas uma pessoa respondeu via *e-mail*, mesmo com três tentativas de solicitação para cada um.

A intenção do questionário era identificar o perfil dos atores envolvidos nesse campo, suas opiniões sobre os espaços de participação na EBC, suas visões sobre os movimentos sociais e suas avaliações sobre a cobertura produzida pelo telejornal. A partir das respostas, foi possível ter uma compreensão mais aprofundada dos limites e das possibilidades de participação contra-hegemônica na produção telejornalística, como será exposto mais adiante. Composto por 34 questões – sendo que algumas se desdobravam em mais de uma –, o questionário continha perguntas abertas bem como algumas escalares, como pode ser observado nos apêndices deste trabalho. Durante a aplicação do questionário, algumas falhas – referentes à presença de ambiguidades em algumas perguntas – foram verificadas. Ainda assim, acredita-se ser possível traçar interpretações a partir do material obtido, estando ciente dessas falhas e ausências.

Dos oito ocupantes de cargos de chefia do Repórter Brasil que entrevistamos, sete passaram por alguma emissora comercial de televisão em suas trajetórias profissionais. Desses, seis já trabalharam na TV Globo, três no SBT, dois na TV Record, dois na TV Bandeirantes, um na TV Manchete e um na Rede 21³⁵. Em relação às emissoras do campo público ou estatal, quatro desses profissionais têm experiências em alguma, sendo que dois passaram pela TVE do Rio de Janeiro, dois pela TV Justiça, um pela TV Câmara e um pela Radiobrás. Há ainda experiências em jornais impressos, *marketing*, assessoria de imprensa e um chefe de gabinete da Prefeitura de Belo Horizonte na gestão de Patrus Ananias, do PT, entre 1993 e 1996.

A maior parte desses profissionais já ingressou na EBC em seus cargos atuais, sendo que apenas três deles passaram por alguma outra posição na empresa. Em relação à experiência acadêmica, todos são graduados em jornalismo ou comunicação, exceto uma pessoa que tem o nível superior incompleto, em jornalismo. Nenhum dos entrevistados ocupantes de cargos de chefia tem mestrado e/ou doutorado. Apenas um é sindicalizado no

³⁵ A Rede 21 é uma emissora do Grupo Bandeirantes de Comunicação, retransmissora da programação da Igreja Universal do Reino de Deus.

Sindicato dos Jornalistas, nenhum participa de movimento social e nenhum é filiado a partido político. Da mesma forma, nenhum desses já exerceu algum papel de representação dos funcionários dentro da EBC.

Além dos ocupantes de cargos de confiança, como já dito, foram entrevistados 17 jornalistas do Repórter Brasil. Embora cada profissional atue de forma mais efetiva para uma edição do telejornal, na prática, todos acabam participando das três edições – RB Tarde, RBDF e RB Noite. Ainda assim, buscou-se entrevistar, principalmente, aqueles que estão mais envolvidos com a edição noturna. Nove mulheres e oito homens responderam ao questionário, sendo seis produtores, cinco editores, cinco repórteres e uma gestora de comunicação (responsável por selecionar as produções das emissoras parceiras da TV Brasil). Dentre esses, alguns ainda assumiam, eventualmente, a função de apresentador, produtor e repórter, além de cargos de coordenação, como subcoordenação de pauta e uma coordenação de edição. A maior parte (nove deles) ingressou na empresa em 2012, dois entraram em 2013 e cinco em 2014 – por meio de concurso. Há também um funcionário que está na empresa, desde 2009, tendo sido requisitado de outro órgão federal. Dos 17 entrevistados, cinco já passaram por outras funções antes de exercer a função atual, dentro da EBC, sendo que apenas um deles atuou na EBC Serviços – o “braço” considerado governamental da EBC –, antes de ingressar no telejornalismo.

Em relação à formação acadêmica, todos os concursados se graduaram em Comunicação, sendo que quatro são também graduados em outros cursos (dois em Letras, um em Direito e um em História). Um deles cursa, atualmente, Direito e dois iniciaram outro curso, mas não finalizaram (um iniciou em Ciências Sociais e outro em Química). Além disso, há dois jornalistas com mestrado em Comunicação e um com mestrado em Literatura. Sobre a participação em sindicatos, movimentos sociais ou organização da sociedade civil, dez responderam que não participam de nenhum e sete que sim. Desses últimos, seis exercem sua participação como sindicalizados no Sindicato dos Jornalistas, um participa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apenas um faz parte de um movimento social, sendo este, o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervezes. Nenhum deles é filiado a partido político. Do mesmo modo, apenas três dos jornalistas entrevistados já ocuparam algum espaço de representação dentro da EBC, sendo eles: reuniões e fóruns sobre Comunicação Pública, Comitê de Greve e candidatura à Comissão de Empregados (embora não tenha ganhado). Assim, é possível perceber uma inserção quase nula dos movimentos sociais na redação do Repórter Brasil – a partir da participação dos profissionais – bem como um baixo nível de cultura participativa – explicitada nas respostas sobre participação interna.

Segundo as respostas obtidas com os questionários, oito jornalistas tiveram experiências em TVs comerciais³⁶, assim como oito passaram por emissoras não comerciais³⁷. Como jornalistas, nove atuaram em veículos impressos, dois em rádios públicas, um em portais e dois como *freelancer*. Além disso, seis dos entrevistados trabalharam no setor público – como assessores de imprensa, consultores de comunicação, responsáveis pela comunicação interna e externa, entre outras funções –, quatro em empresas privadas – com funções semelhantes às citadas acima –, quatro como assessores de associações ou entidades sem fins lucrativos e dois como assessores de políticos. Por fim, dois entrevistados atuaram como professores, sendo um na área de Comunicação e outro como professor de Química na Educação Básica.

Se, por um lado, a experiência em empresas privadas – seja como jornalistas nos diferentes veículos ou como assessores de comunicação – acaba influenciando a forma de pensar e produzir, alinhada ao jornalismo comercial e voltada para interesses mercadológicos; por outro, a passagem por canais públicos com forte interferência governamental ou a atuação na assessoria de políticos e empresas estatais pode contribuir para uma visão mais oficialista. Nesse sentido, não se coloca aqui uma crítica à composição da redação, já que foi possível perceber uma variedade de vivências profissionais, inclusive, com um equilíbrio entre os canais comerciais e não comerciais de televisão. Além disso, cabe ressaltar a ausência de uma rede de TV pública consolidada, anteriormente à EBC, o que impede que essa experiência fosse mais ampla. Faz-se, portanto, apenas observações sobre possíveis influências no modo de produção jornalística desses profissionais, já que inevitavelmente eles absorvem, em alguma medida, o *modus operandi* dos locais por onde passaram. Mas é claro que outros fatores influenciam, até mesmo de forma mais profunda, seus posicionamentos e suas formas de interpretar o jornalismo.

Cabe pontuar dois aspectos apresentados por Bourdieu (2005) em relação ao jornalismo. Segundo o sociólogo, para além das pressões econômicas, os diferentes poderes, principalmente as instâncias governamentais, possuem o “monopólio da informação legítima”, comportando-se, portanto, como “fontes oficiais” (Bourdieu, 2005 p.102-104, tradução nossa³⁸). Nesse contexto, as autoridades governamentais ou estatais tentam, mesmo que não conscientemente, “manipular” as informações ou os agentes que farão sua

³⁶ Três pessoas das entrevistadas trabalharam na TV Globo, duas na TV Brasília (afiliada local da RedeTV!), uma na própria RedeTV!, uma na TV Record e uma na TV Band.

³⁷ Três pessoas das entrevistadas trabalharam na TV Justiça, uma na TV Câmara, duas na TV Brasil Central (afiliada local da TV Cultura), uma na AperiPê TV (parceira da TV Brasil) e uma na TV NBR.

³⁸ Traduzido da versão em inglês.

transmissão – essa “manipulação” é exercida, muitas vezes, a partir da ocultação de determinados dados, do enfoque para determinados números e não outros, da falta de clareza na apresentação das informações, da demora no fornecimento dos dados – enquanto os jornalistas tentam obter e assegurar para si a exclusividade dessa informação. Tratando-se de uma empresa estatal, mesmo que de serviço público – com vinculação à Secom e com um braço governamental, representado pela NBR –, o acesso a muitas informações governamentais acaba sendo facilitado, bem como o questionamento delas é amenizado. Inclusive, observou-se, na pesquisa realizada pelo grupo “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” da UFJF, um oficialismo do telejornal Repórter Brasil (COUTINHO, I., 2011). Para além disso, Bourdieu fala do poder simbólico das autoridades do Estado, “pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.), a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornalistas.” (BOURDIEU, 2005, p.102-104). Como dito em capítulos anteriores, a presença constante de autoridades dentro da EBC, devido à NBR, pode potencializar ainda mais a efetivação desse “poder simbólico”.

Por outro lado, no que se refere às influências do mercado, Bourdieu (2005) afirma a dependência do campo jornalístico em relação a elas, seja de forma direta (como clientela) ou indireta (pelos índices de audiência). Nesse sentido, ele afirma que essa dependência existe mesmo com o Estado garantindo um nível de autonomia em relação às pressões imediatas do mercado. Segundo o autor:

os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o “critério do índice de audiência” na produção (“fazer simples”, “fazer curto” etc.) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores (“passa bem na televisão”, “vende bem” etc.) quanto ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores-chefe etc.) em um órgão mais diretamente dependente do mercado (uma emissora de televisão comercial em oposição a uma emissora cultural etc.), sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e valores da ‘profissão’ às exigências, mais realistas ou mais cínicas, de seus ‘veteranos’. (BOURDIEU, 2005, p.106).

Esses valores puderam ser observados nas respostas em relação às questões sobre o papel do telejornalismo, em geral, e sobre as características supostamente diferenciais do telejornalismo público. Na primeira pergunta, todos os chefes citaram o papel de informar. A forma como se espera que o telejornalismo informe, porém, variou, com citações à “imparcialidade”, “eficiência”, “amplitude” e “profundidade”. Além disso, alguns dos entrevistados focaram o potencial técnico do jornalismo de TV, afirmando seu poder “agregador”, o fato de ser “mais fácil e acessível”, além da ideia de que as pessoas gostam mais desse tipo de jornalismo.

Do mesmo modo, a maior parte das respostas dos trabalhadores concursados incluiu o compromisso com a informação (13 delas), sendo ela caracterizada como: “voltada para a comunidade”, “clara”, “dinâmica”, com “responsabilidade”, “direta”, “que faz a diferença na vida das pessoas”, que causa “impacto nas pessoas”. Cinco entrevistados citaram o papel de formação do telejornalismo, no sentido de formação de uma opinião crítica. Além disso, três jornalistas defenderam que o telejornalismo deve interpretar ou ajudar o público a entender a realidade, dois citaram o papel do telejornalismo na construção ou representação social e um dos respondentes falou da apresentação de diferentes visões de mundo. Apenas um citou o fato de o telejornalismo estar vinculado às concessões públicas de seus canais.

Já referente à questão sobre o que diferencia o telejornalismo público do privado, dos oito ocupantes de cargos de chefia, sete citaram o fato de que o primeiro deve focar o “cidadão” e três marcaram a contraposição em relação ao interesse comercial. Conforme as palavras de um dos chefes: “O telespectador não pode ser encarado como consumidor, como as TVs privadas fazem”. Além disso, foram mencionadas questões em relação à responsabilidade de o telejornalismo público oferecer mais “imparcialidade”, “equilíbrio”, “ampliação”, “todos os lados”, matérias de “relevância real”. “Por não ser preso ao interesse comercial, tem o dever de mostrar tudo e ter ainda mais imparcialidade”, afirmou um respondente. Soma-se a essas ideias, a visão de que ele deve tratar de questões sociais, abordar as minorias, gerar reflexão e exercer um jornalismo de serviços.

As respostas se aproximaram bastante das reflexões feitas pelos profissionais concursados. A maior parte deles citou o assunto que se torna pauta como diferencial do telejornalismo público. O enfoque, a linguagem e os formatos também apareceram, em uma ou duas vezes, como espaços de diferenciação. Segundo a maioria das respostas, o afastamento de questões privadas ou comerciais é o que diferencia o telejornalismo público (13 pessoas citaram algo em relação a isso). De acordo como uma das entrevistadas, “a TV Comercial segue os padrões do proprietário. A TV pública não tem patrão. O patrão é o cidadão”. Apenas uma mencionou o fato de que, em tese, os telejornais públicos não deveriam ter influência dos governos. Cinco pessoas citaram o interesse público ou coletivo como foco desse telejornalismo. Outras respostas envolveram questões como a prestação de serviço, o foco no cidadão, a valorização da diversidade e da pluralidade, a abordagem de questões sociais, o espaço àqueles que não têm voz em outras emissoras (como movimentos sociais e minorias), a necessidade de oferecer informações “claras”, “idôneas”, “equilibradas” e o compromisso com a formação de opinião crítica. Segundo um jornalista:

A TV pública tem o papel de dar voz aos que não tiveram voz na sociedade (movimentos sociais, organizações civis), privilegiando o interesse público. A missão com o público é ainda mais rígida. Mesma base jornalística, mas, na TV Pública, deve-se ouvir os segmentos pouco ouvidos.

Houve também quem mencionasse a associação com um jornalismo “enfadonho” e a pouca diferenciação, na prática. Uma pessoa afirmou que, no telejornalismo público, há maior autonomia para produzir o conteúdo.

Embora as respostas dos dois grupos tenham sido similares em muitos aspectos, é possível destacar o fato de que a percepção do jornalismo como “espelho da realidade” – a partir da defesa da imparcialidade, por exemplo – é mais presente nos discursos da chefia e da direção do que nos outros. Entre os concursados, há respostas que abordam o papel de “construção social” do jornalismo, oferecendo, portanto, uma visão mais aprofundada sobre a prática. Além disso, questões técnicas e preocupações com “eficiência” foram abordadas apenas pelos chefes e pela direção – o que se explica até mesmo por suas posições no campo, já que eles são cobrados por isso.

Já os consensos – como em relação ao diferencial do telejornalismo público no que diz respeito ao afastamento do interesse comercial, à prestação de serviços, à preocupação com o cidadão e ao espaço que se deve dar aos movimentos sociais e minorias – podem ser interpretados como resultados da interiorização da linha editorial da emissora, com seus valores e critérios.

5.1.3 A autonomia relativa dos jornalistas do Repórter Brasil

Segundo Bourdieu, a maior ou menor autonomia de um jornalista pode ser observada a partir de alguns pontos, como: o grau de concentração econômica da imprensa – que interfere na segurança ou não do emprego –; a posição do veículo no campo – se está, nas palavras do autor, “mais ou menos perto do polo ‘intelectual’ ou do polo ‘comercial’” (Bourdieu, 2005, p. 102-104) –; a posição do profissional dentro da empresa de comunicação – relacionada tanto as “garantias estatutárias” quanto ao seu salário; e, por fim, sua capacidade de produção autônoma da informação.

Em relação ao grau de concentração dos meios de comunicação (já que, para nosso interesse, faz-se necessário ir além da imprensa) e a posição da TV Brasil no campo midiático, os capítulos anteriores já nos forneceram as devidas reflexões. Diante do histórico e do contexto atual do sistema de comunicação e da televisão, no Brasil, é possível afirmar que

os jornalistas possuem pouca autonomia, de maneira geral, já que há grande concentração e um aumento das demissões e da precarização do trabalho. Por outro lado, embora também sofra pressões econômicas e, principalmente, políticas, a TV Brasil pode ser colocada mais próxima ao campo “intelectual” – em comparação com as emissoras comerciais –, já que sua forma de legitimação está mais ligada a produções intelectuais do que àquelas ligadas aos índices de audiência e, portanto, às constrictões de cunho explicitamente mercadológico.

Dentro da TV Brasil, o que se percebe é a presença de dois fatores que geram situações contraditórias. Considerando a posição dos jornalistas dentro da empresa, tem-se, por um lado, a garantia do emprego por parte daqueles que são concursados e os mais altos salários por aqueles que ocupam cargos de confiança. De acordo com as tabelas salariais dos funcionários da EBC, de 2015³⁹, os salários brutos (sem adicionais, como hora extra, por exemplo) dos produtores, repórteres e editores do Repórter Brasil, entrevistados, variam entre R\$ 3.665,22 e R\$ 4.081,89⁴⁰; enquanto os salários dos gestores e coordenadores (considerando apenas os que responderam ao questionário e os salários brutos, sem adicionais) vão de R\$ 9.845,52 a R\$ 18.749,22. Já a Diretoria tem remuneração bruta (sem adicionais) de R\$ 25.136,79. Esse fato evidencia um abismo salarial entre a base de produção jornalística e os cargos de confiança. Porém, os altos salários não garantem autonomia a esses profissionais, já que eles não são concursados, gerando, inclusive, uma dependência econômica maior, devido à dificuldade de se reposicionar no mercado com tais salários, caso sejam demitidos.

Em relação à capacidade de produção autônoma da informação, é possível mapeá-la a partir das respostas dadas no questionário em relação à autonomia dos jornalistas da TV Brasil. Dos 25 profissionais entrevistados, cinco responderam que há muita autonomia (sendo todos esses ocupantes de cargos de chefia), 16 que há uma autonomia parcial, três que há pouca autonomia e um que não há nenhuma autonomia. Todos os funcionários concursados que responderam ao questionário já presenciaram algum tipo de censura ou interferência na produção do telejornal. Dos ocupantes de cargos de confiança, apenas dois responderam afirmativamente a essa questão. Segundo aqueles que responderam nunca ter presenciado um tipo de interferência, nunca houve um telefonema externo a fim de interferir no telejornal: “Assessorias podem ligar para dizer que a informação está errada, mas não para influenciar. Nunca recebi um telefonema”. Além disso, um dos chefes explicou que a prática “não está a

³⁹Disponível em: <http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/empregados/remuneracao/>. Acesso em: 25 out. 2015.

⁴⁰Dos concursados, apenas a gestora de comunicação possui um salário mais alto, R\$ 8.455,89, segundo as tabelas salariais.

bel prazer de cada um. Há um manual, uma linha editorial. Há autonomia para definição da linha editorial. Cabe às chefias avaliar a relevância da matéria e decidir sobre sua vinculação”, o que não se configuraria, para ele, como “censura” ou “interferência”.

Dos jornalistas que responderam já ter presenciado alguma situação de intervenção, ao serem questionados sobre a forma como ela se estabelece, a maioria respondeu que ocorre de maneira indireta, embora alguns também tenham citado casos de intervenção direta, como, por exemplo, o corte de determinadas matérias e a impossibilidade de se falar de “crise” (ainda que todos os jornais do país estejam abordando o assunto) no Brasil. Segundo uma das jornalistas:

Acho que o telejornal infelizmente ainda sofre de uma influência grande do Governo atual na sugestão e enfoques das pautas. O tema crise econômica, por exemplo, ou inflação, não são tratados no telejornal. Essa censura é clara e explícita, o que prejudica o conteúdo do telejornal. Ademais, e a meu ver ainda mais perigoso, é a censura velada – o condicionamento a que repórteres e produtores ficam sujeitos um tempo após entrarem na equipe. Você começa a perceber o que não passa e para de sugerir conteúdos relevantes, porque sabe que não serão feitos pela cultura interiorizada na chefia.

Segundo as respostas, as intervenções se dão, principalmente, na escolha das pautas, mas também no enfoque, no texto e na seleção das fontes. Esses atos estariam ligados a questões políticas, relacionadas ao Governo Federal, de forma que a cobertura das ações governamentais seja feita de forma “acrítica” ou “protegendo” o Governo, conforme alguns jornalistas afirmaram. A forma mais comum de intervenção, de acordo com os depoimentos, é a passagem de uma matéria – referente ao Governo, a alguma política deste ou à situação macro do país – por várias instâncias de chefia, podendo chegar, inclusive, até à Diretoria de Jornalismo. Segundo os entrevistados, não é apresentada justificativa para o ato ou justifica-se a partir de preciosismos, revelando um cuidado extremo com esses temas.

Há um cuidado excessivo em relação às pautas sensíveis ao Governo Federal. Dependendo do tema, a matéria passa por mais instâncias de aprovação. Normalmente, é necessária apenas a aprovação do editor. Quando a pauta é sensível, ela passa pelo editor chefe, chefe de redação, podendo chegar até a Diretoria de Jornalismo (o que não é raro). Há um não dito, que leva ao olhar de cima, mas também interferências diretas, como, por exemplo: “isso não entra”, além de interferências em texto.

Porém, nenhum dos entrevistados afirmou ter presenciado uma interferência externa. Para eles, essas pressões são exercidas pela chefia, devido a sua falta de autonomia. Uma das entrevistadas mencionou o fato de que, quando há uma matéria em que algum político dos partidos opositores critica o Governo, encontra-se deliberadamente um problema

no vídeo. Do mesmo modo, ela afirmou que, embora ninguém fale claramente, sempre se busca inserir a presidenta Dilma Rousseff na edição do telejornal⁴¹.

Há um partidarismo velado. Muitas pessoas avaliam se a sonora do Aécio deve entrar ou não (ninguém diz que não, mas há muita filtragem). Ninguém diz que a Dilma tem que entrar, mas tenta-se de toda forma colocar uma sonora (como você viu na reunião de pauta). Há uma luta geral para não ser chapa branca, mas de quem é do quadro e não de quem é de fora. Durante as eleições, por exemplo, fui elogiada por minha postura política – pelas chefias diretas –, por ter votado na Dilma. Quando há uma fala da oposição, encontra-se um problema na matéria. Quando vai editar um texto sensível, muitas pessoas avaliam o conteúdo (censura ou cuidado excessivo), podendo chegar até a Diretoria de Jornalismo.

Outro profissional ponderou que, embora haja uma resistência para a inserção da oposição no noticiário, por outro lado, críticas vindas dos movimentos sociais são incluídas. Além disso, esse profissional questionou o limite entre a própria linha editorial estabelecida e a censura em si.

Tem-se uma linha editorial que protege o Governo. Há debate, mas há uma autocensura (como o repórter adaptado à linha editorial ou o editor que aprova com esse olhar). Mas há espaço para algumas questões. As falas de movimentos sociais que batam no Governo Federal entram mais do que a oposição falando (PSDB, DEM). Críticas à direita não entram muito, críticas à esquerda entram mais. Há uma linha tênue entre o que é linha editorial e o que é proteção. Mas há espaço para o debate, para a disputa.

Houve também menções à autocensura dos próprios profissionais, que internalizam as rotinas e os critérios, mas principalmente à falta de autonomia das chefias. Por fim, alguns entrevistados afirmaram que a situação não é pior que em emissoras comerciais, assim como alguns acreditam que há espaço para disputa, principalmente, por parte dos concursados. Um dos entrevistados afirma que: “Há filtros do jornalismo, como, por exemplo, quando o editor fala que determinada matéria não rende. Mas, não é pior que em outros lugares, ao menos em relação à Globo, onde trabalhei”.

Além da diferença de respostas em relação à autonomia – entre os jornalistas ocupantes de cargos de chefia e aqueles concursados (considerando como parte destes o funcionário requisitado de outro órgão) –, ao serem questionados sobre a participação dos jornalistas – nas definições da pauta, nas indicações de fonte, na edição das matérias e em outras instâncias da EBC –, também houve diferenças entre os dois grupos. Embora a maioria das respostas tenham se concentrado nas avaliações mais positivas (exceto as considerações dos funcionários concursados sobre a participação em outras instâncias de decisão da TV

⁴¹ Esse fato pode ser observado, durante a participação em uma das reuniões de pauta do telejornal, na pesquisa de campo. Dentre os pontos abordados na reunião, estava a inserção de um ou outro vídeo da presidenta, sem, porém, questionar a necessidade de sua veiculação.

Brasil) tanto por um grupo de trabalhadores quanto por outro, os ocupantes de cargos de confiança, em todos os itens, foram mais otimistas do que os concursados, conforme é possível observar nas tabelas abaixo.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	3 ⁴² (17,5%)	7 (41%)	7 (41%)	0	0
Cargos de Confiança	0	1 (12,5%)	0	4 (50%)	3 (37,5%)	0

Tabela 5: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na definição de pautas.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	0	3 (17,5%)	13 (76,5%)	1 (6%)	0
Cargos de Confiança	0	0	1 (12,5%)	3 (37,5%)	4 (50%)	0

Tabela 6: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na indicação de fontes.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	1 (6%)	5 (29%)	10 (59%)	1 (6%)	0
Cargos de Confiança	0	0	1 (12,5%)	3 (37,5%)	4 (50%)	0

Tabela 7: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas na edição das matérias.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	1 (6%)	10 (59%)	3 (12%)	3 (12%)	0	3 (12%)
Cargos de Confiança	0	2 (25%)	1 (12,5%)	5 (62,5%)	0	0

Tabela 8: Opinião dos entrevistados sobre a participação dos jornalistas em outras instâncias de participação da TV Brasil.

Internamente, os funcionários possuem alguns espaços de participação, como o direito a um representante no Conselho de Administração, a Comissão de Empregados e os diferentes Comitês – alguns com representação efetiva (voz e voto), outros com direito apenas a voz –, como o Comitê de Programação e Rede; o Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação; o Comitê de Planejamento e Avaliação; o Comitê Pró-Equidade de Gênero e

⁴² Esse número corresponde ao número de vezes em que cada resposta foi selecionada.

Raça; a Comissão Permanente de Promoção da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência; e a Comissão de Ética.

5.1.4 O campo jornalístico na produção do Repórter Brasil: disputas e consensos

O campo jornalístico na TV Brasil – ou, mais especificamente, na produção do Repórter Brasil – se constitui como um espaço de disputas, entre dois grupos principais (embora, é claro, haja heterogeneidades também dentro desses conjuntos): os profissionais concursados que, em geral, exercem as funções de base – como produção, reportagem e edição – com salários menores; e os profissionais com cargos comissionados – conhecidos como “cargos de confiança” – ou prestadores de serviços, que ocupam funções de chefia e recebem os salários mais altos.

Embora os “chefes” tenham a vantagem salarial, sua autonomia é limitada devido à possibilidade de demissão, enquanto os concursados – ainda que com salários mais baixos – possuem um grau mais elevado de autonomia, devido à estabilidade do emprego. Entretanto, por mais que não possam ser demitidos, os jornalistas estão sujeitos a “retaliações” – seja por meio de transferências de setor dentro da própria EBC, seja por limitações a sua atuação diária, seja ainda pelo próprio relacionamento interpessoal com as chefias.

Com as observações feitas, durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que entre os gestores que ocupam posições mais altas na hierarquia da redação e os trabalhadores de base, há uma série de profissionais, que atuam como coordenadores e que possuem uma carga de pressão ainda mais elevada. Esses – não concursados – compartilham da falta de estabilidade dos gestores, mas não do prestígio político e do poder consolidado destes; ao mesmo tempo, estão envolvidos na coordenação diária do telejornal – portanto, com um nível de responsabilidade e de trabalho elevados – e se colocam entre os gestores e a base, sofrendo pressões de ambos os lados.

Se, por um lado, os trabalhadores do quadro da EBC criticam a ocupação de cargos de chefia por profissionais não concursados – o que limitaria a autonomia de atuação jornalística –, por outro, essas chefias veem em uma parcela dos funcionários concursados, falta de experiência na produção televisiva e falta de compromisso com o trabalho. Apontado, recorrentemente, no senso comum, como um dos problemas dos setores públicos, a acomodação dos funcionários públicos levaria à ineficiência do setor. Essa condição possibilita, portanto, a ocupação de vagas por pessoas que não estão intensamente envolvidas com o projeto de comunicação pública. Ainda que se reconheça essa possibilidade, isso não

foi identificado nas observações da pesquisa de campo nem nas entrevistas realizadas. O que é provável de ocorrer, porém, é que – sem a existência de um plano de carreira⁴³, considerado atrativo, e sem a perspectiva de ocupação de cargos de chefia, já que estes são direcionados à porcentagem de cargos comissionados – o profissional se desmotive. Além disso, os casos de censura e interferência, citados nos questionários, podem também contribuir para essa falta de motivação, já que o profissional não consegue exercer seu trabalho com autonomia. As limitações à inovação por empenho individual também acabam por prejudicar essa atuação.

A partir dessas reflexões, foi possível pensar alguns constrangimentos, as disputas, as relações de força, os valores, entre outros aspectos da cultura organizacional, que influenciam o campo jornalístico e, portanto, a produção do telejornal. Pensar esse campo é também importante para se entender as possibilidades de participação, tanto na produção quanto no produto em si.

5.2 A PRODUÇÃO DO REPÓRTER BRASIL: DAS DIRETRIZES EDITORIAIS ÀS DECISÕES COTIDIANAS

Como o desenvolvimento deste trabalho busca elucidar, a produção jornalística é definida por uma série de fatores. Desde a estrutura econômica até as decisões individuais no momento de elaboração da matéria. Assim, abordaremos, neste ponto, os processos internos que determinam o produto final, incluindo as diretrizes editoriais e as decisões cotidianas. Assim, será possível refletir tanto sobre a participação dos movimentos sociais em cada processo quanto sobre a autonomia relativa em cada decisão e o caráter hegemônico ou não imprimido em cada processo.

O papel da política editorial de um veículo de comunicação na conformação da prática jornalística já foi apontado por diversos autores dos estudos clássicos de teoria do jornalismo, como, por exemplo, no artigo “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”, de John Soloski (1993), ou “Controle social na redação: Uma análise funcional”, de Warren Breed (1993). Associadas à política editorial de cada empresa estão as normas éticas da profissão que guiam os jornalistas e determinam, em combinação com os diversos fatores já citados, a produção noticiosa. Nesse sentido, como Soloski (1993) defende, o “profissionalismo” do jornalista, expresso pela aceitação e

⁴³ Embora a discussão sobre as reivindicações trabalhistas dos profissionais da EBC seja interessante para este trabalho, optou-se por não abordá-la mais profundamente, devido às limitações de ordem prática, no que se refere ao tempo e ao espaço deste trabalho.

cumprimento das normas éticas do campo, configura-se como a forma mais eficiente e econômica de controle do processo de produção. Isso porque, considerando que os repórteres e editores precisam tomar decisões imediatas, o controle direto se torna, muitas vezes, inviável, assim como a intervenção constante de um diretor pode causar uma ideia de censura. As escolas profissionais teriam, então, o papel de formar uma base cognitiva da profissão, uma produção estandardizada e o compartilhamento de ideais e objetivos (SOLOSKI, 1993, p.94).

Como o autor afirma, aparentemente, as normas jornalísticas seriam incompatíveis com a ideologia capitalista, já que pressupõem uma ideia de “serviço para a sociedade”, ou, falando nos termos do jornalismo que estamos aqui investigando, de “serviço público”. Entretanto, essas normas acabam por legitimar a ordem vigente, ao fazê-la parecer um “estado de coisas que ocorre naturalmente” (SOLOSKI, 1993, p.100). “Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição econômica da organização jornalística individual nem o sistema político-econômico global no qual a organização jornalística opera”, explica (SOLOSKI, 1993, p.100). Assim, ainda que o “profissionalismo” possa também ser visto como uma espécie de escudo da intervenção direta dos diretores, ele é, em maior medida, um conformador da prática. Até mesmo porque ao invocar o *news judgment*, como Gaye Tuchman (1993) aborda, os profissionais justificam suas ações assim como os diretores criticam as escolhas dos repórteres e editores. A “capacidade de escolher ‘objetivamente’ entre ‘fatos’ concorrentes para decidir quais os ‘fatos’ que são mais ‘importantes’ ou ‘interessantes’”, como Tuchman conceitua o *news judgment*, é na prática um recurso defensivo, que cria o mito da experiência jornalística e do “conhecimento sagrado” (TUCHMAN, 1993, p.85).

Embora se possa falar de uma “mudança estrutural no jornalismo”, como Adghirni (2012) aborda, a relevância heurística de se entender as normas éticas profissionais e as políticas editoriais do veículo permanecem. Com a introdução da internet nas redações, a autora aborda os processos de transformação na prática, visíveis na desregulamentação profissional, nas rotinas produtivas, nos perfis e identidades dos profissionais. A ideia do monopólio da profissão, apontado por Soloski (1993), por exemplo, pode ser questionada, mas as estruturas e formas de controle e conformação da prática ainda estão presentes no cotidiano das redações. Assim, pretende-se compreender quais são os valores e normas que, em geral, guiam a prática jornalística da EBC e, mais particularmente, guiam a produção do telejornal Repórter Brasil.

5.2.1 Diretrizes editoriais do Repórter Brasil: os princípios do jornalismo da EBC

Com a finalidade de orientar a prática, em 2012, foi implantado o Manual de Jornalismo da empresa, após um processo de discussão entre a Diretoria de Jornalismo, o Conselho Curador e os funcionários, com a participação e o apoio de professores externos, de jornalistas, da Unesco e da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec). Até a aprovação do documento, os parâmetros e os valores a serem seguidos eram os do manual de redação da antiga Radiobrás.

No dia 1º de junho de 2010, na 18ª reunião do Conselho Curador, o representante da Câmara dos Deputados, Roberto Seabra, em nome da então Câmara Temática de Jornalismo e Esportes⁴⁴, recomendou ao Conselho a elaboração de uma resolução específica sobre a necessidade da Diretoria de Jornalismo organizar um processo de discussão e elaboração do manual. A postura foi motivada, segundo a fala do conselheiro presente na transcrição da reunião, pela manifestação, por meio da Ouvidoria, de uma leitora da Agência Brasil acerca do uso do recurso jornalístico do “*off*”⁴⁵ pelos veículos da EBC. Além disso, havia a percepção de que, devido às diferenças quanto à finalidade, o manual da Radiobrás não seria mais suficiente para o jornalismo da EBC. A partir, então, de uma interlocução da Ouvidoria com o Conselho Curador é que se estabelece a necessidade de criação de diretrizes mais adequadas ao jornalismo proposto para a EBC.

Assim, o Manual de Jornalismo se configura como o principal norteador da linha editorial dos veículos, estabelecendo os valores, as propostas e as regras que definem a prática jornalística da empresa. Segundo a Norma de Jornalismo (Nor. 801) da EBC, o descumprimento dos princípios do Manual é considerado “falta grave”. Deste modo, ao mesmo tempo em que o documento se configura como um apoio aos profissionais, respaldando e legitimando suas ações, ele também é, em alguma medida, mais uma forma de conformação dessa prática.

Com o título “Somente a verdade”, o Manual de Jornalismo da EBC acaba por reproduzir os mitos do jornalismo. Traçando um paralelo com os “Princípios Editoriais das Organizações Globo”, publicado em 2011, com a justificativa de estabelecer diferenciações

⁴⁴ Nesta época, a Câmara Temática de Jornalismo e Esportes era composta pelos conselheiros: Ana Luiza Fleck, Lourival Macedo, Manuel Roberto Seabra, Murilo César Oliveira Ramos e Paulo Ramos Derengoski.

⁴⁵ O “*off the record*” é um recurso do jornalismo, por meio do qual, a fonte de uma informação é mantida em sigilo. Sua utilização é aceita, em geral, quando a informação envolve algum risco para a fonte. Entretanto, sua adoção exagerada pode também estar ligada a interesses sensacionalistas, com a intenção de atrair o público bem como podem comprometer a credibilidade da informação. Portanto, o estabelecimento de parâmetros para o uso deste recurso envolve uma discussão acerca da “ética jornalística”.

entre o que seria o “jornalismo de qualidade” e os conteúdos produzidos em tecnologias digitais, é possível perceber uma repetição dos valores defendidos historicamente pelo jornalismo comercial, embora com alguns pontos de diferença. No documento da Rede Globo, discute-se o conceito de “verdade” e o recorrente argumento de seu caráter inalcançável. A fim de se proteger desse embate, então, conceitua-se jornalismo como “uma atividade que produz conhecimento”. Segundo o documento: “Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p.4).

Nesse sentido, segundo os “Princípios Editoriais das Organizações Globo”, praticam jornalismo aqueles veículos cujos objetivos sejam “conhecer, produzir conhecimento, informar”, enquanto um veículo cuja função seja “convencer, atrair adeptos, defender uma causa” faz propaganda (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p.4). “Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica”, afirma-se (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2001, p.4). Assim, ainda que o conceito de “verdade” seja colocado em debate, reforça-se o mito da informação desinteressada e do jornalismo como esclarecimento, ocultando seu papel de reprodutor da ordem vigente. Além disso, assume-se a possibilidade de um conhecimento dissociado de política e ideologia. Da mesma maneira, no Manual de Jornalismo da EBC, ao definir “jornalismo”, no item “Princípios, valores, objetivos e diretrizes”, fica estabelecido que:

A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente – na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos. Também é necessário que estejam acompanhadas de contextualizações e análises confiáveis e sejam apresentadas com linguagem clara, precisa e objetiva, que permita elucidação e esclarecimento de seus significados, de suas causas e de seus efeitos na sociedade. (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.21).

A partir desse trecho inicial do documento, observa-se que a ideia de um jornalismo “isento, imparcial, sem preconceito e independente” permanece, de modo que o jornalismo público também reproduz o mito do espaço público privilegiado. Como Sodré (2012) afirma, a imprensa está calcada desde sua origem na ascensão da classe burguesa e no pensamento iluminista de defesa da racionalidade e do esclarecimento. Enquanto idealmente, nessa concepção, a legitimidade de fala se definiria pela racionalidade do discurso e não pelo

lugar privilegiado do enunciador, na prática, a mídia constrói para si o espaço prioritário de discussão pública. Desse modo, ainda que se defenda a ideia de objetividade, neutralidade, independência, o jornalismo carrega consigo a ideologia liberal burguesa.

No entanto, a mitologia do liberalismo continua acompanhando a clarificação ideológica do poder. Esta tarefa, continuamente levada a cabo pela imprensa, tem requerido mitos progressistas capazes de encobrir o jogo de poder que preside à constituição do discurso jornalístico: toda uma parafernália de formas de homogeneização dos discursos sociais e de edição dos acontecimentos a partir da mesma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna. Podem variar as perspectivas ou os pontos de vista, mas a forma – a ideologia, no limite – assumida pela imprensa industrial como a conhecemos é universalmente burguesa e europeia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos. Por isto, dessa mesma imprensa politicamente comprometida com o *status quo* universal, sempre partiram diretivas técnicas de modernização no tratamento dos fatos. (SODRÉ, 2012, p.13-14).

Nesse sentido, as Organizações Globo assumem como seus valores: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza – sem os quais, segundo o documento, “o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por felicidade” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p.26)⁴⁶. Ao assumir esses valores como universais, oculta-se, porém, o fato de que o sentido dado a eles é específico de uma classe dominante. É, nesse sentido, portanto, que se fazem os questionamentos desse trabalho. Em uma emissora pública, com participação relativa da sociedade civil organizada, em que medida esses valores burgueses conseguem ser superados por ideias e práticas opostas ao sistema e à cultura hegemônicas?

Dentre os princípios elencados no Manual de Jornalismo da EBC (2013), estão: o fomento à cidadania, o aperfeiçoamento da democracia e da participação da sociedade, a expressão da diversidade cultural e da pluralidade de ideias, a subordinação aos interesses da sociedade, o cumprimento dos preceitos éticos do jornalismo, a autonomia na definição do conteúdo. Quanto aos valores, enumeram-se os seguintes: pluralidade (de fontes de produção e distribuição do conteúdo); imparcialidade (com o afastamento do partidarismo, da pregação religiosa e do tom promocional. Segundo o manual, “a informação deve refletir a verdade dos fatos”); liberdade (de imprensa e de expressão); discernimento (contribuição à consciência crítica, com informação qualificada e contextualizada); regionalismo (das pautas, dos sotaques e do idioma); educação (cooperação com os processos educacionais e de formação); idioma (preservação da língua portuguesa e da cultura brasileira, respeitando a diversidade); proselitismo (afastamento deste); debate público (espaço para debate de temas relevantes e

⁴⁶Os valores defendidos nos “Princípios Editoriais das Organizações Globo” se alinham aos valores liberais, expressos por autores como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill.

garantia de pontos de vista divergentes); inclusão (apoio aos processos de inclusão social, socialização da produção de conhecimento, exibição de produções regionais e independentes); inovação (excelência em conteúdos e linguagens, desenvolvimento de formatos criativos, centro de talentos); participação (estímulo à participação do público em diversas fases da produção); discriminação (negação de toda forma de discriminação); ética (consideração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos princípios fundamentais da Constituição Federal, da Declaração da Unesco sobre as Mídias e do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros); e família (“respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”). (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.23-24).

Por um lado, os princípios e os valores estabelecidos pelo manual apresentam alguns pontos, possivelmente, associados a ideias de oposição à hegemonia ou ainda alternativas ao jornalismo produzido pela grande mídia comercial brasileira, como, por exemplo, o estímulo à participação em várias etapas da produção, a defesa da diversidade e da pluralidade, o regionalismo, a inclusão, o combate à discriminação. Entretanto, há, por outro lado, a defesa de valores conservadores, ligados à tradição e aos discursos burgueses, como a “imparcialidade” ou, principalmente, “a família” – uma das principais instituições de reprodução da ordem. Mesmo aqueles valores que podem ser interpretados como possíveis ideias de questionamento da ordem vigente, sua vaga descrição deixa espaço também para apropriações tradicionais. Além disso, dentre essas diretrizes, não se incluem os movimentos sociais, valores coletivistas ou ainda o princípio de contestação do *status quo*.

No que diz respeito aos referenciais e procedimentos relativos à prática jornalística, o manual afirma o lugar “alternativo” da EBC, tendo assim a proposta de cobrir “fatos habitualmente ausentes na mídia” ou “acrescentar enfoques diferenciados e/ou complementares” àqueles de cobertura comum dos outros veículos. Segundo o documento, “O conteúdo jornalístico da EBC não visa tutelar ou direcionar a formação da opinião pública. Cumpre o dever de dar as informações necessárias para que os cidadãos formem livremente as próprias opiniões”. (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.27). Além disso, o manual estabelece o foco no e do cidadão como um compromisso da EBC, sem, porém, definir o conceito. Nesse ponto, a partir das entrevistas realizadas na EBC, é possível perceber uma ideia de cidadão como um sujeito para além do consumidor, sem, no entanto, um aprofundamento maior desse conceito no contexto capitalista. Além disso, a percepção permanece voltada mais para o cidadão enquanto indivíduo do que para perspectivas mais coletivistas.

No manual, há também diretrizes para o chamado “jornalismo participativo”. Nesse ponto, considera-se como participação do cidadão: “o acolhimento de sugestões de pautas, críticas, dados e informações e produção de conteúdos, regradas neste Manual e por atos da direção” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.32). Portanto, a participação no jornalismo é aqui considerada do ponto de vista minimalista, ou seja, limitado ao espaço de interação e envio de informações ou conteúdos enquadrados nos princípios da empresa. Além disso, o Manual prevê a prática do jornalismo participativo apenas em situações específicas, quando estas “estão fora do alcance dos processos normais de produção do jornalismo da EBC”, ou com o intuito de “complementar produções da pauta convencional, oferecendo outras abordagens” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.32). Dessa forma, verifica-se até mesmo uma visão utilitária da participação.

Já nas orientações para temas e situações específicos, o manual toca de alguma maneira em abordagens alternativas ou contestadoras. Na orientação para cobertura sobre “saúde”, por exemplo, afirma-se a existência de empresas que atuam no setor “de olho na gigantesca significação econômica” e, assim, se estabelece, em contraposição, o compromisso da EBC em fazer o possível para que o cidadão não seja tratado “apenas como integrante do mercado” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.52). Da mesma forma, ao abordar o “consumidor e o consumismo”, o manual afirma que o jornalismo da EBC não deve estimular o consumismo, principalmente nas datas de aquecimento do comércio. Segundo o texto, “o jornalismo da EBC reporta os esforços pela promoção do consumo consciente, que viabiliza o equilíbrio financeiro e psicológico dos cidadãos consumidores e contribui para a preservação do meio ambiente” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.56). Embora, em alguma medida, questione a cultura consumista, a recomendação não é contra-hegemônica, já que não contesta o sistema em si e nem sempre se concretiza na prática. Também nas diretrizes para a “economia”, o manual prevê a preparação do profissional para tratar de outras formas de organização econômica (como sociedades indígenas e o socialismo), afirmando que “a lógica e as circunstâncias dos ambientes não capitalistas devem ser bem entendidas para melhor qualificar a informação” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.55). Além disso, propõe a inclusão de pautas ligadas à economia solidária, nas diversas formas de associativismo bem como a promoção dessas práticas. Nesse sentido, ficam estabelecidas diretrizes alternativas à visão geral da mídia comercial, cuja ideologia hegemônica é a liberal e a individual – embora não estejam explícitas as diretrizes para o tratamento de cada tema no documento das Organizações Globo, por exemplo. Ainda assim, não se promove uma contestação de fato contra-hegemônica, no sentido de questionamento radical do sistema. Ao falar do “esporte”

esse posicionamento fica ainda mais claro ao defender, como abordagem econômica, “a multiplicação de negócios e o potencial de geração de empregos” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.59). Quanto ao tratamento da “cultura”, defende-se a abordagem de manifestações que não têm forte inserção no mercado, mas, ao mesmo tempo, a cobertura da economia da cultura, seus modelos de negócio, investimento e mercado (nesse ponto, não se estabelece se o viés é crítico ou não) (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.58).

Do ponto de vista da representação da sociedade civil, afirma-se que

o jornalismo da EBC deve perceber os movimentos sociais como objeto de pautas, merecedores de espaço e abordagem digna e sem preconceitos. Dessa forma, o jornalismo da EBC rejeita a invisibilidade a que muitos temas são relegados, mesmo sendo relevantes para segmentos da sociedade. Diversas políticas públicas têm mecanismos de participação, elaboração, fiscalização e controle formados nas comunidades e pelos cidadãos. São os conselhos, comitês, conferências e similares. Os fatos pertinentes a eles devem integrar a pauta do jornalismo da EBC. (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.59).

Portanto, enquanto pauta, a presença dos movimentos sociais é valorizada e estabelecida como uma diretriz a ser seguida. Da mesma forma, na cobertura de greves ou campanhas salariais de trabalhadores, o Manual prevê uma abordagem para além das reivindicações econômicas, em termos de salário, e reconhece a greve como “movimento social legítimo” e “um direito do trabalhador” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.56). Afirma-se também que a greve “só interessa ao jornalismo da EBC quando seus efeitos e repercussões ultrapassam as partes envolvidas diretamente na disputa. Além dos efeitos diretos sobre as pessoas não envolvidas na disputa, as greves contêm indicações de pauta, pelo que expressam nos campos social, político e econômico” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.56). A defesa dos direitos humanos e dos direitos de minorias também é uma preocupação da EBC, conforme expresso no Manual. Já em relação à cobertura política, as diretrizes acabam ficando vagas e restritas aos mitos do jornalismo, propondo-se “apartidária, justa, objetiva, autônoma e equilibrada, em sintonia com o interesse público” (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.53). A contestação do poder estatal, entretanto, aparece – como sugerido pelo conselheiro Daniel Aarão e explicitado no capítulo anterior – na orientação para a cobertura da segurança pública, ao propor o acompanhamento das ações do Estado e seus agentes (MANUAL DE JORNALISMO, 2013, p.61).

Outro documento que orienta, em certa medida, as práticas e decisões jornalísticas da EBC é o plano de trabalho de cada ano. O plano é ainda desenvolvido tendo em vista os objetivos estabelecidos pelo “Direcionamento Estratégico da EBC 2015-2022”, elaborado em

2012 e atualizado em 2014. Os objetivos fundamentais desse plano estratégico se mantiveram, sendo eles:

ampliar e diversificar as receitas para alcançar a independência financeira do Tesouro Nacional; ampliar as audiências com conteúdos inovadores e de excelente qualidade de produção, programação e distribuição; integrar as operações multimídia; organizar os processos para melhorar a competitividade. (CONSAD, 2015, p.4).

Assim, esses documentos, ainda que se constituam como planos administrativos, de certa maneira, conformam as ações para o cumprimento de seus objetivos em todas as áreas da EBC. Por outro, é claro também que essas conformações não são automáticas e na prática cotidiana do jornalismo torna-se ainda mais difícil controlá-las. Ainda assim, cabe ao menos apresentar genericamente as propostas elencadas para o plano de 2015. Nele, estão presentes as Diretrizes Gerais sugeridas pelo Conselho Curador e validadas, segundo o documento, pelos conselheiros: Eliane Gonçalves, Mário Augusto Jakobskind, Paulo Derengoski, Rita Freire e Takashi Tome. Sendo elas:

1) Ter como missão no jornalismo dar voz à sociedade civil mobilizada; 2) Fortalecer a Agência Brasil com instrumentos, equipe, formação, autonomia, parcerias, participação, interatividade, visibilidade, estruturação adequada de seu site, com interconexão e indexação de conteúdos ou editorias específicos da agência, conforme critério editorial do jornalismo; 3) Divulgar a Central de Conteúdos junto aos leitores da Agência Brasil e junto a outros serviços de pesquisa como repositório de conteúdos, brasileiras e bibliotecas, com forte prevalência da dimensão multimídia, indexação de conteúdos compatível com um serviço de interesse público, participação e interatividade; 4) Divulgar a Radioagência junto às rádios da EBC e a outras rádios públicas, comunitárias, locais e regionais, ampliando as capacidades de cobertura pelos meios necessários à produção de conteúdos próprios e por meio de parcerias; 5) Criar estratégia para cobertura em bases próprias, pontos de apoio ou parcerias, de todas as regiões e sub-regiões em grandes Estados, definindo e mapeando equipes, correspondentes ou parcerias que devem ser incorporadas na elaboração de pautas ou coberturas estratégicas para EBC; 6) Estabelecer e tornar públicos critérios de comunicação compartilhada para atividades conjuntas com mídias alternativas, de modo que existam cooperação e fortalecimento recíprocos; 7) Priorizar a inclusão de fontes representativas de movimentos sociais em matérias que abordem temas e políticas de interesse público, onde exista acompanhamento crítico, participação autônoma, questionamento, propostas alternativas, por parte de segmentos sociais mobilizados, portadores de apoio ou do contraditório a informações institucionais; 8) Dispensar ao debate a cobertura específica sobre o papel dos meios de comunicação no país e no mundo, como regulações, digitalização, democratização, papel e ambientação da mídia pública, midiaticização da sociedade e das ruas, tratamento prioritário, ao lado de pautas como educação, saúde; 9) Ampliar o número de jornalistas correspondentes em países da América Latina; 10) Colocar como prioridade a fixação de um correspondente da EBC na África; 11) Reforçar a cobertura jornalística nos países de língua portuguesa através de colaboradores locais. Da mesma forma em outros países, com jornalistas que tenham o domínio da língua portuguesa; 12) Intensificar o esforço na produção de pautas especiais, coberturas investigativas e exclusivas; 13) Reorientar e aprimorar os critérios de julgamento de relevância dos conteúdos seguindo as diretrizes do Manual de Jornalismo. (CONSELHO CURADOR, 2015a, p.27).

A partir dessas diretrizes, é possível observar a preocupação do Conselho em relação à participação da sociedade civil, tanto enquanto produtora quanto como fonte; ao tema da Comunicação; à cobertura da América Latina e África; e, no que diz respeito aos veículos, à Agência Brasil e à Radioagência.

Já em relação aos objetivos específicos estabelecidos para o Plano, tem-se a presença da oferta de conteúdo jornalístico para público diverso. Nesse objetivo, propõe-se a mudança na duração e no posicionamento, na grade de programação, do telejornal Repórter Brasil. De forma mais geral, fica instituída também a necessidade de que o jornalismo invista em maior interatividade com o público, a partir da presença em redes sociais, a fim de divulgar e estabelecer contato com a sociedade civil organizada e com os cidadãos em geral.

5.2.2 O cotidiano da redação: dinâmicas de produção e participação dos movimentos sociais

Para além da política editorial – decidida, como abordado no capítulo anterior, a partir de um processo de discussão mais amplo e com participação do Conselho Curador e, portanto, da sociedade civil –, as decisões diárias também interferem no conteúdo final. O texto “O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias”, de David Manning White (1993), demonstra como há uma série de filtros pelos quais a notícia deve passar antes de ser aprovada. Ainda que “rituais estratégicos”, como Tuchman (1993) caracterizou, sejam adotados pelos jornalistas em busca da objetividade, há nesses filtros uma série de subjetividades e influências – desde o sistema em que se insere até a preferência do editor por uma palavra ou outra.

Dentre todos os constrangimentos, os mais óbvios e cotidianamente atuantes são os limites de tempo e espaço. A pressão do *deadline* e a restrição de espaço no telejornal conformam em boa medida o conteúdo que vai ao ar. Isso se torna ainda mais forte quando há limitações estruturais no sentido de oferta de equipamentos e disponibilidade de equipes – problemas vivenciados pelos jornalistas da EBC, como foi possível observar nas entrevistas realizadas bem como nas reuniões do Conselho Curador. Por outro lado, amenizam-se, em alguma medida, quando não há a pressão dos anunciantes.

Nas decisões cotidianas, portanto, se torna ainda mais complexa a forma de participação dos movimentos sociais e mais atuantes os processos de inibição da reflexão, que levam à ativação de censuras introjetadas, por exemplo, como o acolhimento da linha editorial do veículo sem questionamentos maiores.

Na produção do Repórter Brasil, a definição das pautas é feita em duas reuniões principais – uma na parte da manhã e outra à tarde. Da primeira, participam, em geral, o Diretor de Jornalismo, os Gerentes Executivos – de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão (via videoconferência) –, a gerente de Produção e Reportagem, o gerente de Redação e o editor-chefe do telejornal. Já na segunda reunião do dia, feita no fim da tarde, participam, em geral, os gerentes de Produção e Reportagem e de Redação, o editor-chefe, os coordenadores do telejornal e alguns editores. Nas reuniões observadas, durante o trabalho de campo, para além das questões de tempo e espaço (cuja pressão desse último advém, inclusive, pela falta de material para preenchê-lo), fatores relevantes para a decisão de inclusão ou não de uma matéria estão relacionados a questões técnicas – como “disponibilidade de imagens” e “qualidade dessas imagens” – ou estruturais – como disponibilidade de equipes para cobrir determinado fato, limitações das emissoras parceiras da EBC e entraves burocráticos diversos.

Antes mesmo de ser discutida nessas reuniões, a pauta passa pelo filtro da coordenadora de Pauta, que decide o que é relevante para ser incluído no debate das reuniões. Durante a produção das matérias, elas passam também pelo filtro das coordenadoras de Reportagem e Produção, assim como dos próprios produtores, repórteres e editores. Como abordado anteriormente, segundo os jornalistas entrevistados, esses filtros se ampliam quando a matéria se refere a questões políticas ou relacionadas ao Governo, podendo passar pelas diversas hierarquias de chefia.

Assim, nesses processos de filtro, além da linha editorial do veículo, também contribuem para influenciar a decisão, as percepções sobre o que os chefes esperam, as ideias sobre a função do jornalismo e os valores sobre cada assunto. Os dois primeiros itens já foram abordados, de alguma forma, anteriormente. Em relação aos valores sobre os “movimentos sociais”, cuja cobertura nos interessa neste trabalho, foi possível mapeá-los também a partir dos questionários aplicados.

A maior parte dos jornalistas (tanto de cargos de chefia quanto os concursados), ao serem questionados sobre o papel dos movimentos sociais na sociedade, mencionou o compromisso em defender e “dar voz” às minorias e à população menos favorecida. Outros ainda abordaram o papel destes grupos na democracia, atuando e buscando ocupar espaços de decisão política. Além disso, houve quem falasse sobre o papel de defender interesses e fortalecer determinados grupos. Todos os entrevistados deram respostas relativamente positivas aos movimentos sociais, sendo que uma pessoa afirmou que, atualmente, esses movimentos estão “cooptados”.

Outras críticas a movimentos específicos apareceram quando foi pedido aos entrevistados que citassem movimentos sociais que eles consideravam representativos: uma pessoa disse ter divergências ideológicas com o MST e a CUT; uma disse que esses dois e ainda o movimento indígena perderam o controle de seus propósitos; uma afirmou que o MST está perdido; uma disse que o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) é pouco efetivo; por fim, um dos entrevistados declarou acreditar que os movimentos de gênero, raça e classe são mais representativos que os de trabalhadores. Contabilizando as respostas, a maior parte dos jornalistas (16 deles) citou como representativo ao menos um movimento ligado à distribuição da terra, de forma geral ou específica (MST e Pastorais da Terra); 12 entrevistados mencionaram movimentos por moradia (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e Frentes Paulista de Defesa da Moradia) e 12, movimentos de gênero (Movimento Feminista, Marcha das Margaridas, Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cefemea, Movimento LGBT); nove citaram sindicatos e ligados à causa trabalhista (CUT e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG); em sete respostas, estiveram presentes movimentos de raça e etnia (Movimento Negro, Educafro, Associação Internacional Maylé Sara Kalí – AMSK, Conselho Indigenista Missionário – Cimi), assim como os ligados à educação e cultura (União Nacional dos Estudantes – UNE, Coletivos de Periferia, Central Única das Favelas – CUFA); quatro abordaram movimentos de defesa dos direitos humanos (direitos dos portadores de deficiência, pastorais carcerárias, anistiados da Ditadura Militar), três da democratização da comunicação (Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC), dois relacionados à mobilidade (Passe Livre), um a questões políticas (Movimento de combate à corrupção eleitoral), um ambiental e um ligado aos direitos digitais.

A percepção dos jornalistas do Repórter Brasil sobre os movimentos sociais e, mais do que isso, sobre a relevância da participação destes grupos no jornalismo da TV pública pode ser expressa também nas respostas sobre a frequência com que eles consideram necessária a participação dos movimentos sociais nos processos de produção e nas decisões editoriais do Repórter Brasil, bem como em outras decisões da TV (nessa última, porém, cabe alertar que a formulação da pergunta no questionário acabou deixando aberta à interpretação dos entrevistados sobre que outros espaços de decisão se estava perguntando). Como é possível verificar nas tabelas abaixo, quanto à participação dos movimentos sociais no processo de produção, a maior parte das respostas, dos dois grupos, se concentrou na maior frequência. Já nas outras duas perguntas, a maioria, também nos dois grupos, afirmou que a participação deve ser frequente.

-	Nunca	Raramente	Regularmente	Frequentemente	Sempre	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	1 (5,88%)	3 (17,64%)	6 (35,29%)	7 (41,17%)	0
Cargos de Confiança	0	1 (12,5%)	1 (12,5%)	3 (37,5%)	3 (37,5%)	0

Tabela 9: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais nos processos de produção do Repórter Brasil.

-	Nunca	Raramente	Regularmente	Frequentemente	Sempre	Não sei / Não quero responder
Concursados	1 (5,88%)	3 (17,64%)	3 (17,64%)	7 (41,17%)	3 (17,64%)	0
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	4 (50%)	0	1 (12,5%)

Tabela 10: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

-	Nunca	Raramente	Regularmente	Frequentemente	Sempre	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	4 (23,52%)	3 (17,64%)	6 (35,29%)	3 (17,64%)	1 (5,88%)
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	1 (12,5%)	2 (25%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	0

Tabela 11: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação dos movimentos sociais em outras decisões da TV Brasil.

De maneira geral, portanto, pelas respostas dadas, os jornalistas da EBC consideram a participação dos movimentos como algo positivo. Em relação ao modo de participação, porém, tem-se algumas diferenciações. A maior parte dos entrevistados citou, como uma das formas principais de interlocução, a sugestão de pauta (10 concursados e sete ocupantes de cargos de confiança) ou a atuação enquanto fonte (quatro concursados e três chefes). Nesse sentido, a participação pode ser considerada “utilitária”, já que ela se torna bem-vinda quando beneficia o próprio jornalista em seu trabalho diário, bem como minimalista, por considerá-la do ponto de vista do espaço de interação já destinado ao público mesmo nos canais comerciais.

Houve ainda respostas que mencionaram o envio de críticas e avaliações (três concursados e dois chefes). Essa proposta, ainda que também se refira a um espaço já existente em outros canais, ressalta a importância de um acompanhamento crítico de mídia. A participação de um ponto de vista mais ativo e maximalista também esteve presente entre as respostas, já que cinco entrevistados (três concursados e dois chefes) mencionaram a possibilidade de se criar vínculos com representantes dos movimentos sociais, estabelecendo assim um diálogo frequente. Da mesma forma, três jornalistas (sendo um ocupante de cargo de chefia) sugeriram a participação na produção de conteúdos, sendo que duas citaram o

quadro “Outro Olhar” como espaço possível para essa participação. A menção aos espaços institucionais da EBC criados como canais de participação foi feita por nove pessoas, no caso do Conselho Curador, e por cinco, no caso da Ouvidoria. Cinco entrevistados também abordaram a necessidade de que os movimentos sociais demandem espaço e se apropriem da TV Pública.

Por outro lado, alguns entrevistados citaram, espontaneamente, algumas dificuldades ou críticas à participação dos movimentos sociais em alguns processos. Dois jornalistas mencionaram o desafio de efetivar a participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia diariamente, devido às pressões de tempo. “Pela logística, é difícil que os movimentos sociais tenham uma participação frequente nos processos de produção do Repórter Brasil”, afirma um deles. Uma produtora defendeu que “a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do RB não é nunca necessária, porque deve-se manter a imparcialidade”.

Dentre os ocupantes de cargos de chefia, uma pessoa defendeu que a participação deve ser realizada enquanto sugestão e não como decisão, já que, assim, cada movimento defenderia sua posição, tendo o jornalista o papel de mediador: “A participação dos movimentos sociais deve ser como sugestão e não como decisão. Eles devem apenas mostrar caminhos, porque cada um vai puxar sardinha para o seu lado”. Outro chefe afirmou que “a TV Brasil não é dos movimentos sociais. Eles podem ajudar a formular a política da empresa, mas não a linha editorial diária”. Nessa mesma perspectiva, mas de maneira mais enfática, outra pessoa da chefia afirmou ter “medo de excluir, porque empresário também é cidadão, também paga imposto” e que a TV Brasil “não pode ser porta-voz apenas de sindicatos e entidades”, além do fato de que, para esse respondente, “não há sindicalista bonzinho”. Ainda nas palavras dessa pessoa:

O jornalismo da EBC precisa dar voz, ser sensível aos movimentos sociais, à Ouvidoria e ao Conselho. Mas tem que ter cargo técnico para fazer a cobertura mais isenta. Tem que ser técnico. Tem que ter cuidado para não politizar a TV. Se não, vira TV da CUT. Tem muito funcionário novo, sindicalizado que, se deixar, transforma a TV em uma plataforma.

Da mesma forma que se buscou captar a opinião dos entrevistados sobre a necessidade de participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil, foi feita uma pergunta sobre a participação do Conselho Curador e da Ouvidoria. Como se vê, nas tabelas abaixo, também nesses pontos, as respostas se concentraram nas frequências mais positivas à participação, entre os dois grupos.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	1 (5,88%)	4 (23,52%)	7 (41,17%)	3 (17,64%)	2 (11,76%)
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	1 (12,5%)	3 (37,5%)	3 (37,5%)	0	0

Tabela 12: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	2 (11,76%)	6 (35,29%)	8 (47,05%)	0	1 (5,88%)
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	0	2 (25%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)

Tabela 13: Opinião dos entrevistados sobre com que frequência é necessária a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

Além da opinião dos jornalistas sobre a necessidade de participação dos movimentos sociais, do Conselho Curador e da Ouvidoria no Repórter Brasil, o questionário aplicado na sede da EBC em Brasília, tentou também verificar a percepção da participação já existente, tanto destes organismos como dos movimentos, nos processos de definição do telejornalismo. É interessante notar que, neste caso, as opiniões dos profissionais concursados e daqueles que ocupam cargos de chefia se diferenciam. Enquanto os primeiros têm uma percepção menos otimista da participação dos dois organismos – já que, percentualmente, as respostas se concentraram na avaliação intermediária e nas mais negativas –, a maior parte dos chefes considera a participação do Conselho como parcialmente efetiva ou efetiva e a da Ouvidoria como efetiva. Uma hipótese de explicação para essa diferença é a de que os chefes têm mais contato com as demandas do Conselho e da Ouvidoria, comportando-se, portanto, como mediadores entre os organismos e os jornalistas, bem como a de que há uma dificuldade logística para que a interlocução entre os organismos e os profissionais seja direta e cotidiana. Além disso, cabe ressaltar os percentuais consideráveis de pessoas que não souberam ou não quiseram responder.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	2 (11,76%)	2 (11,76%)	7 (41,17%)	1 (5,88%)	0	5 (29,41%)
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	0	4 (50%)	3 (37,5%)	0	0

Tabela 14: Avaliação dos entrevistados sobre a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	3 (17,64%)	5 (29,41%)	5 (29,41%)	1 (5,88%)	0	3 (17,64%)
Cargos de Confiança	2 (25%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	3 (37,5%)	0	1 (12,5%)

Tabela 15: Avaliação dos entrevistados sobre a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

Nos comentários espontâneos acerca dessas questões, alguns jornalistas confirmam a hipótese sobre a dificuldade de participação cotidiana do Conselho Curador ou da Ouvidoria na produção do telejornal. Nessas explicações, é possível perceber alguns pontos importantes para se entender a forma como essa participação ocorre. Alguns entrevistados explicaram que a intervenção é pontual e não sistemática. Outros disseram que não tomam conhecimento sobre as demandas e críticas. Houve, porém, quem defendesse que a participação do Conselho é crescente e que os chefes já citam algumas demandas do organismo, como, por exemplo, a preocupação com o quadro “Outro Olhar”.

Dentre os chefes, uma pessoa afirmou que “não há muita demanda do Conselho e da Ouvidoria. O grosso da produção são os jornalistas que decidem”. Outra afirmação de um dos chefes foi a de que “o que é apontado pelo Conselho não é passado de forma clara e direta”. Também houve quem defendesse que não é papel dos dois organismos participar das decisões do jornalismo. Um disse que: “Não é o papel da Ouvidoria participar. Pode contribuir no aperfeiçoamento, mas não na decisão em si”. Essa posição também foi demonstrada por outro respondente: “Não é papel do Conselho ou da Ouvidoria dizer o que é para fazer ou não”. Esse argumento foi apresentado também por um terceiro chefe: “O Conselho Curador pode participar das grandes questões, mas não no dia-a-dia”. Por fim, destaca-se o comentário de um ocupante de cargo de confiança (a mesma pessoa que mencionou o risco de a TV Brasil se transformar em uma “TV palanque”): “O pessoal do Conselho não entende nada de jornalismo. Fazem colocações bobas. Não reconhecem as dificuldades, a falta de recursos. Eles têm muitos sonhos”. Por outro lado, essa pessoa considera importante a interlocução com a Ouvidoria, já que é possível, assim, “atender aos pedidos dos telespectadores”. Diante dessas afirmações e daquelas citadas anteriormente, bem como de outros dados desse ou dessa jornalista, é possível verificar a defesa dos mesmos valores do jornalismo comercial, a valorização do conhecimento técnico em detrimento do papel político e a desqualificação da participação de outros atores na prática jornalística – vale ressaltar que essa pessoa tem uma posição de poder de decisão na produção do telejornalismo.

Por fim, os entrevistados avaliaram também a participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia e nas decisões editoriais do Repórter Brasil. No primeiro caso, como pode ser observado na tabela abaixo, as respostas dos concursados se concentraram em “parcialmente efetiva” e “efetiva”, enquanto a dos ocupantes de cargos de confiança, em “efetiva”. Ao serem questionados sobre a forma como essa participação ocorre, a maior parte deles afirmou que é a partir da cobertura de suas ações e da interlocução enquanto fontes de informação, já que há uma preocupação do Repórter Brasil em abordar – tanto suas manifestações quanto temas ligados aos direitos humanos – e ouvir esses movimentos sociais. Duas pessoas citaram a participação via Conselho Curador. Além disso, houve quem mencionasse o fato de que esses movimentos se tornam pautas por meio das ações, de que eles são ouvidos meramente para cumprir o “ritual estratégico” de “dar voz aos dois lados” e de que, raramente, participam por meio do quadro “Outro Olhar”. Houve um ocupante de cargo de chefia que, porém, afirmou que esses movimentos não têm que participar da produção.

	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	0	1 (5,88%)	7 (41,17%)	8 (47,05%)	1 (5,88%)	0
Cargos de Confiança	1 (12,5%)	0	0	5 (62,5%)	2 (25%)	0

Tabela 16: Avaliação dos entrevistados sobre a participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia do Repórter Brasil.

No que diz respeito à participação nas decisões editoriais, a maioria dos entrevistados a considera insuficiente/inexistente. Há, porém, entre os produtores, repórteres e editores, uma porcentagem considerável de pessoas que a consideram “parcialmente efetiva” ou “efetiva” e, entre os chefes, aqueles que a classificaram como “parcialmente efetiva”. Nesse âmbito, segundo as respostas obtidas, a participação se daria por meio do alinhamento editorial com as pautas desses movimentos, via Conselho Curador, ou ainda a partir da adoção das recomendações de posturas profissionais (como, por exemplo, no emprego de termos defendidos pelos movimentos para tratar de determinadas questões). Três pessoas (entre elas, uma ocupante de cargo de confiança) não souberam responder como essa participação ocorre.

-	Insuficiente/ Inexistente	Pouco Efetiva	Parcialmente Efetiva	Efetiva	Muito Efetiva	Não sei / Não quero responder
Concursados	5 (29,41%)	2 (11,76%)	4 (23,52%)	4 (23,52%)	0	2 (11,76%)
Cargos de Confiança	4 (50%)	0	3 (37,5%)	1 (12,5%)	0	0

Tabela 17: Avaliação dos entrevistados sobre a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil.

Com base nos dados obtidos, é possível perceber que, em geral, há uma tendência em se avaliar positivamente a participação, ainda que posicionamentos divergentes e até mesmo contrários à tendência possam ser observados. Há, porém, dois aspectos principais a serem destacados. O primeiro deles diz respeito à forma como essa participação ocorre e como se espera que ocorra. A partir de uma perspectiva minimalista e “utilitária”, a maior parte das pessoas vê a participação por meio do espaço dado entre as coberturas do telejornal ou pela sugestão de pautas e fontes. São poucas as pessoas que consideram uma participação mais ativa, com interlocuções constantes e construções coletivas. O outro aspecto a ser destacado é o fato de que as pessoas que se colocam contra a participação, seja dos movimentos sociais em alguma dimensão ou do Conselho Curador e da Ouvidoria, são em sua maioria ocupantes de cargos de chefia e, portanto, são justamente as pessoas responsáveis por tomar decisões editoriais e orientar a produção jornalística.

5.3 NARRATIVA E ENQUADRAMENTO: A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A narrativa sobre os movimentos sociais, produzida pelo principal telejornal da TV Brasil, será analisada a partir da compreensão do contexto em que se insere – com suas relações de poder e disputa, com valores e objetivos envolvidos, com determinações e contestações. Desse modo, compreende-se que o sentido do texto não se encerra nele mesmo, já que o contexto “pragmático e político”, como Luiz Gonzaga Motta (2008) afirmou, influencia na organização narrativa do mesmo modo que esta, intencionalmente ou não, provoca efeitos sociais. “Narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação”, afirma Motta (2008, p.3). Nesse sentido, assume-se que a disputa por hegemonia também se dá nessa esfera e, portanto, a necessidade de incluirmos essa análise no trabalho.

A perspectiva teórica do *framing* ou enquadramento também reconhece o poder da narrativa e aborda a influência nas ideias das pessoas, exercida por meio das seleções e dos destaques dados a determinados aspectos no texto. Segundo Entman (1993),

Enquadrar envolve essencialmente seleção e destaque. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais destacados no texto comunicativo, no sentido de promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para os itens descritos. (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa).

Assim, no processo de construção da realidade, os enquadramentos jornalísticos definem problemas, oferecem diagnósticos causais, estabelecem julgamentos morais e sugerem soluções. O destaque, como Entman (1993) explica, é estabelecido ao colocar algumas partes da informação como mais notáveis, significativas ou memoráveis – seja pela repetição, pelo lugar em que aparecem ou pela associação com símbolos culturais familiares –, de modo a tornar mais provável que o público perceba o conteúdo de determinada maneira. O autor defende que o produtor da narrativa ao escolher o que dizer e o que silenciar se guia por seu sistema de valores e crenças, e o chamado receptor do conteúdo pode interpretar essa narrativa de acordo com a intenção do autor ou não. Assim, uma parte sem destaque pelo autor pode ser fortemente salientada por um receptor, caso esteja em consonância com seus valores e crenças. Nesse sentido, o enquadramento não garante a influência no pensamento de todo o público, mas sim uma provável interpretação. Cabe ressaltar que este trabalho, dada a sua extensão, não investigará a recepção do conteúdo veiculado pelo Repórter Brasil.

Partindo dessas ideias, analisaremos neste tópico, a forma como os movimentos sociais são enquadrados pelo telejornal noturno da emissora pública em questão. Para isso, utilizaremos o método da análise de conteúdo – adotando uma análise categorial, quali-quantitativa. Embora o foco da análise de conteúdo seja no código linguístico, Bardin (2011) defende que a análise pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, inclusive à imagem (BARDIN, 2011, p.35). Deste modo, acrescenta-se outros pontos de observação a fim de contemplar uma análise do material audiovisual mais ampla, levando-se em conta a “estruturação dramática das produções telejornalísticas”, conforme apontado por Iluska Coutinho (2012). Além disso, como a proposta é pensar as possibilidades de exercício de contestação da hegemonia pela televisão pública, optou-se por acrescentar uma análise comparativa, a partir da observação do mesmo período e dos mesmos pontos no telejornal hegemônico da televisão brasileira – o Jornal Nacional. Nesse sentido, ressalta-se que o objetivo não é aprofundar a comparação – até mesmo porque não adotamos esse procedimento nas outras etapas da pesquisa – nem estabelecer uma análise consistente do

Jornal Nacional, mas apenas fornecer dados para pensar a narrativa da TV Brasil de forma relativa.

O primeiro passo da análise foi mapear e selecionar as matérias que citavam, de maneira direta, movimentos sociais e sindicatos ou que abordavam manifestações e greves, durante seis semanas, sendo uma de cada mês. Como o interesse é na participação e na representação específicas desses grupos, foram analisadas apenas essas matérias. Cabe ressaltar que as reportagens cujo tema se relaciona com reivindicações de grupos sociais – por exemplo, sobre racismo, cotas, mulheres no mercado de trabalho etc. – não foram selecionadas quando não eram acompanhadas de citação de um movimento ou manifestação. Caso fossem incluídas, seria necessário analisar praticamente todas as matérias, já que todos os temas, de alguma maneira, podem estar vinculados a movimentos sociais. Uma reportagem sobre crescimento dos impostos, por exemplo, teria que ser incluída, já que há grupos que lutam pela diminuição da carga tributária. Também cabe alertar que as análises foram feitas apenas dos vídeos disponíveis e em funcionamento nos *sites* dos telejornais.

As semanas de análise foram escolhidas dentre os meses centrais do ano de 2015 – abril a setembro –, de modo apenas a garantir que os vídeos de todos os dias estivessem disponíveis e que dias diferentes dentre os meses fossem incluídos, sendo, portanto, as seguintes semanas analisadas: 13 a 18 de abril; 18 a 23 de maio; 2 a 6 de junho; 6 a 11 de julho; 24 a 29 de agosto; e 14 a 19 de setembro.

A fim de pensar como a narrativa é construída e o seu possível caráter contra-hegemônico, algumas categorias foram criadas. Assim, contabilizou-se o tempo dos vídeos e seus formatos, para se verificar o espaço destinado a essas matérias, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (no que se refere ao destaque concedido), cruzando-os com outros dados. Os enquadramentos escolhidos para abordar os fatos foram analisados a partir do enfoque temático – com as seguintes categorias: direitos e reivindicações; violência; transtorno; negociação política; outros – e do contexto tratado – sendo eles: protesto; greve; ocupação; evento; histórico e outros. Além disso, foi observado se, embora com outro enfoque, as matérias continham menções à violência (seja cometida pelos manifestantes, contra os manifestantes ou em termos de confronto entre os manifestantes e a polícia), ao transtorno e aos direitos (reivindicados ou concedidos).

Também foram considerados os poderes citados – considerando o Governo Federal, o poder público e o poder privado – e a representação destes pela matéria, em termos de relação com os movimentos ou manifestantes, a partir da relação de disputa ou de parceria. Quanto à presença dos movimentos sociais e dos sindicatos, foi identificado se ambos foram

entrevistados ou apenas citados bem como foram classificados de acordo com suas relações aos seguintes temas: terra; moradia; trabalho; gênero; raça e etnia; educação e cultura; mobilidade e segurança; direitos humanos e liberdades individuais; questões políticas; e outros. Do mesmo modo, verificou-se a quais dessas classificações, as reivindicações correspondiam. Esses temas foram, posteriormente, enquadrados em categorias mais abrangentes, conforme será explicitado mais à frente, a fim de tornar as comparações mais significativas.

Por fim, foram analisadas as fontes ouvidas em cada matéria, com o intuito de se pensar quais são os atores que têm voz nessas coberturas e de que modo eles aparecem. Assim, foi estabelecida uma classificação dessas fontes a partir das esferas sociais que representam, sendo elas, portanto, representantes de: movimentos sociais, sindicatos, organizações civis, órgãos públicos, iniciativa privada, poder Executivo, poder Legislativo e poder Judiciário. Além disso, as fontes poderiam aparecer sem necessariamente representar um grupo ou um organismo, desse modo, enquanto detentoras de um conhecimento específico, sendo classificadas, portanto, como “especialistas”, ou não, sendo chamadas apenas de “sujeitos”. Nesse último caso, observamos ainda se as pessoas entrevistadas apareceram como trabalhadoras, consumidoras, cidadãs, estudantes, celebridades ou manifestantes. Essa última classificação foi feita de acordo com o lugar de fala dentro da narrativa – no caso dos trabalhadores, estudantes e celebridades, a identificação é mais óbvia; os manifestantes são aqueles que estavam participando de um ato e, embora pudessem ser também estudantes ou trabalhadores, por exemplo, apareceram na narrativa enquanto parte daquele ato; já os consumidores são aqueles indivíduos que apareceram ligados ao ato de consumir – como, por exemplo, uma pessoa que reclamou do preço da gasolina – e o cidadão é aquele que apareceu como indivíduo detentor de direitos civis. Essa classificação, certamente, pode implicar em questionamentos sobre o conceito de cidadão, já que todos os outros sujeitos também o são. Entretanto, apenas para fins metodológicos, assume-se essa classificação, sem um aprofundamento maior da discussão, a partir da ênfase da narrativa no decorrer das matérias.

Também foram observados os personagens que essas fontes assumem na narrativa jornalística. Para isso, adotou-se como base, o trabalho “Dramaturgia do Telejornalismo”, de Coutinho (2012) – que verifica a construção narrativa do telejornal enquanto drama, com personagens e papéis desempenhados pelos entrevistados e pelo jornalista – para estabelecer as categorias de análise e entender de que forma as relações de poder são incorporadas na narrativa e qual o lugar destinado aos movimentos sociais e sindicatos. A partir da análise do

Jornal Nacional e do Jornal da Cultura (portanto, o mesmo telejornal comercial que analisamos e um noticiário de emissora pública), Coutinho estabelece algumas categorias para a descrição dos personagens dessas narrativas:

Entre os papéis que poderíamos chamar de essenciais ou fundamentais nas narrativas analisadas estão os de: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. Há ainda algumas variações destes papéis tipo padrão, que seriam os de vilão implícito; neomocinhos ou vilões regenerados/arrepentidos; fiscais ou defensores; beneficiados/ favorecidos e ainda o personagem misterioso ou radical. (COUTINHO, I., 2012, p.139)

A partir dessas classificações, fez-se algumas modificações necessárias aos contextos analisados e foram selecionadas as seguintes categorias: vítima, prejudicado, beneficiado, *expert*, reivindicante, mediador, defensor, opositor e protetor. Como vítima, considerou-se os personagens que são colocados na narrativa enquanto sujeitos que sofrem com determinada conjuntura ou configuração do sistema; desse modo, se diferenciam daqueles classificados como “prejudicados”, porque, neste caso, referem-se àqueles que se prejudicam com as manifestações, greves ou determinadas ações dos movimentos sociais – esta diferenciação é feita, justamente, para compreender o posicionamento das matérias em relação às ações dos movimentos. Classificou-se como beneficiados, os atores apresentados como sujeitos que conseguiram alguma vantagem (nesse sentido, sem nenhuma presunção pejorativa) de determinada situação ou conjuntura. Os *experts* são justamente os atores que, dotados de determinado conhecimento específico, são colocados na narrativa como agentes de esclarecimento, quase imparciais, os quais apenas explicam os fatos – cabe ressaltar que nem todos os especialistas se comportaram como “*experts*” e nem todos os “*experts*” foram classificados como especialistas. Os reivindicantes são os sujeitos e grupos em luta e disputa por determinada mudança. Dentro do jogo de negociação política, portanto, há também os defensores desses grupos ou de determinadas medidas, os opositores a eles, os mediadores do conflito e os protetores – os quais aparecem em um patamar hierárquico mais elevado e são apresentados a partir de uma representação de “benevolência”.

5.3.1 Repórter Brasil: o espaço do telejornal na grade de programação da TV Brasil

De maneira geral, a grade de programação da TV Brasil inclui informação, com noticiários, programas de grandes reportagens, entrevistas e debates; conhecimento, com documentários, séries e telecursos; entretenimento, com dramaturgia e programação infantil; esporte, com a exibição da série C do campeonato brasileiro; além de programas culturais. Em

setembro de 2015, a emissora anunciou algumas mudanças na grade (TV BRASIL, 2015), ampliando o espaço do jornalismo e do esporte. Os telejornais locais – do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília e do Maranhão – passaram a ter meia hora de duração; boletins de notícias começaram a ser transmitidos a partir das 17h; e uma revista eletrônica, intitulada “Fique Ligado”, foi lançada com a pretensão de mesclar jornalismo e variedades, com exibição ao vivo, de segunda a sexta, às 20h. Em relação ao esporte, segundo a matéria (2015), a partir de 2016, a TV Brasil transmitirá também as séries D e B do campeonato brasileiro, o Brasileirão Feminino e os jogos Paralímpicos Rio 2016. O horário de diversos programas também foi modificado com essa nova estruturação da emissora.

Dentro da faixa informativa, ganha destaque o programa de grandes reportagens, “Caminhos da Reportagem”, premiado todos os anos desde 2010. Há também programas de debates e entrevistas tradicionais na grade da TV Brasil, com apresentadores reconhecidos no campo jornalístico e acadêmico – como o “Observatório da Imprensa”, com Alberto Dines; o “Sem Censura”, com Leda Nagle; e o “Ver TV”, com o professor Laurindo Lalo Leal Filho. Além da programação produzida pela própria EBC, a TV Brasil também tem espaço para a produção independente, selecionada a partir de editais públicos, oferecendo documentários e séries, como o programa “Nova África”. Aliás, a presença da cultura africana na programação da emissora é destacada, inclusive, com o recebimento de premiações, como: o V Prêmio África Brasil, de 2010, pelo trabalho de divulgação e valorização da cultura africana pela emissora; o Prêmio Camélia da Liberdade, em 2013, pelo programa “Nova África” e, em 2015, pela exibição da novela angolana “Windeck”.

Além dos noticiários locais citados acima, a TV Brasil conta com dois telejornais nacionais, um exibido ao meio-dia e o outro às 21h20 – o Repórter Brasil (RB), em sua edição diurna e noturna. Por ser o principal programa de notícias diárias da emissora, o RB noite foi escolhido como objeto de análise. Em geral, o telejornal noturno de um canal assume um papel de destaque na grade de programação. Como Coutinho (2012) afirma, os telejornais ocuparam por um longo período o papel de “campeões de audiência”, fornecendo assim as “principais” informações do dia à grande parte da população. As aspas empregadas no termo “principais” se deve ao fato de que esta característica é relativa, sendo, portanto, determinada pela linha editorial do veículo e pelas escolhas subjetivas dos profissionais envolvidos nas decisões, além dos considerados “critérios de noticiabilidade”. Com a Internet e os canais por assinatura, a relação do público com os telejornais vêm se modificando e o próprio lugar de fonte confiável de informação do noticiário tem sido questionado. Ainda assim, o telejornal é tratado com prioridade dentro das redações e possui menos autonomia em relação ao

posicionamento editorial do veículo⁴⁷, podendo assim fornecer mais indícios sobre ele. Além disso, o telejornalismo enfrenta, além das determinações mais amplas sobre o meio de comunicação como um todo, os constrangimentos da prática diária do jornalismo, já abordadas neste trabalho.

O RB noite vai ao ar depois dos principais telejornais da TV aberta⁴⁸, às 21h20, coincidindo apenas com o Jornal da Cultura, da TV Cultura. Durante o período de análise estabelecido para esta pesquisa, o telejornal contava com uma hora de duração⁴⁹, de segunda a sexta-feira, sendo apresentado pelos âncoras Guilherme Menezes e Katiúscia Neri, no estúdio de Brasília; e com 30 minutos de duração, aos sábados. Sua primeira exibição foi no dia 3 de dezembro de 2007 e até 2013, o noticiário era apresentado a partir de três diferentes estúdios: o de São Paulo, o do Rio Janeiro e o de Brasília⁵⁰.

O telejornal apresenta um quadro espacial, denominado “Outro Olhar”, cuja proposta é ser um espaço de participação dos cidadãos, com exibição de vídeos produzidos e enviados pelos telespectadores. Entretanto, na prática, O RB acaba não cumprindo sua função, já que, segundo as entrevistas realizadas, não há uma estratégia da EBC para atrair a participação e, dessa forma, muitas vezes, em vez de o vídeo ser enviado pelo público, os jornalistas do RB fazem a busca pela Internet. Além disso, em uma eventual situação de ausência de espaço disponível no programa, esse seria o primeiro conteúdo a ser cortado.

Já o Jornal Nacional, da Rede Globo, incluído na análise do material audiovisual, tem um histórico de hegemonia no país, tendo sido exibido pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969 (COUTINHO, I., 2012, p.63). Sendo o primeiro programa a ser exibido em rede, na televisão brasileira, o telejornal se configurou como parâmetro para a produção jornalística, atuando profundamente no agendamento dos debates públicos no país. Nos últimos anos, devido às mudanças no hábito de consumo televisivo dos telespectadores, dado o desenvolvimento da Internet, o Jornal Nacional tem passado por modificações em termos de linguagens e formatos. Certamente, a apresentação da história desse telejornal demandaria uma dissertação completa. Nesse caso, cabe apenas ressaltar sua centralidade na televisão e na

⁴⁷Um programa de entrevistas, por exemplo, conduzido por um nome reconhecido no campo jornalístico ou midiático, pode oferecer mais “liberdade” para que o jornalista crie, inove e faça abordagens diferentes. No telejornal diário, até mesmo pelas limitações de tempo e estrutura, o conteúdo acaba sendo ainda mais determinado pelo posicionamento do veículo como um todo.

⁴⁸O Jornal da Band é exibido às 19h20, o Jornal Nacional às 20h30 e o Jornal da Record às 20h40.

⁴⁹Após a reestruturação da grade de programação da EBC, ocorrida em 2015, conforme solicitado pelo Conselho Curador, o Repórter Brasil passou a ter 40 minutos de duração.

⁵⁰A mudança da apresentação do telejornal – realizada a partir de três estúdios, passando para a transmissão a partir de apenas um – foi realizada após as indicações e sugestões feitas pelo relatório de pesquisa do “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” (COUTINHO, 2011) – demonstrando, inclusive, uma abertura da Diretoria de Jornalismo em relação à participação da pesquisa acadêmica.

cultura brasileiras, a fim de se estabelecer o aspecto relacional na análise do Repórter Brasil. Na história recente, porém, é relevante destacar o questionamento da credibilidade do noticiário, presentes enfaticamente nos protestos contra a Rede Globo, promovidos nas manifestações de junho de 2013. Na ocasião, a criminalização das manifestações pelo telejornal foi colocada em debate.

5.3.2 A cobertura dos movimentos sociais pelo Repórter Brasil e pelo Jornal Nacional

Nas seis semanas analisadas, de abril a setembro, encontramos 93 matérias no Repórter Brasil (RB) e 20 no Jornal Nacional (JN) com menções a movimentos sociais, sindicatos, manifestações ou greves. Foram 2 horas 27 minutos e 25 segundos de conteúdo no RB e 37 minutos e 48 segundos no JN. Considerando que o RB, no período analisado, tinha duração de 60 minutos, essas matérias ocuparam aproximadamente 8,2% do tempo do telejornal, por dia. Já, no caso do JN, com 45 minutos de duração, o percentual foi de 2,8% do noticiário. A porcentagem e o número de matérias já nos fornecem um indício da preocupação do RB em cobrir esses assuntos, relativamente ao JN – o que será reforçado mais adiante com a apresentação de outros dados. Além disso, nesse período, houve três entrevistas, no estúdio do RB, relacionadas a esses temas – uma com uma liderança indígena, sobre reivindicações destes povos; uma sobre a Lei de Cotas, com um secretário de políticas afirmativas e um representante do movimento Educafro; e outra com uma pesquisadora, sobre o perfil das manifestações contra o governo de Dilma Rousseff. As entrevistas, porém, não foram incluídas no modelo de análise adotado, por se tratar de um conteúdo que demanda tratamento diferenciado.

Em relação ao enfoque dado às matérias, a maior parte do conteúdo (cerca de 60%) produzido pelo RB apresentou como foco, os “direitos e as reivindicações” dos movimentos sociais ou das manifestações, enquanto no JN, esse destaque foi dado para as “negociações políticas” (com 45%). No JN, os direitos e as reivindicações foram foco em 25% das matérias, percentual próximo ao enfoque do transtorno, com 20%. Além disso, duas notas cobertas⁵¹ do JN apenas descreveram o protesto, com informações sobre o número de pessoas e os lugares em que foram realizados, sendo, portanto, enquadradas na categoria “outros”. Já no RB, cerca de 25% das matérias tinha o enfoque na “negociação política”. Ainda sobre esse telejornal, quatro notícias focaram a “violência” contra os movimentos

⁵¹As notas cobertas são compostas de um *off* – muitas vezes, lido pelo âncora – e imagens que se relacionam com o texto. Elas se diferenciam das notas secas, já que estas não são acompanhadas por imagens.

sociais e manifestantes e duas no confronto entre eles e policiais. Apenas duas matérias do RB tiveram o “transtorno” como enfoque.

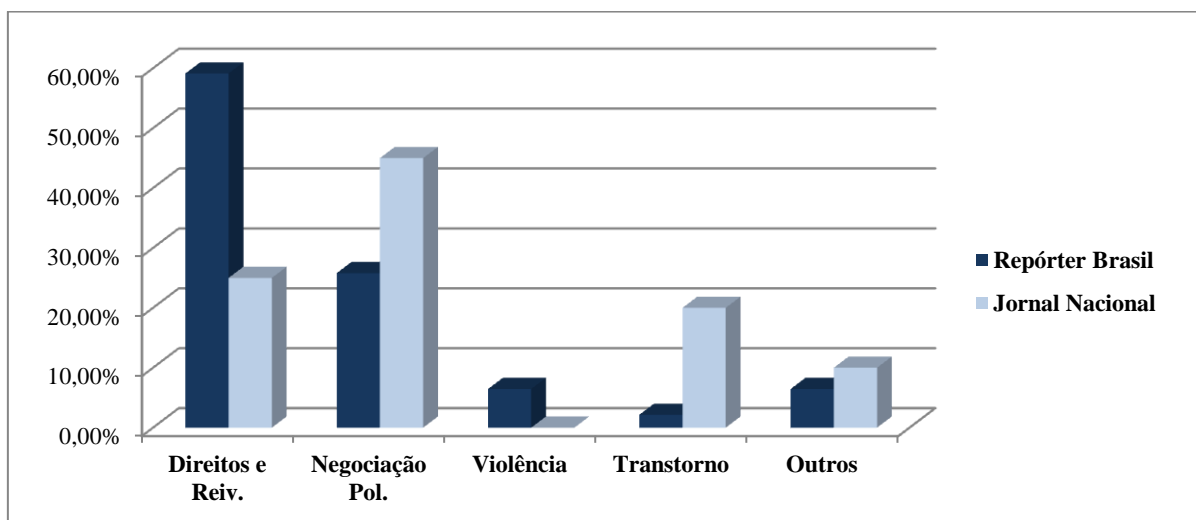


Gráfico 21: Enfoque temático das matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.

Para além do enfoque, a menção à violência (cometida contra ou pelos manifestantes), ao transtorno e aos direitos (reivindicados ou concedidos) também foi contabilizada. No RB, além das 55 matérias que deram maior destaque aos direitos e reivindicações, outras 25 citaram essas questões (sendo 21 como reivindicados e quatro como concedidos) – ou seja, 86% das matérias do RB abordaram os direitos e as reivindicações dos movimentos sociais ou manifestantes. Enquanto isso, no JN, foram cinco matérias com esse enfoque e apenas quatro com menção a ele – portanto, 45% dos vídeos do JN. O transtorno foi citado no RB em oito matérias, além das duas cujo enfoque foi este; no JN, em uma, além das quatro com esse foco. Já a violência, sem contar os vídeos que a tiveram como foco, apareceu em sete matérias do RB (sendo que, em quatro delas, a violência foi cometida contra os manifestantes e movimentos e, em três delas, por eles) e em duas pelo JN (sendo a violência caracterizada pelo confronto).

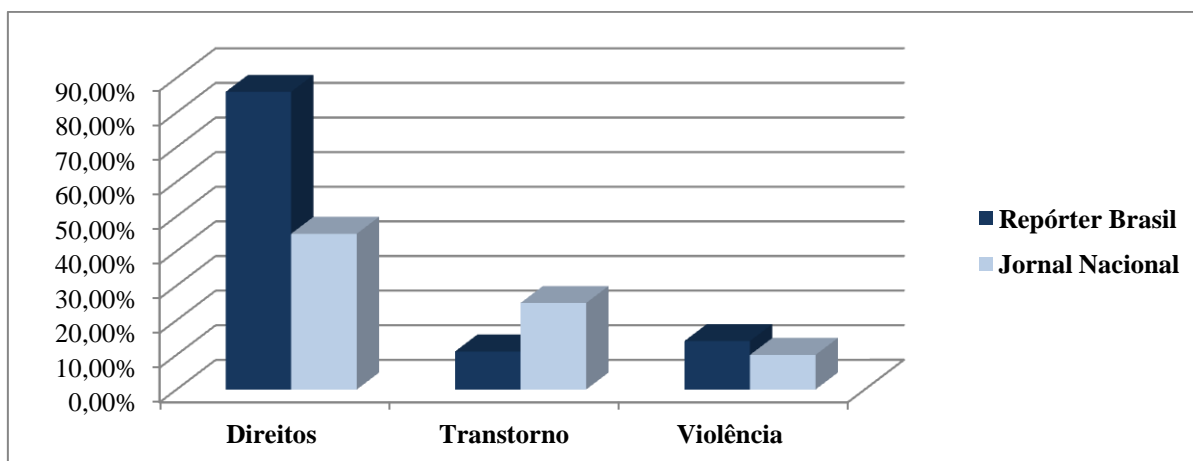


Gráfico 22: Menção temática nas matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.

No gráfico, é possível perceber mais claramente que, no telejornal da emissora pública, há uma preocupação, conforme o próprio Manual de Jornalismo prevê, em dar visibilidade aos movimentos sociais e às manifestações pelo enfoque de suas pautas e não apenas pelo transtorno causado. Embora, em números absolutos, tanto o transtorno quanto a violência tenham sido mais abordadas pelo RB, relativamente ao número total de matérias, o primeiro é proporcionalmente mais presente no JN e o segundo é um pouco mais presente no RB. Cabe ressaltar, porém, que essa violência abordada pelo RB não é somente aquela cometida pelos manifestantes e movimentos, mas também a que é cometida contra eles.

Quando cruzamos os dados sobre os enfoques das matérias de cada noticiário e o formato em que elas são apresentadas, percebemos que, no RB, a maior parte das matérias classificadas aqui na categoria “direitos e reivindicações” foram veiculadas por meio de VT’s⁵², ou seja, pelo formato de maior destaque (excetuando-se as entrevistas em estúdio) de um telejornal. Já no JN, as matérias com enfoque nos “direitos e reivindicações” se apresentaram, em sua maioria, por meio de notas cobertas. A “negociação política”, além de ser o enfoque mais frequente no JN, é também o de maior destaque, no sentido de ter sido apresentado em sua maioria por meio de VT’s. Em ambos os telejornais, todas as matérias cujo foco estava no “transtorno” apareceram também neste formato.

⁵²Os VT’s referem-se às matérias mais completas, estruturadas a partir de sonoras (falas dos entrevistados), *offs* (texto do repórter acompanhado de imagens, sem aparecer a imagem do locutor) e, em alguns casos, passagens (quando o repórter aparece no vídeo).

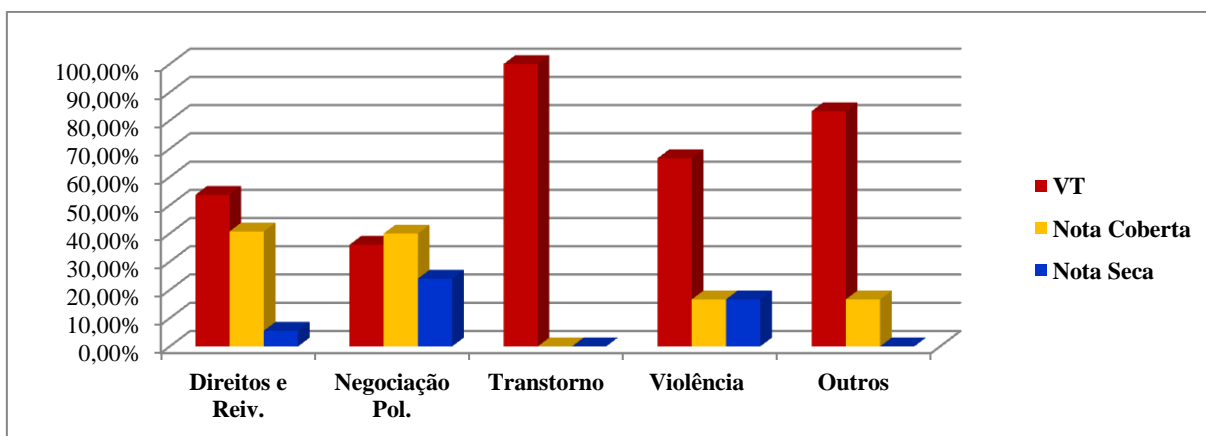


Gráfico 23: Correlação entre o enfoque temático e o formato das matérias analisadas no Repórter Brasil.

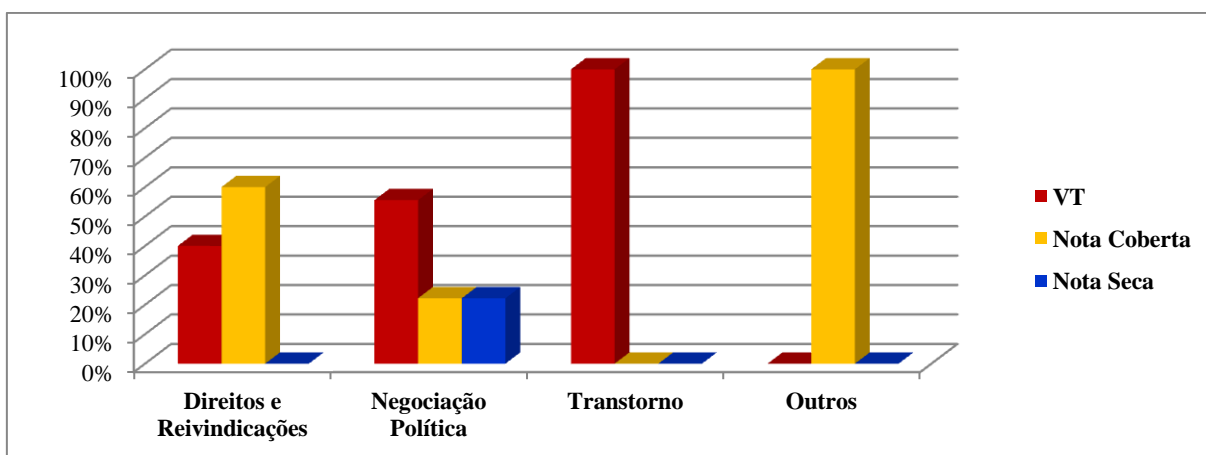


Gráfico 24: Correlação entre o enfoque temático e o formato das matérias analisadas no Jornal Nacional.

Da mesma forma, quando relacionamos o enfoque ao tempo de vídeo, observamos que 60% das matérias do JN sobre “direitos e reivindicações” tiveram no máximo um minuto de duração. Enquanto isso, no RB, essas porcentagens foram mais diversas, com cerca de 35% das matérias com até um minuto, 35% de um a dois minutos e 25% de dois a três minutos. A “negociação política” apareceu, tanto no RB quanto no JN, em sua maioria, por meio de vídeos de até um minuto. As matérias sobre transtorno, no RB, se concentraram entre um e três minutos, enquanto no JN, de dois a três minutos ou mais do que isso. No telejornal da Rede Globo, houve quatro matérias com mais de três minutos: uma sobre “direitos e reivindicações”, duas sobre “negociação política” e uma sobre “transtorno”. Já na TV Brasil, três dos vídeos com maior tempo de exibição tiveram destaque nos “direitos e reivindicações”, um na “negociação política” e dois em outras questões.

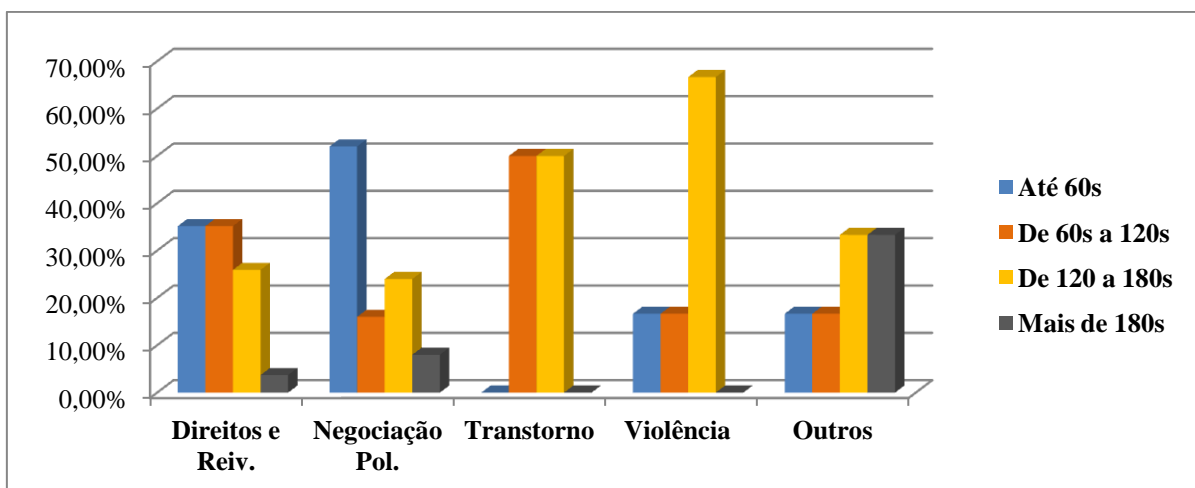


Gráfico 25: Correlação entre enfoque temático e tempo das matérias do Repórter Brasil.

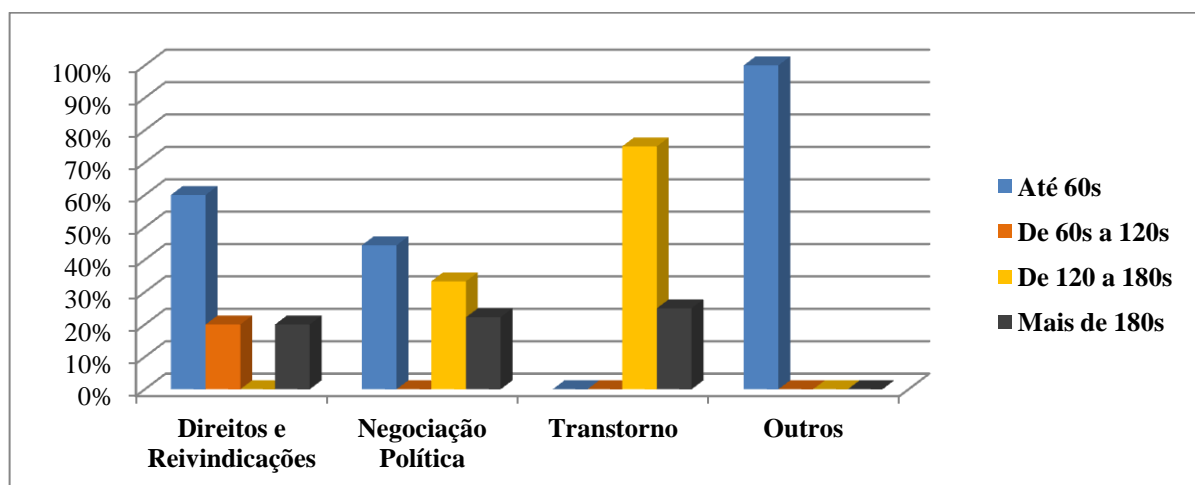


Gráfico 26: Correlação entre enfoque temático e tempo das matérias no Jornal Nacional.

No que diz respeito ao contexto tratado, pelos gráficos abaixo, é possível perceber uma maior diversidade no caso do Repórter Brasil. Ainda assim, em ambos os telejornais, os movimentos sociais ou sindicatos se tornam notícia a partir de atos como protestos e greves. Portanto, devido ao caráter diário dos programas, as pautas estão mais relacionadas a questões factuais.

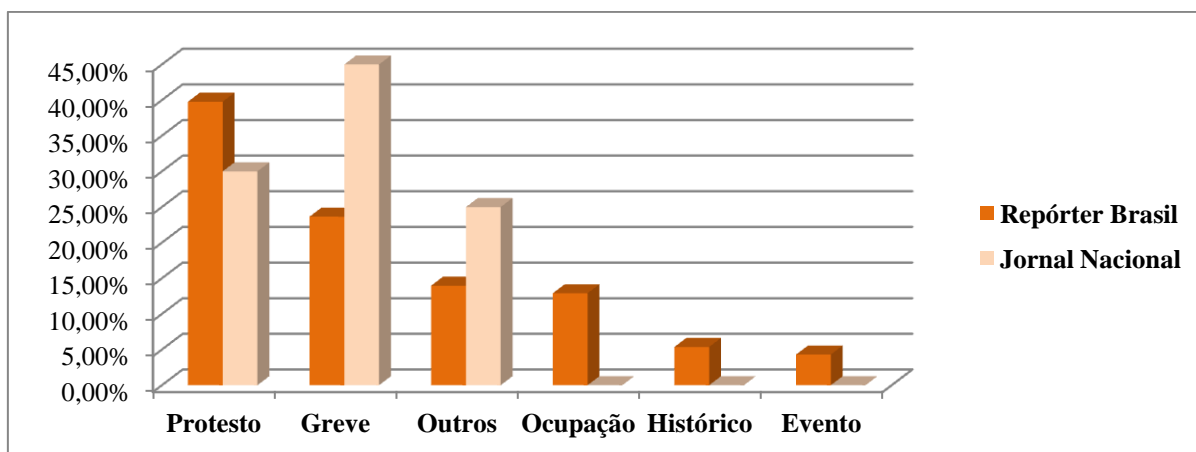


Gráfico 27: Contexto das matérias analisadas no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.

Quando olhamos para os movimentos sociais citados, ou que tiveram representantes entrevistados, e as reivindicações apresentadas, a diferença do enquadramento dado pelos dois telejornais fica ainda mais nítida. No caso do JN, nenhum representante de movimento social foi entrevistado; apenas duas matérias mencionaram algum movimento – sendo um deles o Bom Senso FC e o outro a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, composta por diversos movimentos; em seis vídeos, foram entrevistados representantes de sindicatos e, em três, sindicatos foram citados. Já no RB, 17 matérias citaram os movimentos sociais e, em 16, representantes de movimentos sociais foram entrevistados; os sindicatos foram citados em 21 e seus representantes entrevistados em 15. Em 25 matérias do RB, não houve menção a movimentos sociais organizados, embora se tratassem de manifestações ou greves – neste caso, a referência, genérica, era feita aos “professores”, às “famílias”, aos “índios”. As reivindicações que apareceram nos telejornais também são mais diversificadas no caso do RB, tendo, no JN, apenas demandas trabalhistas (oito) e outras ligadas a questões políticas (duas).

Classificando os movimentos por meio de categorias abrangentes, como aquelas propostas por Cicilia Peruzzo, a partir da realidade brasileira, é possível ter uma ideia dos tipos de grupos e demandas que ganham espaço no telejornal da EBC. A autora propõe a identificação desses grupos por meio de quatro fatores que orientam sua composição: a) “Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração”; b) “Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor)”; c) “Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc.)”; d) “Movimentos político-ideológicos (lutas por

participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.)” (PERUZZO, 2013, p.163).

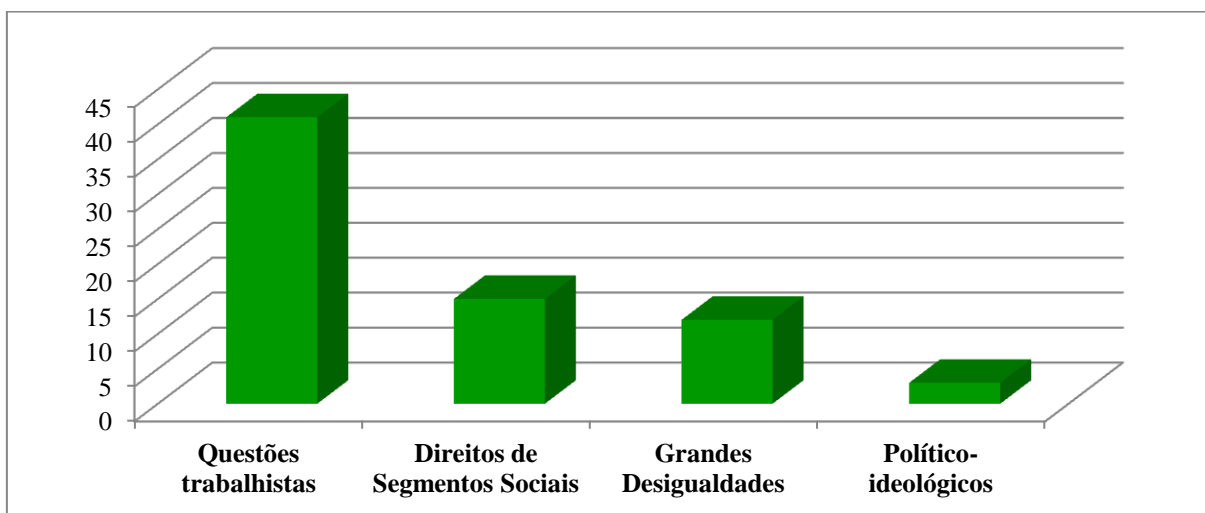


Gráfico 28: Classificação dos movimentos sociais citados ou entrevistados nas matérias analisadas do Repórter Brasil.

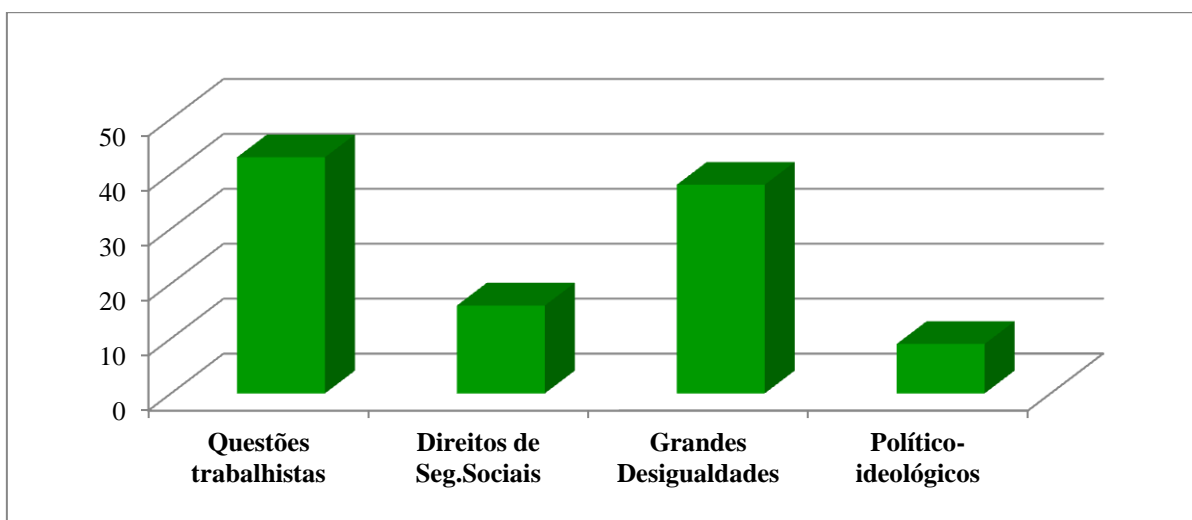


Gráfico 29: Classificação das reivindicações citadas nas matérias analisadas do Repórter Brasil.

Tratando especificamente do RB, temos uma preponderância dos movimentos sindicais e relacionados a questões trabalhistas (com 40 movimentos e 43 reivindicações). Os movimentos relativos à segunda categoria proposta por Peruzzo, referente aos direitos de segmentos da sociedade, estão presentes em 15 matérias (em oito, trata-se de questões de gênero e, em sete, questões de raça e etnia), com 16 demandas (soma-se às demandas de gênero, raça e etnia, uma contra a Lei Antimanicomial). Já os movimentos ligados a desigualdades mais amplas tiveram espaço em 12 vídeos (em cinco deles, há movimentos ligados à luta por distribuição de terra; também em cinco, ao direito à moradia; dois a

questões de educação e cultura; e um sobre mobilidade e segurança), enquanto as reivindicações relacionadas a essas questões estiveram presentes em 38 matérias (dez das reivindicações eram ligadas ao direito à moradia, nove à distribuição da terra, oito aos direitos humanos e liberdades individuais, sete à mobilidade urbana e segurança, e quatro à educação e à cultura) – portanto, embora os movimentos dessa categoria não sejam amplamente citados ou seus representantes entrevistados, as reivindicações ligadas a ela estão presentes com relativa frequência no telejornal. Já os movimentos políticos-ideológicos foram mencionados ou seus representantes entrevistados por três vezes e, em nove vídeos, as reivindicações ligadas a esse tema foram abordadas.

Embora os movimentos ligados a questões trabalhistas sejam maioria em número de matérias em que apareceram, as menções foram feitas, na maior parte, em vídeos de até um minuto. Os movimentos em favor dos direitos de determinados segmentos sociais, foram tratados, em sua maioria, em vídeos com duração de dois a três minutos, sendo essa, inclusive, a categoria mais citada entre os vídeos com mais de três minutos. Da mesma forma, as matérias com movimentos relacionados às grandes desigualdades tiveram, na maior parte das ocorrências pesquisadas, de dois a três minutos.

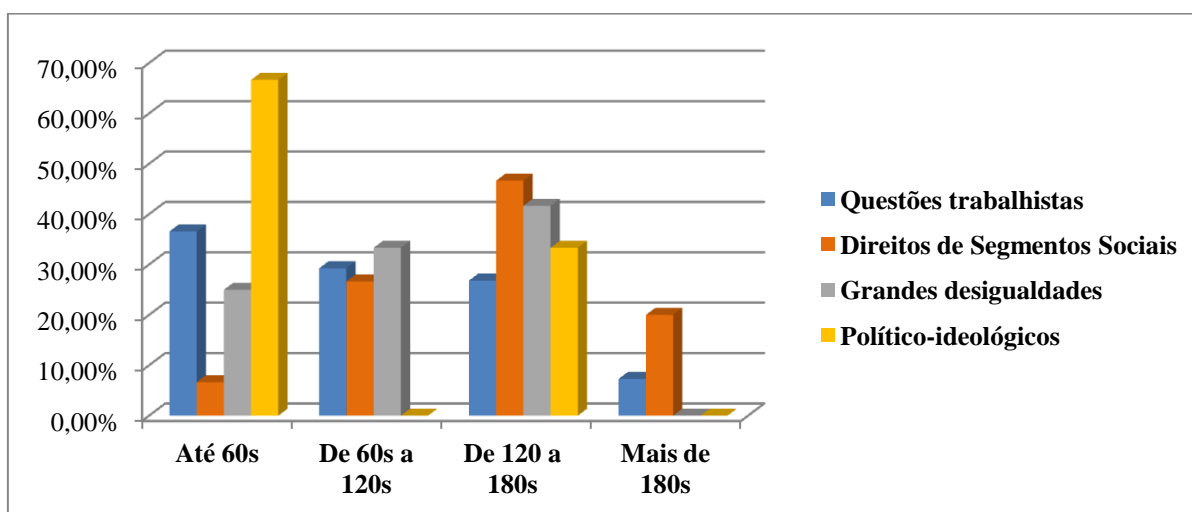


Gráfico 30: Correlação entre a classificação dos movimentos sociais citados e o tempo das matérias analisadas no Repórter Brasil.

Além disso, ao cruzarmos as categorias de movimentos sociais citadas e os enfoques das matérias, percebemos que todos os movimentos político-ideológicos foram abordados com destaque aos “direitos e reivindicações” – isso pode ser explicado pelo baixo número de abordagens dessa categoria de movimento. Esse enquadramento também foi o mais frequente ao se falar das grandes desigualdades e dos direitos de segmentos sociais,

enquanto, no caso das questões trabalhistas, o destaque maior se deu à “negociação política”. Interessante notar que os enquadramentos do “transtorno” estão relacionados aos movimentos trabalhistas, em geral, devido às greves. Já a violência é, em sua maioria, ligada aos movimentos contra as grandes desigualdades e pelos direitos de segmentos sociais – sendo, em todos esses casos, ligados aos conflitos indígenas e pela luta da distribuição da terra –, com o enfoque na violência cometida contra os manifestantes. Houve ainda uma nota coberta, referente à greve dos professores de São Paulo, na qual o enfoque era na “violência” ocorrida entre os manifestantes; e em duas matérias, esse mesmo enfoque referia-se ao confronto entre policiais e manifestantes, no caso de reintegrações de posse (nessas matérias, porém, sem menção a um movimento social organizado).

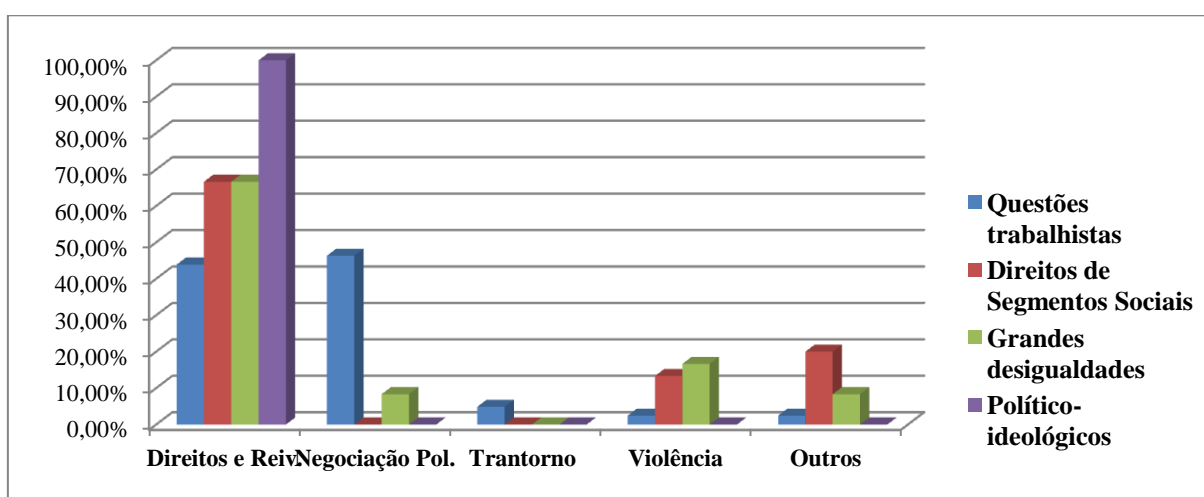


Gráfico 31: Correlação entre o enfoque temático e a classificação dos movimentos sociais citados no Repórter Brasil.

A diferença entre os dois telejornais também se evidencia no mapeamento das fontes ouvidas por cada um, conforme demonstra o gráfico abaixo. Em ambos, os sujeitos, entrevistados individualmente, são maioria, embora no JN, o valor percentual seja bem maior que o RB. A diferença está, em maior medida, no fato de que nenhum representante de movimento social foi entrevistado pelo JN, enquanto, no RB, essa categoria de fonte ocupa o segundo lugar nas matérias analisadas. Além disso, dentre os 41 sujeitos entrevistados no RB, classificamos 14 como sendo manifestantes, 13 como cidadãos, 11 como trabalhadores, dois como celebridades e um como consumidor. Já, no JN, dos 27 sujeitos, 19 foram classificados como sendo trabalhadores, cinco como estudantes e três como consumidores.

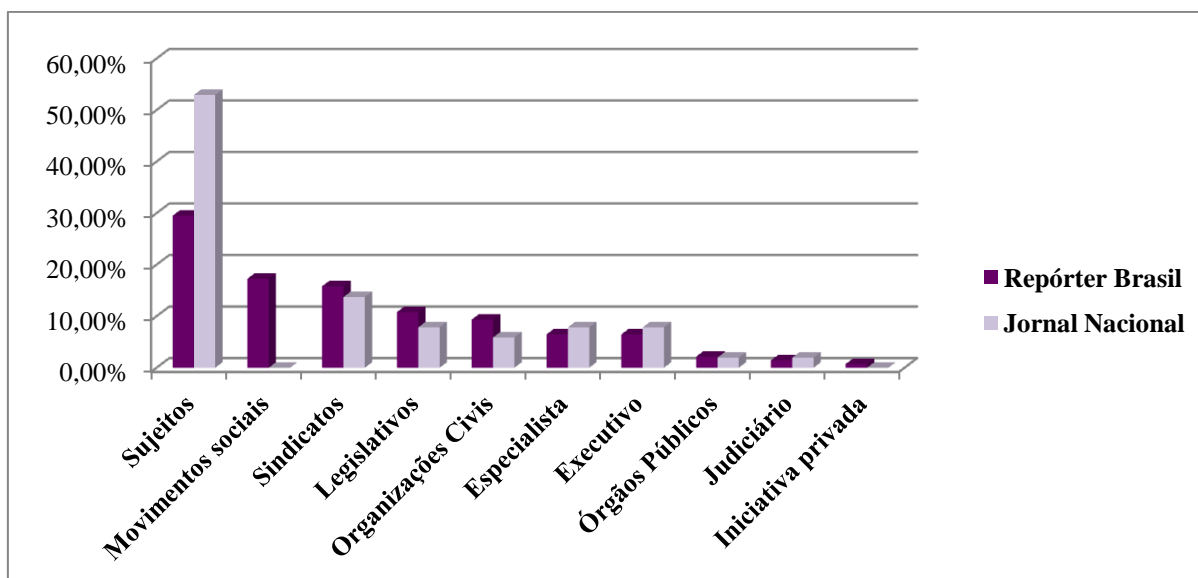


Gráfico 32: Classificação das fontes entrevistadas nas matérias analisadas do Repórter Brasil e do Jornal Nacional.

Ao observar os papéis desempenhados por cada categoria de fonte nas matérias analisadas, nota-se que todos os sujeitos entrevistados no JN foram apresentados como “prejudicados” pelas greves, protestos e outras ações dos movimentos sociais. Por outro lado, no RB, esses sujeitos apareceram, em sua maioria, como reivindicantes (16 vezes). Nove desses entrevistados do RB são colocados na narrativa como vítimas do sistema ou de uma conjuntura e oito como prejudicados pelos atos dos movimentos. Há ainda três que apareceram como beneficiados por determinada situação, três como defensores dos movimentos e dois como opositores. Da mesma forma, há diferenças na representação dos sindicatos, já que esses aparecem em sua maioria como reivindicantes, no RB, enquanto no JN, aparecem como beneficiados em três ocasiões, como reivindicantes também em três e como vítima em uma.

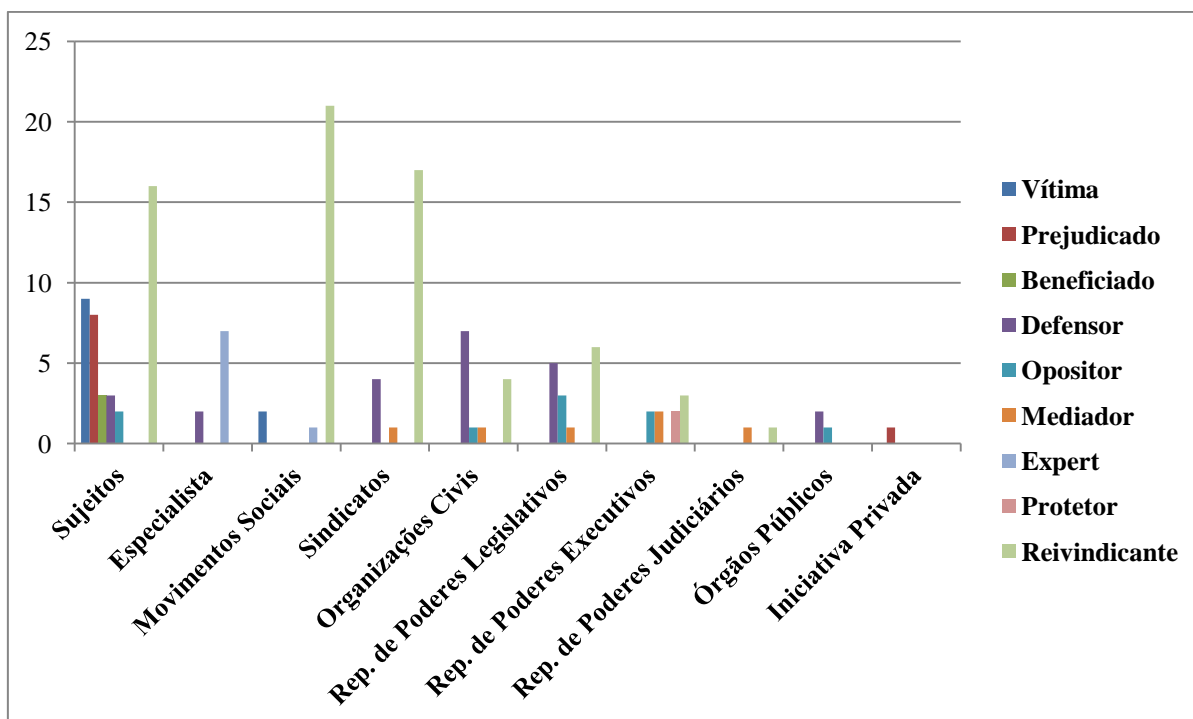


Gráfico 33: Correlação entre a classificação das fontes e seu papel na narrativa das matérias analisadas do Repórter Brasil.

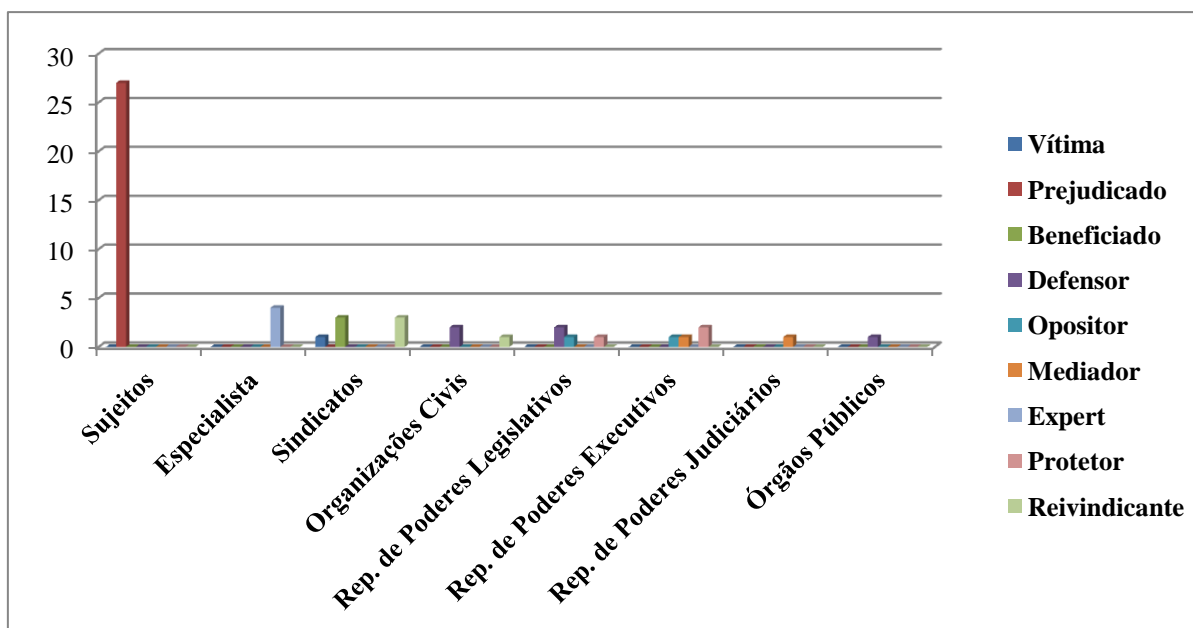


Gráfico 34: Correlação entre a classificação das fontes e seu papel na narrativa das matérias analisadas do Jornal Nacional.

A fim de demonstrar as diferenças editoriais entre os dois telejornais, é interessante abordar algumas matérias específicas. Aquelas que tiveram maior tempo de veiculação, ou seja, mais do que três minutos nos dois telejornais e, portanto, tiveram um enquadramento mais destacado, em termos de tempo, podem evidenciar alguns posicionamentos. No JN, dentre as quatro matérias com mais de três minutos, houve apenas

uma com enfoque nos “direitos e reivindicações”, sendo ela sobre os protestos ocorridos em abril de 2015, marcados pela oposição ao Governo, pedidos de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e até mesmo reivindicações de intervenção militar. Entretanto, na matéria, esse último posicionamento não foi mencionado. A informação citada foi a de que, segundo o Instituto Datafolha, 33% dos manifestantes eram contra a corrupção, 13% pediam o *impeachment* da presidenta, 11% eram contra o Governo e 11% contra o PT. No mesmo dia, 13 de abril de 2015, essas manifestações foram pauta também do RB, porém, com enquadramento diferente. A matéria foi veiculada por meio de nota coberta, com duração entre dois a três minutos. Nesse caso, o pedido de intervenção militar bem como o fato de que defensores do PT foram hostilizados pelos manifestantes (sendo exibida, portanto, uma das matérias com citação à violência pelos manifestantes, no RB) estiveram presentes na reportagem. Outra diferença entre as duas abordagens diz respeito à inserção de sonora com a oposição no caso do JN. A fala do representante do Governo foi a mesma nas duas coberturas. Além disso, durante a semana, o RB apresentou uma entrevista em estúdio com uma pesquisadora, sobre o perfil dos manifestantes.

Os vídeos com mais de três minutos e com enfoque nos “direitos”, no RB, abordavam reivindicações ligadas a questões de gênero – sendo uma das matérias sobre a Criação da Casa da Mulher Brasileira e a outra sobre um Seminário LGBT promovido pela Câmara dos Deputados. No caso da inauguração da Casa da Mulher Brasileira, por se tratar de uma política pública de combate à violência contra a mulher, o Governo Federal apareceu, na narrativa, como parceiro dos movimentos e, mais do que isso, como um protetor (ainda que não tenha tido nenhum representante entrevistado, o Governo foi citado e imagens da presidenta Dilma Rousseff apareceram algumas vezes). A matéria não apresentou nenhum questionamento à implementação ou concepção da política pública. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que, editorialmente, o RB se colocou positivamente em relação às reivindicações de gênero, também ofereceu uma narrativa positiva em relação ao Governo Federal. A postura em relação a essas reivindicações se repetiu no VT sobre o Seminário LGBT, realizado na Câmara dos Deputados. Nesse caso, porém, apenas o poder legislativo foi citado, focalizando-se relações de disputa interna, com deputados colocados no lugar de parceiros dos movimentos (tendo sido entrevistados um deputado do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e uma deputada do PT) e outros como opositores (nesse caso, porém, tendo sido mencionados pelos deputados parceiros, de forma genérica e não nominal).

Em ambos os telejornais, as matérias com mais de três minutos e com enfoque na “negociação política” tratavam de questões trabalhistas. No dia 15 de abril de 2015, o

telejornal da Rede Globo abordou a votação sobre o projeto de lei que tratava da terceirização dos trabalhadores. Já na chamada do âncora do telejornal, a matéria anunciou os protestos realizados pela CUT e outras centrais sindicais contra o projeto, de um lado, e a posição da Força Sindical e da Central dos Sindicatos Brasileiros, a favor do projeto, de outro. Houve menções à violência e aos transtornos causados pelas manifestações. Como entrevistados, foram ouvidos: o presidente da CUT – em oposição ao projeto –; o presidente do partido Solidariedade, Paulo Pereira da Silva (presidente também da Força Sindical); e dois especialistas (um professor e um especialista em mercado de trabalho, ambos da Universidade de São Paulo – USP) – a favor do projeto. Ao citar o apoio de dois grupos sindicais bem como entrevistar dois especialistas e um deputado a favor do projeto, o JN entrevistou o presidente da CUT apenas como cumprimento do “ritual estratégico” de busca da “objetividade”. A matéria se colocou, claramente, como a favor do projeto de lei.

Em contraposição, no mesmo dia, o RB exibiu três VT’s e uma nota coberta sobre as manifestações, em diversas partes do Brasil, contra esse projeto de lei. Ao todo, foram aproximadamente oito minutos de conteúdo. Soma-se a isso, um VT, acompanhado de entrada ao vivo, de três minutos e 20 segundos sobre a votação e as disputas políticas em torno do projeto⁵³ – o qual teve uma sonora do líder do Governo na Câmara posicionando-se contra a votação do projeto, sem discussão mais aprofundada; do relator do projeto e do presidente da FIESP, a favor do projeto; de um deputado do PT, contra o projeto; e do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, sobre a decisão de adiar a votação. Nos vídeos sobre as manifestações, apenas um deles citou algum ato de violência, nesse caso, porém, cometida contra os manifestantes. Em todas as matérias, representantes de sindicatos foram entrevistados (totalizando seis) e, em uma delas, houve também sonora com o líder do MTST, além de trabalhadores e uma representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Além disso, em um dos VTs, a repórter mencionou a presença de bonecos críticos ao presidente da Câmara e ao presidente da Força Sindical, além da realização da manifestação em frente à FIESP. Para além das reivindicações trabalhistas, houve também manifestações ligadas às grandes desigualdades – como, por exemplo, posicionamentos contra o projeto de lei que prevê a redução da maioria penal e contra o aumento de passagens de ônibus – e a questões político-ideológicas – como posicionamentos contra o ajuste fiscal e a favor da reforma política. Percebe-se, portanto, um apoio do RB em relação aos protestos contra o projeto de lei.

⁵³Este VT, porém, não foi contabilizado em conjunto com as outras matérias, já que não havia citação a movimentos, sindicatos ou manifestações, os quais foram abordados em vídeos separados.

Se, nesse caso, os telejornais analisados apresentaram posturas opostas, as coberturas sobre a medida provisória que possibilitava a redução de jornadas de trabalho e salários foram semelhantes. Ambos os telejornais apresentaram uma matéria com mais de três minutos sobre essa medida. Além disso, o RB abordou o tema em mais duas matérias, assim como o fez o JN, durante as semanas analisadas. Em todas elas, a narrativa se construiu a partir da apresentação de uma parceria entre poder privado, Governo Federal ou poder legislativo e trabalhadores, no objetivo de “minimizar os prejuízos” causados pela crise. Embora a medida possa ser vista como uma perda para os trabalhadores, estes são apresentados como “beneficiados”, já que conseguiram evitar a demissão.

A linha editorial ou o viés do JN podem ser pensados pelo fato de que nele os sindicatos foram entrevistados em apenas seis VT's, incluindo essas três matérias, sendo que, das outras três, uma era sobre a terceirização (citada acima) e as outras duas tinham o enfoque no “transtorno”. Ou seja, em 50% das vezes em que os sindicatos foram entrevistados foi para legitimar uma medida que beneficiava as grandes empresas. E, nas outras vezes, foram deslegitimados, já que o foco da matéria era o transtorno ou havia a presença de várias fontes contrárias aos sindicatos. Acrescenta-se a isso o fato de que, em todas as situações em que os trabalhadores apareceram como fonte no JN, eles foram apresentados como sendo prejudicados por protestos e greves. Portanto, os trabalhadores não apareceram enquanto reivindicantes de seus direitos. Além disso, das oito vezes em que o Governo Federal foi citado pelo JN, em seis, a relação foi de disputa, enquanto nas duas matérias sobre a medida de redução da jornada de trabalho, a relação se configurou como sendo de parceria. Das quatro menções ao poder privado, três foram em relação de parceria e uma em relação de disputa com diálogo; enquanto nas duas vezes em que o setor público apareceu, a relação foi de disputa. Isso reforça, portanto, o papel de defesa do poder econômico e da ordem vigente pelo JN.

Já no RB, podemos citar, além dos exemplos dados, outro caso significativo: a sanção de um projeto de lei, pela presidenta Dilma Rousseff, que facilitava o acesso de pesquisadores e empresas a conhecimentos de povos indígenas. Embora, anteriormente à aprovação, algumas matérias do RB tivessem abordado a posição contrária ao Projeto, encampada por lideranças indígenas – inclusive, a partir de uma entrevista no estúdio –, adotando uma narrativa positiva a essas reivindicações, quando o projeto foi sancionado pela presidenta, a narrativa se alterou. No VT que trata da sanção, apresentaram-se os benefícios da lei – inclusive, a partir de uma sonora da presidenta – e, embora também tenha se dado

espaço para o posicionamento das lideranças indígenas, ele foi contraposto pela fala da ministra do Meio Ambiente.

Assim, a postura do RB é mais dúbia, já que há em sua maioria uma construção positiva em relação aos movimentos sociais e sindicatos bem como uma defesa de suas reivindicações, embora em algumas situações pontuais, como nos exemplos dados acima, essa postura se inverta e em outras ela seja utilizada para legitimar uma política governamental. Assim, considerando que, em alguns casos, o posicionamento dos movimentos e das manifestações se alinha à política do Governo Federal ou a posições de parlamentares do PT (ressaltando, neste ponto, que essas nem sempre correspondem ao posicionamento do Governo), abre-se a possibilidade para o questionamento dos limites entre a linha editorial do veículo e a influência governamental. Ainda assim, cabe ressaltar que há, dentre as matérias analisadas, reivindicações e falas de oposição ao Governo – para além das manifestações mais à direita, como ocorre no JN. Das 23 matérias em que o Governo Federal foi citado, em 18, a relação era de disputa – ainda que se fizesse uma representação de abertura ao diálogo, na maior parte das vezes, e essa disputa fosse colocada em relação ao Governo de maneira geral e não diretamente à presidenta Dilma Rousseff. A relação de parceria esteve presente em apenas cinco matérias – as duas sobre a medida que permitia a redução da jornada de trabalho e do salário, a reportagem sobre inauguração da Casa da Mulher Brasileira, outra sobre violência sexual e uma sobre reforma política. Da mesma forma, em todas as situações em que o poder público, de forma geral, foi citado (oito vezes), a relação era de disputa; assim como o poder privado (citado 12 vezes), sendo que em apenas uma – no exemplo tratado acima, da medida sobre redução da jornada de trabalho e salário – a relação foi de parceria.

5.3.3 Os enquadramentos privilegiados e as disputas por hegemonia

Como abordado por diferentes enfoques, neste capítulo e ao longo deste trabalho, o campo jornalístico é perpassado por determinações e constrangimentos, que limitam sua autonomia relativa, seja em uma empresa pública ou privada. A composição do campo, a linha editorial do veículo, as normas profissionais, os mitos da profissão, as limitações práticas do cotidiano bem como as imposições do formato telejornalístico são fatores que influenciam diretamente no conteúdo que vai ao ar.

A fim de pensar relativamente, incluiu-se a comparação entre o telejornal produzido pela TV Brasil e o principal noticiário da emissora brasileira que, por anos, é detentora da hegemonia no campo, a TV Globo. Nesse sentido, a intenção era pensar se,

mesmo com todos os determinantes estruturais e conjunturais estudados aqui, o Repórter Brasil conseguiria apresentar algum conteúdo diferenciado.

A partir das análises, é possível dizer que há diferenças substanciais entre os dois telejornais, no que diz respeito ao espaço dado aos movimentos sociais, aos sindicatos, às manifestações e às greves. Não apenas pelo número de matérias exibidas, mas também pelos enquadramentos e destaques oferecidos. Durante as semanas analisadas, não houve nenhum representante de movimento social entrevistado no JN, entre tantos outros pontos evidenciados no item anterior. Assim, percebe-se, de fato, uma preocupação maior do RB, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, em tratar desses assuntos.

Ainda assim, a representação elaborada pelo RB apresenta algumas reproduções da cobertura hegemônica, como, por exemplo, o fato de ser pautada, em sua maioria, por questões factuais – como pela ocorrência de protestos, greves e ocupações. Além disso, das 93 matérias, em apenas 16, representantes dos movimentos sociais foram entrevistados e, em 15, ouviu-se os sindicatos (números que correspondem a aproximadamente 15%). Considerando tanto a presença por meio de entrevistas como por citação, dos 93 vídeos, 68 tiveram a presença de movimentos sociais e/ou dos sindicatos.

Dentre os grupos e reivindicações citadas, a categoria “grandes desigualdades” nos apresenta possibilidades maiores de pautas de contestação do sistema econômico (embora nas outras também se possa encontrá-las). Sendo que essas reivindicações estão presentes em 38 matérias, ou seja, 40% do conteúdo do RB analisado, verifica-se em termos relativos uma preocupação do telejornal com essas questões. Embora algumas das matérias do RB analisadas apresentem posicionamentos combativos em relação ao grande capital – como, por exemplo, no caso das manifestações contra a terceirização, com menções críticas à FIESP –, não se pode afirmar que elas se configuram como conteúdos de oposição à ordem econômica, já que em casos como o da medida de redução da jornada de trabalho, tem-se uma defesa dos interesses desse capital.

Relacionando esses dados com as avaliações e sugestões em relação ao jornalismo feitas pelo Conselho Curador da EBC, é também possível fazer algumas observações. Nas reuniões do Conselho aqui analisadas, foi possível identificar alguns discursos em favor da cobertura de temas como a “democratização da mídia”. Nas semanas de análise do Repórter Brasil, porém, não se verificou nenhuma matéria com esse enfoque e nenhuma menção aos movimentos sociais dedicados a esse tema. Além disso, embora as principais reivindicações do Conselho Curador estejam ligadas aos direitos de segmentos sociais, esses não foram os movimentos ou as reivindicações mais citadas na semana analisada. Ainda assim, as

recomendações do Conselho no que se refere ao espaço dado aos movimentos e às manifestações bem como ao enfoque concedido a esses grupos foram relativamente cumpridas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A nossa participação nas coisas públicas geralmente não é mais do que filisteia”. A sentença de Goethe – citada por Adorno, ao final do texto “Televisão, consciência e indústria cultural”, e relacionada aos “serviços públicos que as instituições da indústria cultural alegam desempenhar” (ADORNO, 1963, p.354) – revela bem a perspectiva pessimista do sociólogo alemão em relação à Indústria Cultural bem como em relação à possibilidade de participação na esfera pública.

Embora não se exclua a possibilidade de que essa sentença se verifique na prática e, mais do que isso, entenda-se que, de fato, a promoção da participação é tornada um recurso retórico na defesa de interesses comerciais da Indústria Cultural, opta-se, neste trabalho, por uma perspectiva menos determinista. Nesse sentido, assume-se as ideias de Gramsci sobre hegemonia e sociedade civil, entendendo que, embora haja predominância da dominação e reprodução capitalistas, as contradições do sistema abrem brechas para disputas e contestações da ordem vigente. Além disso, compreende-se a hegemonia, tal qual analisada por Williams, como sendo constantemente transformada, abrindo-se, assim, a possibilidade de influência de forças alternativas. A partir dessa concepção, esta pesquisa se desenvolveu na busca por analisar e refletir sobre as possibilidades de um modelo de televisão com autonomia relativa e espaço para participação, abrindo-se, conseqüentemente, para a disputa por hegemonia.

Em contraposição aos determinismos de base econômica ou tecnológica, como Williams defendeu, adotou-se aqui a relevância da disputa de sentidos e a possibilidade de usos alternativos dos meios de comunicação. A partir desses pressupostos, buscou-se analisar em que medida o modelo público de radiodifusão e, mais especificamente a forma como ele se constitui no Brasil, abre possibilidades para essas disputas e de que maneira elas se concretizam.

Para além das determinações históricas da televisão na estrutura capitalista democrática, no Brasil, esse meio de comunicação se configurou como um forte instrumento de poder, influenciando direta ou indiretamente decisões políticas e a formação cultural do país. Com um histórico de políticas públicas baseado em práticas coronelistas e patriarcais, em benefício dos poderes políticos e econômicos, o sistema de comunicação no Brasil é marcado pela concentração dos meios em oligopólio, pela utilização de canais educativos como moedas de troca no Congresso Brasileiro, pela hegemonia dos canais comerciais, pela

apropriação de veículos de comunicação por políticos e igrejas, e pela desvalorização do modelo público de comunicação.

Nesse cenário, insere-se a Empresa Brasil de Comunicação, criada com a finalidade de complementar o sistema de comunicação brasileiro, o qual deveria se constituir pela existência de canais privados, públicos e estatais – segundo a Constituição Brasileira de 1988 –, sem, porém, uma definição clara desses termos. Diante do contexto internacional, o Brasil se coloca em atraso no que diz respeito à regulação midiática, em comparação, por exemplo, com Argentina e Uruguai, que aprovaram as leis de meios. Por outro lado, em relação à Europa, esses países se posicionam na contramão, já que no continente europeu a tendência é de desregulamentação.

Dada a hegemonia da mídia privada, o histórico da comunicação no Brasil e esse cenário internacional, a consolidação do sistema público de comunicação no país se configura como um desafio. A herança institucional, nesse sentido, afeta, em grande medida, a própria constituição da empresa pública. A partir da análise de suas formas de financiamento, gerência, vinculação e fiscalização, é possível observar as influências, não apenas governamental, como também comercial, no desenho institucional da EBC. Nesse caso, entende-se o conceito de Estado ampliado e, portanto, como algo além do governo. Ainda assim, a vinculação da EBC à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a indicação dos principais cargos por este órgão e a prestação de serviços da EBC ao poder Executivo prejudicam a autonomia relativa da empresa e, como foi demonstrado nas análises aqui empreendidas, refletem nas práticas jornalísticas cotidianas e nos conteúdos produzidos. O que se percebe, porém, a partir das observações empíricas e reflexões teóricas, é uma influência indireta do Governo Federal, exercida nas práticas cotidianas, muito mais por meio dos valores e regras introjetados e pela autocensura do que pela instrumentalização a partir de uma vontade do poder Executivo. Exemplo disso é o fato de que – como afirmado por uma funcionária da EBC – o convite para uma entrevista com a presidenta da República, Dilma Rousseff, após a vitória nas eleições de 2014, não foi atendido, enquanto ela concedera esse espaço a emissoras de televisão comerciais. Percebe-se, assim, até mesmo um descaso do poder Executivo em relação ao canal público.

Se a influência governamental se estabelece por meio da configuração institucional – resultando em uma cobertura, em geral, acrítica do Governo –, a dominação do mercado é ainda mais indireta, mas, talvez, também mais poderosa. Os valores da burguesia perpassam os princípios do jornalismo e são reproduzidos nas visões sobre a prática, já que o próprio projeto de jornalismo que se tem está vinculado, em certa medida, a essa classe; o

modo de produção televisiva, ainda que em uma empresa pública, é baseado em uma estrutura técnica e administrativa racionalizada, próprias do mercado – com hierarquias, metas a serem cumpridas, planos de trabalho, pressões orçamentárias etc.; a formação dos profissionais, inevitavelmente, se baseia no modelo comercial de televisão e jornalismo, seja pelos cursos superiores ou pelas experiências profissionais; o imaginário popular e o hábito de ver televisão, no Brasil, estão influenciados pelo “padrão Globo de qualidade”, embora com algumas aparentes contestações que se tornaram comuns na Internet; também os formatos, a linguagem, a construção da narrativa se baseiam no modelo estabelecido.

Dentre todas essas determinações, na estrutura da empresa, o Conselho Curador emerge como um espaço de possível disputa por novos sentidos e novas formas de construí-los. Relativamente autônomo, o Conselho se configura como uma força interna que busca transformar o campo, mais do que conservá-lo. Sua composição reflete uma crescente autonomia e efetividade de participação. A partir dos processos de consulta pública para indicação dos representantes da sociedade civil, o Conselho tem ampliado a presença de integrantes de movimentos sociais, reduzido a inserção de atores que já ocuparam cargos políticos, e tem se tornado, conseqüentemente, mais ativo e mais efetivo nas discussões consideradas decisivas para esta dissertação – àquelas relacionadas ao jornalismo e aos planos de trabalho. Para além da discussão sobre o conteúdo estritamente, há uma preocupação em relacioná-los com questões de ordem institucional – como orçamento, modelo institucional, condições de trabalho dos funcionários etc.

Embora permeado de dificuldades – como a relação com a Diretoria da empresa e a aceitação da participação, as limitações do processo de discussão e deliberação, as pressões financeiras e até mesmo a curta experiência –, o Conselho consegue afetar em alguma medida a prática jornalística, seja definindo as diretrizes editoriais, cobrando a pluralidade de atores, avaliando conteúdos, sugerindo pautas e promovendo a interlocução, ainda que mínima, com os movimentos sociais. Ainda assim, não se percebe uma inserção na produção cotidiana, dificultada pelos fatores logísticos, bem como devido ao volume de temas a ser debatido, o jornalismo não entra em discussão periodicamente nas reuniões do pleno do Conselho. Portanto, os debates sobre o jornalismo não são constantes e detalhados. A participação se exerce em maior medida no sentido prescritivo e a maior parte dos posicionamentos – embora possam ser resultados de discussões coletivas – é expressa individualmente. Além disso, dentre as poucas reuniões sobre o jornalismo, um número reduzido de intervenções é feito em relação ao telejornal Repórter Brasil, especificamente.

A participação dos movimentos sociais, no âmbito do Conselho Curador, embora seja crescente – com as indicações por consulta pública e, portanto, com a ampliação dos integrantes de organizações da sociedade civil –, não é direta. Nas reuniões analisadas, houve poucas falas em nome de movimentos. Certamente, muitas posições foram construídas a partir da inserção dessas pessoas nas organizações, ainda assim, isso não fica claro na maior parte das declarações dos conselheiros. Além disso, essa relação ainda seria de representação e não de participação direta. Cabe ressaltar, porém, que o Conselho promove periodicamente outras formas de interlocução com os movimentos sociais, seja via audiências públicas ou eventos, como o “Seminário Modelo Institucional da EBC”, do qual a autora participou em agosto de 2015. Quanto às menções aos movimentos sociais, embora não haja um número elevado nas reuniões analisadas, a abordagem de reivindicações e assuntos relacionados a eles é frequente.

Por outro lado, a esfera jornalística da emissora possui uma autonomia relativamente menor, no sentido de ser mais hierarquizado, permeado de constrangimentos – sejam eles operacionais, organizacionais, valorativos ou culturais – e relações de poder. Se, por um lado, os profissionais concursados, devido à segurança do emprego, possuem uma autonomia relativamente maior – ainda que também se exerçam, sobre eles, pressões, como os baixos salários, os desvios de função, as repreensões etc. –, por outro, todos os cargos de chefia da produção do Repórter Brasil são ocupados por funcionários de cargo comissionado, os quais têm os mais altos salários, porém menor autonomia. Além disso, percebe-se, a partir dos questionários aplicados, um engajamento e uma preocupação maior em construir um novo jornalismo entre os profissionais concursados. Ainda assim, em ambos os grupos – porém, em maior grau, entre as chefias –, valores jornalísticos tradicionais e posicionamentos típicos das empresas comerciais puderam ser observados. Dentre os questionários, destacou-se a postura crítica e até mesmo contrária aos movimentos sociais e à participação do Conselho Curador, por uma das entrevistadas, sendo ela ocupante de cargo de confiança e, mais do que isso, de um espaço decisivo para o conteúdo. Embora se perceba uma abertura à participação, no geral, essa participação é considerada de forma minimalista, instrumentalizada, controlada e utilitária. Ou seja, ao ser questionada sobre as formas de participação recomendáveis aos movimentos sociais no telejornal, a maior parte dos entrevistados mencionou a sugestão de pauta e a atuação enquanto fonte. Poucos profissionais abordaram a participação nas decisões e na produção do conteúdo. Da mesma forma, a intervenção do Conselho Curador é vista, por alguns, com estranhamento. Nesse ponto, cabe enfatizar a reduzida atenção dada ao quadro “Outro Olhar”, evidenciada pela presença de apenas três vídeos nas semanas analisadas.

A profissionalização do jornalismo e a valorização técnica, nesses casos, podem ser vistas como limitadoras da participação. Nesse sentido, a atuação de outros atores nos momentos de decisão e produção é considerada como um prejuízo à atividade, no sentido de que esses atores não seriam devidamente qualificados e não conseguiriam se afastar, como idealmente os jornalistas se afastariam, de suas posições políticas. Desse modo, a profissão, mesmo no campo público, é permeada de mitos. O ideal de “objetividade”, mesmo que expresso em outros termos, ainda é buscado pelos profissionais. Da mesma maneira, é possível observar, nas reuniões do Conselho Curador, posicionamentos tradicionais e defesas conservadoras.

Por outro lado, tanto na esfera de produção jornalística quanto no Conselho, há disputas e não um aparente consenso estabelecido. Assim, emergem, em diversos momentos, perspectivas progressistas, no sentido de defesa da ampliação e aprofundamento da participação. Em geral, esses posicionamentos se relacionam com a defesa da ampliação da democracia, sem, necessariamente, serem acompanhados de um questionamento da ordem econômica e política vigente. Da mesma forma, os movimentos sociais, na contemporaneidade, relacionam-se mais com questões individuais e de grupos, do que com projetos – ainda que pretensamente – universais. Cabe ressaltar que, com isso, não se estabelece, neste trabalho, necessariamente uma crítica, mas sim uma reflexão sobre a possibilidade efetiva de uma contra-hegemonia em relação ao sistema como um todo. Além disso, observa-se o processo de participação como um aprendizado, já que com a experiência, ela se amplia e se efetiva. Esse fenômeno foi verificado tanto no interior do Conselho quanto no crescente envolvimento dos funcionários da EBC, constatado pelas entrevistas e observações empíricas.

Soma-se às limitações apontadas, a influência da reduzida “cultura da participação”. Dado o recente período histórico ditatorial e as formas como se estabeleceu a redemocratização do país – assunto que não cabe aprofundar neste trabalho –, bem como a outros aspectos sociais, tem-se um afastamento das pessoas em relação àquilo que é “público”, associado em geral ao que é governamental e à ineficiência. O desenho do sistema midiático brasileiro – concentrado, hierarquizado, com uma valorização do aspecto técnico em detrimento do político (ainda que isso sirva para ocultar interesses estabelecidos), comercial – e o próprio desconhecimento da população sobre o que é uma emissora pública de televisão e sobre a existência da TV Brasil também limitam o interesse em relação à emissora. Além disso, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o sistema capitalista afasta,

em grande medida, a classe trabalhadora da participação, já que a exploração de sua força de trabalho limita a sua disponibilidade e seu envolvimento com a política.

Empiricamente, é possível observar essa baixa “cultura da participação”, entendida aqui da forma maximalista, pelas entrevistas realizadas, nas quais, as pessoas entrevistadas afirmaram a existência de espaços para a participação no interior da EBC, porém, de espaços com pouca adesão, mesmo dos movimentos sociais. Nesse sentido, tanto a então Diretora de Jornalismo, Nereide Beirão, quanto a então presidenta do Conselho Curador, Ana Luiza Fleck, apontaram para as tentativas de se estabelecer parcerias e diálogos com a sociedade civil organizada, obtendo, porém, pouco engajamento por parte do público-alvo. Assim, mesmo os movimentos sociais, que seriam, em tese, os organismos mais participativos, por já terem uma experiência e um conhecimento desses processos, não se apropriam efetivamente desse espaço – embora estejam presentes na indicação de membros para o Conselho, por exemplo –, que acaba ficando limitado, em geral, às organizações ligadas à comunicação social. Com o intuito de fomentar esse engajamento foi, inclusive, lançada uma Cartilha de Participação da Sociedade na EBC⁵⁴, em 2015, a partir de uma proposta do Conselho. Portanto, os fatores que influenciam no nível de participação vão além do desenho institucional e da configuração do campo interno, abrangendo o contexto histórico e político do Brasil, a estrutura socioeconômica e as características do sistema midiático no país.

Todas essas questões estruturais, tanto no Conselho quanto no campo jornalístico, refletem-se de alguma maneira no conteúdo produzido. A partir das análises do material audiovisual, foi possível observar uma relação entre estrutura institucional, dinâmicas de decisão e produção e conteúdo produzido. O telejornal da emissora pública de fato se diferencia do comercial, ao abordar com mais frequência e ênfase os movimentos sociais e as manifestações. Os enquadramentos do Repórter Brasil são mais ligados aos direitos e às reivindicações dos movimentos do que ao transtorno, por exemplo. Relativamente, o RB também dá mais voz a esses grupos e suas reivindicações, apresentando uma maior diversidade. Enquanto no JN, o tema é pouco abordado, os representantes dos movimentos não são entrevistados em nenhuma matéria e os trabalhadores aparecem apenas como prejudicados pelos atos de sindicatos e não como atores reivindicantes.

Seguindo essa mesma linha, percebe-se uma defesa clara, por parte do JN, tanto pelas diretrizes editoriais quanto pelas análises das matérias, dos valores burgueses e da

⁵⁴A Cartilha de Participação da Sociedade na EBC está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ebc.com.br/participacao>.

ordem econômica estabelecida. Já no RB, valores progressistas convivem com princípios conservadores, tanto no Manual de Jornalismo quanto nos conteúdos produzidos. Ainda assim, mesmo no RB, os movimentos sociais são, em maior medida, pautados por questões factuais, como nas emissoras comerciais. Além disso, a relação entre o modo como os movimentos sociais são ouvidos e a representação do Governo também revela uma atitude ambígua do RB. Embora haja críticas vindas dos movimentos ao Governo, em geral, elas não são diretamente relacionadas a ele. Mais do que isso, em alguns casos, assume-se o ponto de vista positivo em relação ao Governo, indo contra o movimento ou colocando-o como uma forma de legitimar uma política pública. Assim, é possível perceber uma relação entre as ambiguidades do desenho institucional da EBC, as forças que conformam e transformam o campo e as contradições na cobertura telejornalística dos movimentos sociais.

Embora não se tenha realizado uma análise completa da Rede Globo, assim como empreendeu-se no âmbito da TV Brasil, a partir de percepções históricas e das pontuações feitas, é possível observar a correlação entre autonomia relativa, participação e possibilidades de disputa por hegemonia nas duas emissoras. Da perspectiva institucional, ambas as empresas sofrem com as pressões governamentais e mercadológicas, embora em graus diferentes, mas apenas a TV Brasil possui um organismo interno, relativamente autônomo, de representação e participação da sociedade civil organizada. No campo jornalístico, as estruturas hierárquicas, as limitações práticas e os valores da profissão influenciam ambas as emissoras. Entretanto, por um lado, com o corpo profissional concursado, a baixa dependência da audiência e das pressões do mercado, é possível supor que há uma maior autonomia desse campo na TV Brasil; por outro, os cargos de chefia com relativa dependência na emissora pública, as dificuldades orçamentárias e burocráticas e a aproximação com a comunicação governamental limitam essa mesma autonomia. Não se pode, portanto, sem um estudo empírico na redação da Rede Globo, tal como foi empreendido nesta pesquisa sobre a TV Brasil, afirmar concretamente o grau relativo de autonomia do campo jornalístico. Ainda assim, é possível perceber como a existência do Conselho Curador e, portanto, a participação da sociedade civil organizada aumenta o grau de autonomia da TV Brasil e reflete em uma cobertura mais alternativa dos movimentos sociais.

Certamente, considerando a extensão deste trabalho e as limitações de tempo, não é possível exaurir o tema e as discussões. Aliás, a pretensão é justamente ampliá-los. Desse modo, reflete-se sobre a tênue linha entre as diretrizes editoriais favoráveis aos movimentos e uma possível postura governista do Repórter Brasil, questionando-se, conseqüentemente, se esse espaço relativamente aberto aos movimentos permanecerá com possíveis mudanças no

Executivo Federal. Em relação a isso, entende-se que, desde sua origem, a TV Brasil sofre uma influência direta do governo bem como um domínio do mercado. Nesse sentido, a criação de espaços de participação, como o Conselho, poderia ser interpretada apenas como instrumento de legitimação do projeto de televisão pública, cujos interesses seriam outros. Ainda assim, no momento em que se abre essa possibilidade, a disputa por hegemonia pode projetar mudanças efetivas e sentidos contestadores. Portanto, ainda que se tenha interesses privados e políticos, ao complexificar a estrutura, abre-se espaço para a exposição das contradições desses interesses e, conseqüentemente, para a disputa. Seguindo a mesma lógica, ao complexificar o sistema de comunicação, oferecendo conteúdos que, em alguma medida, abrem espaço para reivindicações sociais – ainda que, em sua maioria, ligadas à ampliação da democracia e não à contestação do sistema econômico –, novos sentidos podem emergir, em uma “guerra de posições”. Porém, se isso reforçará ainda mais a estrutura capitalista – tal como Adorno acreditava, no sentido de que a contestação dessa estrutura não elimina seu modo de dominação e, mais do que isso, legitima essa estrutura – ou se contribuirá para a sua transformação – a partir da “guerra de posições”, da disputa de ideias e de sentidos contra-hegemônicos – não se pode afirmar. Além disso, os processos de neutralização e incorporação das vozes alternativas, como Williams observou, também podem prejudicar a configuração de uma nova hegemonia.

Por fim, dada a pequena inserção da televisão pública no contexto brasileiro em relação ao alcance da audiência, a oferta de conteúdos alternativos, nesse espaço, pouco contribui para uma luta contra-hegemônica na sociedade brasileira. Mais do que isso, é possível pensar que, caso ganhe destaque enquanto veículo de informação e formação no país, tem-se como possibilidade uma autonomia reduzida – tal como Habermas observou sobre a ampliação da esfera pública, na qual, ao aprofundar sua capacidade de influência política e econômica, esta teria se tornado mais privatizada e mais apolítica.

No mesmo sentido, faz-se o questionamento sobre as conseqüências de um possível crescimento em alcance e relevância da TV Brasil, no país. Esse processo levaria a uma maior instrumentalização da emissora pelo Governo e a uma maior determinação mercadológica? Ou, dessa forma, seria possível a apropriação do espaço pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada, de modo a transformá-lo em uma esfera pública de debate e iluminação (HABERMAS, 2003), em um instrumento de democracia direta (BOURDIEU, 1997) ou em um meio de comunicação de democracia educada e participativa (WILLIAMS, 2011)?

REFERÊNCIAS

A conta dos passaralhos. Desenvolvido por Volt Data Lab, em 2012. Disponível em: <<http://passaralhos.voltdata.info/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ADGHIRNI, Zelia. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Fabio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

ADORNO, Theodor W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

_____ e HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. Tradução de Guido Antonio de Almeida. In: _____. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGUIAR, Itamar. **TV Brasil: algo novo no ar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEIRÃO, Nereide. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles e Tarcísio Oliveira.

BERTOTTI, Rosane. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

_____. **Mercado Brasileiro de Televisão**. 2ª ed. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira e BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007a.

_____. Políticas de Comunicação, governo Lula e TV Digital. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento, v.3, n.2, p.90-100, setembro de 2007b. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/228>>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília, 1988. 136 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 5.371**, de 17 de fevereiro de 2005. Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Brasília, 2005. 11 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5371.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 2.593**, de 15 de maio de 1998. Aprova o Regulamento dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Brasília, 1998. 6 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2593.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 1.720**, de 28 de novembro de 1995a. Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Brasília, 1995. 7 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1720.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 96.291**, de 11 de julho de 1988. Altera o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 81.600, de 25 de abril de 1978, modificado pelos Decretos nº 84.064, de 8 de outubro de 1979, e nº 87.074, de 31 de março de 1982. Brasília, 1988. 2 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96291impressao.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 236**, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Brasília, 1967. 8 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 21.111**, de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Rio de Janeiro, 1932. 29 p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19301939/decreto211111marco1932498282publicacaooriginal81840pe.html>>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 20.047**, de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Rio de Janeiro, 1931. 7 p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19301939/decreto2004727maio1931519074publicacaooriginal1pe.html>>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei nº 12.485**, de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.2281, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nos 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Brasília, 2011. 17 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12485.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.652**, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília, 2008. 14 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei nº 10.610**, de 20 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4o do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei no 4.117, de 27 de agosto de

1962, o § 3o do art. 12 do DecretoLei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2002. 3 p. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10610.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.472**, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília, 1997. 36 p. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19472.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei nº 8.977**, de 6 de janeiro de 1995a. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Brasília, 1995. 9 p. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8977.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei 6.650**, de 23 de maio de 1979. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 1979. 4 p. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/L6650.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei 6.301**, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão RADIOBRÁS, e dá outras providências. Brasília, 1975. 3 p. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/L6301.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Lei 4.117**, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Brasília, 1962. 37 p. Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4117.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Portaria Interministerial nº 236**, de 29 de outubro de 1991. Brasília, 1991. 2 p. Disponível em: <
http://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito_Telecomunicacoes/TextoIntegral/NOR/prt/conjunta_19911029_236.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa: Edições Vega, 1993, p.152-166.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução por Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalist Field. In: BENSON, Rodney e NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARPENTIER, Nico. **Media and Participation: A site of ideological-democratic struggle**. Bristol/Chicago: intellect, 2011.

_____. **How to research participatory processes?** Aula ministrada na Segunda Edição do Curso de Verão da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). Brasília, 2015.

CARRATO, Angela. Uma história da TV Pública Brasileira. 2013. Tese [Doutorado em Comunicação]. Faculdade de Comunicação, UnB, Brasília, 2013.

CONSAD. **Direcionamento estratégico da EBC 2015-2022**, 26 de agosto de 2015. Deliberação do Consad. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Direcionamento-Estrat%C3%A9gico-EBC-2012-2022-atualiza%C3%A7%C3%A3o-estrat%C3%A9gica-2014-CONSAD.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CONSELHO CURADOR. Apresenta informações e documentos do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <<http://www.conselhocurador.ebc.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CONSELHO CURADOR. **Edital de Consulta Pública 01/2014**, 14 de janeiro de 2014. Convoca a consulta pública para obter a indicação de candidatos a membros do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/edital_consulta_publica-2014.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

CONSELHO CURADOR. **Resolução 02/2015**, 6 de fevereiro de 2015a. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho 2015 da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/resolucao_02_2015_-_aprovacao_do_plano_de_trabalho_2015_com_o_plano.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CONSELHO CURADOR. **Resolução 04/2015**, 29 de abril de 2015b. Dispõe sobre alterações no Regimento Interno do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/resolucao_04_2015_com_regimento_interno_do_cc_-_final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha de ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Iluska (Org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final**. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

_____. **Dramaturgia do telejornalismo:** a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 247 p.

CRISPI, Priscila. Conselho Curador define listas tríplices para escolha de novos integrantes. **Conselho Curador**, Brasília, 17 de abril de 2014. Disponível em:

<<http://www.conselhocurador.etc.com.br/noticia/17-04-2014-conselho-curador-define-listas-triplices-para-escolha-de-novos-integrantes>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n°4, p.51-58, 1993. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x/abstract>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FALERO, Alfredo. Movimientos sociales, construcción de subjetividades colectivas y nuevos procesos sociopolíticos: um análisis sociológico a partir de los casos de Brasil y del cono sur. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.43, n°2, p.127-135, maio a agosto de 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5658>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Transformaciones globales, dinámicas de construcción de consenso social y desafíos de formación para lãs luchas sociales en América Latina. **Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.8, n°2, p.59-81, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/10653>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FIDALGO, Joaquim. De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão? In: PINTO, Manuel (Org.). **Televisão e cidadania:** contributos para o debate sobre o serviço público. Porto: Campo das Letras, 2005.

FLECK, Ana Luiza. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles e Tarcísio Oliveira.

FONSECA, Bruno et. al. A revoada dos passaralhos. **Agência Pública**, 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/revoada-dos-passaralhos/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão Educativa:** a responsabilidade pública e as preferências do espectador. São Paulo: Annablume, 2005.

FREIRE, Rita. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles.

GONÇALVES, Eliane. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles.

GÖRGEN, James. Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. 2009. 143 f. Dissertação [Mestrado em Comunicação]. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. Sindicatos e Conselhos. (1919). In: Carlos Nelson Coutinho (org.). **Escritos políticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Sindicatos e Conselhos. (1920) In: Carlos Nelson Coutinho (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. 2.ed.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX.** Salvador: EDUFBA, 2001.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo.** São Paulo: Summus, 1997.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. As condições econômicas do definhamento do Estado. In: _____. **O Estado e a revolução.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011, p.130-154.

LIMA, Venício A. de. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista Adusp**, São Paulo, Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, n.42, p.26-33, janeiro 2008. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/42/r42a02.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MANUAL DE JORNALISMO. **Somente a Verdade.** Brasília: EBC, 2013. Disponível em:<http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**, Livro Primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996, Coleção: Os Economistas.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo.** Tradução de Manoel Innocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados:** A criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa. 2012. 294 f. Tese [Doutorado em Comunicação]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

MOREIRA, Sonia Virgínia e COUTO, Marlen Barbosa. Os novos donos da mídia no Brasil: convergência de mídia e de telecomunicações. In: ALAIC, 2014, Lima, Peru. **Anais...** Lima: PUCP, 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/11/vGT18-Moreira-Couto.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo.** LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs.), 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NORMA DE JORNALISMO. **Diretoria Executiva**, 11 de junho de 2012. Implementa o Manual de Jornalismo. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2012/04/Norma-de-Jornalismo.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Conselho Curador**, 27 de junho de 2012. Transcrição da 37ª reunião do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/nt_37a_reuniao_cc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Conselho Curador**, 21 de agosto de 2013. Transcrição da 46ª reunião do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/degravacao_46a_reuniao_cc_ebc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Conselho Curador**, 14 de maio de 2014. Transcrição da 3ª reunião extraordinária do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/audiodescricao_da_reuniao_de_14_de_maio.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Conselho Curador**, 9 de dezembro de 2014. Transcrição da 53ª reunião do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/ata_da_53a_reuniao_do_cc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Conselho Curador**, 4 de fevereiro de 2015. Transcrição da 54ª reunião do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/ata_54a_reuniao_cc_abril_15.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. Princípios editoriais das Organizações Globo, 2011. Disponível em: <<http://estatico.redeglobo.globo.com/2014/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

OTONDO, Tereza Montero. Experiência: TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar. **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002, p.267-301.

_____. **Televisão Pública: para quem e para quê?** São Paulo: Annablume, 2012.

PAULINO, Fernando Oliveira e SILVA, Luiz Martins. **Comunicação pública em debate: Ouvidoria e Rádio**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação e movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 342p.

_____. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Revista Contemporânea**, v.11, n.01, p.161-181, janeiro a abril 2013. Disponível em: <

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

PINTO, Manuel. Pensar e projectar o serviço público com a participação do público. In: _____ (Org.). **Televisão e cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público**. Porto: Campo das Letras, 2005.

_____. Serviço Público – uma perspectiva. In: _____ (Org.). **Televisão e cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público**. Porto: Campo das Letras, 2005.

RAMOS, Murilo. **Feitiço do tempo: o tímido legado de Lula e Dilma na comunicação**. Brasília: Laboratório de Políticas de Comunicação, 2015.

_____. Crítica do ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica brasileira: fragmentação política e dispersão regulamentar. In: CHAGAS, Claudia; ROMÃO, José; LEAL, Sayonara. **Classificação Indicativa no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006, p.49-64.

_____. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): uma análise do seu modelo institucional. In: Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva, 2015, Brasília.

Documentos... Brasília: EBC, 2015. Disponível em:

<http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/ebc_-_analse_modelo.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. Tradução de Dolores Montero e Maria Carbajal. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

RODRÍGUEZ, Fidela Navarro e VILLANUEVA, Ernesto. Justificación y características de los medios de servicio público. In: _____. **Medios de servicio público y transparência: análisis y medición de su desempeño**. Quito: CIESPAL, 2010.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

SANTOS, Suzy dos. **Uma convergência divergente: a centralidade da TV aberta no setor audiovisual brasileiro**. 2004. 270 f. Tese [Doutorado em Comunicação]. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2004.

SEMINÁRIO MODELO INSTITUCIONAL DA EBC: BALANÇOS E PERSPECTIVAS, 2015, Brasília. **Caderno de debates...** Brasília: EBC, 2015.

SODRÉ, Bruno. **PBS – Um modelo de TV Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa: Edições Vega, 1993, p.91-100.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais. **Revista Síntese Nova Fase**, v.17, nº48, p.73-84, 1990. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/1752/2079>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SPAGNUOLO, Sérgio. A conta dos passaralhos: um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros de 2012. **Volt Data Lab**, 2012. Disponível em: <<https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a#.b91191kgt>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **Uma política do ver: negociações de sentido e práticas em torno do público nas políticas brasileiras de televisão**. 2011. 168 f. Dissertação [Mestrado em Comunicação]. Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis. Introdução do Livro I. In: _____. **A democracia na América**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.11-21.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa: Edições Vega, 1993, p.74-89.

TV BRASIL. TV Brasil promove mudanças na grade. **TV Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/noticia/2015-09-30-tv-brasil-promove-mudancas-na-grade>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil: A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. 2009. 208 f. Dissertação [Mestrado em Comunicação]. Faculdade de Comunicação, UnB, Brasília, 2009.

VELOSO, Ana Maria. Brasília: EBC, 2015. Entrevista concedida a Allana Meirelles.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa: Edições Vega, 1993, p.142-151.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. La hegemonia. In: _____. **Marxismo y Literatura**. Tradução de Pablo di Masso. Barcelona: Ediciones Península, 2000, p.129-136.

_____. **Television: technology and cultural form**. 2.ed.. London: Routledge, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e emancipação humana. In: _____. **Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Ed., 2003, p.227-242.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA DE JORNALISMO DA EBC, NEREIDE BEIRÃO.

Entrevista concedida a Allana Meirelles e Tarcísio Oliveira, no dia 18 de março de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Nereide Beirão

Profissão: Jornalista

Colocação na EBC: Diretora de Jornalismo da EBC, de 2010 a 2015.

1) Como você avalia as instâncias de participação, tanto do público como dos jornalistas, dentro da EBC?

Sobre o público, considerando os problemas que a gente tem de sinal, de alcance, de desconhecimento geral, eu acho até que é bom. Eu estava vendo, na Ouvidoria, um e-mail assim: “Como eu posso participar, ao vivo, dando opinião?”. A gente tem problemas de Internet também. A gente, algumas vezes, cai. Não é uma coisa fácil, a pessoa participar. Então, eu acho que, relativamente, é até bom. Eu me surpreendo – no Repórter Brasil, naquela “Pergunta do Dia” –, com os lugares de onde, muitas vezes, as pessoas mandam a resposta, pelo Facebook. Cidades de que você nunca ouviu falar – do interior do Norte, Nordeste – e que você tem certeza que a pessoa está vendo pela parabólica e manda o e-mail. Então, eu acho que, relativamente... evidente que não é o ideal, deveria ser muito maior, mas, dentro das condições que a gente tem, eu até acho que é relativamente boa. Já a participação dos funcionários, eu acho que a gente vive um momento, na EBC, em que a participação dos funcionários está muito voltada para os interesses próprios. É reivindicação trabalhista, salarial e de condições de trabalho próprio. Eu não vejo um sentimento de: “Olha, é TV pública”. O discurso público é muito interesse próprio, não tem nada de público. A situação que estavam me relatando hoje, por exemplo: lá no Rio, estava tendo problema de ar condicionado. Resolvemos o problema do ar condicionado. A gente mudou a ilha para um lugar onde tem ar condicionado. Os editores de imagem, hoje, simplesmente se recusaram a trabalhar e disseram: “Ah, tem um fio aqui”. Igual fio de computador, sabe?! “Não tem isso, não tem aquilo” – tudo para justificar um não trabalho. Eu não vejo um amor, um entendimento de que a empresa é deles – são pessoas concursadas –, de que o projeto é muito bacana e de que eles não deveriam fazer boicote para o jornal não ir ao ar ou dificultar a ida do jornal ao ar. Eles têm que fazer o contrário. Ter o espírito de que é um espaço sensacional

para fazer jornalismo de verdade. É um privilégio que eu acho que as pessoas têm de ter um espaço pra trabalhar aqui, nas condições em que eles trabalham. Eu acho que a participação poderia ter outro tipo de enfoque. Não é justo generalizar, evidentemente. A gente nem deve falar: “Ah, todo mundo!”. Não, claro que tem muita gente que não tem esse espírito e que tem um espírito desses que eu acho que deveria ter. Mas, na maioria, a participação é mais “eu eu eu”. Uma coisa do individual. “Eu quero, eu quero”. Tem até uma coisa assustadora, de querer o lugar do outro, querer derrubar o outro – algo que eu acho lamentável.

2) Para você, quais são os compromissos de uma televisão pública?

A gente tem a obrigação... assim, é um dinheiro público que está investido aqui, que poderia estar sendo investido na saúde e na educação. Eu acho que é uma obrigação lutarmos para mostrar para a sociedade que estamos valendo cada centavo que está sendo investido. Temos que lutar para as pessoas assistirem, gostarem, lerem, ouvirem e temos que ter a consciência de que estamos fazendo o melhor que podemos, de que estamos procurando efetivamente cumprir a nossa missão, que é: informar, dar uma visão crítica, com a informação correta. Eu acho que a imprensa brasileira, hoje, está vivendo um momento muito complicado, porque se tem muita manipulação, muita distorção da informação, muita desinformação. A gente está criando uma sociedade muito sem respeito, sem valor. A empresa pública tem que batalhar exatamente para o contrário. Então, isso é possível como? No caso do jornalismo, fazendo um jornalismo muito... Muito se fala: “Ah, o jornalismo... é impossível ser totalmente imparcial”. É, mas acho que é possível buscar isso. Ser corretíssimo na informação, mostrar exatamente aquilo que está acontecendo, olhar como se a pessoa estivesse lá. “Aconteceu isso, Fulano disse isso, Ciclano disse aquilo...”, sem deturpar, sem manipular, sem distorcer, sem dar um viés. Sempre deseditorializar a notícia. Eu acho que a gente tem que informar também... tem vários assuntos que não são tratados em lugar nenhum, eles são ignorados. Muitas vezes, a realidade brasileira é mostrada de uma forma que não é real. As pessoas falam assim... uma pessoa que eu encontrei hoje, um superintendente da EBC, falou: “Nossa! O país está desmanchando”. Eu saí para almoçar e ainda comentei com a menina: “Nós estamos no Shopping, tudo funcionando, tudo andando...”. Essa mentalidade que você fica estimulando o caos... não sei... que o mundo vai acabar, sabe?! Você superdimensionando a própria notícia. Você tem que mostrar o que, na realidade, está acontecendo. Tem um problema, tem uma crise... tem, evidente que tem. Mas, você só vai fomentando a desinformação...

3) Você acha que a TV Brasil cumpre esse compromisso?

Cumpre, cumpre. Assim, é às duras penas, mas eu acho que nós tentamos. Evidentemente que, algumas vezes, não conseguimos cobrir. Por exemplo, se vai cobrir uma manifestação que teve na sexta, no sábado ou no domingo, não conseguimos estar em todo lugar, não temos helicóptero... É difícil para nós. Não temos como ficar ao vivo, tanto na sexta quanto no domingo, porque não temos o que mostrar ao vivo, como os outros mostram, naquelas condições. Mas, temos condição de mostrar e colocar uma entrevista de estúdio, por exemplo, uma pessoa falando, dando uma real dimensão daquilo que está acontecendo. Então, eu acho que conseguimos. Como foi na época das manifestações, cobrimos assim: mostrávamos tudo que estava acontecendo dentro do jornal e depois tentávamos analisar aquilo, ouvíamos várias pessoas, várias posições. Ontem, por exemplo, entramos ao vivo com o “Observatório da Imprensa”, discutindo o Ministério Público. Depois, entramos com o jornal, discutindo as questões do que está acontecendo. Depois, entramos com o “Espaço Público”, discutindo com o Bernardo Kucinski, falando da situação, como que está, o que está acontecendo. Assim, nós temos espaço para isso e procuramos sempre tentar explicar para as pessoas o que está acontecendo, para as pessoas darem sua opinião. Naquela coisa: “ah, você é assim e assado; O certo é isso, o errado é aquilo.” Damos uma noção e uma noção de coisas que as pessoas não discutem nas outras emissoras, nas outras empresas...

4) Na sua opinião, qual o grau de liberdade que os jornalistas têm para trabalhar na TV Brasil?

Total, total. A gente não aceita, eu não aceito e não acho certo, a gente querer fazer igual: você pegar uma matéria... hoje, um exemplo que eu vou dar: o governo faz um lançamento do pacote contra corrupção. Aí, tem a discussão do próprio repórter na entrevista. Repórter: “O governo correu, o governo não sei o que”... aí, ele diz: “Olha, isto foi prometido na eleição. Foi prometido no discurso de posse, de que ia ser lançado em seis meses, um pacote contra a corrupção e esse pacote está sendo entregue hoje.” Então, tem uma série de medidas... O governo está sempre.... Por que está aparecendo? Porque tem uma investigação, porque as coisas estão tocando, porque está denunciando a corrupção. Então, tem essa sensação: “Nossa, que roubalheira! Nossa, não sei o que...”. É roubalheira, mas está sendo punida e já existia antes. Aí, a Agência Brasil coloca uma foto assim: “É lançado pacote contra corrupção”. Sabe o que era a foto? Era uma pessoa com a camisa amarela da seleção brasileira, que é..., com um cartaz dizendo assim: “Fora corruptos!”. Sendo que tem uma foto da Presidenta da República, com os ministros, lançando um pacote contra a corrupção. Quer dizer: o que aquela foto está dizendo? Que... Eu vejo na Agência Brasil e falo: “Gente!”.

Falei, procurei a chefe de reportagem: “Troca a foto para a foto do lançamento”. Inclusive, a foto do lançamento é a foto do lançamento. A notícia é aquilo. Com aquela foto, você está dizendo assim... Nem o G1. Com certeza, o G1 não publicou essa foto, essa notícia vinculada a essa foto. Alguém, quando eu falei com a Ana, eu falei “tira”, alguém deve dizer: “Ah, isto está censurando.” Não é. É porque a informação está errada. Aquela foto está completamente fora de contexto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Tem a ver, mas não é assim, o cara com a camisa da seleção, esse tipo de gente... assim, ontem, foi preso um cara pela Polícia Federal, que era o cara que estava... vai ver que é esse que está na Agência Brasil, entendeu? O cara que estava com “Fora corrupto” foi preso, no dia seguinte, pela Polícia Federal, porque o cara era um ladrão. Ladrão, ladrão. Então, você não pode... é fazer... é usar o veículo para politizar o veículo. Aí, você fala assim: “Ah”... Eu nem sei o que foi... aparentemente, é uma editora pouco experiente que está fechando... Ela foi ingênua, mas assim, uma ingenuidade que não pode acontecer. Porque isso não é ingenuidade, isso passa um recado errado, a informação está errada, aquela foto naquele lugar está errada, na capa da Agência Brasil, de todo tamanho. Está completamente errado. Então, assim, a liberdade que existe é total. Eventualmente, quando acontece uma coisa que você... “Ah, mas está e por quê?”. Não, não é porque é contra o PT. Não é porque é “Fora Governo”, indicando que é “Fora Governo”. É porque está errada. A foto escolhida, editorialmente, está absolutamente errada. Fora isso – isso aconteceu hoje –, não lembro de mudar foto da Agência, nunca, nem lembro. A única coisa que é corrigida e tem algum tipo de interferência é quando a informação está errada, não está contextualizada, está equivocada, está editorializada, a pessoa está usando os veículos públicos para defender uma posição, para tentar fazer o que as emissoras privadas fazem, voltadas para a posição do patrão delas. Entendeu? Então, só nesses casos assim... Fora isso, não tem... Eu falei com os gestores, outro dia: “Gente, vocês têm um privilégio, vocês nunca receberam uma pauta dizendo assim: – Olha! A gente quer que vocês mostrem isso, então, vocês consigam as aspas, a fala de alguém que comprove essa tese minha ou a tese do chefe”. Entendeu? Nunca existiu, nem nunca vai existir, porque você não tem isso, esse comportamento que é típico de emissora... Outro dia, eu fui participar de um debate na Revista Impressa e estava o Eraldo Pereira – que é até meu amigo, trabalhamos muitos anos na Globo aqui em Brasília, a gente convivia e convive ainda, até hoje a gente se encontra – e ele veio com um papo... estavam várias pessoas, inclusive, estudantes e ele falou: “Ah não, porque esse negócio, quando vier com esse papo de regulação, vocês fiquem atentos, porque isso é censura, estão querendo colocar censura e pedir...”. Aí, eu não sei onde eu estava que eu disse assim: “É Eraldo...”. O Eraldo: “Porque a liberdade de imprensa...”.

“Pois é, né, Eraldo?! Você lá na Globo tem uma liberdade de imprensa fantástica, né? Você não tem matéria... tudo que você quer falar aparece. Você quer fazer a matéria do que está acontecendo, você não tem nada, ninguém vê seu texto antes de colocar no ar... não tem nada disso não, né?! É a liberdade total.” Então, não vem com essa conversa... Eu falei: “Não é assim, sabe?! Regulação não é censura. Todo setor econômico tem regulação. Então, as pessoas estão falando de uma questão que não é censura, como as empresas privadas da TV Globo fazem com seus repórteres e seus editores...”

5) Você percebe algum tipo de participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia? E quais seriam esses movimentos?

É pequena, mas não é por falta de empenho. Teve uma situação, por exemplo, quando o Conselho Curador da EBC fez uma audiência pública, na época em que a gente tinha um plano para a cobertura da eleição. [INTERRUPÇÃO]. Aí, foi uma moça lá, daquele Barão de Itararé e falou: “Ah, porque a gente gostaria de participar mais, a gente acha que participa muito pouco e a gente gostaria de participar...”. Quando encerrou, eu falei com ela: “Olha! Ótimo! Se você quiser participar, me dá seu cartão.” A gente convidou ela para vir conversar sobre como poderia ser essa participação. Aí, ela disse: “Olha! Eu me arrependi de ter feito aquela sugestão, porque, na realidade, a gente não tem como ajudar efetivamente. Com vídeo, com qualquer coisa assim, porque a gente não tem uma forma institucionalizada, uma forma de ajudar. A gente só pediu...”. Então, quer dizer, ela se arrependeu, ela cobrou publicamente. E, na hora que você vai... Com a Mídia Ninja, foi a mesma coisa [INTERRUPÇÃO]. A Mídia Ninja esteve nas manifestações, o Conselho Curador também trouxe um representante da Mídia Ninja para contar a experiência. Foi super banana, na época da manifestação. A mesma coisa. Chamamos aqui, sentamos nesta mesa e o representante falou assim: “Ah, a gente queria... a gente tem essa dificuldade, não tem helicóptero, não tem TV em todo lugar, equipe em todo lugar, então a gente queria contar com vocês para ter as imagens das coisas que estão acontecendo, usar...”. Ah, tá. O Mídia Ninja – não sei o que foi, se teve um racha –, eles perderam toda a força e não deu em nada, absolutamente em nada. A gente não conseguiu nada. Então, no Conselho Curador, tem muitas pessoas ligadas a Movimentos Sociais e eles cobram muito isso. Todas as vezes que eles cobram, eu falo: “Gente, estamos à disposição”. Então, faça alguma coisa concreta, porque não adianta ficar no discurso. Fica no discurso: “Ah, porque não sei o que, porque podia ter mais participação”. Mas, na hora que você vai ver como, “Ah, vamos fazer, vamos...”. Então tá. Vocês querem fazer o que? Um quadro? O próprio “Outro Olhar” – ele foi criado e a ideia era que as pessoas

mandassem vídeos para gente. Eu tenho um vídeo bacana, a pessoa produz um vídeo bacana, manda. É muito raro a gente ter um vídeo que as pessoas mandem. A gente busca. Assim, a gente tem um tema e a gente fala: “Então, vamos procurar um “Outro Olhar” sobre tal tema?” A gente busca no YouTube, onde for, e procura a entidade para autorizar, evidentemente. Para mostrar: “Olha! A gente tem um quadro, “Outro Olhar”, a gente pode usar?”. “Ah, pode”. Para pessoa, é bacana também, né?! Mas não é... essa fala tem um espaço, tem uma TV pública que eu posso participar, posso fazer, você ter essa busca concreta, essa oferta... não tem. É pequena e você... você fala: “Como fazer?”. Eu não sei... porque, às vezes, que aconteceu, a gente chamou, tentou, não conseguiu. Então, eu acho que teria que ter mesmo... as pessoas enxergarem, entenderem que é uma TV pública, que existe um espaço, deveria enxergar como um veículo, como alternativa mesmo.

6) Nereide, você acha importante ter a participação dos movimentos sociais?

Acho importantíssimo.

Em todos os setores da empresa? Ou em quais, mas especificamente?

Todos os setores... Eu acho assim: os setores sociais poderiam enxergar essa emissora como empresa pública e ajudar na divulgação, ajudar na... a pensar nessa empresa como uma empresa que merece respeito, merece ser incentivada, merece... e, no jornalismo, eu acho que é fundamental, por causa disso. Sugerir pauta, dar dica, dar informação que, às vezes, tem coisas que você fica sabendo depois, já passou... Eles fizeram, promoveram... nem avisam a pauta, que é uma coisa bacana. Nem isso, entendeu?

7) Como você acha que os movimentos sociais devem ser representados pelos meios de comunicação, no conteúdo jornalístico?

Com respeito. Com respeito e com... também acho que não cabe... como a gente quer ter informação correta, a gente também... não cabe ao jornalismo ficar, à TV pública, ao que for, ficar também distorcendo, estressando no que não existe. Assim, acho que tem que ter o mesmo comportamento com toda a população, como todas as questões, da forma correta. Mas, eu acho que a gente tem que dar espaço. O que acontece, hoje, é que os movimentos sociais não são contemplados nas empresas privadas. Eles não aparecem e, quando aparecem, é negativamente. Sempre, com um viés assim: “Ah, é invasão. É violência. Não respeita. É trânsito. É atrapalhar o povo”. É sempre com um viés negativo, né?! Então, só o fato de mostrarmos, de darmos visibilidade da forma correta, eu acho que já...

8) Então, você acha que a TV Brasil faz uma representação diferenciada dos canais comerciais?

Completamente. Se você vir os textos, é completamente diferente, do que acontece. Hoje, por exemplo, eu estava lendo que, no Congresso, um deputado está convocando o Lula e o Stédile, por causa da história de que o Lula falou em um discurso da Petrobrás, naquele ato da Petrobras. O Stédile estava lá. “Ah, vamos convocar o Exército do Stédile para ir às ruas e tal...”. As pessoas pegaram aquela coisa, fora do contexto, como se ele fosse montar um exército de pessoas armadas e o Stédile explicou, veio aqui no “Espaço Público” e uma das perguntas, da menina do “Valor Econômico”, foi: “Mas, o que é esse Exército que você vai montar?”. Ele falou: “Olha!”. Ele falou exatamente isso. Eu não tinha visto tudo, o discurso inteiro, eu não tive como ver. Ele explicou, ele falou: “Olha! Fora de contexto. O Lula está falando da importância do movimento social, do MST e não sei o que...”. E lá, inclusive, ele fala: “É. Você precisa desse Exército...”. Exército no sentido figurado, evidentemente. Ele explicou. Então, na TV Brasil, eu estava vendo a nota, eu estava até falando que, se a Agência fosse dar – acho que nem é o caso, porque é um deputado convocando – mas, se fosse dar, poderia dar essa história do Espaço Público. A gente tem isso, que ninguém deu, nem vai dar.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA, ANA
LUIZA FLECK.

Entrevista concedida a Allana Meirelles e Tarcísio Oliveira, no dia 19 de março de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Ana Luiza Fleck Saibro

Profissão: Consultora Legislativa do Senado Federal

Colocação na EBC: Representante do Senado Federal do Conselho Curador, desde agosto de 2008. Presidente do Conselho Curador de 2011 a 2015.

1) Como você avalia as instâncias de participação da EBC, tanto para o público quanto para os jornalistas? Nesse caso, mais especificamente, no que se refere ao Conselho Curador.

Com relação ao Conselho Curador, você sabe como é. O Conselho foi criado por lei e tem vinte e dois representantes. Isso você sabe. Não precisa entrar nesses detalhes, porque está na Lei. Eu considero esse Conselho uma iniciativa, uma providência inédita no país, nos moldes do que já existe em outros países. No Canadá, na Inglaterra, já existem essas instâncias. Mas, no Brasil, ainda não havia. Inclusive, nós temos, para esse ano, o projeto de fazer um levantamento das outras emissoras públicas – sejam estaduais, governamentais, educativas –, justamente para poder semear essa ideia de que eles instalem Conselhos Curadores, instalem Conselhos que permitam a participação da sociedade na gestão dessas empresas. Algumas já têm. Eu sei que a Fundação Piratini do Rio Grande do Sul tem há muitos anos, mas a maioria não. Então, nós estamos com esse projeto esse ano, justamente para isso, porque nós entendemos que é uma coisa fundamental na gestão. Na gestão não, no acompanhamento da linha editorial dos veículos, das empresas. Em gestão, a gente não participa. A gente participa no estabelecimento das diretrizes do conteúdo.

2) Você acha que essa participação é efetiva? No sentido de que as questões e as propostas que são discutidas no Conselho de fato se tornem prática no cotidiano da empresa.

Ainda não. Acho que a gente avançou em algumas coisas, mas é difícil. As pessoas têm dificuldade de lidar com esse tipo de coisa, parece que nós estamos atropelando, querendo influir na gestão. Absolutamente, não é isso. O que a gente faz é apontar problemas

de diretrizes, direcionamentos que a gente acha que são importantes, mas a empresa ainda tem dificuldade de colocar em prática. O Diretor-Geral anterior dizia que não sabia se a gente estava mandando ou não mandando fazer. Então, agora, a gente faz resoluções, as quais são mandatórias. Há essa dificuldade. Eu acho que é normal, até certo ponto, porque é uma experiência ainda inédita. É difícil conviver com a democracia. É difícil.

3) Você acha que seria interessante a participação do Conselho na gestão?

Não. Eu acho que sai um pouco da nossa competência, porque existe o Conselho de Administração, que toma as decisões administrativas, que gere a empresa. Nós, não.

4) Você considera que o Conselho, hoje, da forma como se configura, é representativo em alguma medida? Em que medida ele é representativo da sociedade?

Eu acho que sim. Eu acho que a gente está sempre aperfeiçoando esse equilíbrio. A gente tem a preocupação. Por exemplo, nós fizemos um edital para preencher cinco vagas – que já venceram os mandatos – no Conselho e, nesse edital, a gente teve muito cuidado de olhar para o Conselho, para a composição, e ver o que estava faltando, qual era esse desequilíbrio. Então, nós colocamos que teria que ter negros no Conselho, mais negros, porque um está saindo – o único negro está saindo. Mais mulheres, jovens, pessoas com deficiência. Então, a gente tem esse cuidado. A lei só tem duas exigências: que seja um representante de cada região, ou melhor dizendo, que cada região tenha um representante. Isso a gente também leva em conta. [interrupção] E que as pessoas com cargo de confiança, com cargo eletivo ou que sejam indicados por entidades religiosas não podem ser indicadas.

5) Para você, qual é o compromisso de uma televisão pública?

O nosso sistema de comunicação se estabeleceu comercial, basicamente privado. Durante muitos anos, ficou o privado e o estatal. Por motivos óbvios, durante a ditadura, virou um sistema... quer dizer, as emissoras educativas que constam na Lei, na verdade, são portavozes de governos estaduais e municipais. E, realmente, essa questão do sistema público era uma concepção que, no país, nunca ninguém se preocupou muito. Até o primeiro Fórum de TVs Públicas, que foi montado pelo Ministério da Cultura, na época do Gilberto Gil, quando ele era ministro. Depois veio o segundo Fórum e o presidente Lula foi realmente ousado, no sentido de estabelecer, de criar a EBC, de transformar a Radiobrás em uma emissora pública, e as rádios e todos os veículos. Aliás, o meu mestrado, que eu fiz há muito tempo na Inglaterra, era exatamente sobre isso. A necessidade ou não de um sistema público de

radiodifusão no Brasil, qual era a contribuição que ele iria trazer. Isso também está na Constituição, a qual estabelece a complementaridade dos três sistemas. Então, eu acho que, depois de vinte anos ou vinte e poucos anos, se deu concretude a esse mandamento da Constituição. É fundamental, aos moldes dos melhores modelos da Europa, o Canadá, da BBC, etc. Mas, nós temos um longo caminho ainda para percorrer, até que esse conceito de público fique absorvido pela população e pelos próprios funcionários e empregados da EBC, que vêm da época da comunicação de governo. Há um pouco de dificuldade de entender o que é o jornalismo público. Que não é o de governo, não é das ações do governo. Outro problema que eu considero que nós temos é a EBC estar pendurada na Secom, da Presidência da República. Então, essa consolidação do conceito do que é público e do que não é estatal fica muito confusa. Porque, inclusive, a EBC implantou e gere a NBR, que é o canal estatal, de ações do governo. Tudo aqui dentro, tudo misturado é complicado. Essa separação e essa autonomia de editorial, financeiro e etc.

6) Além desses, quais seriam os principais desafios que você considera que a EBC tem hoje?

Tornar-se significativa – que as pessoas sintam falta, se acontecer alguma coisa, porque hoje em dia... Mas, eu acho que o modelo institucional da EBC tem muita culpa nisso. Para as pessoas, a Agência Brasil ainda é o canal do governo. E a gente fica batendo, martelando, martelando, mas é difícil. Acho que, enquanto não houver uma desvinculação da EBC das coisas do governo, da Secom... Nós pensamos até em uma coisa – que a gente debate abertamente, não tem problema –, que a EBC fosse para outro Ministério – o das Comunicações ou o da Cultura –, para poder desenvolver esse lado público, realmente.

7) E qual seria o desafio do Conselho Curador?

Nós temos vários problemas. Primeiro, nós estamos, há um ano, esperando a Senhora Presidente da República nomear os novos conselheiros que foram eleitos. Nós continuamos com cinco pessoas que vêm, quase por amor ao trabalho, porque eles não estão mais. Mas, a gente perde um pouco o elã, quando já está saindo. Isso é um problema sério. No dia 15 de abril, nós vamos ter outra reunião e, até hoje, já faz um ano, que nós estamos aguardando... Então, é um pouco... É difícil. Às vezes, a gente perde um pouco do elã. Mas, a gente vai à luta. Tem esse problema, que eu acho que a própria casa tem dificuldade de lidar com o Conselho. Acha que o Conselho está extrapolando... Mas, é isso aí, faz parte do processo... Eu acho que a gente também peca um pouco porque ainda não conseguiu

institucionalizar a participação da sociedade civil aqui dentro... Mas, é difícil. A participação também – não pensa que a gente não abre..., a gente abre espaço, mas é difícil. A gente faz anualmente audiências públicas sobre determinados temas, abertos para participação da sociedade. Mas é difícil, não é fácil.

8) Em relação aos movimentos sociais, você acha que existe a participação?

Não, não. Acaba sempre no mesmo. Há o Intervozes, sempre os mesmos... É muito difícil... Claro que tem também – eu falo na ditadura – essa cultura assim: “Opa! Eu não tenho nada a ver com isso. Eu não vou participar...”. Não tem aquele aprendizado de participação social mesmo. Mas, eu não quero tirar nossa culpa. Eu acho que a gente tem que aperfeiçoar esses mecanismos.

Mas, nesse sentido, você vê barreira institucional?

Não, não. Absolutamente, não. A EBC não se posiciona assim, diante do Conselho. Não entra em choque não. Mas, tem a dificuldade de entender algumas posições do Conselho.

9) Sobre a representação que o telejornalismo da TV Brasil faz sobre os movimentos sociais, vocês acompanham essas produções? Vocês acham que o telejornal consegue atingir essa representação?

Não. Ainda não. Isso é uma das pautas do Conselho. Assim, que dizer, não, em geral, os movimentos sociais. Mas, coisas específicas. O Conselho sugere isso, orienta que o jornalismo, o telejornalismo tem que ser diferente, que não adianta fazer mais do mesmo. O comercial está já aí. Então, aos poucos, eu acho... eu acho que o grande problema do jornalismo é a cara ainda meio chapa branca. Com exceções, tem um programa muito interessante, o “Caminhos da Reportagem”. Talvez, é uma coisa mais específica, mas pontual...

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA, RITA
FREIRE.

Entrevista concedida a Allana Meirelles, no dia 13 de agosto de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Rita Freire

Profissão: Jornalista

Colocação na EBC: Representante da Sociedade Civil no Conselho Curador, desde março de 2013. Presidente do Conselho Curador, a partir de 2015.

1. Como você avalia a composição do Conselho Curador?

O Conselho Curador tem feito um movimento interno e externo para assegurar que tenha uma representação da diversidade da sociedade, tanto dos segmentos mais técnicos e profissionais da área da comunicação, quanto das representações das vozes dos movimentos sociais, do segmento de produção, do segmento empresarial. Então, esse esforço é feito a cada processo de renovação, porque o primeiro Conselho foi todo nomeado pela Presidência da República, pelo presidente Lula, na época. Depois, por lei, a gente passa a ter um processo de consulta à sociedade e uma participação do Conselho. Ele organiza esse processo de consulta e busca estabelecer critérios. No último, foi definida a necessidade de avançar até pelo menos 40% da representação negra e indígena no Conselho. Antes, tinha um representante, quer dizer, têm mais pessoas assumidamente negras, mas que não foram indicadas nessa condição. A gente tinha um representante da voz do movimento social, popular e cultural negro, que era o João Jorge e ele iria sair. Então, isso também levou a um debate para que o Conselho Curador tenha uma representação real da sociedade brasileira. A questão da participação das mulheres também tem sido uma briga. As mulheres se mobilizam bastante, quando se trata de um momento de renovação deste Conselho e há bastante debate sobre o tema “a mulher na mídia”, “a mulher que faz mídia” e a “imagem da mulher na mídia”. Esse debate sempre é feito pensando a EBC e o que deveria ser um projeto mais plural de comunicação, para comunicação pública que a EBC tem que liderar. O Conselho tenta fazer a composição dessa forma. A gente teve a nomeação dos conselheiros e eles vêm de diferentes setores, eles fizeram um agradecimento a uma pessoa que representa o movimento de comunicação na sociedade, mas eles vêm de diferentes setores e por diferentes iniciativas de indicação. A Letícia, por exemplo, é indicada pelo movimento feminista, feminista indígena, que faz uma articulação nacional para ir buscá-la no Acre. Tem o menino também do movimento negro e da juventude, que faz essa ponte. O Vinícius representa a candidatura do Centro Oeste. Ele foi

o único da região Centro-Oeste e, por lei, ele deveria ser indicado. O Joel Zito, pelo movimento negro. E o Isaías... também está saindo a Maria da Penha, que não só representa a luta das mulheres contra a violência, como ela é em si um sujeito da luta das pessoas portadoras de deficiência. Então, houve uma preocupação para que a gente tivesse esse sujeito no Conselho. Essa preocupação é grande e a gente ainda tem que avançar. Nós tivemos um grande enriquecimento. Perdas também, com os conselheiros que saíram. Mas, nós tivemos um enriquecimento com a chegada dessas vozes.

2. Você considera que os movimentos sociais são bem representados no Conselho Curador?

Eles estão bem representados. Eu diria que o movimento social de comunicação está bem representado. Mas, precisamos ampliar a representação do movimento social. Nós temos uma boa representação do movimento de comunicação, do movimento de mulheres na comunicação. Nós já apontamos um caminho para equilibrar a representação étnica e isso vai se equilibrar com as próximas indicações. Mas, o movimento social não é só isso. Então, é preciso fazer um debate sobre quais são essas áreas que deveriam estar mais presentes e discutindo a mídia, principalmente, os movimentos que são criminalizados. A gente teve também uma preocupação em trazer uma pessoa mais jovem. Então, teve uma cadeira que só poderia ser ocupada por alguém vindo da juventude. Esses critérios foram estabelecidos pelo Conselho. Eram cinco vagas. Não dá para resolver todas as carências do Conselho, mas é um processo que avançou bastante nesse último período e deve continuar avançando nas sucessões.

3. Como você avalia a participação do Conselho Curador nas decisões e no cotidiano da EBC?

Ele precisa incrementar, aprimorar a sua participação no processo decisório, corrigindo erros do próprio Conselho também. É uma queixa da EBC que, muitas vezes, a proposta chega ao Conselho, via um conselheiro, é colocada na mesa e a empresa não sabe se aquilo é uma decisão, uma recomendação ou uma voz de um conselheiro que não chegou a consenso. Esse tipo de procedimento, nós estamos tentando corrigir agora. Se é uma decisão do Conselho, antes de a gente fazer uma resolução – o Conselho é deliberativo, então, ele pode fazer uma resolução e isso se transforma em obrigação legal da empresa em cumprir aquela resolução –, antes de chegar a uma resolução, você tem um processo que é necessário, que é de diálogo com a empresa, com os trabalhadores, você tem as sugestões que são

colocadas no pleno, depois, você tem recomendações que você pode fazer. E esse é um processo de sensibilização da empresa para uma demanda trazida pelo Conselho, que é uma demanda que vem da sociedade – majoritariamente, a composição do Conselho é da sociedade. E você tem essas etapas de sensibilização, de diálogo, você tem também as contribuições da Ouvidoria, que traz um olhar da sociedade que procura interferir, da telespectadora que está assistindo o programa que tenta interferir, da pessoa – desde uma palavra que não é que correta, uma data que não é correta, até uma abordagem que ela não considera correta ou uma programação que não atende ou também a valorização de iniciativas e projetos. Então, a Ouvidoria traz essas coisas também para o Conselho, também são elementos que a gente utiliza para tomar as decisões. As decisões de resolução são o momento em que as possibilidades de negociação ou até para empoderar a empresa para implementar uma ação, ela tem que ser tomada. Esse é um processo que está sendo aperfeiçoado. O Conselho atua bastante nesse processo de diálogo, de manifestação, de expressão das vozes do Conselho e vai percebendo aquilo que não é contemplado que vai se transformando em algumas demandas – que devem aparecer, hoje, na pauta, o que está meio pendurado.

Você acha que essas discussões, esses seminários que são promovidos, já resultaram em alguma mudança efetiva na estrutura da empresa, em termos não de conteúdo, mas em termos estruturais ou de funcionamento?

Na estrutura, não. Nós fizemos um seminário ontem e antes de ontem, para discutir o modelo da EBC e esse modelo se expressa em uma estrutura. Então, a partir de ontem, nós temos elementos debatidos com a sociedade, com a empresa, com os trabalhadores, com o governo, com todo mundo que veio aqui, para repensar essa estrutura. O Conselho não diz que a estrutura da empresa deve ser modificada, mas outras coisas. Por exemplo, nós tivemos iniciativas e medidas que o Conselho toma, elas têm que se expressar em ações da empresa, projetos da empresa. Uma das mais recentes, no último dia 17, foi lançada uma cartilha de participação social na EBC. Porque em tese, a EBC tem vários canais de participação, mas se você quer participar e não conhece, eles não estão divulgados, a informação não está organizada, esse é um canal ilusório de participação. Então, o Conselho recomendou e – não sei se chegou a uma resolução com relação a prazo – foi estabelecido um prazo para que a empresa lançasse uma cartilha organizando todas essas interfaces. Essa cartilha foi produzida e saiu agora, mas é a partir do uso que ela vai ser aperfeiçoada. Mas, é uma área do portal do site que não existia, que é uma área dedicada a participação. Nessa área da comunicação eletrônica, digital, a edificação aumentou, para uma porta de entrada da sociedade, onde toda possibilidade, não só institucional, pelo Conselho, pela Ouvidoria, mas

também como você encaminhar um projeto para EBC, como você participar de um edital de licitação, quando eles são colocados, quais são os programas que são feitos de forma interativa. A partir dessa cartilha, a sociedade também vai ver se é verdade que tudo isso funciona. Ontem, no seminário, já houve propostas de que o Conselho faça uma audiência e ações para incrementar a participação social, a partir desse instrumento e para que a sociedade se aproprie e diga se isso funciona ou não, porque aí o Conselho tem que tomar uma posição firme, respeitando todo esse processo. A EBC está em uma mudança de gestão, hoje foi nomeado o novo Diretor-Presidente. Então, naturalmente, ela traz toda uma nova cultura de gestão. Então, o capítulo diálogos, sugestões e recomendações deve ter predominância, neste momento, que é o momento em que a gente vai ver também a receptividade da empresa. A resolução é um instrumento que deve ser usado, mas tem que ser usado no momento em que depende-se dessa resolução para que uma ação seja concretizada. Não precisa ser uma coisa negativa. Pode ser que a empresa precise deste instrumento também para chegar e falar: “Tem que fazer isso, porque o Conselho mandou”. Às vezes, é uma relação de mobilização de muitos recursos e setores da empresa que uma resolução contribui.

4. Você considera que os ocupantes dos cargos de chefia da TV Brasil estão abertos às críticas e sugestões do Conselho Curador? E os funcionários?

Nós temos tido embates. Eu não digo os cargos de chefia, mas os cargos de direção mesmo. Porque é natural, completamente natural, que na área de programação, de conteúdo, e de jornalismo, as demandas sejam sempre muito maiores do que uma grade de programação suporta. Os ajustes que a sociedade cobra também são sempre maiores do que a cultura progressiva é capaz de dar conta. Então, nós temos embates, porque nós queremos, por exemplo, que a participação das mulheres na EBC não seja minoritária, nem na imagem na tela, nem na fonte, nem entre os profissionais que decidem, nem na coordenação das equipes, nem nos programas que são considerados de reflexão, de debate. Tudo porque há uma cultura de que quem debate o país, os problemas macro do país são os homens. A EBC, a comunicação pública tem que dar um espaço para as vozes da sociedade, e as mulheres são metade da sociedade, com vozes, atuando, refletindo e contribuindo. Então, ela precisa desse espaço. Quando você cobra isso da empresa, a empresa se defronta com todas as limitações que ela tem para atender, mas isso não é negociável. É para ter. Mas, e aí, se você não tiver a profissional? E aí, se a profissional que você está trazendo de fora não pode vir? E aí, a empresa tem que resolver. Essa não pode ser uma justificativa. Se não tem, tem que ter. Se não pode vir, tem que ter um plano “B”, que contemple essa demanda. Esses embates são

muito importantes, do Conselho com a empresa, para ambos. Às vezes, isso não é considerado uma contribuição, mas uma crítica, uma coisa que incomoda. Nos setores mais sensíveis, mais estratégicos, e que mais fazem coisas boas, são os que mais levam, porque é justamente nesses setores que a sociedade quer atuar. Isso precisa ainda ficar mais claro na cultura da relação do Conselho com a empresa. Nós estamos criticando, cobrando, batendo, porque aquela área é importante, se mostrou importante dentro do processo. Vamos ver agora com essa nova gestão, que também vem querendo que a parte de discutir, encaminhar sugestões e recomendações tenha mais relevância do que a necessidade das resoluções.

E os funcionários?

Os funcionários da EBC têm uma característica de se preocupar com o projeto da EBC, o que é uma característica rara nas empresas, de modo geral. Essa característica faz com que a participação dos funcionários, presentes no Conselho Curador, sempre seja muito qualificada. Nós tivemos agora o Seminário e os trabalhadores trouxeram contribuições para todos os temas que foram colocados. Organizados, debatidos internamente. Então, agora, a gente tem um processo de sucessão e ele passou por um debate – eu não sei como foram os debates internos dos trabalhadores –, mas passou por uma reflexão dos trabalhadores com relação a perfis que tenham preocupação e compromisso com o projeto de comunicação pública. Isso é uma abertura importante. Há muita tensão entre os trabalhadores e a gestão, a direção. Isso, muitas vezes, vem para o Conselho, como uma instância que pode – o Conselho não é mediador das relações entre trabalhadores e a empresa, não é esse o papel, mas, muitas vezes, a reflexão sobre o que está causando esses problemas é trazida pelos trabalhadores e é denunciada ao Conselho pelos trabalhadores e, às vezes, isso se transforma em um debate interno com a empresa no Conselho. Principalmente, é atribuição do Conselho discutir o que é, por exemplo, a produção interna da EBC e os trabalhadores querem estar envolvidos, participando e decidindo essa produção interna. Isso tudo em um processo de gestão, você tem que ver até que ponto os trabalhadores podem, conseguem colocar seus talentos, energia, sua capacidade de gestão de projetos, na vida cotidiana da EBC. Isso já remete à necessidade de discutir a própria gestão da EBC. O Conselho discute na perspectiva do conteúdo, da programação, e tudo o que envolve, interfere no conteúdo e na programação. Já faz um tempo que o Conselho não se restringe, como bem foi dito aqui pelo professor Murilo (que está saindo)... Já teve um tempo, no passado, em que ele pensava o conteúdo estrito como se o conteúdo não fosse toda a sua produção e sua interação com a sociedade. Uma coisa é você pensar que a comunicação é informação – então, falta essa informação, falta o tratamento daquela outra informação. Outra coisa é você pensar que o conteúdo da comunicação não é

um conteúdo, não é um insumo. A informação é um insumo. Mas, o conteúdo da comunicação é a relação entre os que se comunicam. Então, o Conselho passou a atuar em todos os conteúdos.

5. Para você, há “atores privilegiados” dentro do Conselho Curador? Ou há um equilíbrio entre os integrantes? Caso haja “atores privilegiados”, quais seriam?

O mecanismo de funcionamento do Conselho é muito democrático. Há as Câmaras Temáticas, encarregadas de discutir assuntos que sejam de gestão de programação, de conteúdo, de jornalismo, que são abertas aos conselheiros e eles definem em quais querem participar e, muitas vezes, embora elas estejam separadas, quando a gente vai discutir um dos temas, as outras Câmaras são convidadas a vir discutir junto para preparar o Conselho. Agora, há conselheiros que vêm mais, que interagem mais com os temas da empresa, e há conselheiros que vêm para as sessões do Pleno e se manifestam aqui. Não quer dizer que eles se manifestem com menos ou mais qualidade, mas com menos ou mais participação. Isso realmente é uma coisa que precisa aumentar com os novos conselheiros. A gente espera e acha que é o perfil de todos que estão chegando, embora seja um perfil também dos que estão saindo, que é esse engajamento de discutir e contribuir. O canal para essa participação é o fortalecimento das Câmaras Temáticas, porque, da Câmara Temática, pode vir uma proposta altamente discutida, elaborada e que o pleno vai ter um tempo para decidir, se manifestar e aí, as pessoas têm igual possibilidade de decidir, encaminhar, aprovar ou não aprovar. Porém, elas podem não estar tão empoderadas daquele assunto quando elas não participaram dos debates prévios, dos levantamentos de subsídio, das consultas que são feitas à empresa. As Câmaras Temáticas têm esse poder de empoderamento da participação dos conselheiros e das decisões do Conselho. O mecanismo do Conselho é democrático. As pessoas é que se colocam querendo ou não participar mais ou menos.

6. Que pontos positivos e negativos você enxerga nos processos de discussão e deliberação do Conselho Curador?

Eu acho que o fato de o Conselho sair de sua casinha. Ele realiza audiências públicas, acaba de realizar um Seminário amplo, com discussões que não são simples – nós estamos discutimos se a EBC deve ser vinculada a este ou àquele segmento do governo, e como aquilo que tem a ver com uma demanda da clientela, que é o governo, fica separado e não contamina o resto. Então, o debate é muito sério e muito importante. O processo de consultar a sociedade com Seminários, audiências públicas e roteiros de debates – além das

Câmaras e de seus mecanismos de consulta, também há debates que o Conselho promove, não só entre conselheiros, mas com pessoas de referência naquele campo para serem subsidiadores e provocadores de um debate. Eles são os debatedores principais e o Conselho passa a reagir ao que essas pessoas trouxeram. Esses processos de consulta são os mais importantes para o processo de deliberação, que eu já mencionei aqui. O fato de ele ter etapas de levantamento, subsídio e debates internos, que são as Câmaras. Elas não deliberam nada. Portanto, você pode chegar a milhões de conclusões em uma Câmara, mas você vai ter que trazer isso para o pleno e até o conselheiro que só pode vir para o pleno, igualmente, tem a possibilidade de dizer: “Isso, nós não vamos aprovar”. A Câmara não aprova nada, ela subsidia e qualifica os debates do Conselho. Essa Câmara é um instrumento bacana, mas ela que tem que funcionar mais. Se o conselheiro não vem para a Câmara, ela se enfraquece. Depois, você tem essas consultas, através das audiências e dos eventuais seminários e você tem os roteiros de debate. Em algumas vezes, houve conselhos itinerantes. Isso depende também do recurso, para levar todo o colegiado para um lugar onde não tem estrutura. O Conselho também está subordinado à limitação de orçamento para fazer essas atividades. Já foi, em alguns momentos, possível a realização de debates itinerantes, por todas as regiões do Brasil. Isso que é o mais importante no processo. O processo de deliberação é resultado. Porque você elabora, traz subsídios para o debate, traz as propostas que vêm desses processos e faz sugestões, recomendações ou resoluções. Um processo de deliberação muito importante do Conselho é aprovar o Plano da EBC, o Plano Estratégico para o ano. No momento em que o Conselho se concentrava mais no conteúdo como informação, os planos vinham, o Conselho tomava conhecimento, avaliava, se manifestava, opinava e esses Planos eram aprovados. Os últimos planos, o Conselho segurou, no sentido de que tinha pontos a esclarecer e tinha áreas, pontos a cobrir, naquele planejamento. Isso foi cobrado, inclusive, na metodologia de apresentar o Plano. O Conselho ajudou a criar, junto com pesquisadores, pessoas que entendem de metodologia. Esse trabalho foi feito e o Plano voltou muito melhor. A outra deliberação do Conselho foi de acompanhar e fazer o monitoramento permanente. Hoje, à tarde, nós devemos receber um plano, uma prestação de contas sobre o plano e as informações também que vão levar ao plano do ano que vem. Nós vamos avaliar o que ele está trazendo – que é o monitoramento do planejamento estratégico – mas, a gente está em agosto e isso também já vai deixando as pessoas cientes do que precisa vir pela frente.

7. Para você, quais são os desafios do Conselho Curador?

Um desafio é respeitar a laicidade da comunicação pública. Hoje, nós temos programas que são caros à população religiosa, mas que esbarram na questão de fazer um proselitismo religioso. Porque é um culto, um espaço da religião. Ele é um espaço da comunicação? Esse debate foi feito. Para enfrentar esse debate, foi criado um grupo, que chamou lideranças religiosas e trabalhou intensamente, resultando em dois editais para dois programas sobre diversidade religiosa, no Brasil. Com a negociação de que com a chegada desses programas, a gente pudesse tirar os cultos. É uma discussão delicada, porque você tem uma grande população católica, evangélica, afro-brasileira e você tem dentro desses segmentos – com exceção da Igreja Católica, que é mais hegemônica na sua linha –, cada igreja é uma religião, cada terreiro de Candomblé é uma linha. Você tem – fora as religiões e as expressões espirituais que vem do Oriente e que, no Brasil, tem bastante – você tem o agnóstico, você tem o ateu e você tem todo um leque de expressões, que buscam espaço. A comunicação pública é esse espaço? Esse debate foi feito. Esse compromisso foi assumido, mas esse compromisso ainda não está concretizado, até porque ele interfere justamente no peso da religião mais abrangente do Brasil, que é a católica, e também a mais antiga a ocupar o espaço na comunicação pública, com a missa feita aqui dentro. Então, o desafio para o Conselho Curador é contribuir para assegurar a laicidade da comunicação pública, respeitando o diálogo com todas essas religiões. Em nenhum momento, isso pode ser colocado como uma coisa unilateral. Temos que fazer esse diálogo, porém, a comunicação pública não pode induzir comportamentos, atribuir penalidades exotéricas ou abstratas para comportamentos. Há igrejas que tem uma relação muito grande de captação de recursos com seus fiéis, seguidores. Um programa, um culto.... há muitos cultos em que isso é parte, a orientação de como você vai dar dinheiro para aquela empresa... no momento em que a gente puser tudo isso dentro da comunicação pública, será que a natureza dos cultos, desse proselitismo não fere outros direitos da sociedade? Também os cultos são um ambiente de reflexão da religião sobre a política. É com o enfoque da religião que nós vamos tratar a política do Estado brasileiro, que é comunicada? Isso é um desafio. Quero colocar esse como um desafio muito grande. Os outros desafios inclui contribuir para que a EBC realmente tenha a diversidade que ela deve representar – de gênero, racial, étnica – e combata todo tipo de preconceito nas relações internas. Isso se reflete no conteúdo, porque se reflete nas vozes, em quem produz a informação, em quem é ouvido pela EBC. Isso tem que estar em todos os setores. Esse é um desafio, principalmente, porque ele é mais um tema de gestão, de organização, de contratação, de regras de concursos, das isonomias. Nós queremos essa isonomia para a diversidade. Isso é

um desafio do Conselho Curador. Então, a laicidade, a diversidade. E o conteúdo da EBC não pode ser verticalizado, no sentido de você mobilizar exércitos para levar a sua pauta. Não quero dizer que seja assim, mas que estrutura da EBC e a hierarquia, a nomeação de cargos, a mistura da EBC pública com a EBC governamental, tudo isso acaba contribuindo para que aconteça, para que você tenha pautas que orientam os veículos e, possivelmente, os trabalhadores têm queixas de que eles poderiam estar mais empoderados, para decidir, para conduzir suas pautas e tudo mais. É natural. Essa é uma queixa dos trabalhadores, dos setores. Acreditam que existe um processo mais democrático. O desafio do Conselho Curador é contribuir para essa democratização da gestão, do conteúdo, desde a sua produção até a sua veiculação.

8. Como você avalia a participação dos movimentos sociais no jornalismo da TV Brasil?

Esse é outro desafio do Conselho Curador. Já há uma grande preocupação do jornalismo em ouvir os movimentos sociais. Mas, ao ouvir os movimentos sociais, uma vez que você começa a ouvir, você começa a prestar atenção na qualidade com que você está ouvindo. Uma coisa é ouvir uma pessoa, um movimento de moradia, quando ele passa por uma desocupação ou uma ocupação. Eu ouço aquela pessoa para explicar o seu movimento de ocupação ou a sua reação na desocupação. Aquela pessoa é uma liderança daquele movimento. Aquilo significa uma história, significa uma política pública e essa pessoa compreende essa política pública, de onde ela fala, melhor do que muitos gestores e muitos administradores. O movimento social tem que ser uma fonte qualificada e não apenas ilustrativa das pautas que são desenvolvidas, porque eu posso enxergar, um partido pode enxergar, um sindicato pode enxergar – o sindicato é parte do movimento social também –, um acadêmico pode enxergar, um especialista pode enxergar, e eu monto a minha pauta. Aí, o movimento social é o protagonista da imagem, do sofrimento, da agressão que ele sofre, mas ele precisa estar mais presente como fonte qualificada, para analisar aquela situação. Se ele chegou a se mobilizar para mudar aquela situação, ele teve que compreender de onde ela vem, porque reagir daquela forma com aquela ocupação vai mexer com aquela política. Eu acho que é preciso qualificar um pouco mais a participação, não só como fonte do acontecimento e da ação, mas como participante no debate, na reflexão sobre os grandes temas do país.

9. Você considera que o telejornal, Repórter Brasil, possibilita uma representação diferenciada e aprofundada dos movimentos sociais?

Não. Eu acho que precisa melhorar. Há uma preocupação, o Repórter Brasil tem uma preocupação de ouvir a sociedade em movimento. O próprio movimento reivindica mais espaço. A EBC tem que descobrir como dar mais espaço para a sociedade que se mobiliza para se melhorar. O movimento social é uma voz altamente qualificada, porque ela que vai e apanha. Ela que vai e enfrenta.

10. Que melhorias você considera necessárias no telejornal, Repórter Brasil?

A EBC tem um bom jornalismo. Se você pegar o “Caminhos da Reportagem”, é um jornalismo que emociona, inclusive, pela sua qualidade. Isso é uma coisa importante. É um bom jornalismo, sem a estrutura para que esse jornalismo... É um bom jornalismo, talvez, no conceito, mas falta a equipe nas praças, nós não temos equipe nas praças. Até pouco tempo – não sei como está agora –, fotógrafo em São Paulo era um. A infraestrutura e o suporte para que as equipes trabalhem tem que ser melhorados. Esse potencial e esse conceito de jornalismo que a EBC tem, tem que ser concretizado através de todo um esforço. A outra coisa é que a EBC tem a possibilidade de fazer um jornalismo investigativo de interesse público, que é diferente do jornalismo investigativo policiaisco, no qual ela vai investigar a causa das coisas, vai investigar os componentes culturais, sociais, dos fenômenos que ela está cobrindo, dos acontecimentos que ela está cobrindo. Esse jornalismo investigativo nem sempre lida com situações seguras, com situações confortáveis. Uma equipe que fizer esse jornalismo e a EBC não estiver comprometida com esse trabalho que está sendo feito, ela não tem condições de fazer. Acho que a EBC tem potencial, tem qualidade jornalística para apostar no jornalismo investigativo. Isso é uma coisa. São as condições de trabalho que precisam melhorar; a regionalização da produção jornalística precisa melhorar; um equilíbrio entre a produção jornalística da EBC e o jornalismo que é produzido pelas parceiras, porque há muito intercâmbio no jornalismo; e ele tem que passar pela construção de um projeto estratégico para o jornalismo público, para que ele se posicione de uma forma diferenciada com relação ao jornalismo de mercado. Isso também é cobrado pelo Conselho Curador – o projeto estratégico do jornalismo da EBC. Qual é? Ele vai ser investigativo? Ele vai ser regionalizado? Ele vai ser apoiado nas vozes regionais das emissoras? Ele vai ter uma linha comum de orientação para todas? O Manual de Jornalismo vai ser uma referência obrigatória para aquilo que é trocado. Aliás, isso é uma coisa que não estou dizendo que tem que ser, porque eu imagino que já seja, a EBC já tem um instrumento, que é o Manual de Jornalismo, mas isso não significa estratégia. A estratégia é o que eu vou fazer em conjunto ou como eu

vou fazer em conjunto, que gênero de jornalismo eu vou fazer com mais força, como esse jornalismo vai ser feito na produção da casa, onde vou inovar e onde vai ter a participação da sociedade. Talvez, você tenha perguntado a participação da sociedade no jornalismo e você esteja perguntando a participação da sociedade na produção jornalística, né?!

Também.

Você quer dizer as mídias sociais e tudo mais? Esse é outro desafio que a EBC tem. Ela já teve, até um momento atrás e tem ainda, esse programa que se chama “Outro Olhar”, que deveria ser a produção conjunta entre a EBC e aquela mídia; ou aquele movimento cultural, movimento local, que tem uma pauta e quer desenvolver aquela pauta. É claro, você não pega uma produção jornalística que tem esta e aquela qualidade e você fala: “Então, faz aí no seu Smartphone”. Também não é problema você estar fazendo isso. Mas, a EBC tem que pegar essa equipe que quer produzir, essa mídia que quer participar, essa pauta que é de interesse público, e transformar conjuntamente, na complementaridade de talentos, ideias, informações ou tecnologia e equipamentos, e produzir informação para esse projeto “Outro Olhar”. E avaliar, inclusive, o quanto isso vai mobilizar de esforço daquela mídia, para que não seja uma coisa... Uma coisa é o colaborativo – eu colaboro com a EBC. Outra coisa é o compartilhado. Nós fazemos juntos e os dois se apropriam. Então, tem que pensar em ter um banco de projetos, banco de pautas, que possa dar um apoio para que essa mídia alternativa seja feita sem representar uma exploração dessa energia que vem da sociedade, que vem das mídias livres, para você dizer que está tendo participação. Essa participação tem que ser respeitosa, tem que ser mais que colaborativa, tem que ser compartilhada. É isso que faz falta no jornalismo.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA, ANA
MARIA VELOSO.

Entrevista concedida a Allana Meirelles, no dia 11 de agosto de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Ana Maria da Conceição Veloso

Profissão: Jornalista e professora

Colocação na EBC: Representante da Sociedade Civil no Conselho Curador, desde junho de 2010.

1. Como você avalia a composição do Conselho Curador?

Eu avalio que a representação é bem interessante. Sobretudo agora, em que a gente conseguiu ter uma representação – nesta última consulta pública, na última indicação da sociedade civil –, a gente conseguiu organizar as cinco listas tríplices do Conselho e a gente vai dar um salto na representação da juventude – que a gente não tinha –, também das pessoas com deficiência – porque a Maria da Penha, apesar de ser uma pessoa com deficiência, tinha uma participação muito mais na discussão de gênero, por conta da sua experiência e de todo trabalho que ela desenvolve – e temos uma representação indígena. Então, eu penso que o Conselho tem discutido com a sociedade civil e tem conseguido aprimorar a participação dos diversos segmentos da sociedade dentro do Conselho. A gente está conseguindo ampliar a participação das pessoas negras. A gente tem três pessoas negras autodeclarados, hoje, dentro do Conselho – antes, só tinham duas. Nesta nova composição, existem eu, o professor Joel Zito e o Enderson, representante da identidade negra. Na antiga composição, só tínhamos eu e o conselheiro João Jorge. Eu acho que é um salto, que a gente está procurando dar, para ampliar a diversidade da participação da sociedade civil dentro do Conselho, muito embora alguns segmentos da sociedade civil ainda não estejam devidamente representados no Conselho. A gente não tem, por exemplo, um representante ou uma representante da sociedade civil que seja originária do movimento LGBT. Mas, a gente está dando saltos e eu penso que seria muito interessante que a gente pudesse contemplar nas 15 vagas da sociedade civil, via consulta pública, essa diversidade. Eu acho que a gente não vai encerrar, a gente não vai dar conta de toda a diversidade, mas a gente precisa procurar ter um maior leque possível de pluralidade e diversidade, inclusive de pautas, que esses sujeitos políticos, desses movimentos sociais, trazem para dentro do Conselho. É muito salutar que a gente esteja perseguindo isso, muito embora, a própria escolha dos conselheiros e das conselheiras, essa consulta pública venha sendo aprimorada e possa ser aprimorada. Mas, o Conselho tem essa

preocupação – nas últimas consultas, desde que eu participei aqui – a gente tem essa preocupação de conseguir ampliar a diversidade dentro do Conselho, inclusive, em relação à questão regional.

2. Você considera que os movimentos sociais são bem representados no Conselho Curador?

A gente tinha um problema de representatividade do sujeito político das pessoas com deficiência, porque a pauta da acessibilidade não era defendida dentro do Conselho por um representante das pessoas com deficiência – isso é uma questão. Tanto é que você está acompanhando esse debate, eu acho que você está acompanhando desde cedo, e ninguém toca nesse tema da acessibilidade. Então, eu sou representante da sociedade civil, do movimento dos direitos humanos, da rede Mulher e Mídia. Minha militância é no movimento feminista e no movimento pela democratização da comunicação, mas na ausência desse sujeito político, representado devidamente no Conselho (a partir de agora, a gente vai ter Isaias, que é representante desse segmento), eu assumi essa pauta como prioritária da minha atuação enquanto conselheira, porque eu percebi que não existia, dentro do Conselho, nem o sujeito político nem que essa pauta estava sendo tocada pelos outros conselheiros. Então, eu senti esse vazio e eu disse: “Não. Eu vou tocar nesse assunto, eu vou provocar, eu vou ouvir as pessoas com deficiência, eu vou me colocar à disposição desse sujeito político”. E, por várias vezes, eu acho que eu sou a conselheira que mais fala de acessibilidade aqui, de política de acessibilidade. Se você vir, eu acho que é interessante também você ver as nossas reuniões, que estão todas no YouTube. Se você observar as minhas – quando a gente discute o Plano de Trabalho (é a última reunião do ano ou a primeira do ano subsequente) – aí, você vai olhar, tem ano que eu faço praticamente a mesma fala, me ressentindo da ausência da prioridade dessa política dentro da empresa. Agora, a empresa – depois de quatro anos de muito falar – está instituindo essa política de acessibilidade, mas eu já reclamei dentro do Plano de Trabalho anterior que não estava explicitada. Então, eu assumi essa pauta. Mas, nesse sentido, eu acho que era uma pauta que não estava sendo discutida. Então, diante desse vazio, eu acho que a gente precisa se colocar como sujeito, não querendo assumir o lugar de quem é deficiente, logicamente que a minha intenção não era essa, mas eu observei que era um espaço que tinha um vácuo, que não podia ter esse vácuo e que a empresa pública de comunicação precisa ser protagonista também em estratégias para ampliar a acessibilidade de pessoas com deficiência ao acesso à informação e à comunicação. Então, eu acho que a sociedade civil está bem representada no Conselho, de um modo geral. Mas, algumas questões específicas não.

Quando a gente discute gênero, por exemplo, a gente discute a questão da orientação sexual, a gente discute a questão transgênero, mas nós não somos o sujeito político, não há o sujeito político, que é dessa pauta, desse movimento social, que tem essa legitimidade maior, no sentido de representar um segmento da sociedade que não está, mas nós nos colocamos sempre na defesa dos direitos humanos. Então, é preciso discutir uma palavra que estava “fora de moda”, que é palavra “empatia”, e outra palavra que a gente trabalha muito quando a gente discute gênero, que é “afinidade”. Eu nunca vou representar uma pessoa do movimento LGBT, porque eu não sou do movimento LGBT. Mas, eu tenho empatia, eu tenho afinidade, e na ausência dessa pessoa, eu vou defender o direito dela. Porque na defesa do direito dela, também está contida a defesa do meu direito. Então, eu penso que a gente tem caminhado nesse sentido e, agora, nessa nova composição, a gente avança muito. É a primeira vez que a gente tem um indígena dentro do Conselho. Então, é muito importante.

3. Como você avalia a participação do Conselho Curador nas decisões e no cotidiano da EBC?

Eu acho que, infelizmente, algumas decisões são tomadas pela Diretoria da EBC e o Conselho sequer é ouvido. Vou te dar um exemplo: a Diretoria aprovou a compra da novela Windeck, que trata da questão de raça e etnia, uma novela angolana. A Diretoria fez a compra do produto, fez grupos focais com pessoas do movimento negro, para discutir e aprovar o produto, mas a Diretoria não consultou o Conselho. E é uma questão de conteúdo. Então, jamais que a gente vai questionar a qualidade dos que participaram dos grupos focais. Nós entendemos que foram pessoas que têm notório saber, pessoas do movimento negro, que a gente não vai questionar. Mas, o Conselho precisaria ter sido ouvido. Então, já chegaram com a questão de que seria exibida e lançada, a novela Windeck. E nós, do Conselho, fomos nos debruçar com o Comitê de Gênero e Raça da EBC e a gente observou muitas questões com relação a essa novela e fizemos um documento do Conselho com recomendações em relação à veiculação da novela, porque há problemas. A novela incita a violência contra a mulher, a novela tem questões racistas fortes. Tem aspectos muito positivos, mas também tem aspectos complicados, que é preciso discutir. Então, o Conselho teve uma atuação de redução de danos na exibição da novela. Por exemplo, a gente solicitou que os temas que eram discutidos na novela estivessem na produção de interprogramas, de entrevistas para aprofundar, que se falasse de Angola, não só sobre aquela ótica (da moda, com aquele modelo de negro que vive em Angola), mas que mostrassem outros, que fizessem reportagens para mostrar a diversidade. Eu estou dando esse exemplo, que é bem prático, mas há outras decisões que o

Conselho, por exemplo, aponta – muitas vezes, com base nos relatórios da Ouvidoria, no que a gente escuta das demandas da sociedade civil – que a empresa não consegue, na velocidade que a gente quer, implementar. Por exemplo, a política de acessibilidade faz quatro anos e estão implementando agora. E, efetivamente, é a primeira ação que eu vejo assim – eu posso até estar sendo muito radical. Agora, nós estamos indo visitar uma experiência de TV Web, totalmente acessível, que é a TV INES, no Rio de Janeiro, e nós estamos indo visitar, porque a empresa decidiu, dentro da sua política, que vai cobrir os jogos paraolímpicos, de forma totalmente acessível. Mas, isso é uma coisa que o Conselho já conversa, dialoga, solicita, traz questões. Agora, a empresa vai efetivamente fazer esse convênio e eu acho que é uma grande iniciativa. Mas, olha o tempo que a gente vem discutindo e tratando. A velocidade que a gente propõe e como isso é incorporado, nem sempre é no prazo e no momento que a gente quer. E algumas questões que a gente propõe, a empresa não implementa, porque não tem condições e outras que são decididas e são implementadas sem o nosso conhecimento. Certa vez, teve uma reunião em que o então presidente da empresa se queixou, porque recebeu a pauta com 48 horas de antecedência. Ele se queixou de ter recebido essa pauta com 48 horas de antecedência e eu, prontamente, virei pra ele e disse: “Por que o senhor está se queixando disso? A gente, que é conselheiro, fica sabendo de coisas pelo corredor, pelos bastidores ou, pior, pela imprensa”. Um a um. Ou seja, “Quem és tu para reclamar que está recebendo uma pauta com 48 horas de antecedência, uma pauta que já tinha sido conversada com outros diretores, se a gente que é do Conselho, sabe de informações pela imprensa?”. Vou dar outro exemplo: No ano passado, a gente queria, obviamente que a sociedade, via Ouvidoria, pediu para que o Conselho fizesse um debate com os presidenciáveis e as presidenciáveis, candidatos e candidatas. O Conselho, obviamente, apoiando o desejo da sociedade, discutiu, conversou com a Diretora de Jornalismo, que foi super aberta: “Vamos fazer”. E aí, foi proposto um grupo para fazer a frente e o tema desse debate seria “Comunicação”. Lógico! E o presidente da empresa deu, então, uma declaração para uma jornalista de um veículo privado, de que se um dos temas fosse regulação, era melhor nem fazer o debate. Ou seja, por que ele não conversou com o Conselho antes? Lógico que ele sabia que o Conselho não iria abrir mão de discutir regulação. Mas, ele foi para a imprensa e eu li isso na imprensa, eu vi a notinha que chegou pra mim: “O presidente da EBC questionou o tema regulação no debate”. A gente veio pra reunião – eu representando a sociedade civil, as pessoas, os movimentos da sociedade civil (o Fórum Pernambucano de Comunicação, por exemplo) – e as pessoas disseram: “Ana, a gente tem que se posicionar sobre isso”. Eu disse: “Assistam à reunião do Conselho, que eu vou me posicionar sobre isso. Garanto a vocês que eu vou fazer uma fala me

pronunciando sobre isso”. Vários e-mails dizendo: “Ana, você precisa dizer que esse é um tema”. Eles me pautaram e eu já iria me posicionar. E aí, eu fiz. Mas, eu soube disso pela imprensa. A gente não soube disso em uma conversa com a direção da empresa. Isso não foi colocado. Até porque a direção de jornalismo não tinha colocado que algum tema poderia ser interditado, mas o presidente foi colocar um tema que para ele não deveria estar no debate e ele foi contestado publicamente na reunião.

4. Você considera que os ocupantes dos cargos de chefia da TV Brasil estão abertos às críticas e sugestões do Conselho Curador? E os funcionários?

Alguns sim. Nem sempre as críticas são recebidas como algo positivo. Mas, eu penso que, nesse tempo que nós estamos aqui, já melhorou muito. Eu penso que a observação do trabalho do Conselho vai sendo aos poucos compreendida, dentro do dia-a-dia da empresa. No início, quando era uma presidente mulher, ela se colocava assim: “Vocês querem que eu vá à falência. Eu não tenho dinheiro pra fazer isso. Vocês não sabem como é o dia-a-dia da empresa.” Ou seja, a preocupação dela era sempre que não havia recursos, para poder executar o que o Conselho estava solicitando. Na reunião, ela ficava estressada, dizendo: “Nós não temos dinheiro para isso, minha gente. Isso é uma loucura!”. Quando eu disse a ela que precisava ampliar o espaço da acessibilidade, para colocar libras, ela disse: “Não temos grana. Não tem dinheiro para isso. Isso é muito caro. Eu não posso. Não tem orçamento”. Aí, eu disse: “Então, a empresa tem que se organizar e ter uma política para captar recurso para fazer isso”. Ela: “Sim. Mas, eu não posso pagar isso agora”. Eu: “Eu não estou dizendo que é para agora, mas estou dizendo assim...”. Houve momentos de tensão, lógico que nem sempre as críticas do Conselho são bem recebidas, mas eu acho que há um caminho para o entendimento e eu acho que o papel do Conselho Curador é fazer, independente se as críticas são recebidas de cara feia ou com sorriso, independente da direção, de quem é o gestor. Não importa. A gente tem uma função social, uma função pública também e dentro dessa função, nos cabe fazer essas críticas. Só que a gente também tem nossas estratégias. A gente tem feito muito, solicitado pesquisas sobre a programação, sobre os conteúdos, pesquisa sobre qualidade no rádio e na televisão. Então, a gente teve agora duas pesquisas recentes, maravilhosas, muito bem feitas: uma pela UnB e a outra pela professora Marilena Weber, que foi sobre a questão da programação na televisão e o conteúdo dos programas. Então, a gente teve essas duas pesquisas, que foram muito boas e essas pesquisas nos ajudam a, por exemplo: algumas observações dos conselheiros são colocadas e referendadas pelas pesquisas, porque as pesquisas apontam também o que a gente aponta quando assiste aos programas. Por

exemplo, o que é preciso melhorar, o que a gente recebe via Ouvidoria. Então, muito importante dentro da crítica, é a crítica fundamentada em estudos e pesquisas e o Conselho tem sempre se colocado à disposição e encomendado pesquisas e estudos que reforçam a importância de algumas mudanças dentro da grade de programação. Eu acho que as pesquisas são fundamentais e nós, conselheiros e conselheiras, estamos nos apoiando muito nessas pesquisas para fundamentar as nossas intervenções.

E os funcionários?

Sim. Eu vejo que os funcionários... depende dos funcionários... os servidores concursados e funcionários da empresa têm uma relação muito... pelo menos comigo. Eu não posso falar por todos os conselheiros. Mas eu tenho uma relação muito boa com os funcionários da empresa, uma relação de conversa, de ouvir, de respeitar. Eu acho que é uma relação muito boa. Eu acho os funcionários escutam sim.

5. Para você, há “atores privilegiados” dentro do Conselho Curador? Ou há um equilíbrio entre os integrantes? Caso haja “atores privilegiados”, quais seriam?

Eu não sei se existe conselheiros privilegiados, que influenciam mais. Eu acho que há alguns conselheiros que se posicionam mais, outros que se posicionam entre nós e não na reunião pública, mas eu acho que a participação sempre é muito compartilhada e é uma relação muito respeitosa, inclusive diante das nossas divergências. Às vezes, a gente tem divergências e a gente tem colocado as divergências, inclusive, algumas delas publicamente. Na última reunião, se eu não me engano, teve um conselheiro que disse que não estava convencido de que a EBC deveria investir para se consolidar na faixa da programação infantil. E eu disse: “Vou discordar, delicadamente, do Conselheiro, porque eu estou totalmente convencida de que o caminho é esse”. Durante a apresentação da pesquisa, ela também demonstra isso e o mercado demonstra isso. Na minha concepção, a EBC e a TV Brasil deveriam se consolidar nessa área, de programação infanto-juvenil, até para formar audiências para o futuro. É uma faixa que carece de boas produções, nacionais inclusive, e que vem sofrendo muito com a mudança na legislação – as empresas privadas não têm como viabilizar unicamente, uma vez que elas só visam o lucro, a produção de programas infantis e infanto-juvenis. Então, nesse sentido, há um espaço a ser ocupado, com programação de boa qualidade e teve essa divergência: o conselheiro disse que não estava convencido e eu considero, depois desse tempo que eu estou dentro do Conselho, de tudo que eu tenho lido, inclusive, quando eu leio sobre regulação em outros países e comunicação pública em outros países, como Portugal, por exemplo, que fez essa opção e está dando super certo. Então, têm

divergências. Mas, a relação é muito harmônica, de muito respeito, porque mesmo os conselheiros da sociedade civil são de segmentos diferentes, são pessoas diferentes, de experiências diferentes, mas eu penso que há sim uma relação muito boa entre os conselheiros e até os representantes do governo, do Senado. Sempre, uma relação harmônica.

6. Que pontos positivos e negativos você enxerga nos processos de discussão e deliberação do Conselho Curador?

Pontos positivos: Eu penso que o fato de fazermos, agora, uma reunião... Por exemplo, quando tem algum tema muito importante, a gente faz a reunião das Câmaras Temáticas do Conselho conjunta – eu acho que esse é um aspecto muito positivo. As audiências públicas são um aspecto muito positivo, porque a gente escuta a sociedade e a gente vai para as audiências exatamente para isso, para ouvir a sociedade. E, das audiências públicas, a gente tem várias questões, que não chegam para gente, como conselheiro, no cotidiano, mas que chega na audiência pública. Eu acho que são espaços... as Câmaras Temáticas também, os debates são muito importantes, as audiências públicas, as conversas que a gente tem antes das votações, em relação aos Planos de Trabalho, são de muito enriquecimento. E o aspecto negativo, nos tempos de crise, a falta de recursos para gente fazer audiência pública, deslocando daqui de Brasília. A gente já fez audiência em Recife, reunião temática na Bahia (sem ser audiência, uma reunião temática), a gente já fez audiência no Rio Grande do Sul, a gente já fez em Minas Gerais, a gente já fez no Rio, em São Paulo, mas agora, em 2015, por exemplo, por conta das questões financeiras, a gente ainda não pode fazer a nossa audiência pública como a gente estava querendo fazer. A gente estava querendo fazer em São Luís do Maranhão, porque lá tem uma EBC. E me parece que vai ser em novembro, está tentando se viabilizar, mas eu penso que esse é um aspecto que a falta de recursos tem dificultado, mas é muito importante esse momento da audiência pública.

7. Para você, quais são os desafios do Conselho Curador?

Ser cada vez mais democrático. Exatamente, ser mais plural, mais diverso e conseguir chegar a um modelo de escolha dos conselheiros e a uma consulta pública que reflita as demandas da sociedade. Eu acho que a gente está aprimorando, não que a gente não tenha. A palavra é aprimorar esse processo, cada vez mais. E ser realmente incisivo e exercer as suas deliberações, porque o Conselho é deliberativo. Mas, às vezes, a gente fica sabendo de algumas coisas, sem a gente ser consultado. Eu acho que a gente tem que ser mais uma instância de deliberação, mais empoderado e um dos desafios é o próprio Conselho ser

apropriado pela sociedade civil. É um micro espaço de poder. Por que ele não poderia ser um macro espaço de poder? Se a sociedade civil tivesse o conhecimento da importância desse Conselho e a gente tem feito o possível para divulgar o trabalho desse Conselho. A Secretaria Executiva tem um projeto de divulgação do trabalho do Conselho. Todos os lugares em que a gente está, enquanto conselheiros, a gente tem essa função de dizer o que é o trabalho do Conselho. Mas, a gente tem a consciência de que é um contingente muito pequeno de pessoas que conhece e que sabe o que é o Conselho Curador, que sabe que existe a EBC, uma empresa pública de comunicação, que sabe o que é uma empresa pública. Então, é difícil, porque é uma questão muito pouco discutida entre a sociedade.

8. Como você avalia a participação dos movimentos sociais no jornalismo da TV Brasil?

Eu penso que precisa ser mais presente. Nas Jornadas de Junho, a gente recebeu conteúdos para ouvir, assistir e avaliar. Então, nas Jornadas de Junho, eu fiquei com a parte de rádio, as emissoras de rádio da EBC, eu recebi CDs com os programas, além de ter acessado a Rádio Agência para ouvir. Então, no rádio, houve uma boa penetração dos movimentos sociais, durante as Jornadas de Junho. Eu escutei vários programas, debates, entrevistas, reportagens especiais, reportagens de rua, escutando os movimentos sociais, mas, contudo, nós entendemos que é preciso ampliar ainda mais a pluralidade de fontes, inclusive, mulheres como porta-vozes, como protagonistas da notícia dentro da grade de programação da EBC. Mulheres negras, negros e negras, nós queremos que os negros e as negras estejam dentro da programação, como fontes de informação, como apresentadores e apresentadoras, como protagonistas. Eu penso que os movimentos sociais ainda precisam ser mais vistos, ouvidos, compreendidos dentro do trabalho da EBC. E, nesse sentido, eu acho que os movimentos sociais, o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento de pessoas com deficiências, por exemplo, são sujeitos coletivos que são excluídos da mídia hegemônica e que também precisam ser sujeitos da história e das fontes da comunicação pública.

9. Você considera que o telejornal, Repórter Brasil, possibilita uma representação diferenciada e aprofundada dos movimentos sociais?

Ele é um jornal diferenciado. É um jornal que busca aprofundar fatos, informações. É um jornal que busca apurar melhor as informações, é um jornal que busca a isenção, mas é um jornal que ainda precisa incorporar os movimentos sociais. É a mesma questão: há uma busca pela melhor qualidade, no sentido de pluralidade, diversidade e

participação. Há essa busca, dentro, inclusive, do Repórter Brasil. É muito diferente – não em todas as edições –, mas tem um olhar diferente, mas a gente acha que ainda pode ser aprimorado. Por quê? Porque é preciso que esses movimentos sociais se sintam participantes e protagonistas da informação, exercendo o seu direito à comunicação. Então, o Repórter Brasil ainda pode ser mais diverso, mais plural, pode ouvir mais a sociedade.

10. Que melhorias você considera necessárias no telejornal, Repórter Brasil?

Eu penso que reportagens especiais, sobre temas de interesse da sociedade e interesse público, porque a gente do Conselho compreende que uma das funções da TV e do rádio públicos é aprofundar fatos. E as reportagens especiais são excelentes estratégias para que esses fatos possam ser aprofundados. Algo que a programação da TV Brasil já faz e a de rádio faz muito, são muitas entrevistas, debates – eu acho que o rádio tem feito, mas a TV precisa ampliar isso. Coberturas especiais, reportagens especiais dentro do Repórter Brasil –, muito embora a TV Brasil, na minha concepção, tenha o melhor programa de reportagem da TV brasileira, que é o “Caminhos da Reportagem”. Então, eu já falei, inclusive, na reunião do Conselho que o “Caminhos da Reportagem”, que tem muito a ensinar ao restante da programação do telejornalismo da própria EBC. Como o método do “Caminhos da Reportagem” – que é um programa super premiado, super assistido, super reconhecido – pode ser experimentado, guardadas as devidas proporções, em outras produções. Como o *modus*, o método de produção, que tem dado certo... por que não ser discutido dentro da própria EBC? A EBC aprendendo com a própria EBC. Então, eu penso que o caminho do jornalismo da EBC seja ampliar fontes, quantidade de fontes, prioridade de vozes e aprofundamento de questões, que a mídia comercial não faz – mas que deveria fazer, sobretudo rádio e TV, que são concessões públicas. Mas, a comunicação pública não pode ser um contraponto à comunicação “comercial”. Precisa ser diferente, precisa ser mais provocativa, reflexiva e cumprir a própria missão da EBC, que é formar mentes críticas. É uma missão ousada, mas para você formar mentes críticas, você precisa discutir temas, assuntos, ter uma estratégia de produção de conteúdo, que leve à criticidade, que não apenas informe, mas que faça o telespectador, o ouvinte, o internauta se questionar sobre a realidade, interagir e participar, por meio de vários instrumentos de interação e participação, para além da Ouvidoria. É aquela interatividade que Bertold Brecht disse, na teoria do rádio, de que o rádio deveria ser um canal não só de recepção, de chegada, mas um canal de interlocução. Eu penso que a comunicação pública tem que cumprir esse papel, de ser aquele canal de interlocução. O sujeito tem que se sentir relacionado, no estabelecimento de uma relação dialética e não em

uma relação mecânica, de repasse de informação. Eu penso que o jornal pode fazer isso. Agora, há um esforço muito grande para que seja dessa forma e eu acho que tem momentos de grandes reportagens, de produções jornalísticas muito interessantes, tem matérias que você percebe realmente que foge completamente do convencional e, por isso, que a EBC recebe tantos prêmios de reportagem, não só o “Caminhos da Reportagem”, mas outros programas, programas especiais, o programa que a EBC exibiu, por exemplo, como o “Nova África”. Tem séries e produções muito interessantes. E essas séries e produções têm que se multiplicar. Os programas de cunho religiosos que foram licenciados – dois programas que o Conselho travou a batalha para ter, que refletissem a pluralidade das religiões, das manifestações de fé. Esses dois programas são muito bem produzidos e a EBC colocou no ar. Inovações, experimentações, que demonstram a capacidade de produção. É preciso valorizar também os servidores, os funcionários. Têm gente excelente no quadro de funcionários, que está fazendo trabalhos incríveis e precisa realmente dar espaço para isso, dentro do jornalismo.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA, ROSANE BERTOTTI.

Entrevista concedida a Allana Meirelles, no dia 13 de agosto de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Rosane Bertotti

Profissão: Secretária de Comunicação da CUT Nacional

Colocação na EBC: Representante da Sociedade Civil no Conselho Curador, desde março de 2013.

1. Como você avalia a composição do Conselho Curador?

Eu acho que a composição do Conselho Curador é o resultado de um processo político social de representação da sociedade civil, do governo e dos trabalhadores. Ele tem uma característica peculiar de ter no seu espaço, pessoas com muitos conhecimentos na área específica da comunicação, mas também pessoas que têm uma atuação em várias outras áreas, que não é específica da comunicação – o que é a grande riqueza deste Conselho. Ele representa um processo da diversidade, de gênero, de raça, de cultura. Então, eu acho essa uma grande riqueza do Conselho. Uma mistura de concepções, de elaboração, uma mistura de experiências, mas acho que a principal riqueza é que todos que estão no Conselho são pessoas que apostam na mídia pública. Eu acho que essa é a grande riqueza que o Conselho tem. Cada um convém com a sua trajetória, com a sua experiência, com seus pontos de vistas, mas, independentemente da sua concepção, todos querem o fortalecimento da EBC. Então, em nome desse fortalecimento da EBC, elabora-se, reelabora-se, discute-se, abre-se mão de divisões, em nome desse fortalecimento da EBC e do Conselho Curador.

2. Você considera que os movimentos sociais são bem representados no Conselho Curador?

Eu diria que ele tem uma boa base de representação. Pelo tamanho que o Conselho tem, eu acho que eu poderia dizer que muitos setores dos movimentos sociais não estão no Conselho. Isto é claro. Mas, ao mesmo tempo, você tem um Conselho de 22 membros, onde 15 são da sociedade civil, considerando a diversidade regional, raça, você daria para dizer que ele tem uma boa representação. Agora, é claro que seria importante se tivessem mais características. Mas, pelo tamanho que o Conselho tem, eu acho que o movimento social tem uma boa representação.

3. Como você avalia a participação do Conselho Curador nas decisões e no cotidiano da EBC?

Eu acho que o Conselho, como disse o próprio Murilo, passa por fases e também, lógico, reflete muito a sua composição. Então, eu acredito que o Conselho tem tomado as posições e ele tem feito grandes debates políticos para os grandes desafios que a EBC tem. Eu acho que essa, se eu tivesse que dizer qual é a riqueza deste período de Conselho, seria isso. Porque o Conselho tem debatido os princípios, os desafios, a ação da comunicação pública como um todo. Ele tem sido tanto incisivo na ação do dia-a-dia das questões da EBC, quanto um grande elaborador político da comunicação pública.

Com essas discussões, vocês já conquistaram alguma mudança na EBC?

Sem dúvida. Eu diria que a principal mudança foi o formato e o processo organizativo da construção do Plano de Trabalho. Para mim, nesse sentido específico, o exemplo concreto é o Plano de Trabalho. De ouvir as demandas do Conselho, a reorganização do Plano de Trabalho, de repensar o seu Plano de Trabalho, a partir das visões defendidas no Conselho. Para mim, essa é a marca.

4. Você considera que os ocupantes dos cargos de chefia da TV Brasil estão abertos às críticas e sugestões do Conselho Curador?

Nem todos. Eu diria que na sua maioria sim, mas nem todos. Até porque, às vezes, é muito difícil para alguém que tem anos de profissionalismo na área, que tem muito conhecimento técnico, ter vivenciado isso, ouvir uma crítica de uma agricultora, de uma pessoa que não vive o dia-a-dia específico da comunicação. Ouvir uma crítica de um subordinado seu. Então, é um pouco intrínseco da pessoa humana. Eu não posso dizer que é cem por cento. Em alguns momentos, é muito difícil você fazer a crítica. Em alguns momentos, essa não aceitação da crítica tem inibido alguns conselheiros de serem mais incisivos.

E os funcionários?

Eu acho que é maior a abertura, mas também não é cem por cento. Porque também tem um processo a partir do que eles pensam, do que eles acreditam, da sua visão. Eu acho que eles têm uma abertura maior, mas eles também têm um pensar, o corporativismo. Isso ficou bem claro quando você apresenta propostas de formato, vindo dos próprios trabalhadores, no que diz respeito à gestão.

5. Para você, há “atores privilegiados” dentro do Conselho Curador? Ou há um equilíbrio entre os integrantes? Caso haja “atores privilegiados”, quais seriam?

Eu acho que tem conselheiros que se dedicam mais à atuação no Conselho e outros que se dedicam menos. Então, quando você tem menos dedicação à atuação de conselheiro, automaticamente, você tem um processo de menor informação, de menor influência. Eu acho que o fato de alguns conselheiros somente se dedicarem ao Conselho no ato da reunião prejudica a ação das pessoas no Conselho. Talvez, não seja a palavra prejudica. A palavra prejudica não é boa. Tem menos elementos. O que fica parecendo que, no dia-a-dia, quando você vem para reunião, acabam algumas pessoas tendo algum privilégio, porque vêm pra cá, conhecem a pauta, conversam, articulam. Então, eu acho que isso dá uma demonstração. Pra mim, eu diria que tem conselheiros que tem uma dedicação maior ao Conselho e outros que têm uma dedicação menor ao Conselho.

6. Que pontos positivos e negativos você enxerga nos processos de discussão e deliberação do Conselho Curador?

Pontos positivos: a capacidade e o processo de construção do debate e de construção dos consensos. Você debate, elabora, reelabora, vai e vem, para que você chegue a uma denominação da construção política coletiva. Eu acho que essa é uma grande ação. Pontos negativos: Às vezes, têm algumas discussões que, na minha opinião, não fazem parte do papel do Conselho. E, aí, ela fica – como vou dizer? – atravessada.

7. Para você, quais são os desafios do Conselho Curador?

Eu acho que o principal desafio é como fortalecer e consolidar o projeto político da EBC, a estratégia da EBC. Esse é o grande desafio do Conselho e da EBC como um todo.

Esse projeto político seria?

Consolidar a estratégia da EBC. Quando eu digo projeto político, não é um projeto... É consolidar a EBC como uma estratégia importante da comunicação pública. Um processo importante da luta, porque nós temos o sistema de comunicação no Brasil consolidado muito no sistema privado. Então, fortalecer a EBC é fortalecer uma ação estratégica da luta pela democratização da comunicação. Então, para mim, o grande desafio que o Conselho tem é o desafio da própria EBC, que é consolidar esta empresa como uma comunicação pública, que tenha como ação central fazer uma comunicação pública diferente, que olhe para os aspectos diferentes, para o movimento social, que traga uma comunicação de

fato de informação para a sociedade brasileira, que seja um espaço elaborador e fomentador da comunicação pública. Então, para mim, este é o grande desafio.

8. Como você avalia a participação dos movimentos sociais no jornalismo da TV Brasil?

Muito baixa. Eu acho que ela tem de fato – comparando com o que eu chamo de velha mídia, se for fazer uma comparação com a outra –, eu daria nota 10. Daria nota 10, comparando uma com a outra, se tivesse que dar nota para uma e para outra. Agora, para o que de fato acontece, eu acho que isso não... Eu não vi, por exemplo, se ontem à noite – não consegui ver – se a Marcha das Margaridas estava. Acredito que sim, mas eu não consegui ver, ontem à noite, porque eu saí. Mas, eu acho que ainda é pouco. Ele é pouco, principalmente, como fonte. Ele é pouco também como presença no debate. Então, eu ainda acho baixo.

9. Você considera que o telejornal, Repórter Brasil, possibilita uma representação diferenciada e aprofundada dos movimentos sociais?

Eu acho que ele ampliou, mas ainda pode fazer mais. Eu acho que ele ampliou, que é um espaço que ouve, que é um espaço que tem procurado fazer essa construção, mas eu acho que ele pode ampliar muito mais. Também o fato de ser um jornalismo produzido aqui, em Brasília, construído a partir de Brasília, você também tem um limitante de atuar com quem está aqui. Então, essa ação de construir rede pode ser muito mais profícua nesse sentido, tanto no fortalecimento do jornalismo quanto no sentido dessa participação social.

10. Que melhorias você considera necessárias no telejornal, Repórter Brasil?

Pra mim, a principal discussão começa na necessidade de diferenciar o que é pauta do jornalismo de fato e o que é pauta... Vou falar diferente... Como há uma mistura, muitas vezes, do processo de produção do que é NBR e do que é comunicação pública, para mim, às vezes, há uma mistura do que é pauta da NBR e do que é pauta da comunicação de fato pública. Então, eu acho que o jornalismo se perde nisso. Ele se perde nesta... Se eu tivesse que dizer qual seria a prioridade, qual seria de fato a mudança, seria essa separação: entender o que é o jornalismo que a NBR quer e deixar, portanto, ela fazer, e o que é de fato jornalismo da comunicação pública. Eu acho que seria isso.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA, ELIANE GONÇALVES.

Entrevista concedida a Allana Meirelles, no dia 13 de agosto de 2015, na sede da EBC, em Brasília.

Nome: Eliane Gonçalves

Profissão: Jornalista da EBC

Colocação na EBC: Representante dos Funcionários da EBC no Conselho Curador, de 2013 a 2015.

1. Como você avalia a composição do Conselho Curador?

Eu gosto da composição do Conselho Curador. Mas, eu gostar não significa que essa seja a melhor composição. Eu acho que o Conselho tem o desafio de garantir a representatividade – o máximo possível. É claro que garantir representatividade é um processo complexo. Não é simples representar. Então, a gente fica no mito da representação. Representar a sociedade brasileira significa abarcar toda a diversidade brasileira. O conceito de diversidade como estruturante do Brasil está em todos os discursos, da direita à esquerda desse país. O conceito de diversidade é uma identidade constitutiva. O Brasil se entende como diverso, um país monumental. E a gente tem 22 cadeiras para serem ocupadas, para tentar trazer um pouco desse mosaico.

2. Você considera que os movimentos sociais são bem representados no Conselho Curador?

Hoje, eu acho que sim. Agora, o que você chama de movimentos sociais? Porque eu posso te dizer que, hoje, tem um Conselho com forte composição de movimentos sociais. Eu gostaria que tivesse uma diversidade maior em relação aos segmentos sociais. Hoje, o Conselho está muito centrado, fechado dentro da diversidade da comunicação, o pessoal que está com a agenda da comunicação. Eu gostaria muito que tivesse o pessoal que está com a agenda da saúde, a agenda da juventude; que tivesse uma coisa um pouco mais ampla e não apenas os especialistas de comunicação. É natural, é quem está próximo da discussão, quem está aqui vigiando esse processo, dividindo os espaços, dividindo a luta. Então, é natural que este movimento da comunicação esteja aqui presente. É quem conhece, quem disputa. Mas, eu acho que tem um desafio. Se eu quero representar mesmo, eu não posso representar só quem está no movimento da comunicação. Como a comunicação pode impactar em uma política melhor de saúde pública? Como é que a comunicação pode impactar em uma política melhor

de segurança pública? Eu acho que o grande desafio é como a comunicação pode impactar em uma política econômica mais igualitária, que coloca o país em um processo menos desigual? Por isso, eu acho que é um desafio. Tem movimento social representado, mas é preciso sair da nossa caixinha da comunicação.

3. Como você avalia a participação do Conselho Curador nas decisões e no cotidiano da EBC?

A primeira composição do Conselho era de figurões. Você até tinha uma multiplicidade de vozes, mas era um Conselho de figurões. Querendo ou não, eram designados pelo presidente e que, por ser figurão, não tinha muito tempo para estar aqui, então, ele era muito menos atuante. Eu acho que com essa participação mais presente do movimento social, à medida que esses nomes foram se sucedendo por processo de consulta à sociedade, o Conselho se tornou muito mais participativo, muito mais combativo e que tenta interferir no dia-a-dia. É claro que a interferência maior ou menor também é um processo de negociação. A comunicação é um campo que não está acostumado com democracia. No Brasil, esse campo construiu um processo bem pouco democrático. Então, todo mundo que está fazendo comunicação e que está fazendo EBC saiu desse processo bastante pouco democrático, que não tem que prestar muitas contas. Então, é um aprendizado. O tanto que consegue interferir mais ou menos também é um processo de aprendizado. A gente vai vigiar sim. Aqui, quem é o patrão é a sociedade. Então, o processo ainda está em construção, mas ele tem influenciado cada vez mais.

4. Você considera que os ocupantes dos cargos de chefia da TV Brasil estão abertos às críticas e sugestões do Conselho Curador?

Nem sempre. Depende de cada chefe, de quem é a pessoa. Mas, nem sempre. Tem pessoas mais abertas, tem pessoas mais sensíveis, tem pessoas que são bastante refratárias.

No caso da Diretoria de Jornalismo, você acha que há uma abertura?

A que existiu até agora? Não.

E os funcionários?

Eu sou representante dos trabalhadores aqui dentro. Os funcionários têm esperança, apostam muitas fichas dentro do Conselho Curador. Acho que até já chegaram a apostar mais, voltaram... Na verdade, acho que não. Acho que vem crescendo essa aposta, essa percepção dos trabalhadores de que tem que estar atento a esse lugar de representação, de que esse é um lugar de voz importante, de que este é um lugar em que você consegue

construir aliados e que vai ser importante para gente construir um processo maior de autonomia, com menos medo, mais ousado. Acho que é uma demanda de muitos trabalhadores. Não dá pra dizer que é de todos. Não somos homogêneos. Mas, é uma demanda dos trabalhadores que a gente possa ser protagonista, ocupar um espaço de fato, que a gente consiga colocar agenda nessa discussão, a gente possa ter relevância. Então, tem uma demanda muito forte dos trabalhadores para que a gente tenha relevância e acho que tem uma crescente percepção de que essa é uma cadeira importante para isso. Eu vejo esse crescimento da importância, até pela participação dos trabalhadores no processo de escolha dos representantes. Vem aumentando o quórum de pessoas que votam, que participam de um processo que não é obrigado. É optativa essa participação e, ano após ano, tem crescido.

5. Para você, há “atores privilegiados” dentro do Conselho Curador? Ou há um equilíbrio entre os integrantes? Caso haja “atores privilegiados”, quais seriam?

Eu acho que poder se faz ocupando espaço. Aí, se você tem uma maior proximidade com o Conselho, se você está mais integrada com os outros conselheiros, se você articula, se você troca ideias, se você negocia, enfim, se você está próximo, você provavelmente vai ter uma participação mais efetiva. Mas, acho que, mesmo aqueles que não estão tão próximos, quando tem uma fala pertinente, ganham proeminência e são ouvidos. Isso vem muito dessa questão de representação mesmo, do lugar de fala de cada um. Então, é muito legal quando o Luiz Martins (que saiu hoje) – eu vivo dando esse exemplo, porque é muito caro para mim. Ele é um empresário, um grande empresário, e que, naturalmente, ficaria em um lugar oposto ao meu. Porque eu sou trabalhadora, sou operária, lutando pelos direitos do trabalhador. Até pelo próprio perfil, já que ele não é um cara da comunicação, ele não fica aqui articulando, ele não é um cara de movimento social que vai ficar falando. Mas, no momento em que eu falo: “Aqui dentro, a gente tem medo. A gente tem medo de uma produção em que a gente possa colocar a mão em cumbucas. A gente tem medo de fazer aquela cobertura e afrontar algum político. A gente tem medo internamente de questionar a pauta. Eu acho que é um problema na produção da pauta da EBC: a gente tem medo”, eu fico muito grata de um empresário falar assim: “Mas, gente! Com medo, ninguém cria”. Então, ouvir a fala dessa pessoa que, a princípio, estaria em um lugar diametralmente oposto ao meu e que, mesmo que ele não esteja articulando, vem do lugar de fala dele – de mega empresário – e fala: “Na minha fábrica, eu não consigo inventar nada, se os meus funcionários tiverem medo”. Essa fala, para mim, ganha uma dimensão que é ímpar. Por isso, eu acho que essa questão da representação é fundamental. Uma representação que não seja apenas da caixinha

da comunicação. Porque este lugar de fala é muito rico para a construção. Diferentes lugares de fala. Garantir essa diferença de lugares de fala é, para mim, o grande desafio que o Conselho Curador tem hoje.

6. Que pontos positivos e negativos você enxerga nos processos de discussão e deliberação do Conselho Curador?

É difícil essa pergunta, porque a deliberação depende de consenso, depende de discussão. É a história de chegar e conseguir afinar as vozes, construir o entendimento de 22 pessoas, que vêm de segmentos diferentes, a princípio. Sinceramente, eu acho que quanto mais difícil for chegar a esse consenso, pode ser mais interessante. Às vezes, é fácil. Então, pode ser muito contraditório o que eu estou falando. Mas, eu acho que, às vezes, quanto mais difícil for a construção do consenso, mais rica pode ser essa discussão e mais representativo pode ser o Conselho. É ambíguo, porque, às vezes, eu também acho que a gente demora muito para tomar a resolução, de virar e falar assim: “Gente, está errado! Essa audiência está baixa. Ou muda ou vai...”. Não é uma resposta simples, porque ao mesmo tempo em que se tem uma ansiedade, no sentido de “Gente! Acelera! Vamos colocar para funcionar isso aqui, porque isso tem dinheiro público, tem sonho, já está há sete anos e não sete meses...”. Então, há uma ansiedade para que se resolva. Mas, ao mesmo tempo, se fala assim: “Isso aqui precisa passar por um debate. A gente é diferente. A gente tem que chegar...”. O que é muito bacana, às vezes, também é um problema. Mas, eu acho que é um debate que tem que ser rico. E, quanto mais contraditório, quanto mais polêmico, mais rico; mas, isso também impacta em ser mais lento e, às vezes, a resolução não sai imediatamente. Mas, eu acho que, às vezes, a própria discussão enriquece. Mas, às vezes, eu acho que falta essa resolução: “Isso aqui não vai. Acabou. Isso aqui chega. Vocês estão gastando dinheiro demais aqui – para! Que programa é esse, gente? Pelo amor de Deus! A gente vai continuar com esse programa? Isso aqui é para sair agora”. E, às vezes, não sai. Às vezes, a gente não toma a resolução.

7. Para você, quais são os desafios do Conselho Curador?

Ser resolutivo. É ambíguo.

8. Como você avalia a participação dos movimentos sociais no jornalismo da TV Brasil?

Eu queria muito mais. Na verdade, eu acho que a sociedade civil organizada é um pedaço importante da sociedade civil. É importante, justamente, porque ela está organizada.

Ela consegue se colocar enquanto voz. Ela consegue colocar as demandas. Ela articula as demandas. Então, ela é muito importante. Quando se fala em comunicação pública, eu estou falando que o meu patrão – eu, pelo menos, compreendo assim a comunicação pública – é a sociedade brasileira. Aí, está a sociedade civil. A sociedade brasileira – que vai ter o Estado, o Mercado e a comunidade. O que acontece hoje? A gente tem um país que construiu o direito à comunicação, à voz, muito baseado no Mercado. O Mercado tem uma super-representação. Que legal que esteja aqui também. Tem que estar aqui também. Mas, o Mercado hoje tem uma voz. Você tem uma construção de comunicação pública que sempre foi muito atrelada ao governo, ao poder político, que também, por sua vez, sempre esteve muito atrelado ao poder econômico. Mas, o poder político tem uma representação e é legítimo que tenha. Na verdade, é até mais frágil do que poderia ser. É legítimo que todo poder do Estado esteja representado: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, em suas diferentes esferas. Tenham um espaço para dizer o que fazem, até para prestar contas, para ser transparente. Alguns fazem para promover. Mas, é legítimo que o governo, o poder político tenha representação, aquele poder que ocupa com o papel do Estado. Nesse tripé, quem fica faltando é a comunidade. Então, eu gostaria muito e eu digo isso em todos os Fóruns de movimento social que eu vou (Eu integro a Ciranda [INTERRUPÇÃO]): “Quando é que o patrão vai chegar e vai me dar bronca pela pauta que eu estou fazendo? Quando o patrão vai chegar aqui e me dar bronca porque eu não estou cobrindo as vozes? Cadê você? Cadê a sociedade civil para se apropriar do que ela é dona, do espaço que pode ser dela? Vocês que ajudaram a construir isso, cadê? Eu quero uma participação. De novo, o movimento da comunicação é muito presente – eu sou muito grata, porque eles estão vigiando, eles exercem o papel de: “Eu vou vigiar vocês para que vocês exijam da EBC. E vou vigiar a EBC para que a EBC cumpra seu papel”. Mas, de novo, eu quero que o Conselho Nacional de Saúde, os movimentos sociais de saúde, venham aqui falar: “Gente! Quando é que vocês vão começar a fiscalizar a falta de leite? Quando é que vocês vão começar a cobrar de um jeito diferente do que é colocado, a cobrança só pela fila? Quando é que vocês vão cobrar uma política pública para resolver isso? Quando é que vocês vão fazer uma leitura da política econômica que seja um pouco diferenciada da que está aí agora, que é toda pautada pelo sistema financeiro?”

9. Você considera que o telejornal, Repórter Brasil, possibilita uma representação diferenciada e aprofundada dos movimentos sociais?

Não.

10. Que melhorias você considera necessárias no telejornal, Repórter Brasil?

Acho que ele tem que ser mais quente. Acho que ele tem que ser mais ágil. Acho que ele tem que começar a colocar a mão nas cumbucas mais fundas, nas pautas que são caras à sociedade brasileira, com mais investigação, com mais ousadia, com mais coragem, com mais disposição. Isso, no jornalismo em geral, há raras exceções em que a gente vira e fala: “Pegamos o ponto. Isso é algo que é caro à população. Isso aqui interessa à população. Vamos discutir, vamos mobilizar a população”. Às vezes, acho que falta esse momento, em que a gente fala: “Essa pauta vai ser fundamental, vai mudar uma política, ajudar uma política”. Acho que tem que ser esse o papel da comunicação.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS JORNALISTAS DO REPÓRTER
BRASIL

Data: ____/____/2015
Nome:
Telefone:
E-mail:

1. **Sexo:** () Feminino () Masculino

2. **Em que ano você ingressou na EBC?** _____

3. **Como você ingressou na EBC?**

() Concurso () Cargo de Confiança () Outros: _____

4. **Qual é o seu cargo atual?** _____

4.1 Quando você assumiu este cargo? _____

5. **Em qual(is) programa(s) da TV Brasil você trabalha?**

6. **Você já teve outros cargos na EBC?** () Sim () Não

6.1 Quais? _____

7. **Em que lugares você já trabalhou antes de ingressar na EBC (os principais)? Que funções você desempenhou nestes lugares?**

8. **Qual a sua formação acadêmica?**

9. **Em que instituições você estudou (graduação, mestrado, doutorado, especialização)?**

9.1 Em que ano você finalizou a graduação? _____

9.2 Em que ano você finalizou o mestrado? _____

9.3 Em que ano você finalizou o doutorado? _____

10. Para você, qual é o papel do telejornalismo, em geral?

11. E o que você considera que diferencia o telejornalismo público?

12. Você participa de algum sindicato, organização da sociedade civil ou movimento social?

() Sim () Não

12.1 Quais? _____

12.2 Desde quando? _____

13. Você é filiado a algum partido político?

() Sim () Não

13.1 Qual? _____

13.2 Desde quando? _____

14. Você já assumiu algum papel de representação ou participação nos Conselhos/Assembleias/Reuniões da EBC?

() Sim () Não

14.1 Quais? _____

14.2 Quando? _____

15. Como você avalia a participação dos funcionários nos Conselhos/Assembleias/Reuniões da EBC?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

16. Como você avalia a autonomia/liberdade dos jornalistas da TV Brasil?

1- Não há nenhuma autonomia	2 – Há pouca autonomia	3 – Há uma autonomia parcial	4 – Há muita autonomia	5 – Há autonomia total	6 – Não sei / Não quero responder
-----------------------------------	---------------------------	------------------------------------	---------------------------	------------------------------	---

17. Você já presenciou algum tipo de interferência / censura na produção do telejornal?

() Sim () Não

17.1 E no cotidiano da empresa?

() Sim () Não

Como essa interferência ocorre? Se possível, descreva algum caso.

18. Como você avalia a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

19. Com que frequência você acha necessária a participação do Conselho Curador nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1 Nunca	2 Raramente	3 Regularmente	4 Frequentemente	5 Sempre	6 - Não sei / Não quero responder
------------	----------------	-------------------	---------------------	-------------	--------------------------------------

20. Com que frequência você acha necessária a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1 Nunca	2 Raramente	3 Regularmente	4 Frequentemente	5 Sempre	6 - Não sei / Não quero responder
------------	----------------	-------------------	---------------------	-------------	--------------------------------------

21. Como você avalia a participação da Ouvidoria nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

22. Como você avalia a participação do público na TV Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

23. Como você avalia a participação dos jornalistas:

a) Na definição de pautas do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

b) Na indicação das fontes para as matérias do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

c) Na edição das matérias do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

d) Em outras instâncias de decisão da TV Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

24. Para você, qual o papel dos movimentos sociais na sociedade? Dê exemplos de movimentos sociais que você considera representativos.

25. Como você avalia a participação dos movimentos sociais nos processos de produção da notícia do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

25.1 Quais movimentos participam desses processos?

25.2 Como ocorre essa participação? Dê um exemplo de participação.

26.Com que frequência você acha necessária a participação dos movimentos sociais nos processos de produção do Repórter Brasil?

1 - Nunca	2 - Raramente	3 - Regularmente	4 - Frequentemente	5 - Sempre	6 - Não sei / Não quero responder
--------------	------------------	---------------------	-----------------------	---------------	-----------------------------------

27.Como você avalia a participação dos movimentos sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

27.1 Quais movimentos participam dessas decisões?

27.2 Como ocorre essa participação? Dê um exemplo de participação.

28.Com que frequência você acha necessária a participação dos Movimentos Sociais nas decisões editoriais do Repórter Brasil?

1 - Nunca	2 - Raramente	3 - Regularmente	4 - Frequentemente	5 - Sempre	6 - Não sei / Não quero responder
--------------	------------------	---------------------	-----------------------	---------------	-----------------------------------

29.Como você avalia a participação dos movimentos sociais em outras decisões da TV Brasil?

1- Insuficiente/ Inexistente	2 – Pouco Efetiva	3 – Parcialmente Efetiva	4 – Efetiva	5 – Muito Efetiva	6 – Não sei / Não quero responder
------------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------------	---

29.1 Quais movimentos participam dessas decisões?

29.2 Como ocorre essa participação? Dê um exemplo de participação.

30.Com que frequência você acha necessária a participação dos movimentos sociais nas decisões da TV Brasil?

1 - Nunca	2 - Raramente	3 - Regularmente	4 - Frequentemente	5 - Sempre	6 - Não sei / Não quero responder
--------------	------------------	---------------------	-----------------------	---------------	-----------------------------------

31.Como você acha que os movimentos sociais podem participar da TV Brasil?

31.1 E do Repórter Brasil?

32. Como você avalia a representação/cobertura dos movimentos sociais feita pelo Repórter Brasil?

1 – Muito ruim	2 – Ruim	3 – Regular	4 – Boa	5 – Muito Boa	6 - Não sei / Não quero responder
-----------------------	-----------------	--------------------	----------------	----------------------	--

33. Como você acha que deve ser uma cobertura jornalística dos movimentos sociais no Repórter Brasil? O que ela precisa ter para ser considerada boa?

Observações adicionais:

**APÊNDICE H – ENTIDADES QUE INDICARAM OS CONSELHEIROS
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL VIA CONSULTA PÚBLICA**

Nome	Classificação das entidades que indicaram cada nome	Entidades que indicaram cada nome
Rita de Cássia Freire Rosa (Vice-presidente)	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação e Cultura: 6 - Conselhos profissionais: 2 - Questões políticas: 1 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Imersão Latina – IMEL 2. Fábrica de Imagens – Ações Educativas em Cidadania e Gênero 3. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé 4. Observatório da Mulher 5. Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos 6. Conselho Regional de Psicologia da 6º Região – CRP-6 7. Soylocoporti 8. Instituto Ágora em Defesa do Eleitor Conselho Federal de Psicologia
Rosane Maria Bertotti	<ul style="list-style-type: none"> - Questão trabalhista: 10 - Comunicação e Cultura: 8 - Conselhos profissionais: 2; - Questões políticas: 1 - Direito do consumidor: 1 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sindicato dos Trabalhadores em Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia – SINTP 2. Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE 3. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal – SJPDF 4. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Rio Grande do Sul – Sindicato dos Radialistas/RS 5. Instituto Imersão Latina – IMEL 6. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor 7. Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF 8. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé 9. Observatório da Mulher 10. Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações – FITTEL 11. Associação das Rádios Públicas do Brasil – ARPUB 12. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão por Assinatura no Estado do Pará – STERT/PA 13. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Piauí 14. Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos 15. Conselho Regional de Psicologia da 6º Região – CRP-6 16. Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social 17. Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC

		<p>18. Central Única dos Trabalhadores – CUT 19. Instituto Ágora em Defesa do Eleitor 20. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Publicidade do Estado do Rio Grande do Norte 21. Conselho Federal de Psicologia 22. CUT São Paulo</p>
Enderson Araújo de Jesus Santos	<p>- Comunicação e Cultura: 3 - Questão trabalhista: 1</p>	<p>1. Associação Brasileira de Televisão e Rádios Legislativas 2. Associação Brasileira de Televisão Universitária 3. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF 4. Instituto Mídia Tnica</p>
Isaías Dias	<p>- Questão trabalhista: 20 - Defesa da pessoa portadora de doenças ou deficiências: 4 - Ação comunitária: 2 - Comunicação e Cultura: 2 - Questão ambiental: 1 - Defesa de populações em risco: 1</p>	<p>1. Sindicato dos Trab. nas Inds. Vestuário de Sorocaba 2. Central Única dos Trabalhadores – CUT/AL 3. Federação Brasileira de Associação Cívica de Portadores de Esclerose Múltipla 4. Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos 5. Associação Proprietários Amigos do condado de Maricá – APAC 6. Conselho Ambiental de Maricá 7. SINDIPRETRO – RJ 8. Associação dos Moradores e Amigos de Marica - AMACON 9. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT 10. Associação Fluminense de Educação Especial - AFESP 11. Central Única dos Trabalhadores – CUT – RJ 12. Associação das Rádios Públicas do Brasil 13. Central Única dos Trabalhadores – GO 14. Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema 15. Central Única dos Trabalhadores -SP 16. Instituto Monsenhor José Benedito Antunes 17. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas RJ 18. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC 19. Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Banespa, Banesprev e Cabesp 20. Sindicato dos Jornalistas Prof. do Estado de SP 21. Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho 22. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC 23. Federação dos trabalhadores em Empresas de Crédito em São Paulo 24. Central Única dos Trabalhadores / SC</p>

		<p>25. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro</p> <p>26. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC</p> <p>27. Federação Brasileira das Associações de Síndrome Down</p> <p>28. Sindicato dos Professores da Rede Part. do Estado do Pará</p> <p>29. Sindicato Empregados Est. Bancários Fluminense</p> <p>30. Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal - SP</p>
Joel Zito Araújo	<p>- Raça e etnia: 3</p> <p>- Defesa de populações em risco: 1</p> <p>- Ação comunitária: 1</p> <p>- Questão trabalhista: 2</p> <p>- Comunicação e Cultura: 3</p>	<p>1. Centro de Articulação de População Marginalizada</p> <p>2. Criola</p> <p>3. Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará</p> <p>4. Núcleo Piratininga de Comunicação</p> <p>5. Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos</p> <p>6. Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária</p> <p>7. Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI</p> <p>8. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro</p> <p>9. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF - SJTPDF</p> <p>10. INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social</p>
Letícia Luiza Yawanawá	<p>- Comunicação e Cultura: 1</p> <p>- Classes profissionais: 1</p>	<p>1. Observatório da Mulher</p> <p>2. Conselho Nacional de Psicologia da 6ª Região - CRP - 06</p>
Venício Arthur de Lima	<p>- Questão trabalhista: 18</p> <p>- Comunicação e Cultura: 5</p> <p>- Defesa de populações em risco: 1</p> <p>- Ação comunitária: 2</p> <p>- Questão ambiental: 1</p>	<p>1. Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho</p> <p>2. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC</p> <p>3. Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI</p> <p>4. Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários</p> <p>5. Central Única dos Trabalhadores /SC</p> <p>6. Central Única dos Trabalhadores /SP</p> <p>7. Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário no Distrito Federal – TV Comunitária</p> <p>8. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC</p> <p>9. Sindicato dos trab. nas inds. Vestuário de Sorocaba</p> <p>10. Central Única dos Trabalhadores /AL</p> <p>11. Centro Brasileiro de Solidariedade ao Povos e Luta pela paz</p> <p>12. Associação Proprietários Amigos do condado de Maricá – APAC</p> <p>13. Conselho Ambiental de Maricá</p> <p>14. SINDIPRETRO – RJ</p>

		<p>15. Associação dos Moradores e Amigos de Marica – AMACON</p> <p>16. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT</p> <p>17. Central Única dos Trabalhadores /PARÁ</p> <p>18. Central Única dos Trabalhadores /RJ</p> <p>19. Associação das Rádios Públicas do Brasil</p> <p>20. Observatório da Mulher</p> <p>21. Central Única dos Trabalhadores /GO</p> <p>22. Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema</p> <p>23. Confederação Nacional dos trabalhadores em Estabelecimento de Ensino</p> <p>24. Federação Interestadual dos trabalhadores em Telecomunicação</p> <p>25. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé</p> <p>26. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas RJ</p> <p>27. Sindicato dos trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC</p> <p>28. Sindicato dos Professores da Rede Part. do Estado do Pará</p>
--	--	---

APÊNDICE I – LEVANTAMENTO DAS PAUTAS ABORDADAS PELO CONSELHO
CURADOR, DA 1ª A 56ª REUNIÃO DO PLENO.

1ª reunião – 14/12/2007	I) Posse de conselheiros
2ª reunião – 15/01/2008	I) Posse de conselheiros II) Apresentação do projeto da TV Brasil III) Regimento Interno IV) Comitês Temáticos
3ª reunião – 01/04/2008	I) Exposições da Diretoria da EBC
4ª reunião – 13/05/2008	I) Apresentação de comissão corregedora II) Exposição da Diretoria da EBC
5ª reunião – 12/08/2008	I) Posse de conselheiros II) Relatório da Comissão Sindicante III) Afastamento dos Diretores Geral e de Relacionamento IV) Comparecimento dos conselheiros às reuniões
6ª reunião – 18/11/2008	I) Estrutura organizacional da EBC e apresentação do Diretor-Geral II) Eleição do conselheiro representante dos funcionários III) Audiências públicas IV) Canais de São Paulo e ações em curso na EBC V) Paralisação dos funcionários VI) Mudança na programação
7ª reunião – 10/03/2009	I) Posse de conselheiros II) Presença do representante da Câmara Federal (a posse não foi realizada, pois não tinha sido publicado o decreto) III) Plano preliminar de trabalho de 2009
8ª reunião – 07/05/2009	I) Posse de conselheiros II) Audiências públicas III) Plano de Trabalho de 2009 IV) Conceito da grade de programação da TV V) Fórum de TVs Públicas
9ª reunião – 23/06/2009	I) Posse de conselheiros II) Audiência pública
10ª reunião – 08/08/2009	I) Posse de conselheiros II) Programação infantil
11ª reunião - 29/09/2009	I) Afastamento do Presidente do Conselho e discussão sobre nova estrutura do Conselho II) Definição das Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho específicos III) Programação Infantil IV) Perfil do Secretário-executivo do Conselho

	<p>V) Apresentação de novos programas</p> <p>VI) Cronograma das reuniões</p>
12ª reunião – 26/10/2009	<p>I) Eleição do novo presidente e vice-presidente do Conselho</p> <p>II) Definição dos procedimentos para renovação de conselheiros – consulta pública</p> <p>III) Definição de Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho específicos</p> <p>IV) Indicação de Secretário-executivo do Conselho</p> <p>V) Pesquisa de Audiência (Data-folha)</p>
13ª reunião – 19/11/2009	<p>I) Moção de agradecimento ao ex-conselheiro</p> <p>II) Estruturação e apoio ao Conselho Curador</p> <p>III) Consulta Pública para renovação de conselheiros</p> <p>IV) Conferência Nacional de Comunicação</p> <p>V) Produção Independente para TV Brasil</p> <p>VI) Criação da TV Brasil Internacional</p>
14ª reunião -08/02/2010	<p>I) Plano de Trabalho de 2010</p> <p>II) Consulta Pública para novos conselheiros</p> <p>III) Audiência pública</p> <p>IV) Agenda de 2010</p> <p>V) Trabalhos das Câmaras Temáticas</p>
15ª reunião – 16/03/2010	<p>I) Apresentação da Ouvidoria</p> <p>II) Apresentação da Superintendência de Rádio</p> <p>III) Apresentação da Superintendência de Rede</p>
16ª reunião – 20/04/2010	<p>I) Posse de conselheiros</p> <p>II) Apresentação da Ouvidoria</p> <p>III) Política de Esportes (Câmara de Jornalismo e Esportes)</p> <p>IV) Consulta Pública para novos conselheiros</p>
17ª reunião – 11/05/2010	<p>I) Posse de conselheiros</p> <p>II) Consulta pública para novos conselheiros</p> <p>III) Audiência Pública</p> <p>IV) Plano de cobertura das eleições 2010</p>
18ª reunião – 01/06/2010	<p>I) Posse de conselheiros</p> <p>II) Manual de Jornalismo (Parecer da Câmara de Jornalismo e Esportes)</p> <p>III) Programas Religiosos (Parecer da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente)</p>

19ª reunião – 30/06/2010	I) Posse de conselheiros II) Parecer da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente III) Operador de Rede Digital IV) Apresentação da Ouvidoria
20ª reunião – 03/08/2010	I) Apresentação da Ouvidoria II) Audiência Pública
21ª reunião – 14/09/2010	I) Apresentação da Ouvidoria II) Regimento Interno III) Avaliação do Plano de Trabalho de 2010 IV) Apresentação da Agência Brasil
22ª reunião – 15/10/2010	I) Operador de rede digital
23ª reunião – 09/11/2010	I) Apresentação da Ouvidoria II) Avaliação da cobertura das eleições de 2010 III) Programas religiosos (TV Brasil e Rádios) IV) Audiência Pública
24ª reunião – 07/12/2010	I) Apresentação da Ouvidoria II) Programas religiosos (TV Brasil e Rádios)
25ª reunião - 22/02/2011	I) Assinatura de termos de posse II) Plano de trabalho de 2011 III) Agenda de 2011
26ª reunião – 22/03/2011	I) Plano de trabalho de 2011 II) Programas religiosos
27ª reunião – 03/05/2011	I) Posse de conselheiros II) Apresentação da Ouvidoria III) Manual de Jornalismo IV) Avaliação dos telejornais da TV Brasil – pesquisa da UFJF
28ª reunião – 29/06/2011	I) Programação infantil – pesquisa da UFC II) Rede Nacional de TV Pública Digital
29ª reunião – 17/08/2011	I) Apresentação da Ouvidoria II) Audiência pública
30ª reunião – 27/09/2011	I) Apresentação da Ouvidoria II) Câmara de Rádio III) Seminário Balanço da Gestão
31ª reunião – 23/11/2011	IV) Recepção do Diretor-Presidente Nelson Breve V) Programas Religiosos VI) Mandato dos conselheiros VII) Eleição para presidência do Conselho Curador
32ª reunião – 09/12/2011	I) Posse da Presidência do Conselho Curador II) Recepção do Diretor-Geral III) Apresentação da Ouvidoria

	IV) Calendário
33ª reunião – 08/02/2012	I) Posse de conselheiros II) Plano de Trabalho de 2012
34ª reunião – 14/03/2012	I) Documentos e propostas da Ouvidoria II) Apresentação do Plano de Planejamento Estratégico da EBC III) Roteiro de debates do Conselho
35ª reunião – 25/04/2012	I) Manual de Jornalismo II) Agência Brasil – pesquisa da UFSC
36ª reunião – 23/05/2012	I) Posse de conselheiro II) Apresentação da Ouvidoria III) Consulta Pública para novos conselheiros IV) Política de Acessibilidade
37ª reunião – 27/06/2012	I) Consulta Pública para novos conselheiros II) Manual de Eleições 2012 III) Faixa de diversidade religiosa EBC
38ª reunião – 22/08/2012	I) Apresentação da Ouvidoria II) Programação da TV Brasil III) Estrutura e atividades do Conselho
39ª reunião – 17/10/2012	I) Posse de conselheiros II) Consulta pública para novos conselheiros III) Apresentações da EBC
40ª reunião – 12/11/2012	I) Apresentação da política de parcerias da EBC II) Calendário III) Apresentação da Ouvidoria
41ª reunião – 12/12/2012	I) Audiências Públicas II) Apresentações da EBC
42ª reunião – 30/01/2013	I) Plano de Trabalho de 2013
43ª reunião – 27/02/2013	I) Audiências Públicas II) Calendário de 2013 III) Apresentação da Ouvidoria IV) Plano de Trabalho de 2013
44ª reunião – 17/04/2013	I) Posse de conselheiros II) Apresentação da Ouvidoria III) Envio de deliberações ao CCS IV) Seminário “Modelo Institucional da EBC e relações com o governo”
45ª reunião – 26/06/2013	I) Homenagem II) Posse de conselheiros III) Lançamento da Revista do Conselho Curador IV) Manifestações pelo Brasil e cobertura V) Planejamento da EBC IX) Programação EBC (Parecer da Câmara de Jornalismo)
46ª reunião – 21/08/2013	I) Diretrizes de conteúdo de 2014

	<p>II) Indicadores de audiência III) Jornalismo da EBC: análise da Câmara IV) Audiência Pública V) Apresentação da Ouvidoria</p>
47ª reunião – 15/10/2013	<p>I) Homenagem II) Ficção e Dramaturgia III) Diretrizes de conteúdo: análise dos documentos dos seminários IV) Apresentação da Ouvidoria</p>
Reunião extraordinária 1 – 13/11/2013	<p>I) Greve dos funcionários da EBC II) Apresentação da Ouvidoria III) Apresentação de livro - Pesquisa UnB IV) Presidência do Conselho Curador V) Consulta Pública para novos conselheiros VI) Rádio MEC – planejamento editorial e programação</p>
48ª reunião – 11/12/2013 (sem transcrição. Formato de relatório)	<p>I) Pesquisa de Audiência II) Audiência em tempo real e influência da interatividade na produção de conteúdo III) Comitê de usuários IV) Revista do Conselho Curador V) Eleição do vice-presidente do Conselho VI) Consulta pública para novos conselheiros VII) Relatório de gerência e plano de trabalho</p>
49ª reunião – 05/02/2014 (sem transcrição. Formato de relatório)	<p>I) Plano de trabalho de 2014 II) Aprovação do calendário III) Perfil do Ouvidor</p>
Reunião Extraordinária 2 – 12/03/2014	<p>I) Plano de Trabalho de 2014 II) Apresentação da Ouvidoria III) Audiência Pública IV) Capacitação dos empregados V) Cobertura da Copa do Mundo e Eleições</p>
50ª reunião – 16/04/2014	<p>I) Consulta Pública para novos conselheiros II) Posse de conselheiros III) Apresentação da Ouvidoria IV) Contribuição para Fomento da Radiodifusão – Fistel</p>
Reunião Extraordinária 3 – 14/05/2014	<p>I) Mandatos dos conselheiros II) Escola Nacional de Comunicação Pública III) Apresentação da Ouvidoria IV) Plano Editorial – Copa do Mundo</p>
51ª reunião – 18/08/2014	<p>I) Revista do Conselho Curador</p>

	<p>II) Pesquisa de Audiência III) Apresentação da Ouvidoria IV) Mandatos dos conselheiros V) Comitê Editorial de Jornalismo VI) Calendário VII) Monitoramento estratégico do Plano de Trabalho</p>
52ª reunião – 15/10/2014 – Transcrição sem identificação dos nomes	<p>I) Apresentação da Ouvidoria II) Regimento Interno III) Parecer da Câmara de Jornalismo</p>
Reunião Extraordinária 4 – 12/11/2014	<p>I) Conteúdo educativo – pesquisa da PUC/RJ II) Regimento Interno III) Câmaras Temáticas IV) Apresentação da Ouvidoria</p>
53ª reunião – 09/12/2014	<p>I) Plano de Trabalho de 2015</p>
54ª reunião – 04/02/2015	<p>I) Revista do Conselho Curador II) Plano de Trabalho de 2015 III) Apresentação da Ouvidoria</p>
55ª reunião – 15/04/2015	<p>I) Rádio – pesquisa da UnB e Ouvidoria</p>
56ª reunião – 17/06/2015	<p>I) Regimento Interno II) Programas da TV Brasil - pesquisa UFRGS – III) Apresentação da Ouvidoria IV) Financiamento da Comunicação Pública V) Seminário Modelo institucional</p>

APÊNDICE J – TABELA DE ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO CURADOR

Autor da fala:	
Tema geral:	
Menção à tecnologia e aos equipamentos?	() Sim () Não
Menção ao acesso e à audiência?	() Sim () Não
Menção ao modelo institucional e à gestão?	() Sim () Não
Menção ao orçamento e às finanças?	() Sim () Não
Menção às condições de trabalho e ao treinamento dos funcionários?	() Sim () Não
Menção à participação dos funcionários nas decisões da empresa?	() Sim () Não
Menção à participação da sociedade civil e dos cidadãos?	() Sim () Não
A menção à participação da sociedade civil incluiu a citação direta aos movimentos sociais?	() Sim () Não
Menções ao Jornalismo:	() Críticas ao Jornalismo () Elogios ao Jornalismo () Demandas ao Jornalismo
As menções ao jornalismo são manifestações individuais ou coletivas?	() Individuais () Coletivas
Há comparações com a mídia privada nas menções ao jornalismo?	() Sim () Não
Há citações aos movimentos sociais, manifestações e reivindicações desses grupos nas menções ao jornalismo?	() Sim () Não
Dentre as demandas ao jornalismo, há sugestões de pauta?	() Sim Quais? () Não

APÊNDICE K – TABELA DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS TELEJORNAIS

Data de exibição:	
Retranca e Link:	
Tempo de exibição em segundos:	
Formato:	<input type="checkbox"/> VT <input type="checkbox"/> NOTA COBERTA <input type="checkbox"/> NOTA SECA <input type="checkbox"/> VIVO + VT
Foco temático	<input type="checkbox"/> Direitos e Reivindicações <input type="checkbox"/> Negociação Política <input type="checkbox"/> Violência <input type="checkbox"/> Transtorno <input type="checkbox"/> Outros
Contexto	<input type="checkbox"/> Protesto <input type="checkbox"/> Greve <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Evento <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/> Outros
Menção aos direitos, à violência ou ao transtorno?	<input type="checkbox"/> Direitos Reivindicados <input type="checkbox"/> Direitos Concedidos <input type="checkbox"/> Violência contra os manifestantes <input type="checkbox"/> Violência pelos manifestantes <input type="checkbox"/> Violência com confronto <input type="checkbox"/> Transtorno
Citação ou entrevista dos movimentos sociais ou sindicatos?	<input type="checkbox"/> Movimentos sociais citados <input type="checkbox"/> Movimentos sociais entrevistados <input type="checkbox"/> Sindicatos citados <input type="checkbox"/> Sindicatos entrevistados
Classificação dos movimentos sociais e sindicatos citados ou entrevistados:	<input type="checkbox"/> Questões trabalhistas <input type="checkbox"/> Questões ligadas à terra <input type="checkbox"/> Questões ligadas à moradia

	<input type="checkbox"/> Questões ligadas à educação e à cultura <input type="checkbox"/> Questões ligadas à comunicação <input type="checkbox"/> Questões ligadas aos direitos humanos <input type="checkbox"/> Questões ligadas à mobilidade e segurança <input type="checkbox"/> Questões ligadas ao gênero <input type="checkbox"/> Questões ligadas à raça e etnia <input type="checkbox"/> Questões políticas <input type="checkbox"/> Outros
Classificação das reivindicações:	<input type="checkbox"/> Questões trabalhistas <input type="checkbox"/> Questões ligadas à terra <input type="checkbox"/> Questões ligadas à moradia <input type="checkbox"/> Questões ligadas à educação e à cultura <input type="checkbox"/> Questões ligadas à comunicação <input type="checkbox"/> Questões ligadas aos direitos humanos <input type="checkbox"/> Questões ligadas à mobilidade e segurança <input type="checkbox"/> Questões ligadas ao gênero <input type="checkbox"/> Questões ligadas à raça e etnia <input type="checkbox"/> Questões políticas <input type="checkbox"/> Outros
Poder citado:	<input type="checkbox"/> Governo Federal <input type="checkbox"/> Poder Público <input type="checkbox"/> Poder Político
Relação com o poder citado:	<input type="checkbox"/> Disputa com diálogo <input type="checkbox"/> Disputa sem diálogo <input type="checkbox"/> Parceria
Classificação das fontes:	<input type="checkbox"/> Movimentos sociais <input type="checkbox"/> Sindicatos <input type="checkbox"/> Organizações civis <input type="checkbox"/> Órgãos públicos <input type="checkbox"/> Iniciativa privada <input type="checkbox"/> Poder executivo

	<input type="checkbox"/> Poder legislativo <input type="checkbox"/> Poder judiciário <input type="checkbox"/> Especialistas <input type="checkbox"/> Sujeitos: <input type="checkbox"/> Trabalhadores <input type="checkbox"/> Consumidores <input type="checkbox"/> Cidadãos <input type="checkbox"/> Estudantes <input type="checkbox"/> Manifestantes <input type="checkbox"/> Celebidades
Papel das fontes na narrativa jornalística:	<input type="checkbox"/> Vítima <input type="checkbox"/> Prejudicado <input type="checkbox"/> Beneficiado <input type="checkbox"/> Expert <input type="checkbox"/> Reivindicante <input type="checkbox"/> Mediador <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Opositor <input type="checkbox"/> Protetor

APÊNDICE L – LISTA DE MATÉRIAS ANALISADAS NO REPÓRTER BRASIL

Data	Retranca	Tempo (s)	Formato
13/04	Em São Paulo, frente de luta por moradia ocupa 16 imóveis na capital – Segundo a organização do movimento, duas mil pessoas participaram das ocupações	91	VT
13/04	Violência no Campo aumentou em 2014 – O número de tentativas de assassinato de lideranças Sem Terra, quilombolas e indígenas, mais do que triplicou.	138	VT
13/04	Veja como foram os protestos contra o governo e pelo fim da corrupção – Protestos ocorreram neste domingo e reuniram milhares de manifestantes pelo país	124	NC
14/04	Índios de todo o país estão acampados na Esplanada dos Ministérios – Eles protestam contra a PEC 215, que transfere a demarcação de terras indígenas do Governo Federal para o Congresso.	129	VT
14/04	Movimento sem-terra também está em Brasília em apoio à luta dos indígenas – Movimento começou nesta terça-feira, com uma jornada de manifestações pela reforma agrária.	85	VT
14/04	Reintegração de posse tem confronto entre policiais militares e famílias sem-teto – Elas ocupavam um prédio arrendado pela empresa de Eike Batista, há uma semana	135	VT
14/04	Professores da rede estadual de Pernambuco entraram em greve por tempo indeterminado – Eles querem o cumprimento da Lei de Piso Salarial e reajuste de 13% nos salários, para toda a categoria	35	NS
14/04	Ficou para quinta-feira o julgamento da greve dos garis, em São Paulo	80	VT
14/04	Servidores da saúde de Goiânia ocupam Câmara Municipal no 2º dia de paralisação – Greve ainda é por tempo indeterminado	31	NS
15/04	Em São Paulo, os trabalhadores organizaram vários atos em repúdio ao projeto da terceirização	137	VT
15/04	Funcionários do Mac Donald's fazem manifestação por direitos trabalhistas em todo o mundo	94	VT
15/04	Cerca de 1.500 indígenas mantém acampamento na Esplanada dos Ministérios no DF - Hoje, eles se juntaram ao "Grito da Terra", dos trabalhadores do campo.	64	NC
15/04	Manifestações contra a Lei da Terceirização atingiram pelo menos 23 estados e DF – Em Brasília, os protestos foram na Esplanada dos Ministérios	126	VT
15/04	Veja outras manifestações pelo Brasil	141	NC
15/04	Lideranças das manifestações de domingo passado fazem ato	28	NC
15/04	No Rio de Janeiro, protestos contra a terceirização reúne aproximadamente mil pessoas – A estimativa é dos organizadores	84	VT
15/04	Pesquisa da Abraciclo aponta que construção de mais	128	VT

	estrutura para ciclistas é fundamental		
16/04	Várias atividades marcam o chamado 'Abril indígena' – Evento reúne mais de 1.500 lideranças, de 200 etnias do país, para discutir as condições desses povos	142	VT
16/04	Quinta-feira é marcada por manifestações na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Centenas de estudantes protestaram contra a redução da maioria penal	54	NC
16/04	Professores da rede estadual de São Paulo amanheceram na Assembleia Legislativa do estado – Categoria, que está em greve, busca apoio dos deputados para as negociações com o governo	156	VT
17/04	Professores da rede estadual de São Paulo manterão greve – A paralisação dura mais de um mês. O governo do estado não apresentou proposta de reajuste para a categoria	68	NC
17/04	Greve de garis no interior de São Paulo chega ao fim – O reajuste salarial foi de 9,5% e o movimento grevista foi considerado legal.	56	NC
17/04	Movimento dos trabalhadores Sem-Terra organizou manifestação em Brasília – A mobilização foi para lembrar os 19 anos do massacre de Eldorado dos Carajás	68	NC
17/04	Entra em vigor a nova lei dos caminhoneiros- As regras fazem parte das propostas apresentadas pelo governo, no dia 26 de fevereiro, durante os protestos dos caminhoneiros	75	NC
18/05	Fábrica da General Motors suspende contrato de 900 trabalhadores	138	VT
18/05	Lucros recordes, anunciados pelos grandes bancos, levantam dúvidas	253	VT
18/05	Greve dos professores de Sergipe	20	NC
18/05	Hoje é o Dia Nacional da Luta Antimanicomial	110	VT
19/05	Senado e Câmara debatem medidas provisórias que tratam do ajuste fiscal	140	VT
19/05	Mercedes-Benz anuncia demissão em massa de 500 colaboradores no ABC Paulista	41	NS
19/05	Há exatos 90 anos nascia um dos mais importantes nomes do movimento negro	214	VT
19/05	Vereadores de Campo Grande querem criar comissão para julgar atos do prefeito Gilmar Olarte	105	NC
19/05	Professores do Paraná fazem protesto em Curitiba	105	VT
19/05	Operários de obras da Olimpíada do Rio de Janeiro entraram em greve esta semana	23	NS
20/05	Presidenta Dilma sanciona nova lei da Biodiversidade	158	VT
20/05	Seminário LGBT na Câmara propõe que as pessoas se coloquem no lugar das outras	184	VT
20/05	STJ autoriza cortar ponto de professores da rede estadual em greve há mais de dois meses	17	NS
20/05	Agricultores familiares são recebidos por Ministros da Fazenda e Desenvolvimento Agrário	39	NC
20/05	Presidente da Câmara recebe quase 700 mil assinaturas em defesa da Reforma Política	162	VT

20/05	Senado discute Medida Provisória 665	277	VIVO+VT
21/05	Greve dos professores e servidores da rede municipal de Goiânia	22	NS
21/05	Bancada feminina do Congresso faz ato em defesa da cota de gênero	117	VT
22/05	Abuso sexual e violência podem trazer graves consequências	94	VT
22/05	Greve dos professores estaduais de São Paulo completa 71 dias	152	VT
22/05	Protesto bem humorado faz sucesso nas redes sociais	123	VT
22/05	Representantes do Grito da Terra foram recebidos hoje no Senado	34	NC
23/05	Milhares de pessoas vão às ruas de São Paulo pedir a legalização da maconha no país	118	VT
01/06	Montadoras de veículos da região do ABC Paulista entram em férias coletivas	92	NC
01/06	Grupo de professores se acorrentou às grades da Secretaria de Educação do estado de SP	39	NC
01/06	Índios de três aldeias Guarani, em São Paulo, conseguiram uma vitória	46	NC
02/06	É inaugurada em Brasília a Casa da Mulher Brasileira.	190	VT
02/06	Trabalhadores da Mercedes Benz no ABC Paulista fazem manifestação	32	NC
02/06	Também em São Paulo, centenas de sindicalistas fizeram protestos	32	NC
02/06	Parada LGBT de São Paulo será neste domingo e testes para detectar HIV	34	NC
03/06	Greve dos ferroviários de SP atinge meio milhão de pessoas	173	VT
03/06	Professores da rede estadual paulista decidem manter greve por tempo indeterminado	75	NC
03/06	Alunos e funcionários da UERJ fazem um protesto	61	NC
05/06	Primeiro passo para a reforma política foi dado há cinco anos	125	VT
06/06	Em São Paulo, lésbicas organizam caminhada um dia antes da Parada do Orgulho Gay	99	VT
07/07	Milhares de pessoas vão às ruas protestar contra a redução da maioria penal	140	VT
07/07	Parte dos servidores do INSS entraram em greve hoje	96	NC
07/07	Protesto na Zona Sul de SP tenta evitar reintegração de posse de terreno privado	98	VT
07/07	Ocupação de índios	30	NC
07/07	Greve de motoristas	15	NC
07/07	Greve de servidores e professores da Universidade Federal do Acre	15	NC
07/07	Medida que cria o Programa de Proteção ao Emprego é publicado no Diário Oficial	186	VT
08/07	Moradores da comunidade Rádio Sonda, no Rio de Janeiro, fazem manifestação	35	NC
08/07	Ocupação reitoria da Universidade do Maranhão	30	NC
08/07	Protesto de servidores de hospital	20	NC

09/07	Greve dos servidores do INSS completa 48h	36	NS
09/07	Acampamento de índios no Maranhão	40	NC
09/07	Transexuais do RJ conquistam direitos sobre o nome social	113	VT
24/08	Manifestantes pedem, em ato, que a Petrobras retome construção do Comperj	147	VT
24/08	Mais de quatro mil empregados da General Motors encerram greve no interior de SP	61	NS
24/08	Em Brasília, ciclistas protestaram contra a morte de um rapaz atropelado	41	NC
24/08	Político, poeta e ativista do movimento negro Abdias Nascimento foi homenageado no Senado	158	VT
24/08	Comissão Nacional da Verdade discutiu hoje a repressão da homossexualidade na ditadura	151	VT
25/08	Regularização fundiária no Brasil é definida por lei federal de 2009	138	VT
25/08	Câmara Municipal de SP vota o Plano Municipal de Educação, pela segunda vez	88	VT
26/08	Motociclistas fazem manifestação em São Paulo	113	VT
26/08	Dois acampamentos do MST foram atacados nesta quarta-feira	40	NS
27/08	Moradores de São Luís, no Maranhão, bloquearam os dois sentidos da BR-135	47	NC
27/08	PM cumpre mais uma reintegração de posse em São Paulo	147	VT
14/09	400 famílias sem-teto ocuparam um hotel em Brasília	85	VT
14/09	Chacina que deixou 19 mortos, em Osasco e em Barueri, completou um mês	82	VT
14/09	Greve dos servidores do INSS completa 67 dias	180	VT
15/09	Sindicatos de trabalhadores se reúnem em frente à federação das indústrias do estado de São Paulo	115	VT
15/09	Servidores públicos federais avaliam cortes feito pelo governo no orçamento	165	VIVO+VT
16/09	MTST faz protesto no centro de São Paulo	42	NC
17/09	Partidos e movimentos de oposição ao governo entregam pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff	61	NC
18/09	Índigenas ficam feridos depois de ataque de pistoleiros, no Mato Grosso do Sul	168	VT
18/09	Termina greve dos trabalhadores da Ford, em São Paulo	28	NS
18/09	Manifestantes protestam, em Brasília, contra aumento de tarifas de ônibus e metrô	21	NC

APÊNDICE M – LISTA DE MATÉRIAS ANALISADAS NO JORNAL NACIONAL

Data	Retranca	Tempo (s)	Formato
13/04	Ministro da Comunicação diz que governo está atento a reivindicações	212	VT
15/04	Câmara adia debate sobre projeto que regulamenta a terceirização	266	VT + VIVO
16/04	Professores em greve participam de protestos em capitais estaduais	39	NC
17/04	Com pátios lotados, montadoras de carros dão férias coletivas	147	VT
17/04	Professores estaduais de SP fazem passeata na Avenida Paulista	20	NC
19/05	Trabalhadores em greve protestam na Câmara Municipal de Campo Grande	32	NC
20/05	Brasília tem protesto contra a corrupção e o texto da reforma política	36	NC
21/05	Protesto em Belo Horizonte simula a vida sem impostos	116	VT
03/06	Ferroviários paralisam quatro linhas de SP e deixam um milhão sem trens	162	VT
06/07	Empresa em crise vai poder reduzir jornada de trabalho e salários	169	VT
07/07	Entenda a MP que permite redução da jornada de trabalho e do salário	251	VT
07/07	Servidores do INSS entram em greve em 16 estados do país	27	NC
07/07	Câmara dos Deputados aprova Medida Provisória do futebol	172	VT
24/08	Trabalhadores da General Motors no interior de São Paulo encerram greve	25	NS
24/08	Manifestantes protestam contra a demora nas obras no Comperj	33	NC
28/08	Demitidos têm dificuldade para dar entrada no seguro desemprego	167	VT
28/08	Greve de professores e servidores de universidades federais faz três meses	135	VT
14/09	Greves dos servidores dificultam atendimento à população pelo país	223	VT
14/09	Escolas estaduais do RS reabrem após duas semanas de greve	16	NS
15/09	Em SP, categorias com data-base no 2º semestre lançam campanha salarial	20	NC